

Organizadores:

Glauber Tulio Fonseca Coelho
Patrício Moreira de Araújo Filho
Eduardo Mendonça Pinheiro



CIÊNCIAS SOCIEDADE E TECNOLOGIA

uma abordagem multidisciplinar

VOL 2



GLAUBER TULIO FONSECA COELHO
PATRÍCIO MOREIRA DE ARAÚJO FILHO
EDUARDO MENDONÇA PINHEIRO
(Organizadores)

CIÊNCIAS, SOCIEDADE E TECNOLOGIA

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

VOLUME 2

EDITORA PASCAL
2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr^a Camila Pinheiro Nobre

Dr William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas

Dr^a Elba Pereira Chaves

Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva

Dr Moisés dos Santos Rocha

Dr Fabio Antonio da Silva Arruda

Dr Claudio Alves Benassi

Dr Diogo de Almeida Viana dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C672c

Coletânea Ciências, sociedade e tecnologia: uma abordagem multidisciplinar / Glauber Tulio Fonseca Coelho, Patrício Moreira de Araújo Filho e Eduardo Mendonça Pinheiro (Orgs.). — São Luís: Editora Pascal, 2025.

322 f. : il.: (Ciências, sociedade e tecnologia; 2)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-120-0

D.O.I.: 10.29327/5483659

1. Ciência. 2. Sociedade. 3. Tecnologia. 4. Discussão Científica. I. Coelho, Glauber Tulio Fonseca. II. Araújo Filho, Patrício Moreira de. III. Pinheiro, Eduardo Mendonça. IV. Título.

CDU: 303.833.6

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

APRESENTAÇÃO

Bem-vindos ao livro "*Ciências, Sociedade e Tecnologia*", uma obra que explora as interconexões dinâmicas entre o mundo científico e a sociedade contemporânea. Nesta obra, vamos mergulhar nas abordagens multidisciplinares que caracterizam as ciências no século XXI.

A ciência é fundamental para o avanço da humanidade, desvendando mistérios, solucionando problemas e impulsionando inovações. Ela nos permite compreender melhor o mundo ao nosso redor, desde os fenômenos naturais até as complexidades sociais.

Este livro aborda temas cruciais, como:

- A intersecção entre ciência e sociedade;
- A influência da tecnologia no cotidiano;
- A importância da educação científica;
- As implicações éticas do progresso científico.

Com uma abordagem interdisciplinar, reunimos conhecimentos de diversas áreas, como enfermagem, física, direito, estética, medicina, engenharia, dentre outros.

Prepare-se para uma jornada que revelará como a ciência molda nossa realidade e como podemos contribuir para um futuro mais sustentável e equitativo. Acompanhe-nos nesta exploração fascinante!

ORGANIZADORES

Glauber Tulio Fonseca Coelho

Possui Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - UNIDERP (2020), Mestrado em Engenharia Civil (Concentração: Saneamento Ambiental) pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2009), MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (2006) e Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui experiência em Gestão do Ensino Superior, Processos Regulatórios do Ensino Superior, Construção Civil, Gestão de Projetos, Meio Ambiente, Hidrologia e Drenagem. Reitor da UNINASSAU - São Luís. Empresário no setor de livros virtuais científicos, sócio proprietário da Editora Pascal LTDA. Avaliador do MEC / INEP para cursos de ensino superior.

Patrício Moreira de Araújo Filho

Atualmente é Professor Adjunto na Universidade CEUMA onde também é Coordenador dos Cursos de Engenharia: Mecânica, Produção e Elétrica, além de atuar como docente nos cursos de Engenharia Civil, Computação e Ambiental. Graduado em Física pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (1996), Mestre e Doutor em Engenharia Mecânica, nas áreas de Projetos e Materiais pela Universidade Estadual Paulista "Dr. Júlio de Mesquita Filho" - UNESP (1998 a 2002). Tem experiência na área de Engenharia Mecânica, com ênfase em Materiais, Controle de Processo e Metalurgia de Semicondutores: desenvolvimento e aprimoramento de materiais e ligas amorfas, por meio de processos de refino sob vácuo, Bridgman e Fusão Zonal; caracterização de propriedades elétricas e mecânicas. Possui vasta experiência em nível de Graduação e Pós-Graduação, adquiridas durante atuação como docente: *Na área de Engenharia: desenvolveu as disciplinas de Siderurgia e Fundições; Materiais Elétricos; Eletrônica; Resistência de Materiais; Probabilidade, Pneumática e comandos hidráulicos, Processos contínuos, Controle de qualidade, Ciência de Materiais, Resistência dos materiais e Práticas Laboratoriais. *Na área das Ciências Sociais Aplicadas desenvolveu temas correlacionados as disciplinas de Contabilometria, Estatística; Métodos Financeiros, Projetos, Técnica para Tomada de Decisão; Lógica e Matemática, em IES do setor público e privado, ainda na Pós-Graduação, desenvolveu atividades de ensino e coordenou os cursos de Matemática-Estatística e Química-Estatística da Faculdade Atenas Maranhense. Foi o Coordenador Geral do CPPE/FAMA e Coordenador do Comitê Interno de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Faculdade Atenas Maranhense - FAMA entre os anos de 2009 a Jun/2011. Em Ago/2011 foi nomeado Coordenador de Pesquisa da FAMA e presidente do CEP-FAMA. Exerceu a função de Conselheiro titular, junto a Secretaria de Estado do Meio-Ambiente/MA, com atividades desenvolvidas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão\ CONERH-MA (2010-2013) - segmento de Ensino e Pesquisa com atuação na área de Recursos Hídricos. Foi coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade Pitágoras São Luís/ Maranhão onde realizou pesquisas relacionadas a temas que envolvem as áreas de Física, Mecânica, Estatística, Ciência de Materiais, Tecnologia da Informação e Meio-Ambiente, além de organizar grupos de Iniciação Científica e Eventos. Foi Coordenador do Programa Ciência sem Fronteiras na Faculdade Pitágoras/ FAMA onde também foi presidente do Conselho da Editora do Centro de Ensino Atenas Maranhense CEAMA e Editor Chefe (Prefixo Editorial: 89293), sendo também, fundador e editor chefe da Revista Científica Acta Brazilian Science (ISSN 2317-7403) . Atualmente desenvolve ações como consultor AD Hoc da: Fundação de Ampara a Pesquisa no Maranhão

FAPEMA, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação Blog PopCiência Maranhão e Revista CEUMA Perspectivas(ISSN 1415-3068) e é Editor Chefe na Editora Pascal (Prefixo Editorial 80751). É líder de grupo de pesquisa registrado no DGP/CNPq e certificado pela UNIVERSIDADE CEUMA, com o título: Grupo de Pesquisa em Engenharia e Tecnologias, pelo curso de Engenharia Mecânica.

Eduardo Mendonça Pinheiro

Doutor em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2023). Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2017). Pós Graduação em Gestão de Projetos pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2021). Especialista em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras-MG (UFLA, 2006), Especialista em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2017). Graduado em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2004), Licenciatura Plena pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2008). Mestrado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, interrompido em 2014). Engenheiro Agrônomo concursado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA). Sócio Proprietário da Editora Pascal LTDA. Professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão. Consultor pelo Programa Alimentos Seguros (PAS). Já atuou como consultor e instrutor no setor de alimentos e bebidas pelo SENAI-MA (2004-2014). Atuou na Assessoria técnica na Secretária de Estado de Agricultura do Maranhão (2015-2017).

SUMÁRIO

CAPÍTULO 115

REFORMA AGRÁRIA NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Flávia Cristina Teixeira Pereira de Queiroz

Ione Gisele Correia Ferreira

Karla Bianca Correia Ferreira

Laysa Ellen Fonseca Silva

Emerson de Jesus Pereira Campos

Raylson Luciano Cantanhede

Eduardo Mendonça Pinheiro

CAPÍTULO 2.....26

A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DA CRIANÇA

Bruna Maria Carvalho Lima

Cleuma Gomes Pinheiro Melo

Maria de Lourdes Azevedo Dos Santos

Maria Eduarda Fagundes Sousa

Myrella Ferreira Gomes

Thaciane Vitória Braga Rodrigues Dos Santos

Laura Taís Aguiar Coelho

Livia Alessandra Gomes Aroucha

CAPÍTULO 3.....35

CUIDADO INTEGRAL À PESSOA COM HIV: PERSPECTIVAS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ÂMBITO HOSPITALAR

Sarah Victória Pacheco de Oliveira

Clauber Herlano Silva Nery

Renata Costa da Silva

David Cássio Silva de Jesus

Jasminy Gabriela Carvalho de Freitas

Patrícia Marques Machado

Rikaele dos Santos Silva

Luciana Vieira Pinho

Ludmila Barros dos Santos

Mariane de Amarante Souza

CAPÍTULO 443
ESTÉTICA E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS, PERCEPÇÕES E PRÁTICAS NO CUIDADO À AUTOIMAGEM

Allana Jones Da Conceição Lobato

Kaline Moreira Costa

Lourdilene Lopes Dos Anjos

CAPÍTULO 5.....53
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA OZONIOTERAPIA COMO PRÁTICA INTEGRATIVA DE SAÚDE

Ana Beatriz Fortunato Monturil Matos

Anna Jehnniffer Ferreira Rocha

Daniele Rayane Martins Almeida

Heloísa Karlene Neves Gomes

Rayllane Alves Pinheiro

Josafá Marins

CAPÍTULO 6.....61
A UTILIZAÇÃO DO PEELING QUÍMICO PARA O TRATAMENTO DO MELASMA

Emanoela Fernanda Machado Miranda

Luciana de Araújo Salazar

Nathália dos Santos Furtado

Ildona Paz Oliveira

CAPÍTULO 7.....74
IMPACTO DA PERDA DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: UM ESTUDO DO MARCO TEMPORAL

Adriana Silva Asevedo

Andressa Santos Rocha

Guilherme Batista De Macedo

Kaillany Pinto Gonçalves

Michelle Souza Cantanhede

Wanderson Fernandes Machado

CAPÍTULO 880
A INTRADERMOTERAPIA NO TRATAMENTO DE GORDURA LOCALIZADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Emely Gomes Ferreira

Glauce Kelly Vieira Maia

Maria de Jesus Santos Pires

Wanessa Tana Melo Sousa

Aliny Oliveira Rocha

Ildoana Paz Oliveira

CAPÍTULO 9.....87

A HISTERIA MASCULINA: UM ESFORÇO DE CONCEITUAÇÃO

Anderson Viana

CAPÍTULO 10.....95

DESAFIOS ÉTICOS NO ATENDIMENTO A PACIENTES COM DEFICIÊNCIA

Alice Lima Vidal

Andreza Monique Queiroz Farias

Bianca Alves Lobão Costa

Brunna Carolina Guedelha Pinto

Emilly Ramos De Oliveira

Hynaira Bandeira Valério

Isnara Éveny Primo Da Silva

Jean Marcos Da Luz Lopes

Katy Evelyn Rocha Dos Santos

Laura Victoria Marinho Mesquita

Lorena Rebeka Silva De Sousa

Michelle Mikaela Ferreira Ramos

Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 11.....100

DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA A ABERTURA DO CAPITAL DE GIRO EM EMPRESAS RECÉM-CRIADAS

Shyrleide Leite Menezes Maciel

Bruno Fliglioli

Marcella Carolina Pinheiro Reis

Éder Wiliam de Macêdo Siqueira

CAPÍTULO 12117

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA MULHER: A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHER DIAGNOSTICADA COM ENDOMETRIOSE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Mackilda Eduarda Lobato Mendes

Brunna Adilla Rocha Dos Santos

Emanuelle Vieira Nogueira

Livia Alessandra Gomes Aroucha

CAPÍTULO 13125

ÉTICA NA PRESCRIÇÃO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS ALIMENTARES

Alciene Lisboa Sousa

Luanda Cecilya Caldeira Guimaraes

Maria Luiza Muniz Costa
Nayla Alves Muniz
Rayssa Cristina Da Silva Bezerra Rocha
Safira Dos Santos Andrade
Sarah Pires Ribeiro
Taynara De Almeida Costa
Thainá Andreia Campos Costa
Thainara Patrícia Campos Costa
Thaissa Gabriele Silva Morais
Victoria Regea Ferreira Guimarães
Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 14.....130

PAPEL DA ENFERMAGEM NA SEGURANÇA DO PACIENTE

Anayza Santos Ramos Sales
Gilsa Cleia Oliveira Dos Santos
Jhonata Dos Anjos Neres
Josele Fernandes De Sousa Coelho
Marcia Gabriela Oliveira Soeiro Pereira
Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 15140

MODELAGEM E DIMENSIONAMENTO DE UM DECANTADOR DE EFLUENTES DE UMA INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Ana Nathalia Correia da Silva

CAPÍTULO 16151

A LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL: IMPACTOS AMBIENTAIS E SAÚDE PÚBLICA

Dielson Rodrigues Silva Júnior
Dayana Aryane Santos Soares
Mariana da Costa Silva
Laiza Alves Fernandes da Silva
Helen dos Santos

CAPÍTULO 17162

EMPREDEDORISMO NA ENFERMAGEM ESTÉTICA: COM OS ENFERMEIROS ESTÃO TRANSFORMANDO O MERCADO DE BELEZA E BEM-ESTAR

Brunna Cristina Mendes Leonardo
Euliete de Araújo de Sousa
Jessica Monteiro Barros Carvalho
Maria Vitória de Sousa Silva

Samara Costa Braga
Vanessa Lopes da Silva

CAPÍTULO 18169
MARKETING DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS PARA COMPETITIVIDADE E O ENGAJAMENTO DOS ESTUDANTES NO BRASIL

Shyrleide Leite Menezes Maciel
Rômulo César Dias de Andrade
Marcella Carolina Pinheiro Reis
Giselly Fernanda Lima de Moura

CAPÍTULO 19180
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS NÍVEIS DOS PEQUENOS EMPREENDEDORÉS DE CARUARU - PE

Shyrleide Leite Menezes Maciel
Mirella Karine Alves Da Silva
Rômulo César Dias de Andrade
Marcella Carolina Pinheiro Reis

CAPÍTULO 20195
OS GÊNEROS TEXTUAIS: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DA LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gracilene Vieira da Silva

CAPÍTULO 21209
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À POPUAÇÃO TRANS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

Izayanny Silva Vilas Boas
Julia Kauanne Fernandes Oliveira
Lucileia Santos dos Santos
Maria Eduarda Silva da Costa
Mariana De Jesus Durans Matos
Mariane de Amarantes Souza
Paulo Sérgio da Silva Pinheiro
Thacio da Silva Figueredo

CAPÍTULO 22219
CUIDADO DE ENFERMAGEM E RESPEITO A DIVERSIDADE RELIGIOSA: MANTENDO A ÉTICA PROFISSIONAL

Alice França Guimarães
Adrielle Costa Mendes
Amanda Rocha Arraes De Melo
Guilherme Dias Silva

Giulianny Carla Varão Paiva
Gleysse Dayane França Mendes
Isabela Ranara Pereira Da Silva
Júlia Manuelle Reis De Sousa
João Victor Dos Santos Rodrigues
Josiane Dos Santos Nunes
Kemuel Itallo Lima Silva
Kenilly Gabrielly Costa Macedo
Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 23227

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM DESAFIO PARA A PRÁTICA DA ENFERMAGEM

Ana Beatriz Sousa Reis
Keully Soares Irineu
Lídia Adryelle Costa Gusmão
Lívia Lima Souza
Lorena Duarte
Lucyelle Penha Lima De Abreu
Luemily Sodré Rodrigues
Maria Eduarda Cerqueira Gomes
Maria Fernanda Castro Filgueiras
Nara Maria Fernandes Lima
Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 24234

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PROMOVENDO O RESPEITO À SOCIODIVERSIDADE COM BASE EM PRINCÍPIOS ÉTICOS

Ana Luísa Dos Santos Ayres
Ana Clara Lobato Marques
Clara Regina Silva Do Nascimento
Elaine Martins Silva
Francinete Da Silva Santos
Gercina Da Silva Dias
Jefferson Moraes Ferreira
Karla Cristine Pinheiro Sarges
Joanny Yashimim Santos Almeida
Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 25241

A FRAGILIDADE DA PROVA DIGITAL NO DIREITO PROCESSUAL PENAL

Péricles Leon de Souza

Luiz Antônio Evangelista de Souza e Filho

Mariana Barbosa Miranda

CAPÍTULO 26249

DESAFIOS ÉTICOS NO CUIDADO DE PACIENTES TERMINAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A DIGNIDADE E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA

Denise Rafaelle Coelho Baldez

Bruna Marques Do Nascimento

Kayllane Dos Santos Ferreira

Sarah Rebeca De Sousa Almeida

Andressa Silva Costa

Jardel Nascimento Almeida

Terezinha Reis De Sousa

Antony Kayky Saboia Sales

Marcella Aparecida Souza Chaves

Yngrid Suellen Alves Santos

Maria Tereza Alves Moura

Bruna Luany Chaves Carneiro

Amanda Cristina Da Silva Pimentel

Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 27261

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DO AUTISMO NA CONTEMPORANEIDADE COM ÊNFASE NA INCLUSÃO ESCOLAR

Anadiene Rodrigues Santos

CAPÍTULO 28275

ÉTICA E SOCIO DIVERSIDADE: OS CUIDADOS PRESTADOS PELA ENFERMAGEM ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Kethyllyn Karine Dos Santos Da Silva

Lívia Adrielle Silva Rolim

Marcelo Augusto Amorim Rabelo

Maria Eduarda Da Silva

Maria Eduarda Leal Oliveira

Marina Cristina Rocha Freitas

Matheus Lima Belarmino

Maysa Railene Monteiro Frazão

Paulo Matheus Batista Costa

Richard Lhorann Ferreira Moraes

Samantha Costa Borgneth
Samira Fernanda Serra Fonseca
Talyson Henrique Da Silva Ferreira
Wanderlucia De O. M. Dos Santos
Daniel Ruan Alves Reis

CAPÍTULO 29281

MASSAGEM TERAPÊUTICA NA TENSÃO MUSCULAR

Evelyn Patricia Sousa dos Santos
Maria do Carmo Sodré
Valeska Lopes Machado
Ilithia Rieche Pontes
Ildoana Paz Oliveira

CAPÍTULO 30291

INTEGRANDO INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL E AUTOMAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS NA INDÚSTRIA MODERNA

Marcos Djan Silva de Sousa

CAPÍTULO 31300

CADASTRO AMBIENTAL RURAL: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS NA GESTÃO AMBIENTAL

Ana Beatriz da Costa Cantanhede
Emanuele da Silva Ferreira
Rosélia Arouche Ferreira
Sabrina Costa Oliveira
Samyra Rayssa Mendes de Castro

CAPÍTULO 32306

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

Karina Mendonça

1

REFORMA AGRÁRIA NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Flávia Cristina Teixeira Pereira de Queiroz¹
Ione Gisele Correia Ferreira¹
Karla Bianca Correia Ferreira¹
Laysa Ellen Fonseca Silva¹
Emerson de Jesus Pereira Campos¹
Raylson Luciano Cantanhede¹
Eduardo Mendonça Pinheiro²

1 Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis-MA

2 Docente do curso de Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis-MA

Resumo

Este artigo investiga a reforma agrária no século XXI, enfatizando sua relevância para o desenvolvimento sustentável e a justiça social. A análise centra-se nos novos desafios impostos por avanços tecnológicos, crescimento urbano e mudanças nas dinâmicas agrícolas e ambientais. Examina-se a distribuição desigual de terras como um problema estrutural e histórico que influencia as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. A pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre as possibilidades e limitações da reforma agrária moderna, destacando sua importância para a redução da concentração fundiária e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com análise de literatura acadêmica e teorias contemporâneas sobre o tema. Conclui-se que a reforma agrária é vital para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, oferecendo uma base para políticas públicas mais eficazes e justas, que integram inclusão social e sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: Reforma agrária, Desenvolvimento sustentável, Justiça social, Século XXI, Políticas públicas.

Abstract

This article investigates land reform in the 21st century, emphasizing its relevance to sustainable development and social justice. The analysis focuses on the new challenges posed by technological advancements, urban growth, and changes in agricultural and environmental dynamics. It examines the unequal distribution of land as a structural and historical problem that influences social, economic, and political dynamics. The research proposes a critical reflection on the possibilities and limitations of modern land reform, highlighting its importance for reducing land concentration and promoting sustainable agricultural practices. Methodologically, the study adopts a qualitative and descriptive approach, with an analysis of academic literature and contemporary theories on the topic. It concludes that land reform is vital for achieving the United Nations' Sustainable Development Goals, providing a basis for more effective and just public policies that integrate social inclusion and economic sustainability.

Keywords: Land reform, Sustainable development, Social justice, 21st century, Public policy



1. INTRODUÇÃO

A questão da reforma agrária no século XXI apresenta-se como um dos temas centrais no debate sobre desenvolvimento sustentável, justiça social e combate às desigualdades no Brasil e em diversos países. Historicamente, a distribuição desigual de terras está associada a problemas estruturais que atravessam gerações, influenciando a organização social, econômica e política das nações. No contexto atual, marcado por avanços tecnológicos, crescimento urbano e mudanças nas dinâmicas agrícolas e ambientais, a reforma agrária adquire novas dimensões e desafios (Corazza; Martinelli Jr, 2002).

A relevância desse tema reside na busca por um modelo de desenvolvimento que integre inclusão social e sustentabilidade econômica, atendendo às necessidades de populações rurais e urbanas e, ao mesmo tempo, promovendo o uso racional dos recursos naturais. Além disso, a reforma agrária é vista como uma estratégia para reduzir a concentração fundiária, estimular a produção familiar e fomentar práticas agrícolas sustentáveis, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

A justificativa para esta pesquisa é embasada na urgência de se compreender os desafios e as possibilidades de implementação de uma reforma agrária eficiente e justa, considerando as especificidades do século XXI. O agronegócio, as pressões ambientais, a globalização dos mercados e o aumento das demandas por alimentos orgânicos e saudáveis demandam uma reavaliação das políticas agrárias existentes. Diante disso, torna-se essencial investigar como políticas públicas podem ser formuladas e ajustadas para atender a essa complexa realidade, beneficiando agricultores, preservando o meio ambiente e fomentando um desenvolvimento socioeconômico equilibrado.

O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios e perspectivas da reforma agrária no século XXI, propondo uma reflexão crítica sobre suas limitações e possibilidades, bem como sobre as políticas e práticas que podem potencializar seus resultados.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, utilizando uma abordagem qualitativa para analisar e discutir os desafios e perspectivas da reforma agrária no século XXI. A coleta de dados foi realizada através de uma revisão bibliográfica, englobando fontes acadêmicas que tratam das evoluções históricas e conceituais da reforma agrária, bem como estudos contemporâneos sobre seus desafios e perspectivas futuras.

Para a análise dos dados, foi adotado um enfoque analítico-crítico, visando entender como as transformações sociais, econômicas e políticas influenciam a implementação e a eficácia das políticas de reforma agrária. Isso incluiu uma avaliação das políticas públicas e das dinâmicas de mercado que afetam a distribuição e o uso da terra, além de considerar os impactos ambientais e sociais dessas políticas.

Dessa forma, a metodologia empregada permitiu uma compreensão abrangente e detalhada dos múltiplos aspectos que compõem o tema da reforma agrária, contribuindo para a formulação de recomendações e estratégias que almejam uma reforma agrária mais justa e eficiente no contexto atual.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Evolução Histórica e Conceitual da Reforma Agrária

A reforma agrária é um tema de grande relevância no contexto das políticas públicas e da justiça social, representando um dos eixos centrais de desenvolvimento econômico e organização social nas sociedades modernas. A concentração fundiária, ou a posse de vastas extensões de terra por um número restrito de proprietários, é uma característica que marca muitos países, especialmente na América Latina. Esse cenário histórico é uma das principais justificativas para a implementação de políticas de reforma agrária ao longo do século XX, com o objetivo de redistribuir terras e promover o acesso igualitário a esse recurso essencial para a produção agrícola e o desenvolvimento rural (Cerazza; Martinelli Jr, 2002)

No início do século XX, a reforma agrária era vista como uma necessidade econômica e política em muitas regiões do mundo, sobretudo em países de economia predominantemente agrícola. Movimentos revolucionários, como a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Russa de 1917, surgiram com fortes componentes agrários, onde a terra era central para a independência econômica e a justiça social. Em ambos os casos, a reforma agrária foi associada a ideais de redistribuição de terras e combate à exploração do trabalho rural. Esses movimentos inspiraram muitas outras nações, tornando a reforma agrária uma bandeira de luta contra a desigualdade social e a exploração econômica nas zonas rurais (Lenin, 2010).

Durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, o conceito de reforma agrária passou a ser promovido em escala global, principalmente com o apoio de organismos internacionais. Sob a influência dos Estados Unidos e da União Soviética, muitos países em desenvolvimento adotaram políticas de reforma agrária como parte de suas agendas de crescimento e de contenção de revoltas sociais (Guimarães, 2005). Em várias nações asiáticas, por exemplo, reformas agrárias foram implementadas como um meio de estabilizar economias pós-coloniais e combater a pobreza rural. Ao longo desse período, a reforma agrária clássica enfatizava principalmente a redistribuição de terras e o aumento da produtividade agrícola. Segundo Prado Jr (2005)

A partir das décadas de 1960 e 1970, o enfoque da reforma agrária foi ampliado para incluir aspectos sociais e políticos, além dos econômicos. Essa mudança foi particularmente relevante na América Latina, onde movimentos de reforma agrária começaram a considerar questões como a organização comunitária e a justiça social no campo. Teóricos marxistas influenciaram esses debates, enfatizando a luta de classes como base para a transformação agrária. Segundo essa visão, a redistribuição de terras era não apenas uma medida econômica, mas uma forma de empoderar trabalhadores rurais e desafiar as estruturas de poder dominantes, que mantinham o campesinato em condições de extrema pobreza e dependência (Prado Jr, 2005, p.56)

A partir da década de 1980, com a ascensão das políticas neoliberais, a reforma agrária enfrentou novos desafios e resistências. A pressão para abrir mercados, reduzir o papel do Estado e promover a privatização dificultou a implementação de programas de redistribuição de terras. Muitos governos passaram a priorizar o agronegócio como motor de desenvolvimento econômico, o que resultou em uma diminuição dos programas de reforma agrária clássica. Essa abordagem favoreceu a expansão de monoculturas e o aumento da concentração fundiária, ao passo que pequenos agricultores e comunidades rurais foram, muitas vezes, marginalizados no processo de desenvolvimento (Silva, 1998).



Com o avanço da globalização e o crescimento do mercado internacional de produtos agrícolas, as discussões sobre reforma agrária começaram a incorporar aspectos ambientais e de sustentabilidade. Nos anos 2000, surgiram novas perspectivas que reconheciam a importância de práticas agrícolas sustentáveis e do respeito aos direitos de populações indígenas e comunidades tradicionais. A reforma agrária passou a ser vista não apenas como um instrumento de redistribuição de terras, mas também como uma forma de proteger o meio ambiente e preservar a biodiversidade, incorporando práticas de agroecologia e agricultura familiar (Gorgen, 2004, p.60).

Segundo Corazza e Martinelli Jr (2002) os teóricos liberais e institucionalistas também contribuíram para o debate sobre reforma agrária, oferecendo interpretações que consideram o papel do Estado e das instituições como mediadores nas relações fundiárias. Segundo esses autores, a reforma agrária deve se basear em um equilíbrio entre intervenção estatal e mercado livre, promovendo políticas que incentivem a eficiência econômica e o desenvolvimento rural sustentável. Essa visão destaca a importância de criar condições para que pequenos agricultores possam competir no mercado, oferecendo-lhes acesso a crédito, capacitação técnica e infraestrutura.

Nos últimos anos, o conceito de reforma agrária passou a incluir a ideia de “reforma agrária sustentável”, que busca conciliar a redistribuição de terras com a sustentabilidade econômica e ambiental. Esse modelo considera que a agricultura familiar e a pequena produção podem desempenhar um papel significativo na segurança alimentar e na preservação ambiental (Azar, 2012). Além disso, o desenvolvimento de tecnologias agrícolas que respeitam o meio ambiente tem incentivado práticas de cultivo que são economicamente viáveis e socialmente justas, proporcionando alternativas ao agronegócio e promovendo a diversidade de cultivos.

Outro ponto relevante nas discussões contemporâneas sobre reforma agrária é o papel dos movimentos sociais. Conforme destacado por Martins (2000), organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil têm desempenhado um papel fundamental ao pressionar governos e mobilizar a sociedade em prol de políticas de redistribuição de terras e desenvolvimento rural sustentável. Esses movimentos chamam a atenção para as desigualdades sociais e para a concentração fundiária, apontando-os como obstáculos à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, propõem modelos alternativos de produção agrícola que valorizam a cooperação e a economia solidária, apresentando esses arranjos como estratégias eficazes para enfrentar os desafios impostos pela modernização agrícola e pela dependência do agronegócio.

Finalmente, o século XXI trouxe novas perspectivas para a reforma agrária, especialmente em relação à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que incluem metas relacionadas ao combate à pobreza, promoção da igualdade e proteção ambiental. A reforma agrária, portanto, passa a ser vista como uma estratégia essencial para atingir esses objetivos, integrando questões de justiça social e preservação ambiental com o desenvolvimento econômico rural (Ferreira, 1998). Essa abordagem multidimensional evidencia a importância de políticas públicas inovadoras e sustentáveis para garantir que a reforma agrária seja efetiva no contexto contemporâneo.

Em resumo, a evolução histórica e conceitual da reforma agrária reflete as mudanças nas condições socioeconômicas e nas demandas políticas ao longo das décadas. Desde as revoluções agrárias do início do século XX até as abordagens sustentáveis atuais, a reforma agrária permanece um tema fundamental para a construção de sociedades mais justas e equilibradas (Lenin, 2010). A literatura sobre o tema evidencia tanto os desafios quanto as

possibilidades de implementar uma reforma agrária adaptada às exigências e complexidades do século XXI, buscando transformar a distribuição de terras em um instrumento de justiça social e desenvolvimento sustentável.

3.2 Desafios Contemporâneos para a Reforma Agrária

A reforma agrária no século XXI enfrenta uma série de desafios que complexificam sua implementação e sustentabilidade. Com a globalização e a expansão do agronegócio, a distribuição de terras para pequenos agricultores e comunidades rurais tem se tornado um processo cada vez mais delicado e desafiador. O agronegócio, que se caracteriza pela produção em larga escala voltada ao mercado global, representa uma força econômica e política poderosa, influenciando decisões governamentais e reduzindo o espaço para políticas de redistribuição de terras. Em muitos casos, o agronegócio reforça a concentração fundiária, pois grandes propriedades são favorecidas para garantir altos índices de produtividade e competitividade no mercado internacional (Heim; Silveira, 2013).

Outro desafio contemporâneo é a complexidade das cadeias produtivas globais, que têm exigido um modelo de agricultura intensiva e tecnologicamente avançada. Esse modelo, predominantemente sustentado pelo agronegócio, torna a agricultura de pequena escala menos competitiva, o que enfraquece os argumentos econômicos em favor da reforma agrária clássica. Além disso, a entrada de produtos agrícolas em mercados internacionais é regida por padrões de qualidade e exigências logísticas que pequenos produtores frequentemente não conseguem atender. Dessa forma, as pequenas propriedades beneficiadas pela reforma agrária enfrentam dificuldades para competir, ampliando sua vulnerabilidade econômica (Melo, 2013).

As políticas neoliberais, que ganharam força a partir dos anos 1980, também representam um obstáculo significativo para a reforma agrária. A adoção de políticas de livre mercado, a redução do papel do Estado na economia e o incentivo à privatização dos recursos afetaram diretamente as iniciativas de redistribuição de terras. Com a diminuição do investimento público em políticas de apoio aos pequenos agricultores, muitas regiões onde a reforma agrária foi implementada sofrem com a falta de infraestrutura básica, financiamento e assistência técnica. Em muitos países, a reforma agrária foi limitada a uma redistribuição superficial de terras, sem oferecer os recursos necessários para que os beneficiários se sustentassem economicamente (Veiga, 2003).

A expansão agrícola, seja para atender à demanda de alimentos, biocombustíveis ou matérias-primas, tem contribuído para o desmatamento e a degradação de ecossistemas essenciais. Em países com alta biodiversidade, como o Brasil, a reforma agrária precisa ser conciliada com a preservação ambiental, o que exige planejamento cuidadoso e práticas sustentáveis de manejo do solo. Entretanto, o custo elevado de tecnologias sustentáveis e a dificuldade de acesso a recursos para adoção de práticas ambientalmente responsáveis limitam a capacidade dos pequenos produtores de integrarem sustentabilidade às suas atividades (Nishikawa, 2012).

A resistência de setores econômicos e políticos ligados ao agronegócio representa outro desafio significativo. Grandes proprietários de terras e grupos empresariais, que exercem forte influência política, frequentemente se opõem a políticas de reforma agrária, temendo a perda de controle sobre as terras e as cadeias produtivas. Essa resistência se manifesta tanto em ações legislativas para reduzir o alcance das políticas de reforma agrária quanto em estratégias de lobby para deslegitimar movimentos sociais que defendem a redistribuição de terras. Em muitos casos, essas forças influentes conseguem barrar ou

limitar iniciativas governamentais de reforma agrária, tornando o processo de redistribuição mais lento e burocrático.

Os movimentos sociais, no entanto, têm desempenhado um papel crucial na defesa e promoção da reforma agrária, apesar das dificuldades enfrentadas. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e outras organizações camponesas em países da América Latina são exemplos de como a mobilização social busca resistir às pressões do agronegócio e defender os direitos dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores (Stedile; Fernandes, 1999).

Esses movimentos promovem alternativas ao modelo agroindustrial, defendendo a agricultura familiar e a agroecologia como formas de garantir segurança alimentar e justiça social. Contudo, a atuação desses movimentos é frequentemente criminalizada e reprimida, dificultando seu avanço e limitando sua capacidade de pressionar por mudanças significativas.

A questão do financiamento é uma dificuldade crítica para a sustentabilidade das políticas de reforma agrária. Sem acesso a crédito e apoio financeiro, os pequenos agricultores enfrentam dificuldades para manter suas atividades e melhorar suas condições de vida (Barraclough, 2001)

A falta de crédito adequado leva muitos beneficiários da reforma agrária a abandonarem suas terras ou as venderem a grandes proprietários, perpetuando o ciclo de concentração fundiária. O financiamento é fundamental para assegurar que a reforma agrária seja duradoura e efetiva, permitindo que os pequenos produtores invistam em tecnologias, infraestrutura e práticas agrícolas sustentáveis (França; Sparovek, 2005).

Outro aspecto que complica a sustentabilidade das políticas de reforma agrária é a dependência de tecnologias agrícolas modernas, muitas vezes de difícil acesso para pequenos produtores. O desenvolvimento de uma agricultura eficiente e sustentável exige o uso de tecnologias que promovam a produtividade sem agredir o meio ambiente. No entanto, o custo dessas tecnologias, que incluem maquinários avançados, sistemas de irrigação, sementes de alta qualidade e insumos específicos, representa um obstáculo para os agricultores de menor escala. A falta de acesso a essas tecnologias limita a capacidade de pequenos produtores de serem competitivos e autossuficientes, comprometendo o sucesso da reforma agrária (Johnston; Kilby, 2001).

A reforma agrária enfrenta ainda desafios relacionados à falta de integração com políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural. Em muitos países, a reforma agrária não é acompanhada de políticas que garantam infraestrutura básica, como estradas, educação, saúde e saneamento. Essa falta de integração gera um ciclo de pobreza e marginalização que impede os pequenos produtores de melhorarem sua qualidade de vida e se estabelecerem economicamente. Para que a reforma agrária seja bem-sucedida, é necessário que ela faça parte de um conjunto mais amplo de políticas de desenvolvimento rural, promovendo o bem-estar das populações beneficiadas e aumentando suas chances de prosperidade (Le Coz, 1976)

Em suma, a reforma agrária no século XXI enfrenta desafios complexos e multidimensionais, que vão desde pressões políticas e econômicas até a necessidade de conciliar produção agrícola com sustentabilidade ambiental. A influência do agronegócio, as políticas neoliberais, as dificuldades de financiamento e a resistência de setores políticos são apenas alguns dos obstáculos que dificultam a implementação e a sustentabilidade das políticas de reforma agrária. Para enfrentar esses desafios, é necessário que governos, movimentos sociais e organizações internacionais trabalhem em conjunto para criar políticas integradas e sustentáveis que promovam a redistribuição de terras, garantindo ao mesmo

tempo a justiça social, a viabilidade econômica e a preservação ambiental (Leite, 2004).

3.3 Perspectivas Futuras e Modelos de Reforma Agrária Sustentável

A busca por modelos de reforma agrária sustentável é uma prioridade crescente para muitos países que enfrentam tanto a necessidade de redistribuir terras quanto de promover práticas agrícolas ecologicamente viáveis. A literatura recente destaca novas abordagens que buscam integrar a reforma agrária com a agricultura sustentável, reconhecendo que a justiça social e a preservação ambiental devem caminhar juntas. Nesse contexto, surgem propostas que associam a distribuição de terras a práticas agrícolas que respeitam os ecossistemas e a biodiversidade, como a agroecologia e a agricultura familiar, que também promovem segurança alimentar e valorização cultural das comunidades rurais (Boserup, 1991).

A agroecologia tem ganhado destaque como um modelo sustentável para a reforma agrária, oferecendo práticas agrícolas que utilizam recursos naturais de forma equilibrada e visam reduzir a dependência de insumos químicos e a degradação ambiental. Esse modelo propõe a diversificação das culturas, o uso racional do solo e a gestão participativa dos recursos, favorecendo a preservação da biodiversidade e a autonomia dos agricultores. A agroecologia também é vista como uma maneira de promover a resiliência às mudanças climáticas, ajudando as comunidades rurais a enfrentar eventos climáticos extremos sem comprometer a produtividade agrícola e a sustentabilidade a longo prazo (Almeida, 1998).

Outro aspecto importante nas perspectivas futuras da reforma agrária é a ampliação do acesso a crédito e financiamento adequado. O desenvolvimento de políticas públicas que facilitem o acesso a crédito rural é fundamental para que os pequenos agricultores possam investir em tecnologias verdes e práticas sustentáveis. Para muitos beneficiários da reforma agrária, o crédito é um recurso essencial para adquirir maquinários, melhorar a infraestrutura e implementar tecnologias que contribuam para a eficiência e a sustentabilidade da produção. Esse apoio financeiro deve ser desenhado para atender as necessidades específicas dos pequenos produtores, evitando os altos custos e as complexidades burocráticas que limitam o acesso ao crédito convencional (Assis, 2002).

O desenvolvimento de tecnologias verdes também se apresenta como uma oportunidade para os modelos de reforma agrária sustentável. Tecnologias que favorecem a conservação do solo, o uso racional da água e o controle biológico de pragas são cada vez mais acessíveis e adaptáveis às realidades das pequenas propriedades rurais. Essas inovações permitem que os agricultores aumentem a produtividade sem comprometer o meio ambiente, promovendo uma agricultura que atende às demandas de um mercado consumidor cada vez mais consciente dos impactos ambientais. O uso de tecnologias sustentáveis, como sistemas de irrigação por gotejamento e cultivo protegido, tem demonstrado ser eficaz para melhorar a eficiência dos pequenos agricultores e reduzir o desperdício de recursos naturais (Assis; Arezzo, 1997).

A reforma agrária participativa, que envolve as comunidades rurais no planejamento e implementação das políticas de redistribuição de terras, é uma abordagem que promete maior eficácia e aceitação. Esse modelo enfatiza o papel ativo dos agricultores e das organizações locais, permitindo que as decisões sobre o uso da terra e as práticas agrícolas sejam tomadas em conjunto. A reforma agrária participativa valoriza o conhecimento tradicional e incentiva a cooperação comunitária, o que pode fortalecer a coesão social e promover um desenvolvimento rural mais inclusivo. Além disso, ao envolver diretamente os beneficiários no processo de reforma agrária, aumenta-se a probabilidade de que as práti-

cas sustentáveis sejam realmente adotadas e mantidas ao longo do tempo (Barbieri, 1997)

As políticas públicas desempenham um papel essencial na construção de modelos de reforma agrária sustentável, ao estabelecer um marco regulatório que incentive práticas ecológicas e apoie a economia solidária. A implementação de programas de capacitação técnica, acesso a mercados e incentivos fiscais para a agricultura familiar são exemplos de como o Estado pode contribuir para a sustentabilidade das políticas de redistribuição de terras. Além disso, políticas de assistência técnica voltadas para a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável são fundamentais para capacitar os agricultores a utilizarem práticas ambientalmente responsáveis e aumentarem sua competitividade no mercado (Buarque, 1991).

A economia solidária surge como uma alternativa econômica complementar à reforma agrária, promovendo modelos de produção cooperativa e colaborativa que beneficiam as comunidades rurais. A formação de cooperativas e associações entre pequenos agricultores permite que eles compartilhem recursos, negociem melhores preços e ampliem seu acesso a mercados. Esse modelo de economia solidária reduz a vulnerabilidade econômica dos pequenos produtores e fortalece suas condições de negociação, criando uma rede de apoio que contribui para a sustentabilidade das políticas de reforma agrária e oferece alternativas ao modelo de agronegócio convencional (Assis, 2002).

Além disso, a adoção de certificações de produção orgânica e sustentável é uma estratégia que pode fortalecer a competitividade dos pequenos agricultores no mercado. Esses certificados aumentam o valor agregado dos produtos e atendem à demanda crescente por alimentos saudáveis e ambientalmente responsáveis. No entanto, a certificação exige investimentos e processos de adaptação que nem todos os agricultores têm condições de realizar, razão pela qual políticas de apoio e financiamento são essenciais para que a certificação sustentável seja acessível. A adoção de selos e certificados fortalece o modelo de reforma agrária sustentável e contribui para consolidar a agroecologia como um modelo viável e rentável (Almeida, 1998).

Para Boserup (1991) a reforma agrária sustentável deve considerar a capacitação das novas gerações de agricultores para que estejam aptas a manter e inovar nas práticas agrícolas sustentáveis. Programas de educação e treinamento voltados para a juventude rural ajudam a garantir a continuidade das práticas sustentáveis e incentivam o retorno dos jovens ao campo. Iniciativas que promovam o ensino de práticas agroecológicas e gestão ambiental nas escolas e universidades rurais ajudam a formar uma nova geração de agricultores conscientes dos desafios ambientais e preparados para adaptar suas práticas às demandas de sustentabilidade e eficiência.

Em síntese, os modelos de reforma agrária sustentável do século XXI buscam integrar a justiça social com a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico, propondo práticas que respeitem o meio ambiente e promovam a inclusão das comunidades rurais. A combinação de agroecologia, acesso a crédito, uso de tecnologias verdes, reforma agrária participativa e economia solidária compõem uma abordagem que possibilita a criação de um modelo agrícola mais justo e sustentável. O alinhamento das políticas públicas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a promoção de uma agricultura sustentável fortalecem a viabilidade da reforma agrária no contexto contemporâneo, tornando-a uma ferramenta poderosa para a construção de uma sociedade mais equitativa e ecológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desafios e perspectivas da reforma agrária no século XXI evidencia a complexidade de implementar políticas eficazes e sustentáveis de redistribuição de terras. A interação entre os interesses do agronegócio, as dinâmicas das cadeias produtivas globais e as pressões ambientais reforça a necessidade de abordagens inovadoras que possam conciliar a justiça social com a sustentabilidade econômica e ecológica. É claro que o modelo tradicional de reforma agrária enfrenta limitações significativas, especialmente em um contexto globalizado, onde as exigências de mercado e as políticas neoliberais dificultam a promoção de uma redistribuição equitativa e sustentável das terras.

Apesar das dificuldades, surgem perspectivas promissoras no desenvolvimento de modelos de reforma agrária sustentável. A integração de práticas agroecológicas, o fortalecimento da economia solidária e o uso de tecnologias verdes oferecem alternativas viáveis para tornar a reforma agrária mais inclusiva e resiliente. Esses modelos buscam valorizar a agricultura familiar e promover a autonomia dos pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente e asseguram a produtividade. A reforma agrária participativa, que envolve diretamente as comunidades locais no processo decisório, também se destaca como uma estratégia importante para assegurar que as práticas sustentáveis sejam incorporadas e mantidas.

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serve como um guia estratégico, ao estimular políticas que aliam o combate à pobreza e a promoção da igualdade com a sustentabilidade ambiental. Para que esses modelos de reforma agrária se tornem realidade, é essencial que governos, organizações internacionais e movimentos sociais trabalhem em conjunto, formulando políticas públicas de longo prazo que apoiem o acesso a crédito, a capacitação técnica e a criação de infraestrutura adequada para as comunidades rurais.

Em síntese, o futuro da reforma agrária depende de uma visão ampla e integrada, que reconheça as necessidades e potencialidades das populações rurais e valorize a diversidade cultural e ecológica dos territórios. A reforma agrária sustentável desponta como uma ferramenta transformadora para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, onde o desenvolvimento econômico possa ser alcançado de maneira inclusiva e em harmonia com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.L. de. **Sistema integrado de produção agroecológica**: Fazendinha Agroecológica Km 47. Encontro Nacional sobre Produção Orgânica de Hortaliças. 1. Vitória. 1998. Anais. Vitória: Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA), 1998, p.77-94.
- ASSIS, R.L. de. **Agroecologia no Brasil**: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 150f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ASSIS, R. L. de; AREZZO, D. C. de. Propostas de difusão da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.14, n.2, p.287-297, 1997
- AZAR, Zaira Sabry. **Questão agrária no Brasil**: aspectos histórico-conceituais. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação. 2012
- BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997, 156p.
- BUARQUE, C. **A desordem do progresso**: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 189p.



- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987, 141p.
- CORAZZA, Gentil e MARTINELLI Jr, Orlando. **Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico**. In: Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 10, n 19. Passo Fundo, 2002.
- FERREIRA, Brancolina. **Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços poucos) e derrotas (muitas)**. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 17, vol. 2, Brasília, Ipea, 1998
- FRANÇA, Caio Galvão e SPAROVEK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: MDA/NEAD, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio – 1963**. In STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- Heim, L. H.; Silveira, M. C. **Política e gestão ambiental**. In: CUNHA, S.; GUERRA, A. J. A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- JOHNSTON, Bruce F. e KILBY, Peter. **Agricultura e transformação estrutural**. Estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001
- LÊNIN, Wladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.2010
- LE COZ, J. **Le riforme agrarie**. Milano: Il Saggiatore, 1976.
- LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo/ Brasília: Ed. Unesp/Nead. 2004
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; **Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 2000
- MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**. Recife: IJNPS, 1975.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente– A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 1999
- SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo; Editora Brasiliense, 1998.
- VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. 197p

2

A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DA CRIANÇA

Bruna Maria Carvalho Lima¹
Cleuma Gomes Pinheiro Melo¹
Maria de Lourdes Azevedo Dos Santos¹
Maria Eduarda Fagundes Sousa¹
Myrella Ferreira Gomes¹
Thaciane Vitória Braga Rodrigues Dos Santos¹
Laura Taís Aguiar Coelho¹
Livia Alessandra Gomes Aroucha²

¹ Enfermagem, Faculdade Edufor, São Luís-MA

² Mestre em enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís-MA

Resumo

A pandemia de COVID-19 causou sérios impactos na saúde física e mental das crianças, resultando em aumento de ansiedade, estresse, sedentarismo e obesidade. A suspensão de serviços de saúde e atividades educativas prejudicou o desenvolvimento infantil, agravando os riscos. O objetivo deste estudo é analisar as repercussões da pandemia na saúde das crianças, focando nas consequências físicas, emocionais e sociais, e identificar as medidas adotadas para mitigar esses efeitos. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica sistemática e qualitativa de artigos publicados entre 2020 e 2024, mostra que a pandemia alterou significativamente a rotina das crianças, com destaque para o aumento da ansiedade e problemas de sono, além da redução da interação social. A educação presencial foi interrompida, afetando o desenvolvimento social e emocional. A assistência à saúde se adaptou, com atendimentos presenciais para crianças vulneráveis e consultas remotas por tecnologias digitais, evidenciando a importância de um apoio multidisciplinar. A pandemia também expôs desigualdades no acesso à saúde, destacando a necessidade de uma abordagem integral para proteger o bem-estar infantil. Conclui-se que, para mitigar os danos causados pela pandemia e garantir o bem-estar das crianças no pós-pandemia, são necessárias estratégias integradas de apoio psicossocial, saúde mental e medidas preventivas, com foco na superação das desigualdades e na promoção de um ambiente saudável para o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Pandemia, Covid-19, Saúde

Abstract

The COVID-19 pandemic significantly impacted children's physical and mental health, leading to increased anxiety, stress, sedentary behavior, and obesity. The disruption of healthcare services and the suspension of educational activities impaired child development, exacerbating existing risks. This study aims to analyze the pandemic's effects on children's health, focusing on physical, emotional, and social consequences, as well as identifying measures taken to mitigate these impacts. A systematic, exploratory, and qualitative literature review of articles published between 2020 and 2024 was conducted. The results show that the pandemic disrupted children's routines, increasing anxiety, sedentary behavior, and sleep issues. Despite mild symptoms, the lack of in-person education and social interaction led to long-term consequences. Healthcare adapted by providing in-person care for vulnerable children and using digital technologies for remote consultations, highlighting the importance of multidisciplinary support strategies. The pandemic also exposed inequalities in healthcare access, emphasizing the need for a comprehensive approach to safeguard children's well-being. In conclusion, the pandemic adversely affected children's physical, mental, and social health, leading to behavioral changes, increased anxiety, and worsened obesity and sedentary behavior. School closures and social distancing exacerbated inequalities and hindered child development. Post-pandemic, integrated strategies involving psychosocial support, mental health care, and preventive measures are essential to mitigate these effects and ensure children's well-being.

Keywords: Pandemic, COVID-19, Health

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 gerou impactos significativos na saúde física e mental das crianças em diversas partes do mundo. Inicialmente, o isolamento social e as medidas de distanciamento adotadas para conter a disseminação do vírus afetaram a rotina escolar, o lazer e as interações sociais das crianças, comprometendo seu desenvolvimento emocional e social (Ghosh *et al.*, 2020).

Estudos indicam que a redução do contato com amigos e familiares, assim como a interrupção das atividades educativas presenciais, geram aumento nos níveis de ansiedade, estresse e sintomas depressivos entre crianças e adolescentes. A restrição de acesso a espaços públicos e atividades ao ar livre também impactou a saúde física, com o aumento do sedentarismo e de doenças relacionadas ao estilo de vida, como obesidade infantil (Almeida; Da Silva Júnior, 2021).

Além dos efeitos emocionais e comportamentais, as crianças foram afetadas pela interrupção de serviços de saúde, o que comprometeu a continuidade do acompanhamento pediátrico e a vacinação infantil. A suspensão de consultas regulares e o adiamento de procedimentos médicos preventivos, como a vacinação, resultaram no aumento do risco de surtos de doenças evitáveis (Santos, 2024).

A falta de acesso a cuidados médicos também dificultou o diagnóstico e tratamento de condições crônicas e outras patologias, expondo as crianças a riscos maiores, principalmente as de famílias em situação de vulnerabilidade social (Cardoso *et al.*, 2023).

Por outro lado, a pandemia trouxe à tona a importância de políticas públicas voltadas à proteção da saúde infantil, tanto no âmbito físico quanto psicológico. O aumento da percepção sobre os impactos da pandemia na saúde mental das crianças gerou a implementação de medidas de suporte psicológico, como atendimento remoto e programas de acompanhamento emocional nas escolas (Da Mata *et al.*, 2021).

Além disso, houve um esforço para retomar a vacinação infantil e garantir que a saúde pública fosse fortalecida, com ações que focaram na redução dos danos causados pela pandemia, não apenas no controle do vírus, mas também nas estratégias de recuperação do bem-estar da população infantil (Santos, 2024). Um estudo de pesquisadoras da Universidade Federal do Piauí entrevistou pais que não vacinaram ou atrasaram a vacinação de seus filhos e identificou que 36,4% deles atribuíram essa falha à falta de imunizantes nas unidades de saúde (Brasil, 2020).

A pandemia de COVID-19 impôs desafios sem precedentes à saúde global, e as crianças, enquanto parte vulnerável da população, enfrentaram uma série de impactos diretos e indiretos em seu desenvolvimento e bem-estar. As mudanças abruptas no cotidiano, como o fechamento de escolas, o distanciamento social e a redução de atividades recreativas, afetaram a saúde mental e física das crianças (Couto *et al.*, 2020).

Além disso, a interrupção dos serviços de saúde pediátrica e a dificuldade no acesso a cuidados médicos de rotina exacerbam o risco de comprometimento do desenvolvimento infantil e do manejo de doenças crônicas. Esse cenário, somado à sobrecarga do sistema de saúde, demandou uma revisão urgente das estratégias de atenção à saúde infantil, tanto no âmbito físico quanto psicológico (Couto *et al.*, 2020).

O objetivo deste trabalho foi analisar as repercussões da pandemia de COVID-19 na saúde das crianças, com foco nas consequências físicas, emocionais e sociais, bem como identificar as principais medidas adotadas para mitigar esses efeitos durante e após o pe-

ríodo de confinamento.

A realização deste estudo é importante para compreender essas repercussões, possibilitando a formulação de políticas públicas mais eficazes para o suporte à saúde das crianças em momentos de crise sanitária, além de orientar a recuperação e a adaptação das crianças aos novos tempos pós-pandemia.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Gil (2002, pg. 17), que define pesquisa como sendo “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Revisar a literatura é atividade essencial no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos. A realização de uma revisão de literatura evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos (Galvão *et al.*, 2019).

Pretende-se a realização de uma revisão bibliográfica de literatura de cunho exploratório e qualitativo. Segundo Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de pesquisa visa uma interpretação particular do objeto que está sendo investigado. Como, ela concentra sua atenção no específico, nas peculiaridades, interesses e não é apenas explicar, mas entender os fenômenos que ele estuda dentro do contexto em que aparecem. Sendo que revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados.

Por sua vez, baseia-se em referências publicadas em revistas, periódicos, livros, permitindo estabelecer uma soma a este trabalho a fim de enriquecer a pesquisa, que, por sua vez, é uma forma de os pesquisadores interagirem sobre o que já foi estudado e vem expondo outras abordagens, sempre pontuando uma abordagem crítica e não linear visualizar (Gil, 2002).

Ante o exposto, o presente trabalho tem como pergunta-problema: “Como a pandemia de COVID-19 afetou a saúde física, emocional e social das crianças, e quais as repercussões dessas mudanças a longo prazo? ”.

Foram empregados como critérios de inclusão: artigos em português e inglês, publicados a partir de 2020 até 2023, com textos completos disponíveis. Assim, foram excluídos artigos que não estavam nos idiomas especificados, publicados antes de 2020 ou que não disponibilizavam o texto completo. As buscas serão realizadas no Google Acadêmico, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e PubMed.

Como critérios de inclusão optou pela seleção de artigos publicados de 2020 a 2023, publicados em português, com texto na íntegra disponibilizado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2020, a pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, foi declarada pela OMS em março. Para conter a disseminação do vírus, adotaram-se medidas como o distanciamento social e o isolamento, que afetaram profundamente a rotina das famílias e das crianças, especialmente com o fechamento das escolas e a adoção do home office e delivery. Embora as crianças apresentem sintomas leves e baixo risco de complicações graves, sofreram com os impactos emocionais e sociais das mudanças (Berbert *et al.*, 2021).

O estudo de Berbert *et al.* (2021) analisou os efeitos da pandemia na saúde mental,

física e social das crianças, evidenciando problemas como alterações comportamentais, aumento da ansiedade, obesidade e sedentarismo. As evidências apontam que, durante a pandemia, as crianças precisavam de apoio das famílias, escolas e serviços de saúde para evitar consequências a longo prazo. Embora a pandemia tenha sido temporária, os efeitos no desenvolvimento infantil exigiram e exigem monitoramento contínuo e ações preventivas para minimizar possíveis danos futuros.

De acordo com Santos *et al.* (2022) as opiniões de crianças e adolescentes brasileiros têm sido frequentemente ignoradas nas decisões que afetam suas vidas, especialmente em um contexto de alocação de recursos limitados, onde seus direitos e dignidade não são priorizados. A pandemia expôs as desigualdades significativas enfrentadas pelas crianças, particularmente em áreas com recursos escassos. Este estudo reconhece as limitações devido à escassez de pesquisas sobre a saúde infantil no Brasil, mas conclui que os efeitos diretos e indiretos da pandemia são amplificados pela desigualdade social, impactando negativamente a vida das crianças por anos.

Para mitigar esses efeitos, é fundamental garantir a participação das crianças nas decisões que lhes dizem respeito, embora a realidade brasileira ainda exclua suas vozes. Recomenda-se a realização de mais estudos para aprofundar o entendimento sobre os melhores interesses das crianças e assegurar que as ações durante a pandemia sejam baseadas em evidências científicas, com foco na redução dos impactos da COVID-19 (Santos *et al.*, 2022).

Silva *et al.* (2021) apontam que as particularidades do ambiente doméstico e a incerteza sobre as repercussões da COVID-19 para as crianças, especialmente em contextos de fragilidade e problemas de saúde preexistentes, criaram um cenário de insegurança e desproteção no seio familiar. A pandemia e o distanciamento social impactaram diretamente a vida das crianças e famílias, evidenciando lacunas nos sistemas de saúde, especialmente no acompanhamento de situações vulneráveis como a prematuridade.

A atuação da enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) assume um papel crucial ao reconhecer esses desafios, oferecendo suporte aos cuidadores para fortalecer a capacidade de lidar com as adversidades de forma saudável. Enfermeiros (as) podem promover um vínculo intersubjetivo com as famílias, favorecendo o cuidado emocional e o aprendizado sobre a saúde infantil. Dessa forma, a enfermagem contribui para preservar o bem-estar das crianças, prevenir danos ao seu desenvolvimento, reduzir o risco de contaminação pela COVID-19 e promover a confiança nas orientações científicas sobre saúde (Silva *et al.*, 2021).

A pandemia de COVID-19 afetou profundamente crianças e adolescentes, que são particularmente vulneráveis, apesar de apresentarem sintomas mais leves da doença. Um estudo realizado em Portugal durante o primeiro confinamento revelou que 81,3% das crianças apresentaram alterações comportamentais, com maior ansiedade, irritabilidade e saudades de interações sociais, especialmente entre os mais jovens. Além disso, 36,6% das crianças e adolescentes tiveram mudanças no sono, e 68,5% ficaram expostos a telas por mais de duas horas diárias (Peixoto *et al.*, 2021).

Ainda segundo Peixoto *et al.* (2021) os pais relataram preocupações com o sedentarismo, a falta de interação social e o desinteresse pelos estudos. Esses efeitos podem agravar problemas de saúde mental e física, como obesidade e transtornos psiquiátricos. Dado o impacto prolongado da pandemia, é fundamental adotar estratégias de apoio multidisciplinar, envolvendo profissionais de saúde, educadores e famílias, para mitigar esses danos no bem-estar infantil e adolescente.

Toso *et al.* (2020) investigou como os enfermeiros de unidades de saúde (USF e UBS)



em três municípios brasileiros lidaram com as demandas de cuidado infantil durante a pandemia de COVID-19. Observou-se que, apesar das restrições, o atendimento presencial foi mantido para crianças em situação de vulnerabilidade, enquanto o atendimento remoto, por meio de ferramentas digitais, se tornou uma parte importante da assistência na Atenção Primária à Saúde (APS).

O acompanhamento contínuo da saúde infantil gerou ações que foram além do atendimento presencial, envolvendo tanto as equipes de saúde quanto as famílias, e promovendo orientações mais amplas. Essas mudanças na forma de assistência revelaram novas abordagens e estratégias para atender às necessidades das crianças e suas famílias. A capacidade dos enfermeiros de se adaptar e inovar no cuidado durante a pandemia demonstra um esforço significativo para garantir a qualidade da assistência, mesmo em tempos de crise (Toso *et al.*, 2020).

Essas estratégias devem ser consideradas pelos serviços de saúde brasileiros, que ainda carecem de uma abordagem integral para o cuidado infantil, especialmente em momentos de vulnerabilidade, como a pandemia, para evitar que as crianças atendidas por esses serviços se tornem ainda mais fragilizadas (Toso *et al.*, 2020).

O desenvolvimento infantil requer proteção, considerando as necessidades de cada etapa e possíveis vulnerabilidades. Os impactos da pandemia de COVID-19 reforçam a importância de reduzir a pobreza, promover a equidade de gênero e fortalecer os cuidados parentais. As equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) têm papel essencial ao promover saúde e direitos, articulando ações com famílias, escolas e serviços da rede de atenção (Prado *et al.*, 2023).

Ampliar o acesso aos serviços, realizar visitas domiciliares e identificar precocemente vulnerabilidades são ações fundamentais. Prado *et al.* (2023), em seu estudo revelou que a pandemia de COVID-19 impactou negativamente o acesso de crianças de 2 a 6 anos à socialização, educação e saúde, afetando seu desenvolvimento. Destaca-se a necessidade de políticas públicas para mitigar esses efeitos e a importância de medidas preventivas para situações futuras similares.

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças profundas no cotidiano das crianças, afetando suas rotinas, interações sociais e acesso à educação. As medidas de isolamento social, o fechamento de escolas e a preocupação com a saúde impactaram diretamente o bem-estar físico, emocional e social dos pequenos. Esses efeitos variam em intensidade, dependendo de fatores como idade, contexto socioeconômico e suporte familiar, mas apontam para desafios significativos tanto no presente quanto no futuro (Junqueira; Cantero, 2024).

Com o fechamento de escolas e a interrupção de atividades ao ar livre, houve um aumento no percentual das crianças que sofreram de sedentarismo devido a pandemia. A ausência de recreação escolar e esportes contribuiu para o ganho de peso e para o desenvolvimento de hábitos alimentares inadequados, influenciados também pela maior exposição a telas. Além disso, a limitação de consultas médicas rotineiras dificultou diagnósticos precoces de problemas de saúde, gerando preocupações sobre doenças crônicas na infância (Matsudo *et al.*, 2020).

O isolamento social trouxe sentimentos de solidão e ansiedade para muitas crianças, especialmente aquelas privadas de interações regulares com amigos e familiares. O medo de adoecer ou de perder entes queridos também contribuiu para um aumento nos casos de estresse e sintomas depressivos (Jacob, 2020).

Crianças menores, que dependem de rotinas estruturadas, tiveram dificuldades em

lidar com a incerteza, enquanto adolescentes enfrentaram um impacto significativo em sua identidade e autoestima (Jacob, 2020).

A interrupção das aulas presenciais causou atrasos educacionais e prejuízos no desenvolvimento de habilidades sociais. Crianças de famílias em situação de vulnerabilidade, sem acesso adequado à internet ou dispositivos tecnológicos, enfrentaram barreiras adicionais para acompanhar o ensino remoto. Além disso, a falta de convivência com colegas compromete o aprendizado de competências importantes, como empatia, cooperação e resolução de conflitos (Alves, 2022).

A combinação de desafios físicos, emocionais e sociais durante a pandemia pode gerar repercussões significativas na vida adulta. Crianças que enfrentaram ansiedade ou atrasos educacionais têm maior risco de desenvolver dificuldades acadêmicas, problemas de saúde mental ou limitações sociais no futuro. Além disso, questões como obesidade infantil e maus hábitos alimentares, adquiridos durante a pandemia, podem impactar a saúde física a longo prazo (Gaspar, 2022).

Apesar dos desafios, muitas crianças demonstraram resiliência ao longo da pandemia, especialmente aquelas com suporte familiar sólido e acesso a recursos educacionais e de saúde. Estratégias como terapia psicológica, práticas educativas adaptadas e incentivo à atividade física podem ajudar na mitigação dos impactos a longo prazo. Ações coordenadas entre famílias, escolas e governos são essenciais para promover a recuperação integral (Júnior *et al.*, 2024).

Embora a pandemia de COVID-19 tenha gerado impactos severos na saúde física, emocional e social das crianças, ela também revelou lacunas que precisam ser abordadas. Investir em políticas públicas que promovam a saúde mental, a educação inclusiva e o bem-estar geral das crianças é essencial para transformar os desafios enfrentados em oportunidades de crescimento e aprendizado, garantindo um futuro mais saudável e resiliente para as próximas gerações.

4. CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para a saúde física, mental e social das crianças e adolescentes, que, apesar de apresentarem sintomas clínicos mais leves, sofreram de forma intensa os efeitos do isolamento social e das alterações abruptas nas rotinas cotidianas.

A revisão de estudos e a análise de dados coletados durante esse período evidenciam não apenas o impacto imediato da pandemia, mas também os efeitos a longo prazo que podem prejudicar o desenvolvimento saudável das novas gerações. Alterações no comportamento, aumento da ansiedade, obesidade e sedentarismo são algumas das consequências mais prevalentes, que exigem uma atenção especial para evitar que essas condições se perpetuem ou se agravem.

O distanciamento social e o fechamento das escolas, embora necessários para a contenção do vírus, geraram lacunas significativas no acesso a serviços educacionais e de saúde, aumentando as desigualdades sociais e afetando o bem-estar das crianças, principalmente aquelas em situações de vulnerabilidade. As crianças mais novas, por exemplo, demonstraram maior dificuldade em lidar com a falta de interação social e as mudanças no ambiente familiar, enquanto os adolescentes enfrentaram desafios emocionais relacionados à saudade dos amigos, medo e tristeza pela situação pandêmica. Tais efeitos psicológicos e sociais reforçam a necessidade de estratégias de apoio adequadas para garantir

a proteção e o desenvolvimento integral das crianças.

É fundamental que, no cenário pós-pandemia, os governos e as instituições de saúde e educação adotem uma abordagem integrada, com a implementação de programas de apoio psicossocial, acompanhamento de saúde mental e medidas preventivas para mitigar os impactos do sedentarismo e da obesidade.

Além disso, é essencial que as políticas públicas promovam o retorno gradual das crianças às atividades escolares e sociais, garantindo que elas tenham acesso a espaços seguros e a cuidados médicos, promovendo sua recuperação física e emocional. A participação ativa das famílias, escolas e profissionais de saúde será decisiva para que esse processo de recuperação seja eficaz e abrangente.

A pandemia de COVID-19 evidenciou e intensificou desafios significativos na saúde física, emocional e social das crianças, com repercussões que podem perdurar ao longo da vida. No entanto, também destacou a importância de políticas públicas voltadas à proteção da infância, com ênfase na saúde mental, educação inclusiva e acesso a recursos básicos. Investir em suporte familiar, práticas pedagógicas inovadoras e ações que promovam a resiliência infantil é essencial para mitigar os impactos vivenciados.

A colaboração entre governos, escolas e famílias deve ser fortalecida para transformar os desafios em oportunidades de crescimento. Assim, é possível garantir um desenvolvimento integral mais saudável e equilibrado para esta geração e as futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isadora Maria Gomes; DA SILVA JÚNIOR, Auvani Antunes. Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e54210212286-e54210212286, 2021.

ALVES, Kamilla Maria. **Desempenho em leitura de crianças em vulnerabilidade social antes e após o isolamento da pandemia de COVID-19**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BERBERT, Lais Dias et al. A pandemia da COVID-19 na saúde da criança: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e55510716727-e55510716727, 2021.

BRASIL. **Postos de saúde são reabastecidos com vacina pentavalente**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ptbr/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/postos-de-saude-sao-reabastecidos-com-vacina-pentavalente>. Acesso em 14/11/2024.

CARDOSO, Aline Costa et al. **O processo de trabalho de enfermeiras no cuidado à criança na atenção básica no contexto da pandemia por Covid-19**. 2023.

COUTO, Edvaldo Souza et al. # fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020.

DA MATA, Alicce Abreu et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 6901-6917, 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GASPAR, Rita Vanessa Feijão. **Saúde mental e preocupação parental de pais e mães de crianças, durante a pandemia COVID-19 e sua relação com a qualidade de vida da criança**. 2022. Dissertação de Mestrado.

GHOSH, Ritwik et al. Impact of COVID-19 on children: special focus on the psychosocial aspect. **Minerva pediátrica**, v. 72, n. 3, p. 226-235, 2020.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOB, Francine Letícia da Silva. **Desenvolvimento de vídeo direcionado às crianças sobre o enfrentamento de emoções advindas do isolamento social na pandemia COVID-19**. 2022.

JÚNIOR, Hermócrates Gomes Melo et al. RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2024.

JUNQUEIRA, Elivaine Aparecida Borges; CANTERO, Alba Maria Mensonza. Impactos do Isolamento Social na Juventude Durante a Pandemia de COVID-19. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, 2024.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: **Editora Atlas**, 2003.

MATSUDO, Víctor Keihan Rodrigues; DOS SANTOS, Maurício; DE OLIVEIRA, Luís Carlos. Quarentena sim! Sedentarismo não! Atividade física em tempos de coronavírus. **Diagnóstico e Tratamento**, v. 25, n. 3, p. 116-120, 2020.

PEIXOTO, Daniela et al. Impacto do confinamento na saúde das crianças e adolescentes durante a pandemia de Covid-19. **Acta Médica Portuguesa**, v. 34, n. 4, p. 317-317, 2021.

PRADO, Marina Borges et al. Influência do contexto de pandemia da COVID-19 na saúde da criança. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 11, p. e14041-e14041, 2023.

SANTOS, Raíssa Passos dos et al. Análise ética dos impactos da pandemia de COVID-19 na saúde de crianças e adolescentes. *Escola Anna Nery*, v. 26, p. e20210460, 2022.

SANTOS, Sammya Rodrigues dos. **Impacto da pandemia da covid-19 na vacinação infantil no Distrito Federal**: indicadores de saúde e percepção dos pais. 2024.

SILVA, Rosane Meire Munhak da et al. Seguimento da saúde da criança e prematuridade: as repercussões da pandemia da COVID-19. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, p. e3414, 2021.



3

CUIDADO INTEGRAL À PESSOA COM HIV: PERSPECTIVAS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ÂMBITO HOSPITALAR

Sarah Victória Pacheco de Oliveira¹

Clauber Herlano Silva Nery¹

Renata Costa da Silva¹

David Cássio Silva de Jesus¹

Jasminy Gabriela Carvalho de Freitas¹

Patrícia Marques Machado¹

Rikaele dos Santos Silva¹

Luciana Vieira Pinho¹

Ludmila Barros dos Santos¹

Mariane de Amarante Souza²

1 Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA

2 Docente do curso de enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís - MA

Resumo

O cuidado integral à pessoa com HIV no contexto hospitalar representa um desafio multidimensional para a enfermagem, que deve adotar uma abordagem holística e humanizada. A infecção pelo HIV, embora hoje seja tratada como uma condição crônica graças aos avanços nos tratamentos antirretrovirais, ainda carrega estigmas e implica em complicações que afetam a saúde física, emocional e social dos pacientes. A enfermagem ocupa um papel central na assistência a esses indivíduos, pois é responsável por fornecer apoio contínuo e desenvolver estratégias para fortalecer a adesão ao tratamento, além de monitorar efeitos colaterais e identificar possíveis complicações, como infecções oportunistas. O atendimento de enfermagem envolve aspectos como orientação sobre o uso correto dos medicamentos, apoio emocional para lidar com o estigma, promoção de autocuidado e encaminhamento a outras áreas de assistência, como psicologia e serviço social. Além disso, a prática exige atualização constante e aplicação de protocolos baseados em evidências para proporcionar segurança e eficácia no atendimento. Dessa forma, a assistência de enfermagem deve ser voltada para promover uma melhor qualidade de vida aos pacientes com HIV, abordando suas necessidades específicas e respeitando suas vulnerabilidades, com o objetivo de minimizar os impactos da doença e contribuir para uma atenção integral e digna.

Palavras-chave: Cuidados de Enfermagem; HIV; Assistência Hospitalar; Cuidado Integral; Humanização na Saúde

Abstract

Comprehensive care for people with HIV in the hospital context represents a challenge multidimensional approach to nursing, which must adopt a holistic and humanized. HIV infection, although today it is treated as a chronic condition thanks to advances in antiretroviral treatments, it still carries stigmas and implies complications that affect the physical, emotional and social health of patients. Nursing occupies a central role in assisting these individuals, as it is responsible for providing continuous support and develop strategies to strengthen adherence to treatment, in addition to monitor side effects and identify possible complications, such as infections opportunists. Nursing care involves aspects such as guidance on the use correct medication, emotional support to deal with stigma, promotion of self-care and referral to other areas of assistance, such as psychology and service social. Furthermore, the practice requires constant updating and application of protocols based evidence to provide safety and effectiveness in care. In this way, the nursing care should be aimed at promoting a better quality of life for patients with HIV, addressing their specific needs and respecting their vulnerabilities, with the aim of minimizing the impacts of the disease and contributing to a comprehensive and dignified attention.

Keywords: Cuidados de Enfermagem; HIV; Assistência Hospitalar; Cuidado Integral; Humanização na Saúde



1. INTRODUÇÃO

O cuidado integral à pessoa com HIV no âmbito hospitalar exige uma abordagem holística e multidisciplinar que vai além do controle da infecção. O HIV, apesar de ser uma doença crônica com avanços significativos no tratamento, ainda representa um grande desafio para os profissionais de saúde, especialmente no que diz respeito à assistência humanizada e a superação de estigmas e preconceitos. (Silva; Almeida, 2020).

No contexto hospitalar, a assistência de enfermagem à pessoa com HIV deve abranger não apenas o manejo clínico, mas também o apoio emocional, social e psicológico. Essa proximidade ajuda a construir um vínculo de confiança, essencial para o acompanhamento efetivo. (Silva; Almeida, 2020).

O cuidado integral envolve também a compreensão das especificidades do tratamento antirretroviral, que requer adesão contínua e disciplinada. Os enfermeiros devem orientar o paciente sobre os benefícios e os possíveis efeitos adversos do tratamento, bem como monitorar o uso correto dos medicamentos. Essa orientação e monitoramento são fundamentais, pois garantem que o paciente esteja ciente da importância de seguir o tratamento conforme prescrito, evitando resistência viral e complicações. (Silva; Almeida, 2020).

A assistência de enfermagem no cuidado ao paciente com HIV envolve a avaliação constante de sinais e sintomas que possam indicar complicações associadas à doença, como infecções oportunistas e condições crônicas decorrentes do HIV ou do tratamento a longo prazo. É necessário um olhar atento para os sintomas que podem passar despercebidos, mas que têm potencial de agravar o quadro clínico. A enfermagem, ao estar em contato próximo com o paciente, tem a capacidade de identificar precocemente essas alterações e tomar as devidas providências. (Silva; Almeida, 2020).

Além do aspecto físico, é crucial que o enfermeiro compreenda e esteja atento às questões emocionais e sociais que podem impactar a saúde do paciente. Muitas vezes, pessoas com HIV enfrentam discriminação, isolamento social e problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. Os enfermeiros precisam estar preparados para abordar essas questões e encaminhar o paciente a outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, quando necessário, garantindo um cuidado completo. (Silva; Almeida, 2020).

A educação em saúde é outro pilar importante na assistência de enfermagem a pessoas com HIV. O enfermeiro deve atuar como um educador, fornecendo informações sobre medidas de prevenção para evitar a transmissão do vírus e ensinando o paciente sobre a importância do autocuidado. Informações claras e objetivas sobre práticas seguras, como o uso de preservativos e a adesão ao tratamento, ajudam a reduzir o risco de transmissão e a melhorar a saúde do paciente. (Silva; Almeida, 2020).

No âmbito hospitalar, a enfermagem também precisa lidar com o controle de infecções. Profissionais de enfermagem devem seguir protocolos rigorosos para garantir que o ambiente hospitalar seja seguro tanto para o paciente quanto para a equipe de saúde, reduzindo o risco de infecções cruzadas. Medidas como o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e a adesão às práticas de higiene são fundamentais. (Pimentel; Pires, 2019).

A equipe de enfermagem deve desenvolver habilidades de comunicação eficazes, pois a maneira como o profissional se comunica pode afetar diretamente a experiência do paciente. É importante lembrar que pessoas vivendo com HIV muitas vezes já enfrentam estigmas e discriminações fora do ambiente hospitalar, e uma abordagem empática pode

contribuir para a sua recuperação. (Pimentel; Pires, 2019).

A abordagem multidisciplinar é fundamental no cuidado integral ao paciente com HIV, e a enfermagem deve trabalhar de forma integrada com outros profissionais de saúde, como médicos, psicólogos, assistentes sociais e nutricionistas. Essa colaboração permite que o paciente receba um cuidado completo, que abrange todos os aspectos de sua saúde e bem-estar. Os enfermeiros, como agentes integradores, são responsáveis por coordenar e facilitar essa comunicação entre a equipe. (Pimentel; Pires, 2019).

Além disso, o enfermeiro deve realizar a avaliação social e familiar do paciente, buscando identificar fatores que possam dificultar a adesão ao tratamento. Questões como condições financeiras, apoio social e ambiente familiar podem impactar diretamente a saúde e o bem-estar do paciente. A assistência de enfermagem precisa, portanto, considerar esses fatores no planejamento do cuidado. (Pimentel; Pires, 2019).

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa por meio de revisão bibliográfica narrativa, realizada nas bases SCIELO, LILACS e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores *Cuidados de Enfermagem, HIV, Assistência Hospitalar, Cuidado Integral e Humanização na Saúde*, com critérios de inclusão que abrangeram artigos publicados em português ou inglês, disponíveis integralmente de 2017 a 2021. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, categorizando os estudos por objetivos, métodos e relevância ao tema, permitindo identificar desafios e boas práticas no cuidado integral a pacientes com HIV. Essa metodologia possibilitou discutir estratégias teóricas para a melhoria da assistência de enfermagem no contexto hospitalar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a construção deste estudo, optou-se por uma revisão narrativa da literatura. Foram selecionados estudos científicos nas bases de dados SCIELO, LILACS e Google Acadêmico, que abordam o tema do cuidado integral à pessoa com HIV e as perspectivas de assistência de enfermagem no contexto hospitalar. A pergunta norteadora que guiou a pesquisa foi: Quais são os principais desafios enfrentados pela enfermagem na prestação de cuidados integrais às pessoas com HIV no âmbito hospitalar, e como esses cuidados podem ser aprimorados para garantir uma atenção de qualidade e humanizada?

Foram incluídos artigos científicos publicados em português, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, e que foram divulgados entre o período de 2017 a 2021. Critérios de exclusão envolveram trabalhos publicados em congressos, notas editoriais, dissertações de mestrado e teses de doutorado, para garantir a utilização de estudos com rigor científico adequado.

Os descritores utilizados na pesquisa foram: Cuidados de enfermagem, HIV, Assistência hospitalar, Cuidado integral e Humanização na saúde. Esses descritores permitiram um refinamento adequado das buscas, possibilitando a seleção de estudos relevantes para a análise dos desafios e práticas de enfermagem no atendimento a pessoas vivendo com HIV.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 6 artigos para a construção dos resultados da presente pesquisa, conforme apresentados no Quadro 1.



Quadro 1. Artigos científicos utilizados para a construção do corpus do estudo.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	“A atuação do enfermeiro no cuidado à pessoa com HIV/AIDS”	Silva, A. G. dá, & Almeida, A.M. de, 2020	Revisar as práticas de enfermagem no cuidado a pessoas com HIV	Identificou a importância da adesão ao tratamento e o papel da enfermagem no apoio físico e emocional
E2	“Cuidado integral multidisciplinar à pessoa com HIV/AIDS : A importância da equipe de enfermagem”	Pimentel, R. F., & Pires, C. M., 2019	Analisar a colaboração multidisciplinar no atendimento a pessoas com HIV	Destaca a necessidade de uma abordagem integrada para melhor gestão das necessidades de saúde
E3	“A enfermagem e o cuidado integral na assistência à pessoa com HIV: Desafios e perspectivas”	Santos, J. C., & Oliveira, C. M., 2018	Examinar os desafios da enfermagem na assistência a pacientes com HIV	Conclui que o estigma é um desafio persistente, e a educação é fundamental para humanizar o atendimento
E4	“O papel da enfermagem na promoção da saúde de pessoas vivendo com HIV/AIDS”	Bittencourt, C. C., & Figueiredo, F. F., 2017	Investigar a promoção do autocuidado em pacientes com HIV	Demonstra que o apoio ao autocuidado e a sensibilização para hábitos saudáveis são essenciais
E5	“A importância da humanização na assistência de enfermagem a pessoas vivendo com HIV/AIDS”	Ferreira, A. A., & Nascimento, J. L., 2020	Discutir a humanização do cuidado de enfermagem em HIV/AIDS	Evidencia que o acolhimento empático melhora a adesão e o bem-estar dos pacientes
E6	“Estratégias de cuidado integral na assistência a pessoas com HIV: O olhar da enfermagem”	Lima, A. L. de, & Ribeiro, L. F., 2021	Analisar estratégias de cuidado integral na enfermagem	Aponta a necessidade de atualização contínua e uma abordagem ética e holística

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2024.

O HIV exige que os profissionais de enfermagem estejam constantemente atentos às necessidades específicas de cada paciente. A personalização do atendimento permite que os enfermeiros identifiquem fatores que podem influenciar a adesão ao tratamento e a resposta ao cuidado, como barreiras culturais, emocionais ou mesmo questões relacionadas ao próprio entendimento do paciente sobre sua condição. (Santos; Oliveira, 2018).

Além do apoio clínico, a assistência de enfermagem deve se fundamentar na promoção do empoderamento do paciente. Isso significa fornecer orientações que ajudem o paciente a assumir um papel ativo em seu cuidado, encorajando-o a fazer perguntas, expressar suas dúvidas e preocupações, e a tomar decisões informadas sobre sua saúde. Esse empoderamento contribui para que o paciente sinta-se mais confiante e engajado com seu tratamento. (Santos; Oliveira, 2018).

Os enfermeiros também têm o papel de desmistificar informações incorretas e preconceitos que ainda rondam o HIV. A falta de informação e o estigma podem fazer com que muitos pacientes tenham medo ou vergonha de falar abertamente sobre sua condição. Ao oferecer uma escuta sem julgamentos e um ambiente acolhedor, o enfermeiro pode contribuir para a redução desses estigmas e para o desenvolvimento de uma relação de confiança com o paciente. (Santos; Oliveira, 2018).

No contexto hospitalar, é comum que pessoas vivendo com HIV apresentem comorbidades ou condições clínicas que demandam uma abordagem específica e coordenada entre a equipe de saúde. Isso pode incluir problemas relacionados ao sistema imunológico, infecções oportunistas e até efeitos colaterais decorrentes do uso prolongado de medicamentos antirretrovirais. A enfermagem deve atuar de forma preventiva, monitorando de perto o estado de saúde do paciente e identificando precocemente sinais de possíveis complicações. (Santos; Oliveira, 2018).

A continuidade do cuidado é um elemento crucial no atendimento à pessoa com HIV. Os enfermeiros devem promover uma transição suave do ambiente hospitalar para os cuidados domiciliares, garantindo que o paciente tenha conhecimento e suporte adequados para manter o tratamento em casa. Isso inclui instruir o paciente sobre como tomar corretamente a medicação, a importância das consultas de seguimento e como lidar com possíveis efeitos colaterais. (Santos; Oliveira, 2018).

Um aspecto relevante no cuidado integral é o incentivo ao autocuidado, que pode ajudar o paciente a lidar melhor com a sua condição e a desenvolver estratégias para manter uma boa qualidade de vida. O enfermeiro deve orientar sobre a adoção de práticas saudáveis, como manter uma alimentação equilibrada, praticar exercícios físicos e evitar hábitos prejudiciais. Essas práticas podem fortalecer o sistema imunológico e minimizar os riscos de infecções oportunistas. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

A promoção do autocuidado é especialmente importante para pacientes que têm dificuldade em aceitar o diagnóstico de HIV. A enfermagem pode oferecer suporte emocional, ajudando o paciente a compreender que, com o tratamento adequado e o cuidado com a própria saúde, é possível viver bem com HIV. Este suporte é fundamental para que o paciente supere sentimentos de desesperança e desenvolva uma atitude positiva em relação à sua condição. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

Outro fator essencial é o respeito às individualidades de cada paciente, incluindo suas crenças e valores pessoais. A equipe de enfermagem deve estar sensível a essas questões, permitindo que o paciente expresse suas crenças e oferecendo um cuidado que respeite essas dimensões. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

A atualização constante dos profissionais de enfermagem sobre o HIV e suas abordagens de tratamento é indispensável para uma assistência de qualidade. Novas pesquisas e medicamentos surgem continuamente, e a enfermagem deve acompanhar essas inovações para garantir que o atendimento hospitalar seja

baseado em evidências científicas e nas melhores práticas. Esse compromisso com a educação contínua contribui para a segurança e o bem-estar do paciente. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

A capacitação da equipe de enfermagem deve incluir treinamentos específicos sobre a abordagem de pacientes com HIV, com foco na humanização do cuidado. O acolhimento e a empatia são fatores que podem fazer toda a diferença para o paciente, que muitas vezes chega ao hospital em um estado de vulnerabilidade. Uma equipe bem preparada é capaz de atender com sensibilidade, reconhecendo o impacto emocional que o diagnóstico e o tratamento podem ter sobre a vida do paciente. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

As políticas institucionais também têm um papel fundamental no cuidado integral ao paciente com HIV. É importante que as instituições de saúde promovam um ambiente inclusivo e de suporte, onde a equipe de enfermagem possa realizar seu trabalho sem sofrer discriminação e sem repassar preconceitos aos pacientes. Para que o cuidado integral seja eficaz, é necessário que a equipe de enfermagem trabalhe em estreita colaboração com outros profissionais de saúde. Enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais e nutricionistas devem atuar juntos para atender às necessidades físicas, emocionais e sociais do paciente. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

A comunicação eficaz entre os profissionais de saúde é essencial para garantir a continuidade e a qualidade do cuidado. Uma comunicação clara e precisa reduz o risco de erros e promove uma assistência mais segura. A atuação do enfermeiro no cuidado ao paciente com HIV também deve incluir a orientação sobre a importância do apoio familiar e social.



Muitas vezes, o suporte de familiares e amigos é um fator determinante para a adesão ao tratamento e para a superação de dificuldades emocionais. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

Em última análise, o papel do enfermeiro no cuidado integral à pessoa com HIV envolve uma abordagem cuidadosa, que respeita a dignidade do paciente e visa oferecer uma assistência completa e humanizada. A enfermagem, ao adotar uma postura ética e acolhedora, contribui significativamente para o fortalecimento do paciente, auxiliando-o a enfrentar os desafios do tratamento e a viver com mais qualidade e bem-estar. (Bittencourt; Figueiredo, 2017).

A pergunta norteadora que guia esta pesquisa é: Quais estratégias a enfermagem pode adotar para superar os desafios do cuidado integral e humanizado às pessoas vivendo com HIV no contexto hospitalar? Essa questão busca explorar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de enfermagem na assistência a esses pacientes, considerando aspectos físicos, emocionais e sociais, bem como identificar práticas e intervenções que possam melhorar a qualidade do atendimento, promover a adesão ao tratamento e minimizar o impacto do estigma e das vulnerabilidades associadas à doença.

4. CONCLUSÃO

O apoio psicológico oferecido pela equipe de enfermagem é essencial para a adaptação do paciente ao diagnóstico e ao tratamento. A aceitação da condição de viver com HIV pode ser um processo difícil e doloroso, e o enfermeiro pode oferecer suporte emocional, escutando o paciente e fornecendo palavras de incentivo que contribuem para uma atitude mais positiva em relação à vida e ao tratamento. (Ferreira; Nascimento, 2020).

O controle da dor e do desconforto físico também é uma parte essencial da assistência de enfermagem. Pessoas com HIV podem sofrer com dor crônica ou efeitos adversos do tratamento, e a enfermagem deve atuar para proporcionar conforto e alívio, utilizando estratégias farmacológicas e não farmacológicas que promovam o bem-estar. (Ferreira; Nascimento, 2020).

A prevenção de complicações é outra responsabilidade da enfermagem no cuidado ao paciente com HIV. As infecções oportunistas e outras doenças relacionadas podem ser prevenidas com intervenções de enfermagem adequadas, como vacinação, incentivo ao autocuidado e orientação para uma dieta equilibrada. (Ferreira; Nascimento, 2020).

A enfermagem tem ainda um papel importante na orientação sobre os direitos do paciente. Pessoas vivendo com HIV têm direito a tratamento digno e ao acesso a medicamentos e serviços de saúde. Os enfermeiros devem educar os pacientes sobre esses direitos e garantir que sejam respeitados no ambiente hospitalar. (Ferreira; Nascimento, 2020).

No ambiente hospitalar, a abordagem da enfermagem deve ser baseada em evidências, utilizando práticas que comprovadamente beneficiam a saúde do paciente com HIV. A enfermagem baseada em evidências permite um cuidado mais seguro e eficaz, além de promover melhores resultados para o paciente. Muitos pacientes encontram na espiritualidade uma fonte de força para enfrentar a doença, e a equipe de enfermagem pode apoiar esse aspecto do cuidado, oferecendo um ambiente que permita práticas espirituais e religiosas. (Lima; Ribeiro, 2021).

O desenvolvimento contínuo dos profissionais de enfermagem é essencial para garantir uma assistência de qualidade. A atualização sobre novas práticas, medicamentos e abordagens de cuidado ao paciente com HIV contribui para que a enfermagem ofereça uma assistência segura e eficiente, conforme as necessidades de saúde do paciente.

(Lima; Ribeiro, 2021).

É importante que a enfermagem promova um ambiente de trabalho que encoraje a reflexão ética, considerando os direitos, autonomia e dignidade do paciente. Profissionais de enfermagem precisam refletir sobre suas atitudes e práticas, para assegurar que estejam oferecendo um cuidado ético e humanizado. (Lima;Ribeiro,2021).

Finalmente, a enfermagem deve avaliar continuamente os resultados do cuidado oferecido, buscando melhorias e inovações para promover a saúde e o bem-estar dos pacientes com HIV. Avaliações periódicas dos protocolos e práticas de enfermagem ajudam a garantir que o atendimento hospitalar esteja sempre atualizado e em conformidade com as melhores práticas. (Lima; Ribeiro, 2021).

REFERÊNCIAS

- Bittencourt, C. C., & Figueiredo, F. F. de. (2017). "O papel da enfermagem na promoção da saúde de pessoas vivendo com HIV/AIDS." *Cadernos de Saúde Pública*, 33(8), e00100016. doi:10.1590/0102-311X00100016
- Bittencourt, C. C., & Figueiredo, F. F. de. (2017). "O papel da enfermagem na promoção da saúde de pessoas vivendo com HIV/AIDS." *Cadernos de Saúde Pública*, 33(8), e00100016. doi:10.1590/0102-311X00100016
- Ferreira, A. A., & Nascimento, J. L. do. (2020). "A importância da humanização na assistência de enfermagem a pessoas vivendo com HIV/aids." *Enfermagem em Foco*, 11(2), 44-48. doi:10.21675/2357-707X.2020.v11.n2.500
- Lima, A. L. de, & Ribeiro, L. F. (2021). "Estratégias de cuidado integral na assistência a pessoas com HIV: O olhar da enfermagem." *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74(4), e20200500. doi:10.1590/0034-7167-2020-0
- Pimentel, R. F., & Pires, C. M. (2019). "Cuidado integral e multidisciplinar à pessoa com HIV/AIDS: A importância da equipe de enfermagem." *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(5), 1185-1192. doi:10.1590/0034-7167-2018-0776
- Santos, J. C., & Oliveira, C. M. de. (2018). "A enfermagem e o cuidado integral na assistência à pessoa com HIV: Desafios e perspectivas." *Revista de Saúde Pública*, 52, 1-10. doi:10.11606/s1518-8787.2018052000737
- Silva, A. G. da, & Almeida, A. M. de. (2020). "A atuação do enfermeiro no cuidado à pessoa vivendo com HIV/aids: Uma revisão integrativa." *Revista de Enfermagem da UFSM*, 10(1), 163-173. doi:10.5902/2179769235082

4

ESTÉTICA E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS, PERCEPÇÕES E PRÁTICAS NO CUIDADO À AUTOIMAGEM

Allana Jones Da Conceição Lobato¹

Kaline Moreira Costa¹

Lourdilene Lopes Dos Anjos¹

¹ Estética e Cosmética, Instituto Florence, São Luís-MA

Resumo

O envelhecimento, embora natural, é influenciado pela valorização da juventude, impulsionando idosos a buscarem intervenções estéticas que impactam autoestima e desafiam estigmas sociais. O objetivo geral analisar a relação entre as práticas estéticas e a autoimagem de indivíduos em processo de envelhecimento, investigando os desafios, percepções e práticas no cuidado à autoimagem associados ao envelhecimento. Este estudo utilizou uma revisão sistemática da literatura e uma pesquisa qualitativa (2018-2024) pesquisando nas plataformas; Scielo e Google Acadêmico. Foram selecionados estudos em português e inglês, sintetizando evidências sobre a relação entre estética e envelhecimento para aprofundar a compreensão das percepções e práticas associadas. O envelhecimento é influenciado por significados sociais, culturais e pessoais que afetam a autoimagem dos idosos, sendo a aceitação da idade associada ao bem-estar e à autoestima. No entanto, fatores como mídia e mercado reforçam ideais de juventude, contrastando com a valorização de experiências. Estudar autoestima e estética no envelhecimento ajuda a superar estereótipos, promovendo inclusão digna e valorização da autonomia dos idosos.

Palavras-chave: Estética; Envelhecimento; Autoimagem.

Abstract

Aging, though natural, is influenced by the valorization of youth, driving older adults to seek aesthetic interventions that impact self-esteem and challenge social stigmas. The primary goal is to analyze the relationship between aesthetic practices and self-image among aging individuals, exploring the challenges, perceptions, and practices related to self-image care associated with aging. This study employed a systematic literature review and exploratory qualitative research (2018-2024) using Scielo and Google Scholar databases. Studies in Portuguese and English were selected to synthesize evidence on the relationship between aesthetics and aging, deepening the understanding of associated perceptions and practices. Aging is shaped by social, cultural, and personal meanings that affect the self-image of older adults, with age acceptance linked to well-being and self-esteem. However, factors such as media and market forces reinforce youth ideals, contrasting with the appreciation of experience. Studying self-esteem and aesthetics in aging helps overcome stereotypes, promoting dignified inclusion and the value of older adults' autonomy.

Key-words: Aesthetics; Aging; Self-image.



1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo biológico natural e inevitável, que envolve uma série de mudanças físicas, psicológicas e sociais. Essas transformações impactam significativamente a percepção da própria imagem e a relação do indivíduo com a sociedade. Em muitos casos, o envelhecimento é percebido como uma ameaça à aparência física, um aspecto influenciado pelas pressões culturais e pela valorização da juventude (Bonfim *et al.*, 2019).

De acordo com Carrara (2020), a sociedade atual tende a valorizar a aparência jovem, o que leva muitos indivíduos a buscarem alternativas estéticas para atenuar os sinais da idade e prolongar a sensação de vitalidade. Nos últimos anos, a indústria da estética e dos cuidados pessoais tem se adaptado para atender a uma demanda crescente entre o público mais velho, oferecendo tratamentos que vão desde intervenções minimamente invasivas até procedimentos cirúrgicos.

Romanssini *et al.* (2020) destacam que essa evolução reflete um desejo de manter-se visualmente jovem e pode ser interpretada como uma forma de adaptação aos padrões sociais de beleza. Essa busca pela preservação da aparência jovem, além de evidenciar questões ligadas à autoimagem, também reforça os padrões culturais que associam a velhice a aspectos negativos, como a perda de beleza e vitalidade.

A busca por intervenções estéticas no processo de envelhecimento tem implicações psicológicas e sociais profundas, pois envolve questões de autoestima, identidade e aceitação. Conforme afirmam Mello *et al.* (2020), as práticas estéticas voltadas para a população idosa vão além do desejo de “parecer jovem” e podem desempenhar um papel importante na promoção do bem-estar e na qualidade de vida.

Nesse sentido, este artigo busca analisar a relação entre estética e envelhecimento, discutindo as motivações e os impactos das práticas estéticas entre o público idoso e como essas práticas refletem e desafiam os estigmas sociais associados ao envelhecimento. Sendo, para tal, a pergunta problema: “Como as práticas estéticas influenciam a percepção de autoimagem e o bem-estar psicológico de indivíduos em processo de envelhecimento, considerando os impactos dos padrões sociais de beleza?”.

Sendo objetivo geral analisar a relação entre as práticas estéticas e a autoimagem de indivíduos em processo de envelhecimento, investigando os desafios, percepções e práticas no cuidado à autoimagem associados ao envelhecimento.

A justificativa para este estudo reside na crescente importância da autoimagem na vida dos indivíduos mais velhos, especialmente em uma sociedade que valoriza a juventude. Com o aumento da população idosa e a democratização do acesso a tratamentos estéticos, torna-se fundamental compreender como essas práticas influenciam a autoestima e o bem-estar psicológico. Assim, este estudo busca elucidar as complexidades dessa relação, promovendo um entendimento mais profundo sobre as dinâmicas que envolvem estética, envelhecimento e identidade.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

A beleza é uma construção social que varia conforme o tempo, a cultura e o contexto histórico. Na sociedade contemporânea, o ideal de beleza está frequentemente associado

à juventude, o que gera pressão sobre os indivíduos, especialmente aqueles que estão em processo de envelhecimento. As normas de beleza são influenciadas por fatores sociais e culturais, e a busca pela conformidade a esses padrões pode levar a sentimentos de inadequação e descontentamento. O culto à juventude, portanto, impacta diretamente a percepção que os idosos têm de si mesmos e de seu valor social (De Gaspar Loureiro, 2023).

O envelhecimento é um processo natural que traz uma série de mudanças físicas e psicológicas. As transformações que ocorrem ao longo da vida, como o surgimento de rugas, flacidez e alterações na textura da pele, podem ser vistas como sinais de fragilidade e perda de vitalidade, impactando a autoimagem do indivíduo (Da Rocha, 2018).

Com o avanço da tecnologia e o aumento da disponibilidade de tratamentos estéticos, muitos idosos têm buscado maneiras de reverter ou minimizar os efeitos do envelhecimento. A estética moderna oferece uma gama de opções, desde procedimentos não invasivos, como preenchimentos e toxina botulínica, até cirurgias plásticas mais complexas. Segundo Marques (2020), essas intervenções não são apenas uma questão de aparência, mas também um reflexo do desejo de manter a autoimagem e a identidade ao longo do tempo.

A busca por intervenções estéticas pode ter impactos significativos na saúde mental dos indivíduos. A literatura aponta que procedimentos estéticos podem levar a um aumento da autoestima e da satisfação com a própria imagem, mas também podem gerar expectativas irreais e, em alguns casos, insatisfação persistente (De Souza Amaral *et al.*, 2020). Assim, é fundamental compreender as motivações por trás da procura por esses procedimentos e como eles afetam a percepção de si mesmo entre os idosos.

A autoimagem é um componente crucial do bem-estar psicológico e está intimamente relacionada à forma como os indivíduos percebem sua aparência. De acordo com o modelo de imagem corporal de De Moraes Salomão *et al.* (2021), uma autoimagem positiva pode contribuir para um maior bem-estar emocional, enquanto uma imagem negativa pode resultar em problemas como ansiedade e depressão.

Para os idosos, a aceitação da própria imagem e a busca por cuidados estéticos podem ser estratégias para lidar com o envelhecimento e promover uma melhor qualidade de vida.

A mídia e a publicidade desempenham um papel fundamental na construção dos padrões de beleza e na percepção do envelhecimento. Campanhas publicitárias frequentemente retratam a juventude como ideal, deixando de lado a diversidade e a beleza da velhice. Estudos mostram que a representação negativa do envelhecimento na mídia pode contribuir para a internalização de estigmas e a desvalorização da experiência e sabedoria que os indivíduos mais velhos possuem (Vilasanti; Pacífico, 2022). A promoção de uma imagem positiva da velhice nas mídias é, portanto, essencial para desafiar esses estigmas.

Ante o exposto, percebe-se que a intersecção entre estética e envelhecimento é um tema complexo que envolve aspectos sociais, culturais e psicológicos. A busca por intervenções estéticas entre os idosos não é apenas uma questão de vaidade, mas um reflexo das pressões sociais e das dinâmicas de autoimagem que permeiam a sociedade contemporânea.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é composta por uma revisão sistemática da literatura, seguida de uma pesquisa exploratória e qualitativa, abrangendo o período de 2018 a 2024.



A busca por artigos foi realizada nas bases de dados da plataforma de pesquisa; Scielo e Google Acadêmico. Gil (2002, p. 17), que define pesquisa como sendo “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Revisar a literatura é atividade essencial no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos. A realização de uma revisão de literatura evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos (Galvão; Ricarte, 2019).

As revisões sistemáticas têm objetivo de identificar, obter, filtrar, avaliar e sintetizar (ou resumir) os estudos primários relevantes para responder uma dada pergunta de pesquisa. Revisões sistemáticas diferem das revisões narrativas da literatura por aplicarem métodos transparentes, baseados em decisões tecnicamente fundamentadas e imparciais, portanto, são reproduzíveis (Ercole *et al.*, 2014).

Segundo Lakatos e Marconi (2003), esse tipo de pesquisa visa uma interpretação particular do objeto que está sendo investigado. Como, ela concentra sua atenção no específico, nas peculiaridades, interesses e não é apenas explicar, mas entender os fenômenos que ele estuda dentro do contexto em que aparecem. Sendo que revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados.

A pesquisa tem caráter do tipo exploratório, que segundo Gil (2002) proporciona maior familiaridade com as questões, a fim de obter mais detalhes e torná-lo mais explícito. Além disso, aprimora ideias de descobertas, sempre com uma visão crítica.

Foi empregado como critério de inclusão a seleção de publicações científicas em português e inglês, de 2018 a 2024, com textos disponibilizados na íntegra. Por sua vez, foram excluídas as publicações que não atenderam aos critérios. Os dados coletados foram sistematicamente organizados, permitindo uma síntese das evidências sobre a relação entre estética e envelhecimento, sendo apresentados no quadro 1 apresentado no próximo capítulo.

A combinação da revisão sistemática da literatura com a pesquisa exploratória e qualitativa visou proporcionar uma visão abrangente sobre a temática, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas entre estética e envelhecimento, seus desafios, percepções e práticas no cuidado à autoimagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 8 artigos, sendo os mesmos apresentados no Quadro 1, e discutidos a seguir.

Quadro 1. Apresentação dos artigos selecionados.

TÍTULO	AUTOR/ ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONCLUSÕES
Percepção do envelhecimento: mulheres de meia idade e idosas que buscam por procedimentos estéticos	Carrara (2020)	Analisar se há diferença estatística significativa relativa à percepção do envelhecimento entre mulheres de meia idade e mulheres idosas que buscam por procedimentos estéticos e à percepção da melhora da saúde com a realização de procedimentos estéticos neste mesmo grupo.	Estudo clínico, piloto, observacional e transversal, realizado com 70 mulheres de 40 anos a 75 anos de idade, adeptas de procedimentos estéticos, na cidade de São Paulo (SP), Brasil.	Nos grupos estudados, os resultados sugerem uma percepção mais negativa do envelhecimento entre as mulheres de meia idade. A maioria das voluntárias relacionou os tratamentos estéticos com melhora na saúde
A utilização da toxina botulínica tipo A para alcançar a estética facial	De Souza; Brito (2020)	Compreender a atuação da toxina botulínica A aplicada à estética facial.	Revisão bibliográfica de caráter exploratório-descritivo qualitativo.	Essa toxina pode ser utilizada para atenuar rugas, tratar sorriso gengival e reduzir paralisia facial. No entanto, seu uso deve ser cauteloso, pois pode causar efeitos adversos, como edema, eritema, ptose palpebral, sensação de pálpebras pesadas, cefaleia, reações locais e infecções. Por isso, é fundamental que os profissionais da área estética sejam capacitados para realizar esses procedimentos de forma segura e minimizar os efeitos indesejáveis.
Autoestima e estética na percepção de pessoas idosas de Centros de Referência de Assistência Social	Figueira <i>et al.</i> (2024)	Analisar a percepção de pessoas idosas em relação a sua imagem corporal e autoestima.	Pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva realizada com 28 pessoas idosas nos Centros de Referência de Assistência Social de Araucária, Paraná, Brasil.	Embora a sociedade promova um padrão de beleza, as pessoas idosas conseguem viver de forma satisfatória, com elevada autoestima, sem serem influenciadas negativamente.

Estética e felicidade na percepção de idosas usuárias de produtos de beleza	Romanssini et al. (2020)	Identificar as relações entre estética e felicidade na percepção de idosas usuárias de produtos de beleza.	Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de caráter qualitativo, realizada por meio de entrevista semiestruturada, com 21 mulheres de idade ≥ 60 anos.	É necessário um equilíbrio entre beleza interior e exterior para alcançar a felicidade, porém com preponderância da estética da existência, da estética interior, que gera mais felicidade por pautar-se no autoconhecimento, no domínio de si, na autonomia, na realização pessoal e social
Envelhecimento e rejuvenescimento: um estudo de representação social	Teixeira et al. (2019)	O estudo baseou-se na teoria das representações sociais para analisar o conteúdo das representações sociais que três gerações diferentes de mulheres têm sobre assuntos relacionados com envelhecimento e rejuvenescimento.	Pesquisa de campo.	Conclui-se que, independentemente da faixa etária das participantes, elas construíram uma representação social do rejuvenescimento voltada para cuidados em saúde muito mais do que com a beleza estética.
A luta contra o envelhecimento, uma análise na perspectiva bioética	Figueira et al. (2021)	Explorar as estratégias declaradas na luta contra o envelhecimento. Busca-se analisar os aspectos que apoiam as estratégias e discutir o fenômeno do combate ao envelhecimento na perspectiva bioética.	Pesquisa qualitativa que utilizou como material de análise o conteúdo de domínio público disponível na internet, em sua maioria visando o ideal estético.	Atualmente as estratégias declaradas na luta contra o envelhecimento, em sua maioria visam o ideal estético, como forma de permitir a pessoa idosa a permanência no meio social. São estratégias para disfarçar o envelhecimento ou tentar impedi-lo em uma busca incessante da juventude eterna.

Fonte: o autor (2024).

A percepção do envelhecimento envolve a satisfação com a própria idade e a capacidade de se ver como mais jovem. Aqueles que têm uma visão positiva do envelhecimento tendem a se adaptar melhor às perdas associadas à idade e são menos vulneráveis a estereótipos negativos. Essa percepção é um indicativo de envelhecimento bem-sucedido, relacionada à capacidade funcional e à qualidade de vida (Carrara, 2020).

As mulheres, em particular, enfrentam o envelhecimento influenciadas por fatores sociais e culturais, frequentemente demonstrando maior insatisfação com a imagem corporal. Essa preocupação com a saúde e a beleza impulsiona a busca por tratamentos estéticos rejuvenescedores, com a indústria respondendo a essa demanda por meio de produtos e técnicas voltadas para elas, promovendo assim uma forma de autocuidado (Carrara, 2020).

O envelhecimento provoca diversas modificações funcionais no organismo, incluindo alterações no sistema nervoso e um remodelamento estético. Entre as mudanças estéticas, destacam-se as alterações na pele, como rugas e perda de elasticidade, que são mais

evidentes na face e nos membros superiores. Em função dessas transformações, os recursos estéticos incluem procedimentos que melhoram a pele e previnem problemas decorrentes do envelhecimento (De Souza; Brito, 2020).

Observa-se uma cultura de massa que desvaloriza a velhice e promove valores juvenis, influenciando a percepção social sobre o envelhecimento. Mídia, mercado de trabalho e sistemas de produção reforçam a ideia de que a juventude é sinônimo de produtividade e consumo, criando a associação entre uma aparência jovem e vitalidade (Teixeira *et al.*, 2019).

Essa dinâmica leva ao surgimento de novas crenças sobre a beleza e o corpo, impulsionando investigações significativas na psicologia do envelhecimento. Entre as abordagens que têm gerado um impacto positivo entre os pesquisadores da área gerontológica estão as teorias do curso de vida, que oferecem uma compreensão mais abrangente do envelhecimento (Teixeira *et al.*, 2019).

Dentre os procedimentos estéticos, a toxina botulínica (TBA) se destaca por atender ambos os sexos e diferentes faixas etárias, sendo mais utilizada no terço superior da face, onde proporciona resultados positivos na correção de rugas dinâmicas. No entanto, seu uso deve ser cauteloso, evitando-se a ausência de expressão (De Souza; Brito, 2020).

A TBA é empregada em procedimentos estéticos para alcançar a harmonia facial e proporcionar satisfação visual ao paciente. Nesse sentido, é essencial garantir a utilização adequada dessa toxina, promovendo melhorias na estética facial sem complicações associadas ao seu uso. A maioria dos autores concorda quanto à avaliação positiva da toxina e aos seus benefícios para a estética facial (De Souza; Brito, 2020).

O estudo realizado por Carrara (2020) sugere que mulheres de meia-idade em busca de tratamentos estéticos têm uma percepção negativa do envelhecimento, apresentando escores mais altos relacionados às suas consequências. Elas relataram mais alterações na saúde associadas ao envelhecimento em comparação às mulheres idosas, evidenciando uma associação entre doença e velhice. Embora a maioria acreditasse que os tratamentos estéticos melhorariam sua saúde, não houve diferença significativa nos resultados entre os grupos.

Figueira *et al.* (2024) constataram que uma população economicamente vulnerável apresenta elevada autoestima. Muitas pessoas idosas perceberam mudanças no tratamento que recebem devido ao envelhecimento, mas essas alterações não são vistas apenas de forma negativa. Alguns idosos enxergam benefícios em aparentar a idade, como o respeito e o cuidado de familiares e amigos. A pesquisa revelou uma população resiliente, que aceita o envelhecimento e busca estratégias para enfrentá-lo.

Com o aumento da população idosa, é necessário realizar mais estudos sobre autoestima e estética no envelhecimento. Para garantir uma sociedade justa, onde a cidadania das pessoas idosas seja respeitada, é fundamental incluí-las nas discussões. A pesquisa identificou uma população de idosos autônomos, conscientes de suas conquistas e capazes de lidar com as perdas e limitações do envelhecimento (Figueira *et al.*, 2024).

Romanssini *et al.* (2020) destacam que a beleza sempre foi influenciada pelos padrões estéticos contemporâneos. No entanto, o envelhecimento é frequentemente associado a imagens negativas, o que pode causar insatisfação na autoimagem ao longo desse processo. Portanto, investigar a velhice significa compreender os idosos de forma integral, considerando questões multidisciplinares e biopsicossociais, já que o significado das mudanças relacionadas ao envelhecimento varia de acordo com a percepção e interpretação de cada indivíduo.



Atualmente, muitas pessoas idosas frequentam salões de beleza e clínicas estéticas, o que aponta para uma busca motivada por questões de vaidade, receio de envelhecer e pressões sociais para disfarçar a idade. Termos como “antienvelhecimento” e “anti-idade” refletem uma rejeição ao envelhecimento, mostrando como estratégias contra o avanço da idade se tornaram comuns na sociedade atual (Figueira *et al.*, 2021).

A pesquisa realizada por Romanssini *et al.* (2020) exploraram a relação entre estética e felicidade na percepção de idosas que usam produtos de beleza. As participantes afirmaram que a estética, entendida como beleza interior, está associada ao bem-estar subjetivo e a valores como amor, respeito e solidariedade. Para elas, a beleza interior é mais importante do que a exterior, que inclui a valorização das relações, da espiritualidade e da natureza.

Além disso, a felicidade foi vista como intimamente ligada à beleza interior, destacando a convivência com familiares e amigos, a realização de projetos pessoais e a busca pela paz como fatores essenciais para sua felicidade. As participantes enfatizaram a importância de equilibrar beleza interior e exterior, considerando o cuidado com a imagem corporal como um meio para a inserção social e a busca de uma felicidade mais duradoura (Romanssini *et al.*, 2020).

O estudo de Teixeira *et al.* (2019) identificaram elementos centrais relacionados ao envelhecimento e rejuvenescimento, baseando-se na saliência dessas palavras. Os resultados mostram um consenso entre três grupos sobre o envelhecimento, com associações positivas ligadas à sabedoria e experiência, e negativas relacionadas a “medo” e “solidão”. A palavra “tristeza” apareceu apenas entre mulheres de 40 a 50 anos, enquanto “paz”, “tranquilidade” e “amor” foram evocados por mulheres acima de 60 anos.

Em relação ao rejuvenescimento, os grupos concordaram em dois aspectos: um positivo, ligado à alegria e bem-estar, e um negativo, relacionado a “dúvida” e “insegurança”. As mulheres acima de 60 anos destacaram a importância de atividades físicas, que são vistas como essenciais para a prevenção e rejuvenescimento. No entanto, essa perspectiva não foi central entre os outros grupos (Teixeira *et al.*, 2019).

Aceitar o envelhecimento é essencial para respeitar a dignidade da pessoa idosa, reconhecendo-a como um ser integral e complexo. A estigmatização, ao reduzir as oportunidades de pertencimento, aumenta a vulnerabilidade e afeta a autoestima da pessoa idosa, limitando sua autonomia. No entanto, muitas estratégias atuais de enfrentamento do envelhecimento estão focadas apenas no ideal estético, incentivando uma busca constante pela aparência jovem, com o objetivo de manter o idoso inserido na sociedade (Figueira *et al.*, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento é um processo multifacetado, carregado de significados sociais, culturais e pessoais que influenciam diretamente a forma como os idosos percebem a si mesmos e a busca por uma imagem rejuvenescida. A aceitação do envelhecimento está associada a um sentimento de bem-estar e de autoestima mais elevados, promovendo uma adaptação mais saudável às transformações que ocorrem com o avanço da idade.

Entretanto, fatores externos como a mídia e o mercado reforçam ideais de beleza juvenil, incentivando uma busca constante pela aparência jovem, o que frequentemente colide com a valorização da experiência e da sabedoria acumuladas.

Observa-se também que a relação entre estética e felicidade assume um papel importante na vida das mulheres idosas, que tendem a priorizar valores intrínsecos, como

bem-estar espiritual e relações pessoais, sobre aspectos estritamente físicos.

Diante do aumento da população idosa, há uma necessidade crescente de aprofundar estudos sobre autoestima, envelhecimento e estética, buscando formas de integrar os idosos de maneira digna e positiva na sociedade.

Tais investigações possibilitam compreender e acolher melhor a complexidade desse processo, que envolve tanto o respeito à individualidade quanto a superação de estereótipos negativos. Assim, valorizar a dignidade e a autonomia do idoso torna-se um objetivo central para promover uma inclusão social mais justa e significativa.

REFERÊNCIAS

- BONFIM, Amanda Silva Pereira et al. Feminilidade, corpo e envelhecimento humano: Percepções da autoimagem de mulheres idosas na velhice. **Revista Uningá**, v. 56, n. 56, p. 1-12, 2019.
- CARRARA, Flávia Franco. Percepção do envelhecimento: mulheres de meia idade e idosas que buscam por procedimentos estéticos. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 14, n. 49, p. 38-50, 2020.
- DA ROCHA, Jorge Afonso. O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. **Revista Farol**, v. 6, n. 6, p. 78-89, 2018.
- DE GASPAR LOUREIRO, Maria. **A beleza por detrás das rugas: discursos das mulheres mais velhas sobre o corpo e o processo de envelhecimento**. 2023.
- DE MORAIS SALOMÃO, Any Caroline; DE OLIVEIRA SILVA, Lorena Lanusse; SANTOS, Jeane Rocha. Benefícios dos procedimentos estéticos na melhora da autoestima. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e590101624308-e590101624308, 2021.
- DE SOUSA BRITO, Aline; BARBOSA, Daniela Borges Marquez. A utilização da toxina botulínica tipo A para alcançar a estética facial. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 36, n. 71, p. 40-50, 2020.
- DE SOUZA AMARAL, Shirlena Campos; BRUNELLI, Priscila Barbosa; DE SOUZA, Sheila Campos. Estética e envelhecimento humano em tempos líquidos: múltiplos olhares. **Envelhecimento humano**, p. 276. 2020.
- ERCOLE, Flávia Falci; DE MELO, Laís Samara; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2014.
- FIGUEIRA, Olivia et al. A luta contra o envelhecimento, uma análise na perspectiva bioética. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e56210112254-e56210112254, 2021.
- FIGUEIRA, Olivia et al. Autoestima e estética na percepção de pessoas idosas de Centros de Referência de Assistência Social. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 27, p. e230193, 2024.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MARQUES, Paulo Ricardo Conceição. Procedimentos estéticos não cirúrgicos realizados no Brasil entre 2010 E 2020. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 42-50, 2022.
- MELLO, Márcia de; SCORTEGAGNA, Helenice de Moura; PICHLER, Nadir Antonio. Cuidados eo impacto da aparência estética na percepção social de um grupo de mulheres idosas. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 23, n. 2, p. e190271, 2020.
- ROMANSSINI, Sabrina Fernanda; SCORTEGAGNA, Helenice de Moura; PICHLER, Nadir Antonio. Estética e felicidade na percepção de idosas usuárias de produtos de beleza. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 3, p. e200028, 2020.
- TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz et al. Envelhecimento e rejuvenescimento: um estudo de representação social. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 10, n. 1, p. 49-72, 2019.
- VILASANTI, Viviane Soares; PACÍFICO, Marsiel. Corpo feminino, envelhecimento e Indústria Cultural: uma análise de propaganda à luz da Teoria Crítica. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 1, p. 179-200, 2022.

5

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA OZONIOTERAPIA COMO PRÁTICA INTEGRATIVA DE SAÚDE

Ana Beatriz Fortunato Monturil Matos¹
Anna Jehnniffer Ferreira Rocha¹
Daniele Rayane Martins Almeida¹
Heloísa Karlene Neves Gomes¹
Rayllane Alves Pinheiro¹
Josafá Marins²

1 Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA

2 Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade EDUFOR – São Luís - MA

Resumo

Objetivo: estudar a atuação do enfermeiro na ozonioterapia como prática integrativa, destacando sua importância na promoção da saúde integrativa. Material e Métodos: como metodologia de pesquisa, foi aplicada a revisão integrativa da literatura. Resultados: A revisão indicou que o enfermeiro desempenha um papel fundamental na administração e supervisão do uso da ozonioterapia, contribuindo para a adesão do paciente ao tratamento e garantindo a segurança no manejo de ozônio. Estudos apontam que a ozonioterapia, quando conduzida por profissionais de enfermagem treinados, pode auxiliar no controle de infecções, promover a cicatrização de feridas e reduzir o estresse oxidativo em pacientes com doenças crônicas. No entanto, a regulamentação da prática pelo enfermeiro varia entre os estados e países, gerando desafios para a uniformização dos protocolos de uso e manejo seguro do ozônio. Conclusão: A atuação do enfermeiro na ozonioterapia é relevante para a promoção de cuidados de saúde integrativos, contribuindo para a ampliação do acesso dos pacientes a terapias complementares eficazes. Embora a ozonioterapia mostre benefícios clínicos em determinadas condições, a falta de regulamentação padronizada e a necessidade de capacitação específica para enfermeiros ainda são obstáculos para sua implementação generalizada. Estudos adicionais são recomendados para fortalecer a base de evidências e possibilitar uma regulamentação mais ampla.

Palavras-chave: Enfermagem. Ozonioterapia. Práticas Integrativas e Complementares.

Abstract

Objective: To study the role of nurses in ozone therapy as an integrative practice, highlighting its importance in promoting integrative health. Material and Methods: an integrative literature review was used as the research methodology. Results: The review indicated that nurses play a key role in administering and supervising the use of ozone therapy, contributing to patient adherence to treatment and ensuring safety in ozone management. Studies indicate that ozone therapy, when conducted by trained nursing professionals, can help control infections, promote wound healing and reduce oxidative stress in patients with chronic diseases. However, the regulation of the practice by nurses varies between states and countries, creating challenges for the standardization of protocols for the use and safe management of ozone. Conclusion: The role of nurses in ozone therapy is relevant to the promotion of integrative health care, contributing to increasing patient access to effective complementary therapies. Although ozone therapy shows clinical benefits in certain conditions, the lack of standardized regulations and the need for specific training for nurses are still obstacles to its widespread implementation. Further studies are recommended to strengthen the evidence base and enable broader regulation.

Keywords: Nursing. Ozone therapy. Integrative and Complementary Practices.



1. INTRODUÇÃO

A ozonioterapia é amplamente reconhecida como uma prática de saúde de interesse global. No Brasil, ela está entre os 29 procedimentos incluídos na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), do Sistema Único de Saúde (SUS) (Oliveira, 2023).

De acordo com Melo et al., (2020), o ozônio tem despertado grande atenção devido à sua capacidade de induzir um estresse oxidativo controlado e moderado, quando utilizado em doses terapêuticas adequadas. Conforme Torres e Silva (2022), trata-se de uma molécula biológica presente na natureza e, na forma de ozônio medicinal (sempre combinado com oxigênio), atua por meio de diferentes mecanismos que promovem benefícios à saúde e contribuem para a recuperação em diversas condições.

Jeyaraman et al. (2024) explicam que há resultados promissores, como a melhora em doenças pulmonares e a modulação imunológica em pacientes com HIV, no entanto, faltam grandes ensaios clínicos que validem a segurança e eficácia a longo prazo da ozonioterapia, portanto, ainda não é possível encontrar dados estatísticos em sua aplicação.

A ozonioterapia apresenta diversos benefícios. Um dos principais é a melhora da oxigenação, pois o ozônio pode aumentar a utilização de oxigênio pelo corpo, melhorando a circulação e o metabolismo celular, pois contribui para um aumento de energia e regeneração tecidual, também age na modulação do sistema imunológico; estudos indicam que o ozônio pode regular a resposta imunológica, sendo útil em doenças autoimunes ou infecções crônicas, ajudando tanto a reduzir a atividade excessiva quanto a fortalecer um sistema imunológico comprometido (Galdino, 2021).

De acordo com Mildemberg et al. (2023), outro benefício significativo é a redução da inflamação, uma vez que o ozônio demonstrou capacidade de reduzir compostos pró-inflamatórios, o que pode ser vantajoso em condições crônicas como artrite e fibromialgia. As propriedades antimicrobianas do ozônio também merecem destaque, pois ele é utilizado para combater infecções, especialmente em casos de resistência a antibióticos. Por fim, a ozonioterapia pode acelerar a cicatrização de feridas difíceis, como úlceras diabéticas, devido à sua ação antioxidante e anti-inflamatória.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), por meio do Parecer Normativo nº 001 de 2020, autoriza que enfermeiros capacitados realizem a prática da ozonioterapia como terapia complementar. Esse parecer recomenda que os profissionais da enfermagem que desejam aplicar essa técnica sejam submetidos a cursos de qualificação com uma carga horária mínima de 120 horas. A prática deve ser realizada de acordo com as normas éticas e técnicas estabelecidas para garantir a segurança e eficácia do tratamento (Cofen, 2020).

A Ozonioterapia utiliza o ozônio de forma terapêutica, promovendo maior oxigenação dos tecidos e, assim, incentivando o metabolismo. Trata-se de um procedimento pouco invasivo, que oferece alívio da dor em muitos pacientes, além disso, é utilizado como tratamento auxiliar em infecções agudas e crônicas causadas por vírus, bactérias e fungos, assim como no manejo de queimaduras e úlceras diabéticas (Galdino, 2021).

Para Mildemberg et al. (2023), com o aumento de doenças crônicas e degenerativas, há uma busca crescente por terapias que possam oferecer benefícios adicionais aos tratamentos convencionais. A capacitação dos enfermeiros para aplicar a ozonioterapia é fundamental para ampliar o acesso dos pacientes a essa técnica, reforçando o compromisso da enfermagem com a qualidade e inovação no cuidado à saúde.

Como justificativa para a realização desse estudo, destaca-se que ozonioterapia surge como uma terapia integrativa relevante na enfermagem, devido à crescente demanda por tratamentos complementares no cuidado à saúde. Este método tem demonstrado eficácia em condições como feridas crônicas e infecções, promovendo uma recuperação mais rápida e melhorando a qualidade de vida dos pacientes. A inclusão da ozonioterapia está alinhada com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, e a atuação do enfermeiro nesse contexto amplia suas competências, permitindo a gestão de casos complexos e promovendo autonomia profissional.

O objetivo geral do estudo é analisar a atuação do enfermeiro na promoção de saúde através da ozonioterapia como prática integrativa.

2. MATERIAL E MÉTODOS

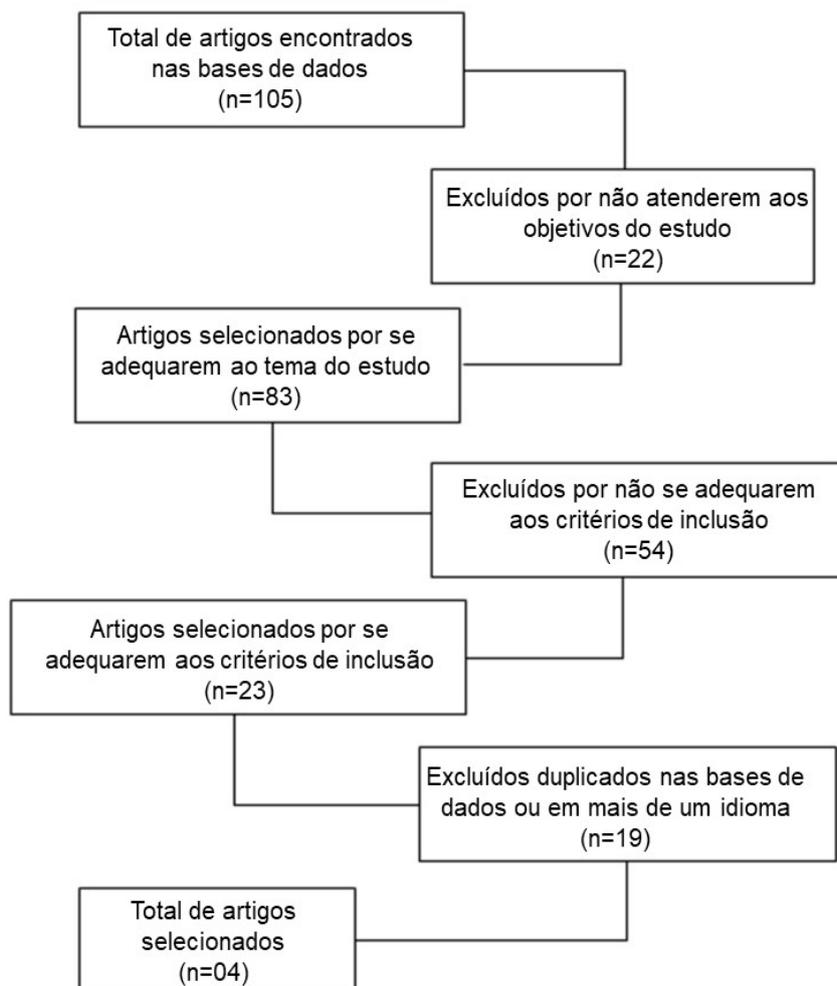
Para a metodologia desta pesquisa, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de explorar e sintetizar o conhecimento existente sobre a atuação do enfermeiro na ozonioterapia como prática integrativa de saúde. Os dados foram obtidos por meio de pesquisas em bases de dados especializadas em saúde, como SCIELO, PubMed e LILACS.

Conforme descrito por Lakatos e Marconi (2017), a revisão integrativa é um método que permite reunir e analisar informações de diversas fontes, integrando resultados relevantes de diferentes estudos e proporcionando uma visão ampla sobre o tema estudado.

A pergunta norteadora da pesquisa foi: qual o papel do enfermeiro na promoção de saúde através da aplicação de ozonioterapia como prática integrativa de saúde? Para isso, foram incluídos artigos científicos publicados em português e inglês, disponíveis gratuitamente e publicados entre 2016 e 2023. Foram excluídos estudos não relacionados diretamente à atuação do enfermeiro em ozonioterapia, bem como monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Os descritores utilizados para a pesquisa foram: “ozonioterapia”, “enfermagem” e “práticas integrativas de saúde”. Os dados coletados foram analisados com base nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, e o processo de seleção incluiu a análise dos títulos e resumos dos artigos. Aqueles que atendiam aos critérios foram lidos na íntegra, resultando em uma seleção final dos artigos, representada em um fluxograma, conforme figura 1.

Figura 1. Fluxograma da metodologia da etapa de seleção e inclusão dos estudos



Fonte: Autores (2024).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 8 artigos para a construção dos resultados da presente pesquisa, conforme apresentados no Quadro 1.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	Ozonioterapia realizada pelo Enfermeiro na imunomodulação em paciente com “Craurose vulvar”: relato de experiência.	Melo et al., 2020.	Relatar a experiência de uma paciente idosa, com diagnóstico de “Craurose vulvar”, complementando o tratamento tradicional com a ozonioterapia.	A combinação do tratamento convencional com ozonioterapia no “Craurose vulvar” mostrou-se favorável nesse estudo, entretanto, sugerem-se novas investigações, visando aprofundar os benefícios do uso da ozonioterapia associado a fármacos normalmente indicados para o tratamento dessa patologia, buscando enfim, evidências clínicas mais robustas.

E2	Os efeitos agudos da terapia pré-operatória com ozônio na cicatrização de feridas cirúrgicas.	Sahin et al., 2016.	Investigar os efeitos da insuflação retal de ozônio pré-operatória na cicatrização de feridas cirúrgicas em relação às citocinas pró inflamatórias e mudanças histopatológicas.	A insuflação retal de ozônio pré-operatória teve um efeito positivo na cicatrização da ferida cirúrgica no período agudo.
E3	Ozonioterapia e laserterapia no tratamento de feridas: estudo piloto.	Girondi et al., 2023.	Comparar os efeitos da Ozonioterapia e Laserterapia em relação à dor, cicatrização e redução das dimensões de lesões decorrentes de feridas cirúrgicas complexas.	Os resultados destacam características dos pacientes com idade média de 50 anos, sexo masculino e lesões causadas majoritariamente por queimaduras de 2º grau. No grupo controle houve redução de 10% no cálculo da área das lesões; enquanto que nos grupos experimentais, com laserterapia e ozonioterapia, as reduções foram de 50% e 85% respectivamente.
E4	Best nursing/clinical practices in the application of ozone therapy	Mesa; Cordies; Benítez (2016).	Descrever a melhor prática de enfermagem/clínica na aplicação da terapia de ozônio em pacientes com doenças crônicas.	Melhor prática de enfermagem/clínica na aplicação da terapia com ozônio resultou benéfica como opção terapêutica em pacientes com doenças crônicas.

Fonte: Autores (2024)

A regulamentação e os requisitos de capacitação para a atuação do enfermeiro na ozonioterapia envolvem diretrizes e normativas fundamentais que possibilitam aos profissionais de enfermagem o uso seguro dessa prática. No Brasil, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) estabelece que a ozonioterapia pode ser praticada por enfermeiros, desde que possuam a devida capacitação, conforme determinado pelo Parecer Normativo nº 001/2020 (Melo *et al.*, 2020).

Nesse sentido, Girondi *et al.* (2023) o uso do ozônio no tratamento de queimaduras demonstrou ser eficaz, principalmente no alívio da dor associada a esse tipo de lesão. Apesar de sua crescente popularidade na medicina, a enfermagem tem se utilizando cada vez da técnica, impulsionada por suas propriedades antimicrobianas, biocompatíveis e regenerativas.

Outros países, como os Estados Unidos e a Alemanha, possuem legislações que delimitam a aplicação da ozonioterapia, e, em alguns casos, permitem que enfermeiros e outros profissionais da saúde apliquem a técnica mediante treinamento e certificação reconhecidos (Sahin *et al.*, 2016).

A capacitação dos enfermeiros para atuar com ozonioterapia envolve conhecimentos técnicos específicos, dada a complexidade de manipulação e aplicação do ozônio. Estudos de Melo *et al.* (2020) demonstram que a capacitação em ozonioterapia inclui desde o conhecimento bioquímico do ozônio, com compreensão de suas propriedades oxidantes e antimicrobianas, até o treinamento em técnicas seguras de aplicação tópica, subcutânea ou sistêmica.

Ao destacar as melhores práticas de enfermagem no uso da ozonioterapia, Mesa, Cordies e Benítez (2016) evidenciaram que a terapia sistemática com ozônio reduz interleucina

T beta, ligada à atividade da doença, enquanto a terapia intra-articular diminuiria interleucina 8 na articulação, explicando a menor contagem de granulócitos e a atividade reduzida da doença. A ozonioterapia intra-articular contribui para a melhora clínica e a redução de granulócitos. Para essas patologias, a ozonioterapia pode funcionar como tratamento principal ou adjuvante, apresentando sucesso terapêutico significativo.

Com base nas recomendações da World Federation of Ozone Therapy, a capacitação em ozonioterapia deve incluir também treinamentos periódicos para atualização dos profissionais, assegurando que os enfermeiros estejam cientes das melhores práticas e inovações na aplicação da técnica. Com a capacitação apropriada, a prática da ozonioterapia tem o potencial de contribuir significativamente para o cuidado integral, promovendo a saúde e a qualidade de vida dos pacientes (Sahin *et al.*, 2016).

4. CONCLUSÃO

A ozonioterapia, reconhecida como uma prática integrativa e complementar, tem ganhado espaço no cenário da saúde devido aos seus efeitos terapêuticos em diferentes condições clínicas, no entanto, a atuação do enfermeiro na aplicação dessa terapia ainda é pouco explorada e regulamentada no Brasil. Este estudo buscou compreender a participação dos enfermeiros nessa área, destacando a importância de um conhecimento técnico-científico adequado para assegurar a segurança e eficácia do tratamento com ozônio.

A atuação do enfermeiro na ozonioterapia como prática integrativa de saúde requer regulamentação formal e capacitação específica para que seja exercida de maneira segura e efetiva. A regulamentação deve prever as competências e os limites de atuação, garantindo respaldo ao enfermeiro e proteção ao paciente.

Portanto, é necessário fomentar a produção científica sobre a ozonioterapia no contexto da enfermagem, com ênfase na capacitação profissional e na regulamentação dessa prática. Investimentos em pesquisas sobre o tema e a criação de diretrizes específicas para os enfermeiros podem contribuir significativamente para o desenvolvimento dessa terapia, assegurando um atendimento mais qualificado e seguro para os pacientes que optam por tratamentos integrativos.

REFERÊNCIAS

- CLAVO, B. et al. Modulation of Oxidative Stress by Ozone Therapy in the Prevention and Treatment of Chemotherapy-Induced Toxicity: **Review an Prospects. Antioxidants**; 8(12):588. 2019.
- GALDINO, Sofia Grizante. **A ozonioterapia na enfermagem: entendendo efeitos e benefícios**. 27p. Trabalho de Conclusão de curso de Graduação em Enfermagem, Anhanguera, Santo André, 2021.
- GIRONDI, Juliana Balbinot Reis et al. Ozonioterapia e laserterapia no tratamento de feridas: estudo piloto. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 15, n. 3, 2023.
- JEYARAMAN, Madhan, et al. Ozone therapy in musculoskeletal medicine: a comprehensive review. **European Journal of Medical Research**, volume 29, Article number: 398, 2024.
- MELO, Vangelina Lins et al. Ozonioterapia realizada pelo Enfermeiro na imunomodulação em paciente com “Craurose vulvar”: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e762986153, 2020.
- MESA, Leonid Marcel Kindelán. CORDIES, Benito Jay. BENÍTEZ, Martha Julia Miranda. Best nursing/clinical practices in the application of ozone therapy. **Revista Cubana de Enfermería**; 32(4), 2016.
- MILDEMBERG, Rafaela et al. Práticas integrativas e complementares na atuação dos enfermeiros da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery**, n. 27, 2023.

OLIVEIRA, Victória Vasconcelos de. **A ozonioterapia nas práticas integrativas e complementares do Sistema Único de Saúde**. 35p. Trabalho de Conclusão de Curso (Biomedicina) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SAHIN, H. et al. The acute effects of preoperative ozone therapy on surgical wound healing. **Acta cir. Bras.**; 31(7): 472-478, 2016.

SEVERO, P.C. MÜLLER, F. CARVALHO, J.S.M. **Ozonioterapia**: Suas diversas aplicações clínicas e perspectivas para o tratamento da úlcera venosa. Departamento de Farmácia - União Metropolitana para Educação e Cultura-UNIME, Brasil, 215-225, 2019.

TORRES, V.C.D.P. SILVA, G.Q.D. Empreendedorismo na enfermagem com a implantação de consultório especializado: um relato de experiência. **Simpósio Brasileiro de Estomaterapia Norte-Nordeste**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://anais.sobest.com.br/sben/article/view/303>. Acesso em: 22 set. 2024.



6

A UTILIZAÇÃO DO PEELING QUÍMICO PARA O TRATAMENTO DO MELASMA

Emanoela Fernanda Machado Miranda¹
Luciana de Araújo Salazar¹
Nathália dos Santos Furtado¹
Ildona Paz Oliveira²

1 Estética e Cosmética, Instituto Florence, São Luís-MA

2 Docente do curso de Estética e Cosmética, Instituto Florence, São Luís-MA

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise sobre a utilização do peeling químico utilizado na contemporaneidade para amenizar os efeitos do melasma, tanto em fase inicial, quanto em estágios mais avançados. Sabe-se que a estética tem sido cada vez mais conhecida e reconhecida no meio social como uma fonte de auxílio para tratamentos que visem a promoção de bem-estar físico e mental aos seus pacientes, considerando que a harmonia proporcionada pela oportunidade de corrigir partes do corpo que não agradem visualmente o indivíduo, tem superado as expectativas daqueles que se dispõem a realizar os procedimentos em questão. O objetivo geral da pesquisa é relacionar a eficácia do peeling químico ao tratamento de melasma. Realizou-se uma revisão integrativa nas bases de dados Biblioteca de Teses e Dissertações, Biblioteca Virtual da USP, Ministério da Saúde, Google acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e UNB, no qual foram selecionados artigos completos, publicados no período de 2019 a 2024. Os resultados preliminares apontam que o peeling químico apresenta resultados positivos comprovados no melhoramento estético em pessoas acometidas por melasma, amenizando as manchas na pele e propiciando bem-estar aos pacientes que se submetem aos tratamentos.

Palavras-chave: Benefícios. Peeling químico. Melasma. Bem-estar. Pacientes.

Abstract

This work presents an analysis of the use of chemical peeling used in contemporary times to alleviate the effects of melasma, both in the initial phase and in more advanced stages. It is known that aesthetics has been increasingly known and recognized in the social environment as a source of assistance for treatments aimed at promoting physical and mental well-being for patients, considering that the harmony provided by the opportunity to correct parts of the body that does not visually please the individual, has exceeded the expectations of those who are willing to carry out the procedures in question. The main purpose of the research is to relate the effectiveness of chemical peeling to the treatment of melasma. An integrative review was carried out in the databases Library of Theses and Dissertations, Virtual Library of USP, Ministry of Health, Google Scholar, Catalog of Theses and Dissertations – CAPES and UNB, from which complete articles published in 2019 were selected. to 2024. Preliminary results indicate that chemical peeling has proven positive results in improving aesthetics in people affected by melasma, reducing skin blemishes and providing well-being of patients undergoing treatments.

Keywords: Benefits. Chemical peeling. Melasma. Well-being. Patients.



1. INTRODUÇÃO

O melasma é caracterizado pelo aparecimento de manchas escurecidas na pele que podem ser visualizadas conforme a fase de evolução na qual se encontram inseridas. O melasma pode ser desencadeado pela exposição ao sol, fatores genéticos ou hormonais, assim como, pelo uso de produtos de maneira desordenada, afetando principalmente o público feminino, sendo assim, considerado como um dos incômodos estéticos mais consideráveis na atualidade (Barbosa *et al.*, 2021).

Nos últimos anos a busca por tratamento para melasma tem ganhado bastante espaço no contexto estético. Dessa forma, algumas técnicas têm sido bastante procuradas para a atenuação desse problema, e dentre elas, se destaca o peeling químico, objeto selecionado para este estudo.

Dessa forma, para maior completude do desenvolvimento desta pesquisa, pretende-se elucidar o seguinte questionamento: de que maneira o peeling químico pode se configurar como um aliado para o tratamento de melasma?

O objetivo geral do trabalho é relacionar a eficácia do peeling químico ao tratamento de melasma, tendo como objetivos específicos, compreender as estruturas da pele e suas modificações ao longo dos anos; analisar a utilização do peeling químico no tratamento de melasma e aprofundar os conhecimentos a respeito dos procedimentos estéticos utilizados em tratamentos faciais.

O estudo possui relevância acadêmica e social, à medida em que pretende demonstrar as evoluções estéticas voltadas para a suavização relacionada aos incômodos físicos advindos do surgimento do melasma, através da análise de autores que possuem destaque em investigações anteriores sobre a temática abordada.

Enquanto procedimento, este trabalho foi realizado por meio de leituras e análises de autores que centralizaram seus estudos acerca da dos benefícios do peeling químico para a busca do bem-estar físico de pacientes com melasma. A pesquisa dentro da realidade científica serve como base para que o investigador sane as suas principais inquietudes, e para o profissional de Estética e Cosmética *é imprescindível que se conheça previamente o campo de atuação, para que consiga agregar mecanismos que venham a facilitar o desenvolvimento dos seus trabalhos na prática.*

2. METODOLOGIA

Enquanto procedimento, este trabalho foi realizado por meio de leituras e análises de autores que centralizaram seus estudos acerca da dos benefícios do peeling químico para o tratamento de melasma, promovendo o bem-estar físico dos pacientes. A pesquisa dentro da realidade científica serve como base para que o investigador sane as suas principais inquietudes sociais, e para o profissional de Estética e Cosmética *é imprescindível que se conheça previamente o campo de atuação, para que consiga agregar mecanismos que venham a facilitar o desenvolvimento dos seus trabalhos na prática.*

Para Minayo (2017, p. 08): “produzir conhecimento científico vai muito além de simplesmente desenvolver uma pesquisa”, pois torna-se necessário que o pesquisador esteja disponível para testar possíveis resultados, comparando-os aos seus pressupostos iniciais, isto é, a escolha de um determinado caminho e a suposição de um resultado não define

que as descobertas possam estar engessadas ou vinculadas a um mesmo tipo de conceito.

Assim, a autora afirma que “o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e [...] “o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (Minayo, 2017, p. 09). A produção de novas informações deverá sempre ser acompanhada do pressuposto de que uma ideia não surge do nada e a referência à fonte pesquisada é imprescindível para que o pesquisador esteja gabaritado para tratar sobre o assunto escolhido de maneira livre.

Dentre os trabalhos selecionados para o estudo, foram pesquisados em alguns sites de busca, entre os meses de novembro a dezembro de 2024, dentre eles: Scielo; Portal de Periódicos da Capes; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Google acadêmico, utilizando-se as palavras-chaves “Benefícios”; “Peeling químico”; “Melasma”. A partir das pesquisas prévias, foram selecionados os arquivos, entre artigos, monografias e periódicos que possuem relevância para o desenvolvimento desta pesquisa.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Características da pele

A pele possui duas camadas superficiais chamadas derme e epiderme que tem função termorreguladora, imunológica e protetora. A epiderme é composta em sua maior parte por queratinócitos e uma pequena parcela de melanócitos, células de Merkel e células de Langerhans. A derme é um tecido conjuntivo que possui duas camadas: derme reticular e derme papilar e é constituída por fibroblastos, colágeno, macrófagos, miofibroblastos e mastócitos (Leandro, 2022).

A pele é considerada como o maior órgão do corpo humano, além de ser uma das estruturas que mais ficam expostas aos ambientes climáticos. Isso significa dizer que se a pessoa necessita estar constantemente em locais abertos, sujeita à incidência solar ou mesmo do frio, a pele sofrerá as consequências, fazendo com que a sua estrutura vá se desgastando gradativamente, podendo resultar no aparecimento do melasma (Cardoso; Almeida, 2023).

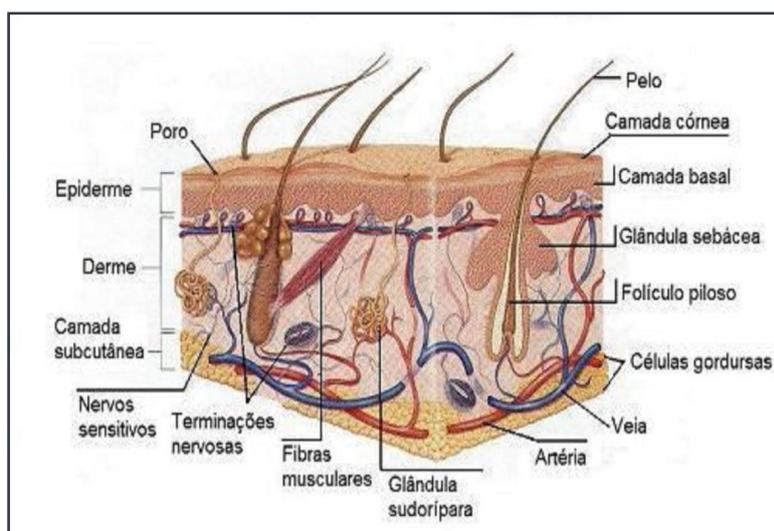
A pele é bastante resistente e elástica, possuindo três camadas de tecido. A camada mais superficial e visível é conhecida como epiderme, caracterizada por apresentar células unidas e resistentes (Luvizuto; Queiroz, 2019). A próxima camada conhecida como derme é intermediária ou medial, e a categoria mais profunda é a hipoderme, conforme descrito na figura 1.

Os poros são orifícios pelos quais a pele “respira”, pois através deles é produzido o suor e a transpiração humana, possuindo uma importância considerável na regulação da temperatura corporal e na proteção epitelial, sendo também o canal por onde os pelos afloram. De acordo com Salomão, Silva e Santos (2021) a pele apresenta uma média de três milhões de células divididas em apenas 3% de diâmetro. As glândulas sudoríparas são responsáveis pela produção de suor, que auxiliam na termorregulação do corpo, eliminando substâncias que não agregam e que não são necessárias ao organismo, caracterizando a sua propriedade secretora.

Assim, a pele atua como uma espécie de escudo do corpo, impedindo a penetração de substâncias que fazem mal ao organismo, formando uma barreira de proteção impermeável.



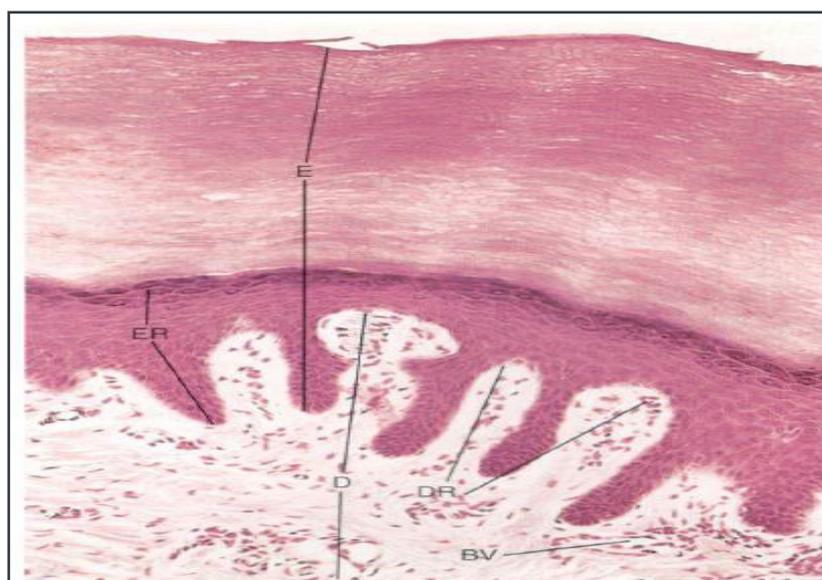
Figura 1. Caracterização da pele humana



Fonte: Luvizuto; Queiroz (2019)

A seguir temos uma imagem em que é possível observar a epiderme e a derme.

Figura 2. Corte histológico da pele



Fonte: Gartner (2006)

Desse modo, percebe-se que os cuidados que o ser humano dispensa à sua pele são fundamentais para garantir que esse processo de descamação e reconstrução seja realizado saudavelmente, pois a camada epitelial, mesmo sendo considerada como um escudo, também sofre danos e se não for cuidada de forma adequada, pode apresentar algumas lesões, dentre elas, o melasma (Cunha; Silva; Oliveira, 2020).

3.1.1 A epiderme

A epiderme é distribuída em cinco camadas, caracterizadas da seguinte maneira:

Essas células se distribuem em cinco camadas epiteliais que suscintamente são elas: camada córnea (camada de descamação), camada lúcida (de células achatadas e núcleo pouco aparente), camada granulosa (células muito acha-

tadas de estrutura granulosa) e nesta camada começa o processo de queratinização, camada espinhosa ou de Malpighi (composta por células poliédricas perfeitamente justas), camada germinativa (camada basal, compostas por células jovens que se multiplicam constantemente) (Luzivito; Queiroz, 2019, p. 5).

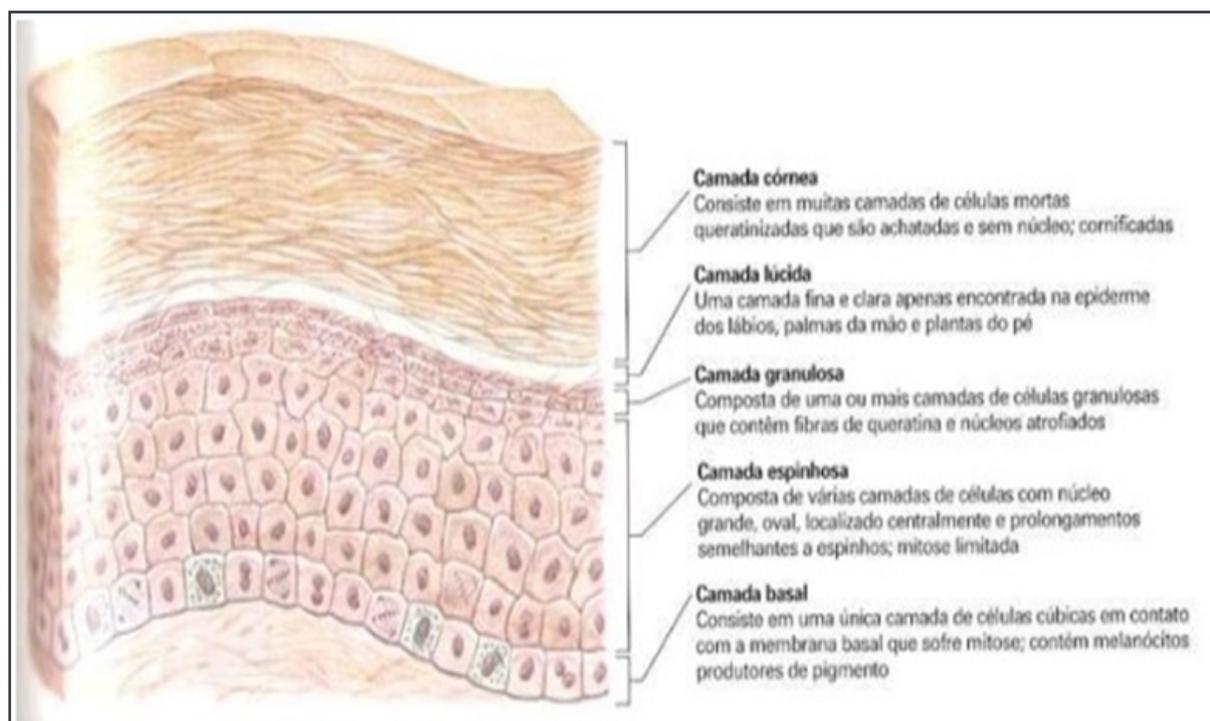
Essa camada mais externa da pele é formada pelo epitélio estratificado pavimentoso queratinizado, e não possui vasos sanguíneos, realizando o transporte dos nutrientes e removendo os detritos por meio dos capilares de tecidos adjacentes. A espessura da pele depende muito da constituição de cada organismo, podendo variar de 0,07 a 0,12 milímetros.

Segundo Lira (2023) algumas células presentes no epitélio desempenham funções imprescindíveis no organismo, a exemplo dos queratinócitos que produzem queratina, também responsável pela proteção do organismo quando cria uma barreira mecânica resultante de sua impermeabilidade à água.

Do mesmo modo, as células de Langerhans que possuem a incumbência de apresentar os antígenos ou imunógenos que são moléculas que reagem com os anticorpos; os melanócitos capazes de produzir melanina, proteína que atua na coloração da pele e pelos humanos; e por fim, as células de Merkel atuantes na transdução sensorial, ou seja, são responsáveis por transformar os estímulos químicos ou físicos em potencial elétrico, por meio dos receptores sensoriais (Santos *et al.*, 2023).

Os autores apontam ainda que o estrato basal ou germinativo é a camada mais acentuada da epiderme, tendo como principal função a origem das células formativas do órgão. Dessa forma, a pele passa por processos constantes de renovação, que somente são possíveis por conta da geração de novas células que vão sendo gradativamente impulsionadas para as camadas mais externas, e nesses caminhos, sofrem modificações em sua composição química. Na figura 3, tem-se mais detalhadamente as funções de cada parte formadora da epiderme.

Figura 3. A epiderme



Fonte: Site Todo estudo

Sob a ótica de Borges:

A pele é de extrema importância, não só como estética, mas também como órgão funcional. Recobre totalmente o corpo, e seus limites são os orifícios externos dos tratos auditivo, respiratório, digestório e urogenital. Por revestir externamente nosso organismo e ser o órgão mais acessível à observação, a pele não representa apenas um invólucro corporal quanto ao aspecto de autoimagem; é também um órgão funcional vital ligado à saúde do indivíduo. (Borges; Scorza 2019, p. 12).

A partir das ideias do autor, entende-se que a pele possui funções vitais no organismo humano. Assim, as pessoas devem tomar ciência de que os cuidados com esse órgão tão importante não devem ser refletidos apenas para o campo estético, mas sim, como uma forma de garantir o funcionamento vital de suas estruturas.

Desse modo, as camadas da epiderme são subdivididas da seguinte maneira:

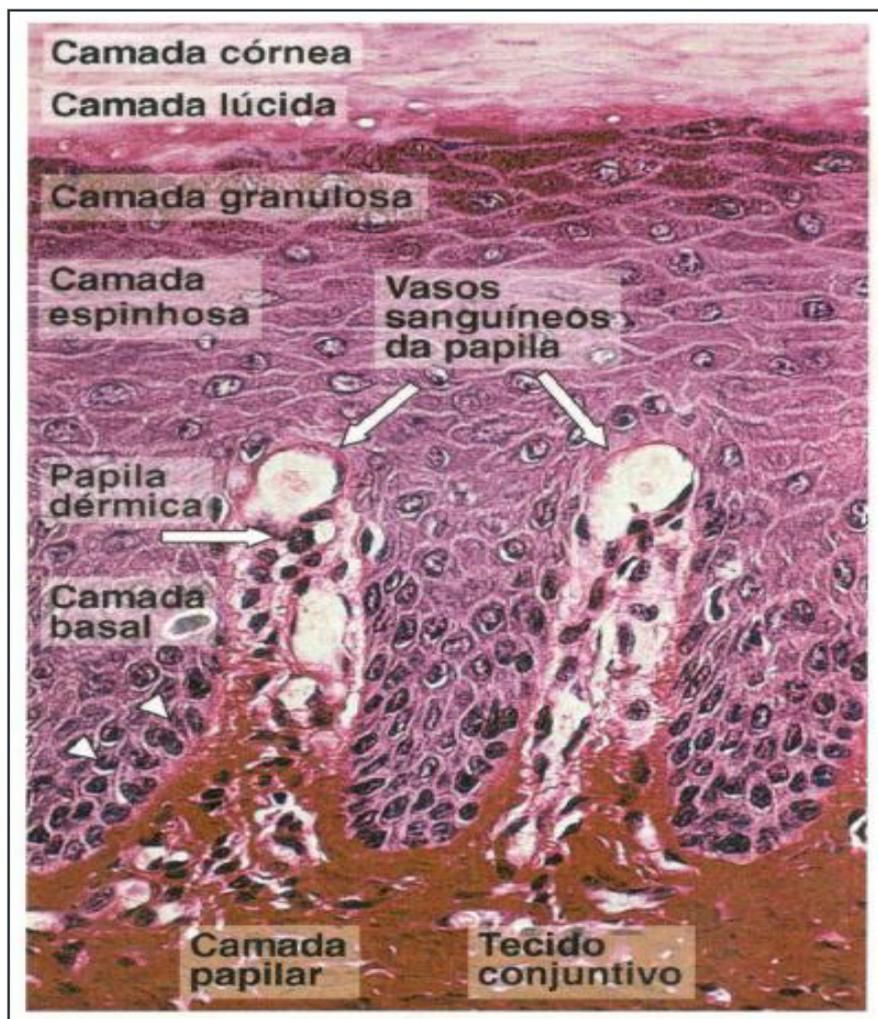
- Camada Basal (ou Germinativa): único estrato de células, em contato direto com a derme, que possui quatro diferentes espécies de células: queratinócitos, melanócitos, células táteis e células de Langerhans;
- Camada espinhosa: localizada acima da camada basal e formada por várias camadas, é formada por queratinócitos em formato de poliedros. No espaço entre as células, há o glicocálix, substância que serve de meio condutor de substâncias hidrossolúveis do meio externo para o interno;
- Camada granulosa: composta por poucas camadas de células achatadas que possuem grânulos contendo queratomalina e grânulos lamelares que impermeabilizam as células;
- Camada córnea: compostas por células de núcleo bem reduzido ou anucleadas. Possui em torno de 30 estratos de células achatadas e mortas, semelhantes a escamas. A queratinização ou cornificação é o processo que transforma os queratinócitos em células achatadas e secas. Este processo é importante para a função protetora da pele. Em média dura de 26 a 28 dias. Após, as células mortas se desprendem e as células novas das camadas mais profundas as substituem. Assim, a pele encontra-se em constante renovação.
- Camada lúcida: camada extra presente nas regiões palmoplantares em que a pele é mais espessa e nos lábios, se situa entre a camada córnea e granulosa. Esta camada possui células transparentes e achatadas.

Percebe-se assim, que todas as camadas possuem estruturas e funções específicas, em que cada uma realiza uma atividade epitelial diferente, a fim de garantir que a pele se renove conforme a necessidade. É importante ressaltar que os profissionais da área de Estética e Cosmética necessitam ampliar os conhecimentos na área epitelial, considerando o desempenho de suas funções (Luvizuto; Queiroz, 2019).

Além das funções de cada camada explicitadas na imagem acima, é pertinente destacar uma visibilidade mais apurada proposta por Junqueira.

1 Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/biologia/camadas-da-pele> Acesso em 03 de dez. de 2024.

Figura 4. Corte histológico com caracterização das cinco camadas da epiderme



Fonte: Luvizuto; Queiroz (2019)

O autor aponta que os pelos humanos podem ser encontrados ao longo de todo o corpo, além das glândulas sebáceas que são responsáveis por produzir sebo que possui uma função fundamental na lubrificação epitelial, aumentando ainda a capacidade hidrofóbica que controla o contato da pele com a água.

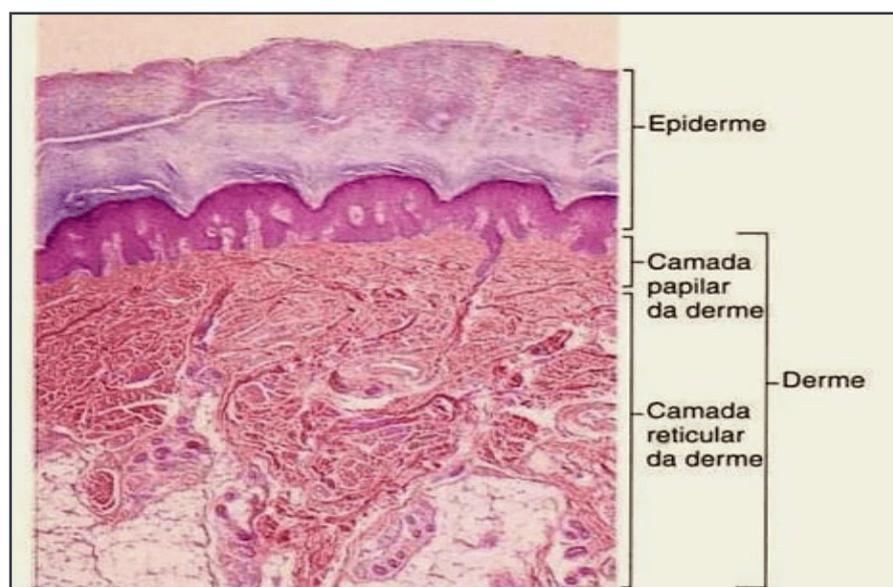
3.1.2 Derme

Além da epiderme, a pele também é formada pela derme que atua dando suporte à primeira, sendo composta por fibras colágenas e elastina. Diferente de outras camadas, na derme podem ser encontrados vasos sanguíneos que trabalham na nutrição e recolhimento de detritos da epiderme (Junqueira; Carneiro, 2019).

Nessa camada, podem ser encontrados os fibroblastos que atuam na síntese das fibras do tecido conjuntivo (colágeno e elastina), e das proteoglicanas e glicoproteínas. O colágeno é responsável pela capacidade elástica e de resistência da pele, e quando há uma perda gradativa de suas funções por conta do processo de envelhecimento epitelial, muitas pessoas recorrem a procedimentos estéticos em busca de reposição dessa importante proteína de absorção.

A seguir, a imagem ilustrativa do posicionamento epitelial da epiderme e da derme.

Figura 5. Epiderme e Derme



Fonte: Site Esteticista como você (2022)

A camada papilar está localizada logo após a epiderme, sendo a camada mais superficial da derme. Como em sua composição podem ser observadas algumas estruturas muito parecidas com dedos humanos, estas ganharam a nomenclatura de papilas dérmicas, constituídas de nervos e vasos sanguíneos que são responsáveis pelo transporte de nutrientes e oxigênio para a epiderme, sendo por meio delas que desenvolvemos a capacidade de sentir dor e toque na pele (Borges; Scorza, 2019).

A camada reticular é bem mais cônica do que a papilar, sendo por isso a mais compacta de todas, sendo formada pelo tecido conjuntivo denso, dotada de células de colágeno e elastina. Em sua estrutura podem ser identificados também vasos sanguíneos que apoiam a pele e dão sustentação para o tecido nervoso, e asseguram pressão que nos permite identificar dor (Leandro, 2022).

Segundo Junqueira e Carneiro (2019) a hipoderme é a camada mais profunda da pele, formada pelo tecido adiposo e o conjuntivo frouxo vascularizado. A sua principal função é a produção e acúmulo de gordura, trabalho executado pelos adipócitos.

3.2 Características do Melasma e o tratamento com peeling químico

O melasma é caracterizado como um tipo de hipermelanose que provoca manchas na pele, principalmente no rosto, podendo incidir em pessoas de todas as idades, e em ambos os sexos, sendo mais comum o aparecimento em mulheres. É importante destacar que a presença dos raios ultravioletas é um dos fatores que pode contribuir para o aparecimento do melasma, devido à constante exposição do indivíduo ao sol (Chaves; Pereira, 2018). A figura 6 demonstra como as manchas geralmente ficam localizadas no rosto.

O peeling químico é um processo utilizado para o tratamento do melasma, por induzir o processo de renovação das células. As mudanças podem ser percebidas quando o paciente se submete ao procedimento, principalmente quando as células desgastadas são removidas e ocorre a necrose celular, que resulta na produção de colágeno (Ferreira, 2023).

Figura 6. Melasma facial



Fonte: <https://www.mdsaude.com/dermatologia/melasma/>

De acordo com Gottschall, Barbosa e Virgens (2023) esse tipo de intervenção em sendo adotado por provocar rompimento do colágeno subepidérmico substituindo as novas fibras de colágeno e elastina, fazendo com que a pele ganhe um novo aspecto e as manchas provocadas pelo melasma sejam amenizadas.

Amaral aponta que: “Já os tratamentos com peelings químicos, propiciam uma descamação controlada da epiderme e derme com a finalidade de revitalização fazendo uso de ácidos” (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 5). Essa descamação é exatamente o resultado que auxilia na produção de novas células, promovendo o processo de revitalização.

Para Cunha, Silva e Oliveira (2020), o melasma foi considerado durante um longo período de tempo como algo sem solução. Entretanto, os procedimentos estéticos vêm se modernizando dia após dia, e hoje essa realidade é vista de uma outra forma, em que as pessoas que se sentem incomodadas com o problema, podem buscar soluções para amenizá-lo.

Segundo Ferreira (2023), o peeling químico atua na extinção de partes da derme e da epiderme, sendo que a sua classificação depende muito do nível da pele que se pretende atingir com o uso do ácido, sendo costumeiramente conhecidos como profundos, médios ou superficiais. Nesse sentido, o peeling superficial é epidérmico, não trazendo assim, maiores prejuízos ao paciente, podendo ser aplicado em todos os tipos de pele e nas mais variadas áreas corporais. O peeling médio atinge diretamente a derme, causando efeitos mais extensos, e em contrapartida, o peeling profundo chega até a derme reticular.

É importante salientar que a autoimagem é uma condição que mexe profundamente com o psicológico das pessoas, e a busca por tratamentos estéticos que tragam melhor qualidade de vida, bem-estar e leveza são imprescindíveis para a autoaceitação física.

Dessa forma, Majid defende que:

A imagem também pode ser influenciada por doenças que afetem a estrutura do corpo. Estas mudanças causam impacto emocional em seus valores de autoaceitação, desenvolvimento cultural e em suas relações devido ao tratamento diferenciado da sociedade com estes indivíduos. Dessa forma autoimagem influencia diretamente a autoestima das pessoas (Cardoso; Almeida, 2023, p. 09).

A autoestima é um tipo de avaliação que o ser humano faz de si, e quando não há um nível de satisfação com o corpo e a mente, esse sentimento pode desencadear doenças como a depressão, por exemplo, em que a pessoa se sente diminuída diante de outras, a sensação de tristeza toma uma proporção enorme em seu cotidiano.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as ideias apresentadas pelos autores pôde-se perceber que a ação do procedimento com peeling químico para o tratamento de melasma é efetivada quando o colágeno é produzido de forma natural, respondendo ao processo de inflamação da pele, assim como, pelo aumento da permeação de ativos que atingem diretamente a derme (Gottschall; Barbosa; Virgens, 2023).

A técnica pode estimular a formação de uma regeneração saudável, além de liberar os fatores de crescimento, estimulando também a formação de colágeno através dos fibroplastos, aumentando a espessura da epiderme, e promovendo a reparação de resíduos epiteliais danificados pelo melasma (Ferreira, 2023).

Isso implica dizer que é importante que o profissional de estética avalie cada paciente individualmente, pois os sintomas variam de pessoa para pessoa, assim como o processo de mudança da coloração. Vale ressaltar que todo o processo para que o melasma se torne “definitivo” na pele também é variável, e até mesmo o tratamento com peeling químico deve ser realizado de forma específica para cada caso avaliado (Chaves; Pereira, 2018).

Sob a ótica de Brugiolo *et al.* (2021) os procedimentos estéticos têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, pois os resultados apresentados são bastante satisfatórios para quem se submete a fazê-los, sendo que as pessoas buscam melhor qualidade de vida, e, principalmente, uma boa relação com sua autoimagem, considerando que os padrões de beleza estimulam a busca por inovações na área de Estética e Cosmética.

O peeling de ácido glicólico é um dos tipos mais populares, sendo o mais adequado para o tratamento do melasma. Porém, é importante mencionar que é necessário que o profissional se assegure sobre o fototipo cutâneo, para que seja aplicada uma porcentagem de ácido que esteja de acordo com as características epiteliais do paciente (Cardoso; Almeida, 2023).

Nesse sentido, os autores indicam que o ácido glicólico é assinalado como um queratolítico, tendo em vista que a sua formação estrutural química é considerada leve, possuindo assim, maiores possibilidades de permeação na pele.

Os autores apontam também que, no tratamento de melasma, as áreas do corpo aparecem com elementos pilossebáceos com uma quantidade pequena, fator que as tornam mais propícias a desenvolverem complicações quando o profissional opta por métodos que sejam mais agressivos.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho nos permitiu notar que atualmente existem várias técnicas e procedimentos que podem ser adotados para amenizar os efeitos causados pelo melasma no corpo humano. A evolução das pesquisas na área está cada vez mais avançada e a sociedade tem tido acesso às técnicas pela sua “popularização” se compararmos com décadas passadas, em que os procedimentos possuíam um valor financeiro

bastante inacessível.

Assim, foi possível perceber que o uso do peeling químico é um procedimento que traz benefícios e resultados satisfatórios para a atenuação das manchas causadas pelo melasma na pele. É importante considerar que o profissional da área de Estética e Cosmética necessita ampliar sempre os seus conhecimentos, não somente na teoria, mas também na prática, até mesmo depois que adentrar ao mercado de trabalho, com vistas a acompanhar essa evolução.

A utilização do peeling químico é um procedimento favorável para o tratamento de melasma e que têm trazido resultados convincentes aos pacientes que se submetem a esse tipo de tratamento, contribuindo para a sua disseminação no Brasil, assim como, no resto do mundo.

A implementação dos cuidados de estética é essencial para promover um melhor estado de saúde aos pacientes, favorecendo melhorias na qualidade de vida não somente do paciente, mas de seus parceiros e familiares. O cuidado individualizado, integral e humanizado previne o surgimento de sequelas e proporciona maior qualidade de vida ao paciente.

Espera-se que o desenvolvimento desta pesquisa tenha servido como suporte para a construção de novos conhecimentos a respeito da utilização do peeling químico no tratamento de melasma, assim como, para os acadêmicos do curso de Estética e Cosmética, agregando como mais uma fonte de estudo, a fim de que estes possam cada vez mais alargar as experiências teóricas e práticas vivenciadas no campo científico através de novas pesquisas que aprofundem ainda mais o objeto de estudo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, G. S. L.; COSTA, C. P. M.; BORGES, M. V. R. COUTINHO, A. de O. C.; LOPES, M. S. Manejo do melasma em mulheres adultas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. 1-16. 2021. ISSN: 2525-3409.
- BORGES, F. S.; SCORZA, F. A. A pele - princípios básicos de anatomia e fisiologia. In: BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo. **Terapêutica em Estética: conceitos e técnicas**. São Paulo: Phorte, 2019. Cap. 1. p. 10-19.
- BRUGIOLO, A. S. S. e et al. Insatisfação corporal procedimentos estéticos em estudantes universitários. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 28, n. 4, p. 449-454, 2021.
- CARDOSO, I. F. F. S.; ALMEIDA, M. D. C. de. **Melasma: sua influência na qualidade de vida e abordagens terapêuticas com ácido tranexâmico**. Centro Universitário UNA-ANIMA. Conselheiro Lafaiete-MG, 2023.
- CHAVES, J. R.; PEREIRA, P. C. Efeitos do Peeling Químico no Tratamento de Melasma: impacto na qualidade de vida de mulheres. **Revista Científic@ Universitatis**, Itajubá, v. 5, n. 2, p. 88-98, jul.-dez. 2018. ISSN: 2175-4020.
- CUNHA, I. G.; SILVA, C. P. da; OLIVEIRA, G. B. B. **Principais Tratamentos do Melasma. Humanidades & Tecnologia em Revista (FINOM)**, ano XIV, v. 23, p. 302-315. abr.-jul. 2020. ISSN: 1809-1628.
- FERREIRA, K. Melasma e seus tratamentos: revisão bibliográfica. **BWS Journal**, v. 6, p. 1-9, jan. 2023.
- GOTTSCHALL, A. V. D. R.; BARBOSA, T. S. O.; VIRGENS, A. P. das. **Caracterização do perfil de tratamento da disfunção estética melasma em mulheres**. RECIMA21 – Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia, v. 4, n. 6, p. 1- 13. 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i6.3290>. Acesso em 14 nov. 2024.
- JUNQUEIRA, LC e CARNEIRO J. **Histologia Básica** – Editora Guanabara Koogan S.A. (10º Ed), 2019.
- LEANDRO, Francieli Coelho. **Autoestima autoimagem após tratamento estético: uma revisão narrativa da literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (Estética e Cosmética) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. Ano: 2022.
- LIRA, Francisco Kelton Araújo et al. Avaliação dos efeitos neurobiológicos e psicológicos dos procedimentos

estéticos. **Brazilian Journal of Development**. v. 9, n. 5, 2023.

LUVIZUTO, E., QUEIROZ, T. **Arquitetura Facial**. Nova Odessa: Napoleão, p. 512, 2019.

Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7).

RIBEIRO et al. Peeling químico para tratamento de melasma em peles negras - revisão de literatura. **Revista Saúde em Foco** – Edição nº 14 – Ano: 2022. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2022/06/PEELINGQU%C3%8DMICO-PARA-TRATAMENTO-DE-MELASMA-EM-PELES-NEGRAS-p%C3%A1g-653-a-669.pdf> Acesso em 14 nov. 2024.

SALOMÃO, A. C. M.; SILVA, L. L. O.; SANTOS, J. R. Benefícios dos procedimentos estéticos na melhora da autoestima. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e590101624308-e590101624308, 2021.

SANTOS et al. Efeitos estéticos e de autoestima do peeling para manchas faciais em idosas. **Fisioterapia Brasil**. 2019;20(4):526-533. doi: <https://doi.org/10.33233/fb.v20i4.2422>

7

IMPACTO DA PERDA DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: UM ESTUDO DO MARCO TEMPORAL

Adriana Silva Asevedo¹
Andressa Santos Rocha¹
Guilherme Batista De Macedo¹
Kaillany Pinto Gonçalves¹
Michelle Souza Cantanhede¹
Wanderson Fernandes Machado¹

Resumo

Este estudo discute os desafios e impactos relacionados às terras indígenas no Brasil, especialmente sobre a aplicação do “Marco Temporal”. A Constituição de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras, mas esses direitos enfrentam resistência devido à pressão do agronegócio e à exploração de recursos naturais, o que gera conflitos e desmatamento. O artigo também destaca a importância das terras indígenas para a preservação ambiental e o combate às mudanças climáticas. A pesquisa envolve a análise de documentos legais e casos emblemáticos, como o da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e dos Tupinambá, para entender os obstáculos que esses povos enfrentam na luta pela demarcação de suas terras. Também são discutidos os impactos negativos da perda de terras, como a ameaça à segurança alimentar e cultural, além do aumento da violência. Por fim, o estudo sugere a revogação do “Marco Temporal” e defende a implementação de políticas públicas que protejam e garantam a gestão sustentável das terras indígenas, com a participação ativa dos povos indígenas na formulação dessas políticas.

Palavras-chaves: Marco Temporal, Demarcação de Terras, Direitos Indígenas, Conservação Ambiental, Justiça Socioambiental.

Abstract

This study examines the challenges and impacts related to Indigenous lands in Brazil, with a particular focus on the application of the “Time Frame” (“Marco Temporal”) doctrine. The 1988 Constitution recognizes the rights of Indigenous peoples over their territories; however, these rights face significant resistance due to pressure from agribusiness and the exploitation of natural resources, which lead to conflicts and deforestation. The article also emphasizes the crucial role of Indigenous lands in environmental preservation and combating climate change. The research involves the analysis of legal documents and emblematic cases, such as the Raposa Serra do Sol Indigenous Land and the Tupinambá, to understand the obstacles these peoples face in their struggle for land demarcation. The negative impacts of land loss are also discussed, including threats to food and cultural security, as well as the increase in violence. Finally, the study advocates for the revocation of the “Time Frame” doctrine and recommends the implementation of public policies that protect and ensure the sustainable management of Indigenous lands, with the active participation of Indigenous peoples in the formulation of these policies.

Keywords: Temporal Framework, Land Demarcation, Indigenous Rights, Environmental Conservation, Socioenvironmental Justice.

1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas constituem os habitantes originários do território brasileiro, estando presentes muito antes da chegada dos colonizadores europeus, como os portugueses, que aqui desembarcaram com o propósito de explorar os recursos naturais dessas terras (MORO *et al.*, 2023). O território brasileiro possui uma rica diversidade étnica e cultural, destacada pela presença de povos indígenas que mantêm uma relação histórica e espiritual com suas terras. Para Kambiwa (2022), a luta do povo indígena é para garantir que a floresta permaneça viva, preservada e feliz para os que aqui vivem e para os futuros moradores, pois para os povos indígenas, a terra não é para ser explorada, não é fonte de lucros com o extrativismo das riquezas ambientais, é um lugar sagrado de preservação, de conexão astral. Entretanto, a disputa territorial e os avanços sobre os direitos indígenas geraram avanços e desafios, especialmente com a recente discussão sobre a aplicação do “Marco Temporal”.

As terras indígenas no Brasil são protegidas pela Constituição de 1988, que reconhece o direito originário desses povos sobre seus territórios ancestrais (Brasil, 2023). No entanto, a demarcação desses terrenos enfrenta obstáculos históricos, políticos e econômicos. A pressão exercida pelo agronegócio e pela exploração de recursos naturais intensificou os conflitos, resultando em desmatamento, violência e violação dos direitos humanos (GONÇALVES; ESPINOZA; DUARTE JÚNIOR, 2021). Além disso, estudos revelam o papel essencial das terras indígenas na conservação da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas, destacando sua relevância global (SOUZA *et al.*, 2019).

Este artigo analisa os impactos legais, sociais e ambientais dessa questão, propondo reflexões e recomendações para políticas públicas que respeitem os direitos indígenas e promovam a justiça socioambiental.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com uma abordagem qualitativa, focando na análise de documentos, revisão de literatura e estudo de casos. O objetivo foi entender os impactos do “Marco Temporal” nas terras indígenas no Brasil, considerando aspectos legais, sociais e ambientais.

A pesquisa incluiu uma revisão de estudos sobre os direitos territoriais indígenas, com destaque para a relação histórica e cultural dos povos com suas terras, além das implicações do “Marco Temporal”. Foram analisados artigos, livros, relatórios e documentos de organizações indígenas e governamentais, como os estudos de Souza *et al.* (2019), Almeida (2019) e Silva (2021).

Também foram analisados documentos legais, como a Constituição de 1988 e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), além de relatórios de entidades como a APIB. A pesquisa envolveu o estudo de casos importantes, como a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a luta dos Tupinambá pela demarcação de suas terras, identificando os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas.

Além disso, a pesquisa considerou relatos de lideranças indígenas e organizações de base, para entender como as políticas públicas impactam a luta por terras e os efeitos do “Marco Temporal”. Por fim, foi feita uma análise crítica sobre as implicações dos direitos territoriais indígenas para a conservação ambiental e a justiça social, propondo soluções



para fortalecer a proteção dos direitos indígenas.

A metodologia adotada proporcionou uma visão ampla sobre os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas e as políticas públicas necessárias para garantir seus direitos e a preservação ambiental.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Pesquisas sobre os direitos territoriais indígenas têm destacado o papel crucial das terras indígenas na promoção da sustentabilidade ambiental e justiça social. Almeida (2019) enfatiza que o reconhecimento desses territórios não é apenas uma questão legal, mas também uma ferramenta de conservação ambiental. Estudos como os de Souza *et al.* (2019) demonstram que áreas indígenas protegidas apresentam menor desmatamento, contribuindo significativamente para a mitigação das mudanças climáticas.

Do ponto de vista sociopolítico, Silva (2021) analisa como a imposição de marcos temporais e outras restrições legais reflete um projeto político de exclusão histórica. Essa exclusão, segundo a autora, está enraizada em estruturas coloniais que desvalorizam os modos de vida indígenas.

No campo dos estudos de caso, Gonçalves e Espinoza (2021) relatam os desafios enfrentados pelos povos Kayapó e Munduruku em suas lutas contra o avanço de hidrelétricas e mineração ilegal, evidenciando o impacto da ausência de políticas eficazes de proteção. Essa literatura sublinha a necessidade de fortalecer os mecanismos institucionais para garantir os direitos indígenas.

3.1 Impactos da Perda de Terras Indígenas

A redução das terras indígenas compromete a segurança alimentar, cultural e espiritual desses povos, além de intensificar a degradação ambiental. Estudos mostram que áreas desprotegidas sofrem maiores índices de desmatamento, prejudicando ecossistemas vitais (SOUZA *et al.*, 2019).

Do ponto de vista social, a perda territorial está associada ao aumento da violência e ao agravamento das desigualdades. Relatórios da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) documentam violações sistemáticas de direitos, desde a ditadura militar até os dias atuais, com repercussões profundas para as comunidades afetadas.

3.2 Análise de Casos e Estudos de Caso

Exemplos emblemáticos, como a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, demonstram os desafios enfrentados na luta pela demarcação (BRASIL, 2005a). Apesar da homologação, conflitos persistem devido à exploração ilegal de recursos e à pressão de grupos econômicos.

Outro caso relevante é o dos Tupinambá, que aguardam há anos a declaração de suas terras, enfrentando ameaças constantes (VILELA, 2024). Esses exemplos ilustram a complexidade do problema e a urgência de ações eficazes e inclusivas.

3.3 O Marco Temporal: Análise Crítica

O marco temporal é um conceito jurídico que determina que os povos indígenas só têm direito às terras que estavam sob sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Essa tese desconsidera a violência histórica e os deslocamentos forçados impostos a esses povos.

Pesquisadores como Silva (2021) argumenta que o marco temporal reforça desigualdades estruturais, favorecendo setores econômicos que exploram terras indígenas. Organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) apontam que a adoção dessa tese significaria a perda de direitos já conquistados, ameaçando comunidades inteiras.

Na prática, o marco temporal tem sido utilizado para justificar retrocessos legais e impedir novas demarcações, ignorando evidências históricas que comprovam a ocupação tradicional de diversas terras pelos povos indígenas.

3.4 Desafios e Perspectivas Futuras

Entre os desafios estão a resistência política à demarcação de terras, o fortalecimento do agronegócio e a falta de recursos para a proteção de territórios já demarcados. Por outro lado, movimentos indígenas têm se mobilizado para combater retrocessos e buscar alternativas sustentáveis, como o paradigma do “bem viver” (DOURADO, 2019).

A construção de um futuro mais justo exige a articulação entre políticas públicas, pesquisa científica e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Nesse contexto, iniciativas como o Acampamento Terra Livre reforçam a importância da ação coletiva e do diálogo intercultural (APIB, 2024a).

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Conclui-se que a garantia dos direitos indígenas é fundamental para a preservação ambiental e a promoção da justiça social no Brasil. Recomenda-se:

- A revogação do “Marco Temporal” em prol de um modelo jurídico que respeite os direitos originários.
- Investimentos em políticas de proteção e gestão sustentável das terras indígenas.
- O fortalecimento da participação indígena na formulação de políticas públicas.
- Essas ações são essenciais para assegurar a integridade dos povos indígenas e contribuir para um desenvolvimento sustentável que respeite a diversidade e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ACAMPAMENTO Terra Livre 2024: A luta pela terra e pelos direitos indígenas. Disponível em: <https://www.apib.info>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ALMEIDA, A. **Terras indígenas e a importância para a conservação ambiental**. Recife: Editora Universitária, 2019.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **O marco temporal e os impactos sobre os direitos terri-**



toriais indígenas. Brasília: APIB, 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão sobre a Raposa Serra do Sol:** Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação das terras indígenas. Brasília, 2005.

COMISSÃO Nacional da Verdade. **Relatório final sobre os direitos humanos dos povos indígenas.** Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 2023.

DOURADO, N. O paradigma do bem viver: do desenvolvimento alternativo à alternativas ao desenvolvimento. **Revista Contraponto**, v. 6, n. 2, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/100721>. Acesso em: 5 set. 2024.

GONÇALVES, R.; ESPINOZA, F.; DUARTE JÚNIOR, J. Desafios para a proteção das terras indígenas no Brasil: Um estudo sobre o avanço da mineração e o impacto ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, v. 40, n. 2, p. 245-268, 2021.

KAMBIWA, Avelin. **Entrevista.** 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci0FJUPAKhB/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MORO, S. C.; FASSHEBER, J. R. M. A invisibilidade humana, social e etnológica dos povos indígenas. In: BRITO, Antonio Guimarães (Org.). **Povos indígenas:** Educação, história e decolonialidade. 1. ed. Curitiba: Editora Bagai, 2023. v. único, p. 23-36.

SILVA, A. R. **Marco temporal e a exclusão histórica dos povos indígenas:** A análise crítica das políticas públicas no Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2021.

SOUZA, R. D.; MEDEIROS, L.; RAMOS, A. T. A relação entre demarcação de terras indígenas e a preservação ambiental no Brasil: Evidências empíricas e teóricas. **Revista de Meio Ambiente e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 100-115, 2019.

VILELA, P. Conflitos territoriais e resistência indígena: O caso dos Tupinambá. **Revista de Antropologia Brasileira**, v. 32, n. 1, p. 130-142, 2024.

8

A INTRADERMOTERAPIA NO TRATAMENTO DE GORDURA LOCALIZADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Emely Gomes Ferreira¹
Glauce Kelly Vieira Maia¹
Maria de Jesus Santos Pires¹
Wanessa Tana Melo Sousa¹
Aliny Oliveira Rocha²
Ildoana Paz Oliveira²

1 Estética e Cosmética, Faculdade Florence, São Luis-MA

2 Docente do Curso de Estética e Cosmética, Faculdade Florence, São Luis-MA

Resumo

Este artigo revisa a intradermoterapia como uma técnica eficaz e minimamente invasiva para o tratamento da gordura localizada, um problema comum que afeta muitas pessoas. A intradermoterapia envolve a injeção de substâncias lipolíticas, como fosfatidilcolina e desoxicolato de sódio, diretamente na derme ou tecido subcutâneo, promovendo a lipólise, ou seja, a quebra das células adiposas. A fosfatidilcolina provoca a ruptura das membranas dos adipócitos, liberando lipídios que são metabolizados pelo organismo. O estudo destaca que a intradermoterapia pode ser uma alternativa segura em comparação com métodos mais invasivos, como a lipoaspiração. Embora a lipoaspiração ofereça resultados mais imediatos, a intradermoterapia é menos arriscada e requer menor tempo de recuperação. A personalização do tratamento é fundamental, permitindo ajustes nas concentrações dos fármacos e no número de sessões conforme as necessidades individuais dos pacientes. A metodologia utilizada incluiu uma busca em bancos de dados eletrônicos como PubMed e SciELO, focando em artigos publicados entre 2017 e 2024. Os resultados indicaram que a intradermoterapia é eficaz na redução da gordura localizada, com uma diminuição média de até 4 cm na circunferência abdominal após várias sessões. Os efeitos colaterais mais comuns foram hematomas e desconforto leve. A combinação da intradermoterapia com outras técnicas estéticas também aumentou a satisfação dos pacientes. Assim, o estudo conclui que a intradermoterapia é uma opção viável para aqueles que buscam melhorar seu contorno corporal.

Palavras-chave: Intradermoterapia; gordura localizada; tratamento estético.

Abstract

This article reviews intradermotherapy as an effective and minimally invasive technique for treating localized fat, a common problem that affects many people. Intradermotherapy involves the injection of lipolytic substances, such as phosphatidylcholine and sodium deoxycholate, directly into the dermis or subcutaneous tissue, promoting lipolysis, that is, the breakdown of fat cells. Phosphatidylcholine causes adipocyte membranes to rupture, releasing lipids that are metabolized by the body. The study highlights that intradermotherapy can be a safe alternative compared to more invasive methods, such as liposuction. Although liposuction offers more immediate results, intradermotherapy is less risky and requires less recovery time. Personalization of treatment is essential, allowing adjustments in drug concentrations and number of sessions according to patients' individual needs. The methodology used included a search in electronic databases such as PubMed and SciELO, focusing on articles published between 2017 and 2024. The results indicated that intradermotherapy is effective in reducing localized fat, with an average decrease of up to 4 cm in abdominal circumference. after several sessions. The most common side effects were bruising and mild discomfort. The combination of intradermotherapy with other aesthetic techniques also increased patient satisfaction. Thus, the study concludes that intradermotherapy is a viable option for those looking to improve their body contour.

Keywords: Intradermotherapy; localized fat; aesthetic treatment

1. INTRODUÇÃO

A busca por tratamentos estéticos eficazes e minimamente invasivos tem crescido significativamente nas últimas décadas, refletindo uma demanda crescente por intervenções que promovam a melhoria da aparência física sem a necessidade de procedimentos cirúrgicos. Nesse contexto, a intradermoterapia se destaca como uma técnica promissora para o tratamento da gordura localizada, um problema que afeta uma grande parte da população, independentemente de idade ou gênero. A gordura localizada é frequentemente resistente a dietas e exercícios físicos, levando muitos indivíduos a buscar alternativas que possam ajudar na redução das áreas afetadas (HERREROS; VELHO; MORAES, 2011).

A intradermoterapia consiste na aplicação de substâncias lipolíticas diretamente na derme ou tecido subcutâneo visando à redução do tecido adiposo em regiões específicas do corpo como abdômen coxas e flancos. Entre os agentes utilizados estão a fosfatidilcolina e o desoxicolato de sódio que atuam promovendo a lipólise — o processo de quebra das células adiposas. A fosfatidilcolina é um fosfolípido que provoca a ruptura das membranas dos adipócitos ao ser injetada resultando na liberação de lipídios que são posteriormente metabolizados pelo organismo (SEVERINO; VIEIRA, 2018).

Estudos recentes têm demonstrado que a intradermoterapia pode ser uma alternativa eficaz e segura em comparação com métodos mais invasivos como a lipoaspiração. Embora este último ofereça resultados mais imediatos e significativos em termos de volume adiposo removido a intradermoterapia proporciona uma opção menos arriscada e com menor tempo de recuperação (COUTO, 2021). Essa característica torna o procedimento atraente para aqueles que buscam melhorias estéticas sem os riscos associados à cirurgia.

Além disso a personalização do tratamento é um aspecto fundamental da intradermoterapia. A individualização dos protocolos terapêuticos permite que os profissionais ajustem as concentrações dos fármacos utilizados e o número de sessões necessárias para cada paciente aumentando assim a eficácia do tratamento. Essa abordagem centrada no paciente é essencial para maximizar os resultados e minimizar possíveis efeitos adversos (NASCIMENTO; MIRANDA, 2022).

Por fim à medida que mais evidências científicas sobre a intradermoterapia são publicadas espera-se que sua aceitação na prática clínica se amplie. O desenvolvimento contínuo de protocolos baseados em evidências científicas contribuirá para aumentar a confiança dos profissionais de saúde na realização desse procedimento. Portanto esta revisão de literatura tem como objetivo explorar os mecanismos de ação da intradermoterapia na redução da gordura localizada bem como apresentar as evidências científicas sobre sua eficácia e segurança.

2. METODOLOGIA

Para esta revisão foram utilizados métodos rigorosos para identificar e avaliar criticamente pesquisas relevantes sobre intradermoterapia. A identificação das fontes foi realizada através de busca em bancos de dados eletrônicos como PubMed e SciELO utilizando descritores como “intradermoterapia”, “gordura localizada” e “tratamento estético”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados entre 2017 e 2024 disponíveis em inglês e português que abordavam especificamente o uso da intradermoterapia para tratar gordura localizada.

Após essa etapa inicial foram lidos os títulos e resumos para avaliar sua pertinência ao tema proposto. Os artigos selecionados passaram por uma análise detalhada dos textos completos para garantir o cumprimento dos critérios estabelecidos. A coleta de dados focou nas informações sobre os mecanismos de ação da intradermoterapia resultados clínicos observados e efeitos adversos relatados.

Quadro 1. Processo de seleção e revisão integrativa das literaturas

Base de dados	PubMed = 36 Artigos; SciELO (Scientific Electronic Library Online) = 28 Artigos; Google Acadêmico = 11 Artigos;
Gênero de documento	75 Artigos científicos encontrados
Palavras-chave	Intradermoterapia, gordura localizada e tratamento estético
Intervalo de tempo	2017 a 2024
Idioma	Português e Inglês
Requisitos de inclusão	12 Artigos científicos incluídos <ul style="list-style-type: none"> • Artigos com publicação em português e inglês; • Intervalo de tempo entre 2017 e 2023; • Artigos com abordagens metodológicas que permitissem a condução de estudos para obter revisões sistemáticas e não sistemáticas sobre o assunto.
Requisitos de exclusão	69 Artigos científicos não incluídos <ul style="list-style-type: none"> • Artigos científicos com ano anterior a 2017; • Assuntos que não atendia ao tema; • Artigos que não contribuíam para o assunto.

Fonte: Autoras (2024)

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Mecanismos de Ação da Intradermoterapia na Redução de Gordura Localizada

A intradermoterapia é um procedimento estético que consiste na injeção de substâncias lipolíticas diretamente na derme ou tecido subcutâneo, visando a redução da gordura localizada. Entre as substâncias mais utilizadas estão a fosfatidilcolina e o desoxicolato de sódio, que atuam promovendo a lipólise, ou seja, a quebra das células adiposas. A fosfatidilcolina é um fosfolípido que, quando injetado, provoca a ruptura das membranas dos adipócitos, resultando na liberação de lipídios que são posteriormente metabolizados pelo organismo (VIVEIROS; MACIEL, 2020).

O desoxicolato de sódio, por sua vez, é um sal biliar que atua como um agente lipolítico potente. Ele age quebrando as membranas celulares dos adipócitos e facilitando a eliminação dos lipídios pelas vias linfáticas e metabólicas. Estudos demonstram que a combinação dessas substâncias pode potencializar os efeitos desejados, resultando em uma redução significativa do volume adiposo nas áreas tratadas (COUTO, 2021). Além disso, a intradermoterapia pode ser associada a outras técnicas estéticas, como a carboxiterapia,

para potencializar os resultados.

Outro mecanismo importante da intradermoterapia é sua capacidade de melhorar a microcirculação local. A injeção das substâncias lipolíticas não apenas promove a lipólise, mas também aumenta o fluxo sanguíneo na região tratada. Essa melhora na circulação sanguínea contribui para uma melhor oxigenação e nutrição dos tecidos, ajudando na eliminação de toxinas acumuladas e promovendo uma aparência mais saudável da pele (NASCIMENTO; MIRANDA, 2022).

Além da ação direta sobre os adipócitos e da melhora da microcirculação, a intradermoterapia também estimula a produção de colágeno e elastina na pele. Esses componentes são fundamentais para manter a elasticidade e firmeza da pele, resultando em uma aparência mais tonificada e rejuvenescida após o tratamento. Isso é particularmente benéfico em áreas onde a flacidez pode ser uma preocupação adicional (SANTOS *et al.*, 2021).

Pesquisas recentes indicam que pacientes submetidos à intradermoterapia podem experimentar uma redução significativa na circunferência abdominal após várias sessões. Em um estudo clínico controlado, observou-se uma diminuição média de até 4 cm na circunferência abdominal dos participantes após o tratamento (SANTOS *et al.*, 2021). Essa abordagem minimamente invasiva é especialmente atraente para aqueles que desejam contornar áreas problemáticas sem os riscos associados à cirurgia convencional.

A personalização do tratamento é um aspecto fundamental da intradermoterapia. Cada paciente apresenta características únicas em relação à distribuição de gordura e resposta ao tratamento. Portanto, os profissionais podem ajustar as concentrações dos fármacos utilizados e o número de sessões necessárias para cada paciente, aumentando assim a eficácia do tratamento (GONÇALVES; TORRES, 2019). Essa individualização é essencial para maximizar os resultados e minimizar possíveis efeitos adversos.

Outro fator importante é o impacto psicológico positivo que os tratamentos estéticos podem ter sobre os pacientes. A melhoria na aparência corporal frequentemente resulta em aumento da autoestima e confiança. Isso é especialmente relevante em contextos onde a imagem corporal desempenha um papel significativo na qualidade de vida do indivíduo (ALMEIDA, 2021). Portanto, ao considerar os mecanismos de ação da intradermoterapia, é essencial reconhecer não apenas os benefícios físicos mas também as implicações emocionais positivas que podem surgir após o tratamento.

A literatura atual também indica que o uso combinado de diferentes técnicas estéticas pode potencializar ainda mais os resultados obtidos com a intradermoterapia. Por exemplo, tratamentos como radiofrequência ou ultrassom podem ser utilizados em conjunto para melhorar ainda mais a firmeza e elasticidade da pele após o procedimento (RIBEIRO *et al.*, 2022). Essa abordagem integrada não apenas maximiza os resultados estéticos mas também proporciona uma experiência mais satisfatória para o paciente.

Por fim, à medida que novas evidências emergem sobre esta técnica inovadora espera-se que sua aceitação se amplie entre profissionais da saúde contribuindo para um aumento no número de pacientes beneficiados por esse tratamento.

3.2 Evidências Científicas e Segurança no Tratamento de Gordura Localizada

A segurança da intradermoterapia tem sido amplamente estudada nos últimos anos com vários estudos clínicos demonstrando sua eficácia no tratamento da gordura localiza-



da (SEVERINO; VIEIRA, 2020). Efeitos colaterais comuns incluem hematomas leves inchaço e desconforto temporário na área tratada geralmente resolvendo-se rapidamente após o procedimento. Esses efeitos são geralmente considerados menores em comparação com os riscos associados à lipoaspiração.

Uma revisão abrangente da literatura concluiu que os resultados são duradouros quando o tratamento é combinado com mudanças no estilo de vida saudável como dieta balanceada e exercícios físicos regulares (RIBEIRO *et al.*, 2022). As contra-indicações incluem gestação lactação e doenças autoimunes ativas na área tratada sendo fundamental que profissionais estejam cientes dessas restrições antes do procedimento (MACARI, 2020).

Além disso, estudos ressaltam a importância da formação adequada dos profissionais envolvidos na aplicação da intradermoterapia (RIBEIRO *et al.*, 2022). A falta de conhecimento técnico pode levar à aplicação inadequada das substâncias aumentando o risco de complicações durante o tratamento. Portanto programas de capacitação contínua são essenciais para garantir que os profissionais estejam atualizados sobre as melhores práticas.

A literatura sugere ainda que combinar intradermoterapia com outras técnicas estéticas pode aumentar ainda mais os resultados obtidos pelos pacientes (ALMEIDA, 2021). Essa abordagem multidisciplinar não apenas melhora os resultados estéticos mas também oferece ao paciente uma experiência mais completa aumentando sua satisfação geral com o tratamento.

Diante disso é importante destacar que as evidências científicas sobre a intradermoterapia continuam se expandindo à medida que novas pesquisas são realizadas contribuindo para validar suas alegações sobre eficácia segurança e aplicabilidade clínica. Ensaios clínicos controlados randomizados têm sido fundamentais nesse processo garantindo maior robustez às conclusões obtidas sobre essa técnica inovadora.

Outrossim, as análises críticas realizadas nas pesquisas disponíveis permitem identificar lacunas no conhecimento atual sobre a intradermoterapia indicando áreas onde futuras investigações podem ser realizadas para elucidar aspectos ainda não completamente compreendidos.

Diante disso, espera-se que à medida que novas evidências emergirem sobre esta técnica sua aceitação se amplie entre profissionais da saúde contribuindo para um aumento no número de pacientes beneficiados por esse tratamento inovador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intradermoterapia se apresenta como uma alternativa eficaz e segura para o tratamento da gordura localizada. Compreender seus mecanismos de ação é essencial para otimizar os resultados e garantir a segurança dos pacientes. O procedimento não apenas promove a redução do volume adiposo nas áreas tratadas, mas também melhora significativamente a aparência geral da pele.

À medida que mais estudos são realizados sobre essa técnica inovadora, espera-se que sua aplicação se torne ainda mais refinada e amplamente aceita na prática estética. O desenvolvimento contínuo de protocolos baseados em evidências científicas contribuirá para aumentar a confiança dos profissionais de saúde na realização desse procedimento.

Ademais, é fundamental promover um diálogo aberto entre pacientes e profissionais sobre expectativas realistas em relação aos resultados da intradermoterapia. Os pacientes

devem ser informados sobre o número esperado de sessões necessárias para alcançar os resultados desejados e sobre as possíveis limitações do tratamento.

Portanto, deve-se considerar o impacto positivo não apenas nos aspectos físicos dos pacientes tratados com intradermoterapia, mas também nas dimensões emocionais relacionadas à autoestima e à imagem corporal. O sucesso deste tipo de intervenção estética depende não apenas das habilidades técnicas do profissional responsável pela aplicação das injeções, mas também do comprometimento do paciente em manter hábitos saudáveis após o tratamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA M.L., Combinação Técnicas Estéticas. **Journal Clinical Aesthetics**, 2021.
- BOTELHO JR., CUNHA MA., MACEDO LM., Revisões de literatura: tipos e metodologia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, São Paulo; 2011.
- COUTO R., Intradermoterapia: Uma Abordagem Estética. **Revista Brasileira de Estética**, 2021.
- FLOR AB et al., Metodologia de revisão de literatura: passo a passo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. [S.l.]; 2021.
- GIL AC., **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo; 2008.
- GONÇALVES L., TORRES J., Mecanismos Lipolíticos. **Estudos em Dermatologia**, 2019.
- HERREROS, F. O.; VELHO, P. E. N.; MORAES, A. M. **Mesoterapia**: uma revisão bibliográfica. SciELO. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abd/a/KzLfrySbsDSPYSrnWWz8GZx/>>. Acesso em: [14nov2024].
- MACARI F., Contraindicações na Intradermateria. **Revista Brasileira Cirurgia Plástica**, 2020.
- MARIANO RS., ROCHA LS., Revisão de literatura: um estudo bibliométrico. **Revista Brasileira Saúde Pública**, Rio Janeiro; 2017.
- NASCIMENTO A.C.A., MIRANDA J.B., Intradermoterapia no Tratamento de Gordura Localizada. **Scire Salutis**, 2022.
- RIBEIRO C.S., et al., Abordagem Multidisciplinar Estética. **Journal of Aesthetic Science**, 2022.
- RIBEIRO M., et al., Segurança na Aplicação da Intradermateria. **Revista Brasileira Medicina Estética**, 2022.
- SANTOS R.M., et al., Resultados Clínicos da Intradermateria. **Journal of Aesthetic Medicine**, 2021.
- SEVERINO V.F., VIEIRA E.K., Comparação entre Métodos Estéticos. **Revista Brasileira de Dermatologia**, 2020.
- VIVEIROS N., MACIEL E., Eficácia da Intradermoterapia. **Revista Icesp**, 2020.

9

A HISTERIA MASCULINA: UM ESFORÇO DE CONCEITUAÇÃO

Anderson Viana¹

Resumo

O artigo é um esforço de conceituação sobre a histeria masculina ontem e hoje ilustrado por um estudo de caso. Tem como um dos objetivos apresentar a obra de James-Winter, autor relativamente desconhecido no Brasil. A partir dela, e utilizando o mito de Don Juan, explorar o conceito de histeria masculina.

Palavras-chave: Histeria, James-Winter, Don Juan; Hystery, James Winter, Don Juan

Abstract

The article is an effort to conceptualize male hysteria yesterday and today illustrated by a case study. One of its objectives is to present the work of James-Winter, a relatively unknown author in Brazil. From it, and using the myth of Don Juan, explore the concept of male hysteria.

Keywords: Hysteria, James-Winter, Don Juan; Hystery, James Winter, Don Juan

1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais comum que recebamos homens histéricos em nossos consultórios. Um sujeito, por volta dos 30 anos, casado há pouco tempo com um filho, bem de vida, funcionário público, chega ao consultório e diz ao analista que passou a tarde lendo um livro em um motel antes do horário da consulta. Quando questionado por que num motel, não sabia responder! Queria ir a um quarto de motel sozinho! Foi o máximo que pôde dizer. Este é um recurso para ilustrar trechos do trabalho, uma vinheta clínica com alterações essenciais no que tange a possibilidade da identificação do sujeito em questão. Só permaneceram dados que serão discutidos posteriormente. O artigo pretende fazer um esforço de conceituação da histeria masculina.

2. A HISTERIA DE DON JUAN

Don Juan é o paradigma clássico do homem histérico. Jean Pierre Winter (2001) foi um estudioso do de Lacan que pertenceu a Escola Freudiana de Paris dissolvida em 1980 analisou o mito de Don Juan a partir da perspectiva da histeria masculina. A errância, noção que é utilizada, durante muito tempo, assimilada em psiquiatria à grande mobilidade dos humores e dos afetos nas mulheres, encontra sua expressão metafórica no homem no nível de sua conduta, de sua instabilidade profissional, amorosa ou geográfica. Quando chegou ao consultório, o sujeito não queria mais ser funcionário público, entre outras coisas! Queria mudar quase tudo em sua vida.

O clássico mito de Don Juan foi criado a partir da imagem de homem que não lhe faltava nada, pura imagem de um pai não castrado. Don Juan está ligado a auto aceitação da impostura, sendo o objeto absoluto que está sempre ali no lugar do Outro, pronto, tentando sustentar o falo como significante da potência para sustentar algo. Segundo este mito, num sentido alegórico, Don Juan é um mulherengo inveterado, que seduzia as mulheres, disfarçando-se de seus amantes, ou lhes prometendo o matrimônio. Atrás de si, deixa um rastro de corações partidos. De acordo com uns, era um mulherengo barato, concupiscen-

te, cruel, sedutor que buscava apenas a conquista e o sexo. Outros, porém, pretendem que ele efetivamente amava as mulheres que conquistava, e que era verdadeiramente capaz de encontrar a beleza no interior da mulher. As versões primitivas da lenda sempre o retratam como no primeiro caso. Nosso sujeito tentou seduzir o analista ajeitando seu pênis quase o tempo todo durante as entrevistas iniciais. Foi para o divã porque o analista não suportou mais tal constrangimento.

Don Juan aparece no seminário 20 de Lacan como um mito feminino. É um mito que as mulheres inventaram para explicar seu gozo, sua posição na cama, um homem que consegue amar uma de cada vez. Lacan vai tomar do mito de Don Juan a lista das mulheres que figuram na versão do mito que Mozart que toma da ópera de Don Giovanni: a lista das mulheres, uma lista aberta, um conjunto aberto, no qual não há nenhuma mulher que se diferencie e esteja em posição de exceção (Dafunchio, 2013).

Ao tomarmos um homem como histórico seria para enunciar o pior. A errância no ensino de Lacan não possui o estatuto de um conceito, tampouco é encontrado de forma recorrente em seus seminários. É um termo do momento mais inicial de seu ensino, no seminário 3, sendo possível articulá-lo ao seu uso no seminário 21, desde o título em francês, *le nome dupe errant* (Boechart, 2016).

Este ponto de vista foi sensível desde os trabalhos de Charcot, sendo que falar da histeria viril é também falar de qualquer coisa: dos vagabundos das margens de nossa sociedade, de todos aqueles que revelam sua disfunção, mascarados pelo gosto da ordem, da harmonia, do saber absoluto, seja ele biológico científico ou médico; em suma, diz o autor, é falar do que faz limite, fronteira, isto é, dos artistas, dos místicos, errantes (Winter, 2001).

Don Juan, se tomarmos como um homem histórico, pode ser descrito como escravo da pulões que está impossibilitado de barrar o gozo que o atormenta. Neste sentido, a respeito de Don Juan ser uma mulher ou um homem, ou seja, um ser sexuado, Dafunchio (2013) coloca que Lacan no seminário A angústia diz que ele é uma mulher porque não está tomado por um fantasma. Don Juan não ama uma série de mulheres como aqueles homens que desejam a série de mulheres de homens fartos, sendo que este recorte que faz o fantasma na perspectiva do macho. Don Juan ama a todas, faz amor com uma por uma e por isso Lacan diz que Don Juan verdadeiramente não existe. Ele é uma invenção das mulheres, diz a autora, um mito, porque o homem que tem sua origem do lado esquerdo da fórmula da sexualização não tem o limite da castração.

O Don Juan de Molière (Séc. XVII) é capaz de colocar a palavra, mas não sabe nada do valor da palavra empenhada. Empenhá-la tem seu efeito como pacto simbólico e rompê-la tem consequências. Assim como a fidelidade da mulher implica todos os homens, a fidelidade do homem implica todas as mulheres. O todo aqui não é um número e sim uma função universal inscrita simbolicamente no sujeito. Não é preciso dizer aqui que fidelidade passa longe do nosso sujeito.

As características de Don Juan como aquele que não ama as mulheres que seduz porque não pode aceder ao amor porque está objeto como causa de desejo das mulheres. De acordo com Lacan, o gozo está do lado da coisa, enquanto o desejo é do Outro. Como afirma o autor, o outro da demanda detém os objetos de satisfação, o outro adquire valor de dom simbólico, de testemunho de amor, e, se o Outro não dá, há desamparo. O dom essencial do amor é o próprio amor, ou seja, nenhum objeto. É, como Lacan afirma, o amor é dá o que não se tem, no qual o dom essencial é a falta. neste sentido, Don Juan é um homem sem falta e em desamparo, refém do puro gozo do objeto. Em certo sentido, poderíamos dizer isso do nosso sujeito que, cansado do casamento, sem recursos subjetivos para sustentá-lo, quer gozar do mundo sem limites.

Errância então é a característica de nosso sujeito se não estivesse amarrado pela mulher, pela família e pela transferência com o analista. Era na análise que podia devanear sobre possíveis errâncias. A mais difícil para o analista era a troca da estabilidade de um cargo público e bem remunerado por um trabalho como advogado já que se tornara pai.

A que devemos atribuir a mobilidade do histérico? Talvez, afirma o Winter (2001), a resposta está no que diz Freud em seu texto de 1908, Fantasma histérico e bissexualidade: a solução do sintoma exige dois fantasmas sexuais, dos quais um tem caráter masculino e o outro tem caráter feminino. De modo que um destes fantasmas toma origem numa moção homossexual. O que, parafraseando Lacan, o autor retoma é que a sua maneira, o histérico se experimenta na valorização endereçada a outro homem oferecendo-se assim a este em que ele interroga o mistério de sua virilidade falha, e a mulher, cujo papel ele toma, por não ter satisfeito a identificação narcísica que o teria preparado para satisfazer um e outro em posição de objeto. Freud chega a falar que histéricos não dão expressão a seus fantasmas sob formas de sintomas, mas numa realização consciente, imaginando assim e encenando atentados, sevícias e agressões sexuais.

Winter (2001) começa sua análise sobre a histeria masculina a partir da maldade, no sentido etimológico: aqueles que caem mal! De acordo com o autor, maldade é o que nos desaloja do conforto, da ignorância, o que faz cair o objeto logrador que obtura a boca que diz a verdade. Desse modo, os homens histéricos tendem a cair mal:

toló ou não toló, no lugar da pai-versão, erra de uma máscara a outra e sustenta também o seu desejo, sem querer reconhecer, e esta é a sua tragédia, o amor que ele devota a essa versão do pai. Como é possível não ser errante quando toda a existência nos ensina que em nós vivem nuvens de seres mortos ou vivos, cuja existência roubamos e que roubam a nossa; miríades de seres não nascidos a interpretarem uma indecifrável sinfonia do desejo que nos representa bem mais do que o representamos (introdução).

Por isso, Winter (2001),

a exemplo de Lacan que pôde escrever a obra de Sade que dá a verdade da crítica de Kant, sustenta que Don Juan, como figura da histeria masculina e da errância, é a verdade épica de A Ética. Os histéricos são desde sempre seres que sofrem por não poder fazer de outra maneira que furar tudo que é liso, harmonioso e lógico. Assim, por toda parte, o saber, seja ele religioso, político científico, artístico ou médico é acabado, com acabado ou definido, o histérico para sua infelicidade e por sua infelicidade, vai empenhar-se em mostrar a falha, o vazio, que o saber dos médicos, seja quais forem, vai ele empenhar-se em velar: então, do ponto de vista clínico é totalmente exato, a histeria é uma estratégia para contornar a castração (p. 15).

De acordo com Winter (2001), ao dramatizar a prova da castração, busca esquivá-la pela teatralização e nos apiedar no mesmo momento desta infelicidade que é a castração, mas que ele imagina ser o único a viver.

“No mesmo tempo, o histérico revela, através desta dramatização, o jogo, talvez o mais sério de seus interlocutores, que visam aos mesmos fins, mas por outros meios. Esta dramatização Freud a subentende quando confere como objetivo à psicanálise (e notadamente a psicanálise dos histéricos) transformar a miséria histérica numa infelicidade banal. Por aí, o histérico, que poderíamos igualmente nomear “o histórico”, comporta-se como Hamlet ou o como os



personagens de Pirandello, desvelando a verdade escarnecida pela introdução do teatro no teatro (p. 15/16).

O que parece central no tema da verdade é o que faz obstáculo à verdade do gozo é o gozo da verdade. Freud pensava que o movimento natural, o funcionamento normal do aparato psíquico conduzia o sujeito a sacrificar a verdade ao prazer. E isso se compreende se a verdade de que se trata é a verdade sobre o gozo, a verdade sobre a castração. Como diz Miller (2012):

Isto está em Lacan no seminário XVII: “o que quer dizer que se cai assim ao amar a verdade, em um sistema evidentemente sintomático? Aqui se apresenta uma coisa – ao se colocar como resíduo do efeito de linguagem, como aquele que faz com que o efeito de linguagem não arranque do gozar senão da última vez que enunciei sobre a entropia do mais de gozar – isto é o que não se vê, a verdade como por fora do discurso, mas caramba, é irmã deste gozo interdito (p. 64).

É então legítimo formular a hipótese de que há na conduta e nos sintomas do histérico como que uma volta desta verdade à qual se impõe não se exprimir, dessa verdade escarnecida que vem pedir para ser reestabelecida em seus direitos para poder se dizer? (Winter, 2001).

Miller (2012) falará do eu e da morte, ou da conduta e sintomas histéricos, a partir das operações de alienação e separação. O eu primordial é essencialmente alienado e o sacrifício primitivo, como essencialmente suicida. O eu lacaniano não se define pela adequação à realidade, por um acesso que tenha por uma forma de percepção consciente. O eu está radicalmente sujeito a identificar-se, e já por isso é loucura.

Como afirmado por Winter (2001),

essa lei de separação dá o que é do amor para o histérico uma ideia de que o esvazia de seu conteúdo de harmonia do Hum, do sonho de fusão. É do amor, no sentido que fala Rike, isto é, um amor que se realiza na mais extrema solidão (e não no isolamento). A lei da separação faz-me experimentar na relação com o outro, enquanto outro. De modo que a exemplo de Sócrates ou de Jesus, não posso responsabilizar este outro por minha infelicidade. Minha infelicidade ou minha dificuldade de existir não é culpa dele. O que nem por isso me exonera do mal que realmente ele me faz (p.16).

Ainda segundo Winter (2001),

ao estudar o mito de Don Juan alguns e de seus avatares históricos, vamos delimitar bem de perto como essa dramaturgia do histérico - logo essa dramaturgia, insisto que revela a tragédia não dita do outro – toma apoio na história para revelar-lhe os buracos, os momentos de extravio, ou para dizer de outro modo, as faltas simbólicas. Pois o histérico inscreve, conforme os casos em seu corpo ou em sua conduta, os efeitos do fracasso simbólico. Para entendê-lo bem, é preciso lembrar que o que caracteriza o histérico é essa capacidade, tão enigmática, que durante muito tempo foi considerada diabólica de se apresentar diante do mundo dotado de um sintoma que obriga o outro a produzir, sobre este mesmo sintoma um saber; um saber que aliás terá tendência logo a recalcar. O Outro do histérico está implicado nesta escrita sintomática cuja causa é a verdade (p.16/17).

Miller (2012) coloca que no que Lacan chama de discursos, há sempre o lugar que se chama o lugar da verdade. Então, continua o autor, no discurso da histérica é o sujeito, o sujeito da barra, sujeito confuso da barra, o sujeito que se eclipsa, mas que sua vez, é ele que irradia como sendo a verdade e que diz a palavra evangélica: eu sou a verdade. O que segundo ele, está longe do eu, a verdade falo, posto que a verdade que fala diz eu sou.

O nosso sujeito é o filho caçula de uma família de seis irmãos. Como não ser o portador, o tradutor e transmissor daquilo que todos querem esconder? É o próprio que complica as coisas tentando fazer a verdade aparecer. É advogado e está sempre pronto a exercer sua função, dentro e fora do trabalho, em casa.

3. O HOMEM HISTÉRICO NA CONTEMPORANEIDADE

Como seriam afetadas as modalidades de gozo a partir da promoção do objeto à contemporaneidade? Pergunta Lima (2013) que responde com uma citação de Lacan sobre efeito feminizante também no seminário 17: “como ser faltante, o que abriga sob o princípio do macho” é intimado a justificar sua essência (...) e, muito precisamente, - e exclusivamente – pelo afeto que ele experimenta que é o a. Esta intimação é tributária da operação do discurso analítico sobre o sujeito.

Nesta mesma linha de raciocínio, depreende-se da obra de Lacan, também, o revestimento de atributos femininos na tentativa de possuir os signos da mulher enquanto falta de um significante, e por fim, ser a mulher que falta aos homens por elisão do falo. Perversão, neurose e psicose. O viril declinou.

Mas e o paciente que estava “Lendo” no quarto de motel sozinho antes de vir a sessão? Após o declínio do viril, outra consequência se se queda social do pai: a feminização do mundo, uma face da hipomodernidade que Jaques Alain Miller leu com as fórmulas da sexualização. A partir da subtração da exceção, encarnada até ontem na autoridade do pai, o todo já não se sustenta, sendo o não todo modo lógico de organização que comanda atualmente a subjetividade (Lima, 2013).

Desse modo, não importa inicialmente o que o paciente estava fazendo num quarto de motel sozinho, a não ser pelo fato de trazido para sessão esses dois significantes que juntos causam estranheza ao analista. Chega como se tivesse feito qualquer coisa: lido em qualquer lugar. Diz não ter visto pornografia nem ter sentido falta de outra companhia. – Mas flertou com isso! – disse o analista. Era o caso de uma neurose e o ambiente do motel, supria a privação da mulher enquanto significante.

O processo analítico do nosso sujeito pode ser resumido assim: chegou com uma queixa relacionada a sua identidade. Era funcionário público e ganhava bem, mas não sabia se era isso que queria, assim como não sabia também se queria permanecer casado. Pensava em como era bom morar onde morava porque caminhava entre as pessoas, comprava um acarajé, uma revista. Comprou o apartamento que a esposa tanto queria, mas tinha medo de não ser tão feliz lá já que era um condomínio de classe média alta. Quando foi embora, foi decidido a fazer a esposa mais feliz, cuidar melhor do filho e beber menos! Ou seja, um pouco menos histérico do que entrou, mas ainda histérico. A análise lhe colocou as coisas na ordem da impossibilidade lhe tirando a sensação de impotência. A interposição do semblante fálico passou a ser possível, em algum grau, pois o significante da castração foi forjado, “pai de família” que agora estava atrelado a um nome-do-pai, “sua história singular”, que é seu eu e que o faz poder projetar a pergunta pelo feminino para além do próprio copo. Antes queixava-se da paternidade não escolhida! Hoje aceita como

sendo parte do seu destino. Era sempre assim, como num arrependimento de tudo que fora feito.

4. A GUIA DE CONCLUSÃO

O que agora governa a identificação é a procura de um gozo ainda não alcançado, com a conseqüente desvinculação com o desejo. Os processos identicatorios são sustentados por redes múltiplas e variáveis nas quais os sujeitos se agrupam sem que nenhuma rede venha suprir de forma consciente o déficit significativo a respeito do seu ser (Anzalone, 2015).

Na contemporaneidade marcada pelo narcisismo onde existir é ser visto e do sexo sem amor e sem compromisso é também uma modalidade atual de recalque que se dá pela ênfase na performance, na ereção e na penetração, o que explica que os homens tenham se transformado em grande medida em histéricos (Alonso; Fucks, 2014).

Como diz Laurent (2011), a partir do paradigma da forclusão generalizada, vivemos uma espécie de sentimento delirante, ou seja, viver com as invenções particulares que ocupam o lugar da antiga ferramenta standard que foi o nome do pai. Para o autor, não é um viver delirante, mas sim, um sentimento delirante da vida.

A imagem tornar-se um veículo de acesso para alcançar a felicidade prometida e, para tal, é preciso que o sujeito consuma. Se anteriormente a questão do nome, sobrenome e história de vida eram suficientes para nos dizer o que deveria ser, isso hoje é insatisfatório. Desse modo, almeja-se um espaço de reconhecimento de outrem que proporcione o lugar, único, e que dele se obtenha visibilidade e prestígio. No caso da histeria, a identificação diz respeito a uma tentativa de se apropriar do sujeito ao qual estaria identificado, um desejo de ser como o outro, que produz um determinado sintoma e está relacionado ao sexual (Herman, 2014), como nosso sujeito que foi ao motel experimentar alguma coisa que ele mesmo desconhece.

Uma modernidade cada vez mais líquida e monstros cada vez mais sólidos. Como diz Anzalone (2015), que os histéricos demandam hoje não é mais um saber sobre seu sintoma, mas sim, o amor, justamente o que o mestre capitalista não pode lhes dar. Não há articulação entre gozo e amor, sustentado no registro fálico, continua ele, deixando o sujeito totalmente exposto a devastação.

Ao propor um tratamento para histeria em homens na contemporaneidade, é preciso estar atento à índices dialetizáveis no sintoma como modo de gozo em um contexto socio-cultural capitalista que não favorece que a função terna acompanhe sua vertente sexual tornando a vida mais erotizada com exclusão do amor.

Neste sentido, o que parece mais complicado para o histórico é a interposição do semblante fálico que só seria possível se o significante da castração estivesse atrelado a um nome-do-pai, entre o que é seu eu e um eu que projeta a partir do próprio corpo a pergunta pelo feminino. A loucura histórica no homem pode advir no nível da conduta tem origem nas respostas antecipadas a essa pergunta que vem em forma de manifestações perversas quando na tentativa de apelo ao nome-do-pai que se apresenta sempre como, insuficiente pois aparece como mera tentativa de legislar em um momento posterior ao que deveria ser esse encontro.

No mundo contemporâneo o empuxo a gozar aumenta em proporções exponenciais o processo transformando a miséria histórica no homem na mais pura errância. Neste ponto cabe uma pergunta; todo histórico está fadado a errância? Sim, se passar a vida sem

nome e sem sexo. Não, se algo da castração for consentido através de um *sinthome* pelo qual possa aceder a lógica fálica que origina um saber fazer aí que passa pela própria interposição do semblante fálico, ou do uso da função fálica, pensando na boa forma do homem moderno, ou no mais de gozar no homem disforme contemporâneo. A histeria em homens, de modo mais específico, além de precisar histericizar-se para ser tratada, precisa crer num Outro com alteridade suficiente para abrir a porta para construção de um pai. Neste sentido, isso exige da analista manejos transferenciais que o tiram muitas vexes, radicalmente do lugar de conforto, uma resposta tipicamente histérica frente ao mestre atual para os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- Anzalone, E. (2015) Histeria Contemporânea. Tese de Doutorado do programam de psicologia da UFMG, Belo Horizonte.
- Boechat, C. (2016) A errância iterada e o itinerário errante: uma escuta psicanalítica na cidade. In Errância, adolescência e outras estações. Heloisa Caldas (org.) Belo Horizonte, Editora EBP.
- Dafunchio, N. (2013) Seminários. Clínica da sexualização. Salvador/Bahia. Inibição, sintoma e angústia. Recife, Pe. Editora EBP, Salvador Bahia.
- Dor, J. (2014) Estruturas e Clínica Psicanalítica. Rio de Janeiro. Livraria Tauros-timbre Editores, 1997.
- Freud, S (1923-1925) Uma neurose demoníaca do sec. XVII. Rio de Janeiro, 1987 (Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v 19)
- Herman, J. (2014) A histeria é uma neurose na guerra dos sexos. In: Histeria e Gênero: sexo como desencontro. São Paulo, nVersos.
- Lacan, J. (1955-1956) O seminário, livro 3:as psicoses. Rio de janeiro, Jorge Zahar Editores.
- Lacan, J (1969-1970) O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de janeiro, Jorge Zahar Editores.
- Laurent. (2011) E. El Sentimiento delirante de la vida. Buenos Aires. Colection Diva.
- Lima, C.R. Sobre os efeitos da feminização no sujeito masculino. [http://www.wampblog2006.blogspot.com/2016/09/sobre os efeitos da feminização-no-homem. Html.](http://www.wampblog2006.blogspot.com/2016/09/sobre-os-efeitos-da-feminizacao-no-homem.html)
- Miller. J-A. (2012) Todo mundo es loco. Revista lacaniana de Psicanálise. Escuela de orientação lacaniana, n11.
- Winter, J-P. Os Errantes da Carne: estudos sobre histeria masculina. Rio de Janeiro, Compainha de Freud Editora, 2001.

10

DESAFIOS ÉTICOS NO ATENDIMENTO A PACIENTES COM DEFICIÊNCIA

Alice Lima Vidal¹
Andreza Monique Queiroz Farias¹
Bianca Alves Lobão Costa¹
Brunna Carolina Guedelha Pinto¹
Emilly Ramos De Oliveira¹
Hynaira Bandeira Valério¹
Isnara Éveny Primo Da Silva¹
Jean Marcos Da Luz Lopes¹
Katy Evelyn Rocha Dos Santos¹
Laura Victoria Marinho Mesquita¹
Lorena Rebeka Silva De Sousa¹
Michelle Mikaela Ferreira Ramos¹
Daniel Ruan Alves Reis²

¹ Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade EDUFOR – São Luís - MA

Resumo

O atendimento a pacientes com deficiência enfrenta desafios éticos, técnicos e humanísticos. A falta de empatia, comunicação eficaz e acessibilidade gera insegurança e medo entre os profissionais. Uma formação sólida e humanizada é essencial para superar os desafios éticos. Mudanças nas diretrizes educacionais e uma abordagem mais humanística promovem inclusão, respeito e cuidado de qualidade.

Palavras-chave: desafios. acessibilidade. habilidades. especialização.

Abstract

Caring for patients with disabilities faces ethical, technical and humanistic challenges. The lack of empathy, effective communication and accessibility generates insecurity and fear among professionals. Solid and humanized training is essential to overcome ethical challenges. Changes in educational guidelines and a more humanistic approach promote inclusion, respect and quality care.

Keywords: challenges. accessibility. skills. specialization.

1 INTRODUÇÃO

A questão dos desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência é um tema relevante e de grande importância na área da saúde. Os profissionais que atuam diretamente no atendimento a esses pacientes enfrentam uma série de questões que vão além do aspecto técnico, envolvendo também aspectos éticos e humanísticos. O cuidado adequado e respeitoso com a pessoa com deficiência exige um conjunto de competências específicas, como empatia, compreensão das necessidades individuais, e uma formação sólida que inclua esses temas no currículo dos cursos de saúde (Assunção *et al.*, 2020).

O atendimento a pacientes com deficiência ainda é permeado por desafios, como barreiras de comunicação, preconceito e falta de acessibilidade. Essas dificuldades são amplamente reconhecidas, e estudos apontam que muitos profissionais não estão adequadamente preparados para lidar com as demandas desses pacientes. O processo de formação desses profissionais muitas vezes deixa lacunas no que tange à capacitação para o atendimento de pessoas com necessidades especiais, o que pode gerar insegurança e medo durante o atendimento (Barros; Cunha, 2018).

Além disso, o atendimento humanizado é fundamental para promover a inclusão e o respeito aos direitos dessas pessoas. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como princípio a integralidade do cuidado, mas para que isso seja efetivo, é necessário que os profissionais sejam preparados não apenas tecnicamente, mas também eticamente, para garantir que todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, recebam um atendimento de qualidade (Assunção *et al.*, 2020).

Portanto, os desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência envolvem não apenas as barreiras estruturais e tecnológicas, mas também a formação e a sensibilidade dos profissionais de saúde. Esses desafios exigem uma formação mais ampla, que considere as demandas específicas desses pacientes e promova uma atuação mais inclusiva e humana (Barros; Cunha, 2018).



A inclusão de disciplinas e treinamentos que abordem o cuidado com pacientes com deficiência é imprescindível para que os futuros profissionais possam atuar de forma competente e sensível. Isso reforça a importância de uma abordagem educativa que prepare os alunos para enfrentar as dificuldades que surgem durante o atendimento de pessoas com deficiência (Assunção *et al.*, 2020).

Este estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre os desafios éticos enfrentados pelos profissionais de saúde no atendimento a pacientes com deficiência, considerando os aspectos técnicos e humanísticos envolvidos. A questão orientadora que norteia este trabalho é: Quais são os principais desafios éticos enfrentados pelos profissionais de saúde no atendimento a pacientes com deficiência e como eles podem ser superados para garantir um cuidado de qualidade, inclusivo e respeitoso?

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho constitui uma revisão narrativa da literatura. Para a seleção dos estudos, foram consultadas as bases de dados SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e LILACS, focando em publicações que abordam os desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência. A questão orientadora do estudo foi definida como: Quais são os principais desafios éticos enfrentados pelos profissionais de saúde no atendimento a pacientes com deficiência e como esses desafios podem ser superados?

Foram incluídos artigos científicos publicados em português, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, com publicação entre os anos de 2017 e 2023, e que tenham sido realizados no território brasileiro. Artigos de congressos, cartas ou notas do editor, artigos de opinião, dissertações de mestrado e teses de doutorado foram excluídos da análise.

As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: Ética, Pessoas com Deficiência, e Assistência Integral em Saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência evidencia a necessidade de uma formação mais adequada para os profissionais de saúde. Segundo Assunção *et al.* (2020), as barreiras enfrentadas por esses pacientes nos serviços de saúde incluem a falta de empatia e de comunicação eficaz, bem como obstáculos estruturais nos locais de atendimento. Essa lacuna na formação inicial compromete a capacidade dos profissionais de atender de maneira integral e humanizada, impactando a qualidade do atendimento e a percepção de cuidado desses pacientes.

Barros e Cunha (2018) identificaram que, no contexto da odontologia, os profissionais enfrentam dificuldades específicas ao atender pacientes com deficiência, tais como o medo de machucar o paciente e a insegurança no manejo de pacientes com necessidades especiais. Essas dificuldades revelam que, apesar de a odontologia para pacientes com necessidades especiais ter sido reconhecida como uma especialidade desde 2001, ainda há um grande número de profissionais e estudantes despreparados para lidar com as complexidades envolvidas no atendimento humanizado a esses indivíduos.

Por sua vez, Assunção *et al.* (2020) destacam que os projetos pedagógicos dos cursos de saúde não garantem uma formação que contemple adequadamente as necessidades de pacientes com deficiência. Essa falta de conteúdo específico nos currículos resulta em

profissionais que desconhecem tanto os aspectos técnicos quanto os aspectos éticos envolvidos no atendimento a essa população. A formação, portanto, precisa ser revisada para incluir habilidades que permitam uma atuação empática e comunicativa, essenciais para a humanização do cuidado.

Os desafios relatados por Barros e Cunha (2018) apontam ainda que a insegurança e a falta de prática no atendimento a pacientes com deficiência podem gerar receios nos profissionais, como o medo de mordedura e a dificuldade em realizar contenções físicas quando necessário. Esses fatores dificultam a execução de um atendimento adequado e ressaltam a necessidade de experiências práticas durante a formação, que preparem os profissionais para lidar com situações complexas e promovam o desenvolvimento de uma abordagem mais ética e segura.

A inclusão de disciplinas específicas, como sugerido por Assunção *et al.* (2020), poderia mitigar essas dificuldades. Disciplinas que discutam diretamente a atenção à saúde de pessoas com deficiência e que ofereçam treinamento em habilidades comunicativas e técnicas apropriadas contribuiriam para uma formação mais completa. Esse tipo de abordagem pedagógica pode reduzir preconceitos e estigmas, melhorando a qualidade do atendimento e o relacionamento entre profissional e paciente.

Além disso, Barros e Cunha (2018) concluem que, para superar os desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência, é necessário um compromisso com a educação continuada e a especialização. Os profissionais que têm interesse em se aprofundar na área apresentam maior preparo e sensibilidade para atender pacientes com necessidades especiais. A formação de profissionais capacitados e éticos é fundamental para garantir que os pacientes com deficiência recebam o atendimento integral e humanizado que merecem, promovendo a inclusão e o respeito a esses indivíduos na sociedade.

4. CONCLUSÃO

O estudo sobre os desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência revelou a importância de uma formação sólida e humanizada para os profissionais de saúde. A análise evidenciou que a falta de preparo e de conteúdo específico nos currículos dos cursos de saúde compromete a qualidade do atendimento oferecido a essa população. Os profissionais, muitas vezes, encontram dificuldades de comunicação, empatia e manejo seguro, o que interfere diretamente na integralidade e humanização do cuidado prestado. Conforme apontado por Assunção *et al.* (2020) e Barros e Cunha (2018), esses obstáculos demonstram a necessidade urgente de reformulação pedagógica que inclua treinamentos práticos e disciplinas voltadas especificamente para o atendimento a pessoas com deficiência.

A insegurança e o medo de lidar com pacientes com necessidades especiais destacam-se como desafios comuns, que poderiam ser mitigados através de experiências práticas durante a formação acadêmica. A inserção de disciplinas focadas na comunicação e na empatia com pacientes com deficiência, conforme sugerido pelos autores, ajudaria a preparar profissionais mais competentes e sensíveis. Essas mudanças no currículo não apenas elevariam o padrão de atendimento, mas também contribuiriam para a redução de estigmas e preconceitos, fortalecendo uma cultura de respeito e inclusão no ambiente de saúde.

Portanto, para superar os desafios éticos no atendimento a pacientes com deficiência, é essencial uma mudança nas diretrizes educacionais e a implementação de uma abor-



dagem mais humanística na prática profissional. Ao preparar futuros profissionais para enfrentar as complexidades do atendimento a essa população, o sistema de saúde pode avançar em direção a um cuidado mais inclusivo e de qualidade, que respeite a dignidade e os direitos de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. L. B. et al. Atendimento em saúde à pessoa com deficiência e a formação inicial do profissional de saúde: o que há entre nós? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 2, p. 327-342, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/Zm3VXJ4MWSbRW38ZN3wQDVM/>. Acesso em: 13 out. 2024.

BARROS, B. C.; CUNHA, D. P. Desafios no atendimento ao paciente portador de necessidades especiais em uma clínica escola. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 12, n. 42, p. 919-932, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1384/1972/4933>. Acesso em: 11 out. 2024.

11

DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA A ABERTURA DO CAPITAL DE GIRO EM EMPRESAS RECÉM-CRIADAS

Shyrleide Leite Menezes Maciel¹
Bruno Fliglioli²
Marcella Carolina Pinheiro Reis³
Éder Wiliam de Macêdo Siqueira¹

1 Mestrando(a) em Gestão, Inovação e Consumo, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru-PE
2 Doutor em Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Contábeis [FACIC], Uberlândia-MG
3 Mestranda em Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG

Resumo

O capital de giro é fator essencial para o desempenho da organização. Ele permite que os administradores tenham uma visão mais ampla e apoia nas tomadas de decisão financeira. Nesse contexto, o presente trabalho visou responder quais são os fatores determinantes do capital de giro para firmas recém-criadas, sendo essa a relevância do estudo. Com isso, teve como foco trazer como evidências as dificuldades que as empresas enfrentaram para o desenvolvimento do capital circulante nos anos iniciais da instituição, além de identificar como elas fizeram para superar essas barreiras. Seu público alvo foram os gestores de negócios que iniciaram as suas atividades entre Janeiro de 2020 até Maio de 2023. A pesquisa foi um estudo descritivo, exploratório, bibliográfico e de caráter qualitativo, para efetuar a análise aplicou-se questionário a partir da plataforma do *google meet*. Alguns dos principais obstáculos para a abertura do capital de giro são a falta de conhecimento da legislação, o excesso de burocracia, a falta de profissionais capacitados para assessorar, fornecedores de confiança, falta de linhas de crédito e restrições na captação de recursos externos e insegurança para abrir o empreendimento. Para superar essas barreiras as pessoas estão aplicando vários métodos, como, por exemplo, não possuir espaço físico, isso ajuda a reduzir os custos e a desenvolver o capital circulante.

Palavras-chave: Gestão financeira, Desenvolvimento financeiro, Alavancagem financeira, Capital de Giro, Empresas Recém-criadas

Abstract

Working capital is an essential factor for the organization's performance. It allows administrators to have a broader perspective and supports financial decision-making. In this context, the present study aimed to answer what the determining factors of working capital are for newly created firms, highlighting the relevance of the research. Thus, it focused on providing evidence of the difficulties companies faced in developing working capital during the initial years of their establishment, as well as identifying how they overcame these barriers. The target audience was business managers who began their activities between January 2020 and May 2023. The research was descriptive, exploratory, bibliographic, and qualitative in nature. To conduct the analysis, a questionnaire was applied via the Google Meet platform. Some of the main obstacles to establishing working capital include a lack of knowledge about legislation, excessive bureaucracy, a shortage of qualified professionals to provide support, trustworthy suppliers, limited credit lines, restrictions on obtaining external resources, and insecurity about starting the business. To overcome these barriers, individuals are employing various methods, such as not having a physical space, which helps reduce costs and develop working capital

Keywords: Financial Management, Financial Development, Financial Leverage, Working Capital, Newly Established Companies

1. INTRODUÇÃO

Para que a organização tenha um excelente desempenho, é preciso que ela possua uma boa gestão do seu capital de giro, conforme informa Ben-Nasr (2016). Uma vez que é ele quem impede o endividamento das finanças empresariais e garante que essas tenham boas perspectivas junto ao mercado (ROCHINHESKI, 2019).

O capital de giro é uma reserva que a corporação deve possuir para financiar os possíveis custos que venham a ocorrer sem prejudicar a companhia, ele cobre uma parte das despesas fixas e pontuais da empresa, segundo o NUBANK (2022). Conforme Backsmann *et al.* (2022), ele é calculado a partir da soma do saldo bancário, contas a receber, e demais contas com valor, subtraindo do contas a pagar. Ou seja, é a diferença entre o Passivo Circulante (PC) e o Ativo Circulante (AC), segundo Gitman (2009). O capital de giro possibilita que os gestores tenham uma visão mais ampla e apoia nas tomadas de decisões financeiras, em consonância com Ludícibus (2017). Segundo o NUBANK (2022), Ele deve ser independente dos lucros e demais fontes de renda que a organização possui. Podendo também ser chamado de capital circulante (GITMAN, 2009).

Conforme Backsmann *et al.* (2022) e Brandão (2021), o gerenciamento positivo ou negativo do capital de giro interfere diretamente na prosperidade ou mortalidade da empresa, principalmente, na atual situação econômica que o mercado vem passando. É imprescindível que o gestor tenha conhecimento não apenas da empresa em si, mas também dos recursos e técnicas financeiras disponíveis para que possa contribuir de maneira satisfatória para o empreendimento, segundo Rochinheski (2019). Sendo assim, toda instituição, independente do seu porte, deve ter conhecimento das ferramentas para gerir e administrar o seu capital de giro (BACKSMANN *et al.*, 2022).

Diante do exposto, este estudo visa responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são os fatores determinantes do capital de giro para firmas recém-criadas? Tendo como finalidade demonstrar as dificuldades que as empresas enfrentaram para o desenvolvimento do capital circulante líquido (CCL) nos anos iniciais da instituição, além de identificar como elas fizeram para superar essas barreiras.

Rochinheski (2019), cita que o gestor de recursos deve ter em mente uma média do valor necessário que deve possuir para suprir quaisquer eventualidades de mercado, devendo trabalhar para tê-lo em seu capital de giro. Além disso, para Silva (2012), ele deve observar o índice de liquidez da empresa, um índice que ao converter os ativos em valores reais irá demonstrar a capacidade da organização em atender as suas obrigações. Para que o administrador de recursos mantenha o índice de liquidez positivo, podendo assim, ter a capacidade organizacional de ter um bom capital de giro, ele precisa está observando constantemente o ciclo operacional, o comportamento dos consumidores, a conjuntura econômica e ter uma gestão de estoque eficiente (DETONI E MOREIRA, 2011).

Visto isso, a relevância do estudo deve ao fato dele diagnosticar quais são os fatores determinantes para que empresas recém-criadas elaborem o seu capital de giro, visto que essas empresas enfrentam diversas dificuldades em sua fase inicial que podem atrapalhar no desenvolvimento financeiro da organização.

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar quais são os fatores determinantes do capital de giro para firmas recém-criadas. Usando como campo amostral empresas recém-abertas de Janeiro de 2020 até Maio de 2023, esse objetivo será dividido em três objetivos específicos, sendo eles: Demonstrar quais são os fatores determinantes que



influenciam na criação de um capital de giro para empresas recém-criadas; Estudar como esses fatores influenciam o capital circulante; E identificar as principais dificuldades enfrentadas para a abertura e o aumento do capital de giro pelas corporações recém-abertas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para o alcance dos objetivos pretendidos, foi utilizada a pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2002), esse tipo de estudo pretende descrever determinados fatos e realidade. Esse método foi escolhido com a finalidade de se aprofundar no assunto a partir de estudos na área financeira do capital de giro a partir de análises bibliográficas de diferentes autores.

A pesquisa também foi classificada como exploratória, bibliográfica e de caráter qualitativo. Ela foi considerada exploratória, pois para Gil (2002) esse tipo de análise tenta aproximar o leitor do problema, tornando-o mais explícito, esse tipo de análise subdivide-se em bibliográfica e estudo de caso. Visto isso, o presente estudo foi classificado como bibliográfico, pois utilizou de obras de relevância para ter um conhecimento e poder efetuar a análise do tema, estando em consonância com a definição desse tipo de estudo conforme o conceito apresentado por Sousa *et al.* (2021). E foi considerada qualitativa porque focou em compreender os comportamentos dos fatores que são essenciais para a criação do capital de giro em empresas recém-criadas (MATHIAS, 2022).

Nesse sentido, no que se refere às variáveis relevantes para análise, consideraram-se os principais fatores que auxiliaram a empresa a crescer financeiramente, principalmente, em um cenário de crise econômica pelo qual o mercado da época de sua criação estava passando, além de como esses fatores afetaram positivamente e negativamente à empresa de forma financeira. Ou seja, visou-se entender o perfil dos entrevistados e da empresa, o tempo que a instituição tem no mercado, as organizações que tiveram dificuldades para abrir o capital de giro e quais foram essas dificuldades.

Visando isso, foi aplicado um questionário a partir do formulário do *Google Forms* e seus dados foram processados pelo *Excel* para poder elaborar os gráficos de forma legível. O questionário foi dividido em 03 etapas, sendo elaborado dessa forma para que pudesse ser efetuado uma análise separada de cada uma delas, além de facilitar e influenciar os respondentes a terem um raciocínio lógico em cada uma das etapas da enquete sem que uma fase influenciasse na outra durante o recolhimento das respostas.

A primeira parte visou recolher informações sobre o perfil do dono da organização, sendo ela considerada relevante visto que as empresas analisadas foram abertas recentemente, então, notou-se uma necessidade de entender o perfil de quem obteve interesse em abrir a organização nos últimos anos. A segunda etapa focou em recolher dados sobre a própria instituição, uma vez que para efetuar a análise mais profundamente foi percebida a importância de entender um pouco mais sobre cada empresa para compreender o impacto que cada setor, tamanho, idade e natureza jurídica influenciaram no capital circulante.

Por fim, a terceira e última fase teve um foco no capital de giro em si, focando na diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Ela centralizou mais nas influências e dificuldades para a abertura dele. Essa parte visou compreender todos os impactos que os gestores tiveram para desenvolver o capital circulante e os métodos que utilizaram para superar os obstáculos.

Os dados das respostas para estudo foram coletados exclusivamente com os donos

de organizações brasileiras, levando em conta todas as 05 regiões do Brasil. Considerou-se também um campo amostral de empresas recém-criadas, sendo consideradas firmas recém-abertas as instituições que iniciaram as suas atividades entre Janeiro de 2020 até Maio de 2023, ou seja, emergidas do período da pandemia do COVID-19 até o começo da aplicação do questionário nos dias atuais. Esse campo foi escolhido visto que a pandemia dificultou bastante o cenário financeiro impedindo ainda mais as pequenas corporações de erguerem seu capital circulante. Para a aplicação considerou também instituições de pessoas conhecidas, como ex-colegas da graduação, ex-professores, familiares e demais inscritos no curso de especialização, usou esse requisito de pessoas conhecidas ou de confiança para evitar desvios do público-alvo ou informações falsas e enganosas.

O questionário foi aplicado pelo *google forms* e enviado de forma online, através do *whatsapp*, *e-mail* e *instagram*, para os possíveis respondentes. Após isso, as respostas obtidas foram analisadas e seus dados processados pelo *Excel* e comparados com os de outros autores. Enquanto, que os retornos não adquiridos procurou-se verificar o motivo disso acontecer.

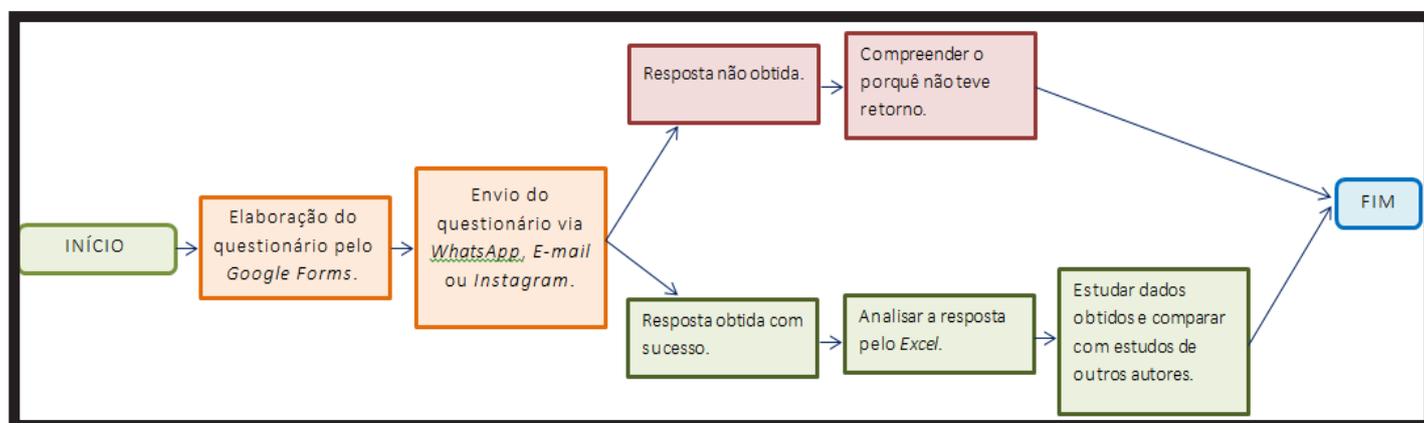


Figura 1. Etapas para análise dos dados

Fonte: Elaborado pelos autores

Esse método e critérios de coleta de dados foram escolhidos visando ter um campo amostral mais seguro que abrangesse diferentes áreas, isso para que possa mostrar as reais e diferentes dificuldades enfrentadas por essas firmas e também os fatores que foram determinantes para que elas juntassem um capital de giro e sobrevivessem no mercado. Com isso, pretendeu-se a partir do questionário ter um estudo detalhado sobre os fatores que influenciam o capital circulante em empresas recém-abertas, além das dificuldades que elas enfrentam para a abertura e aumento do seu capital circulante.

Desse modo, a técnica amostral utilizada foi a amostragem por conveniência, também chamada de acidental. Conforme Campos (2019), esse tipo de método é uma subdivisão da amostragem não probabilística, nele o campo amostral é escolhido por serem mais acessíveis e oferece baixo custo. Sendo assim, os dados foram analisados a partir da análise comportamental dos donos, e da organização, considerando o período e as variáveis citadas anteriormente.

3. RESULTADOS

Com o presente estudo de caso, foi possível definir quais fatores influenciam para a abertura e evolução do capital de giro de empresas recém-criadas. Para a realização deste estudo foi utilizado distribuição de frequência, porcentagem e gráficos.

3.1 Perfil dos empreendedores que responderam os questionários

Foram enviados ao todo 19 questionários, esse número deve ao fato do perfil de respondentes escolhidos, gestores de empresas abertas entre Janeiro de 2020 e Maio de 2023, ser bastante restrito. Outro motivo relevante que influenciou no total de gestores que receberam o questionário para responder foi que foi considerado para análise apenas instituições de pessoas conhecidas, como ex-colegas da graduação, ex-professores, familiares e demais inscritos no curso de especialização, dessa forma, procurou evitar desvio do público-alvo e informações falsas e enganosas.

Do total de questionários enviados, foi obtido um total de 14 respostas, a diferença do total de retorno para o total de envio ocorreu devido ao fato de algumas pessoas não quererem responder devido por sua empresa ainda está em processo de registro jurídico ou não poderem por terem abertas a organização antes do espaço amostral analisado e outras não foi obtido retorno do motivo de não haver respondido. Essa primeira fase visou recolher informações sobre o perfil do dono da organização, pois foi notado que seria importante compreender o perfil dessas pessoas que se interessaram ou precisaram abrir uma empresa nos últimos anos.

Dessa forma, dos respondentes, 100% são empreendedores que atuam no Brasil, sendo em sua maioria da região do Nordeste. Essa grande concentração na região do Nordeste ocorreu pelo campo amostral utilizado, dessa forma, houve certa limitação em ampliar o estudo para outras regiões do país, porém preferiu efetuar dessa forma para evitar que houvesse desvio do público alvo ou que obtivesse retornos que não fossem a realidade das empresas analisadas, visto que o tema envolve um assunto delicado, capital de giro, e muitos gestores têm receio de pesquisas desse tipo para não expor a sua instituição.

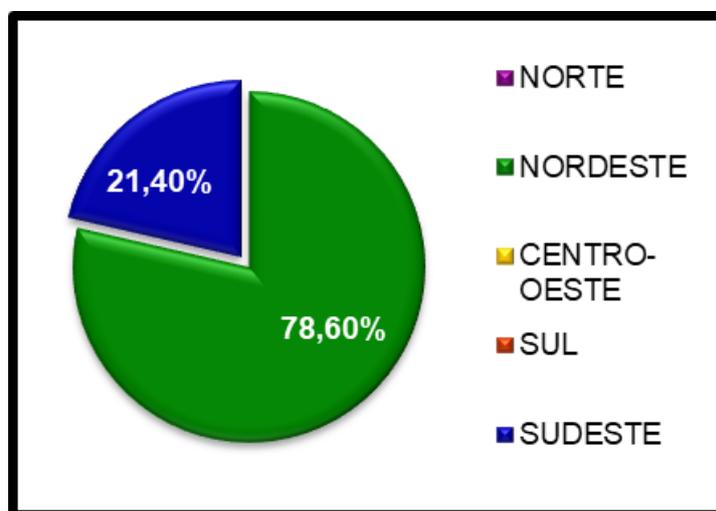


Figura 2. Região que vive os novos empreendedores

Fonte: Elaborado pelos autores

Desse total, mais de 60% são do sexo masculino e as idades de todos os respondentes variam muito, indo de mais de 20 anos até mais de 60 anos, nesse aspecto, percebeu-se uma grande concentração entre as pessoas que possuem entre mais de 20 anos e até os 40 anos de idade. Uma das causas para essa concentração deve-se ao grupo de indivíduos que receberam o questionário para responder, outro fator relevante seria que essa é a faixa etária de pessoas que concluíram a graduação ou que estavam no mercado de trabalho, mas que devido ao COVID-19 obtiveram dificuldades de conseguir ou manter um empre-

go, fazendo com que eles investissem em meios próprios de subsistência (SEBRAE, 2022).

Essa faixa etária coincide que coincide com pesquisas de outros autores sobre o perfil empreendedor, como o de Barbosa e Costa (2015) e a do SEBRAE (2022) que indicam que a maior porcentagem nos novos negócios foi de pessoas entre os 18 e 44 anos.

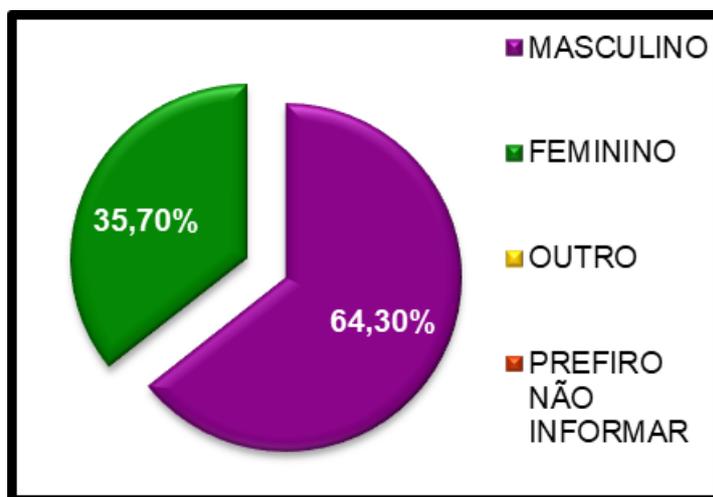


Figura 3. Gênero dos novos empreendedores

Fonte: Elaborado pelos autores

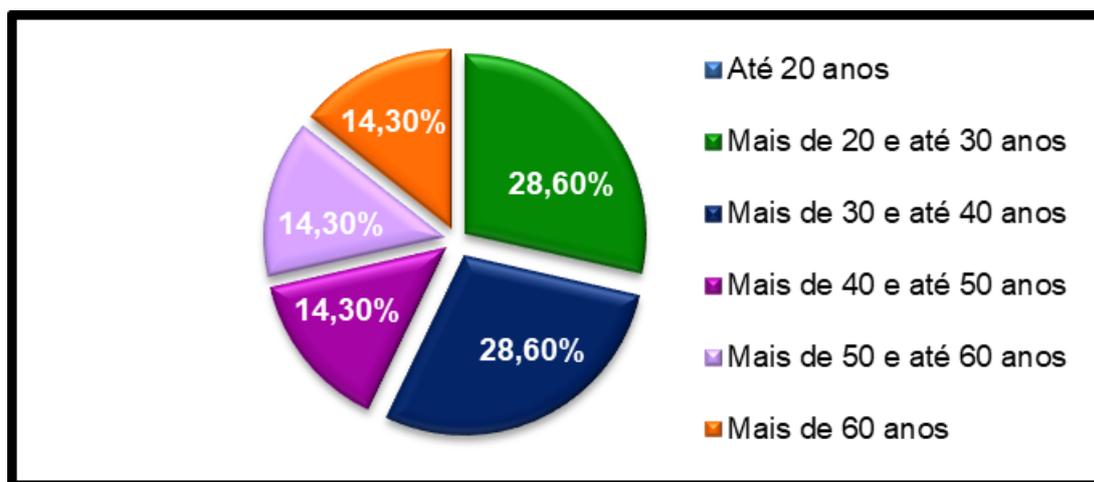


Figura 4. Idade dos novos empreendedores

Fonte: Elaborado pelos autores

Continuando a análise anterior, quanto ao nível de escolaridade, quase metade dos novos empreendedores possuem graduação completa e sem pós e que apenas 28,60% investiram em alguma modalidade de pós, incluindo especialização, mestrado ou doutorado para ampliar o seu conhecimento.

No que se refere ao estado civil, houve uma semelhança entre a porcentagem dos empreendedores casados e solteiros, sendo 42,90% para cada perfil, e os 14,30% restante são divorciados ou viúvos. Notou-se necessário essa análise para verificar a influência do estado civil na abertura de organizações, porém percebeu-se que ele não teve grande impacto como havia imaginado que haveria.

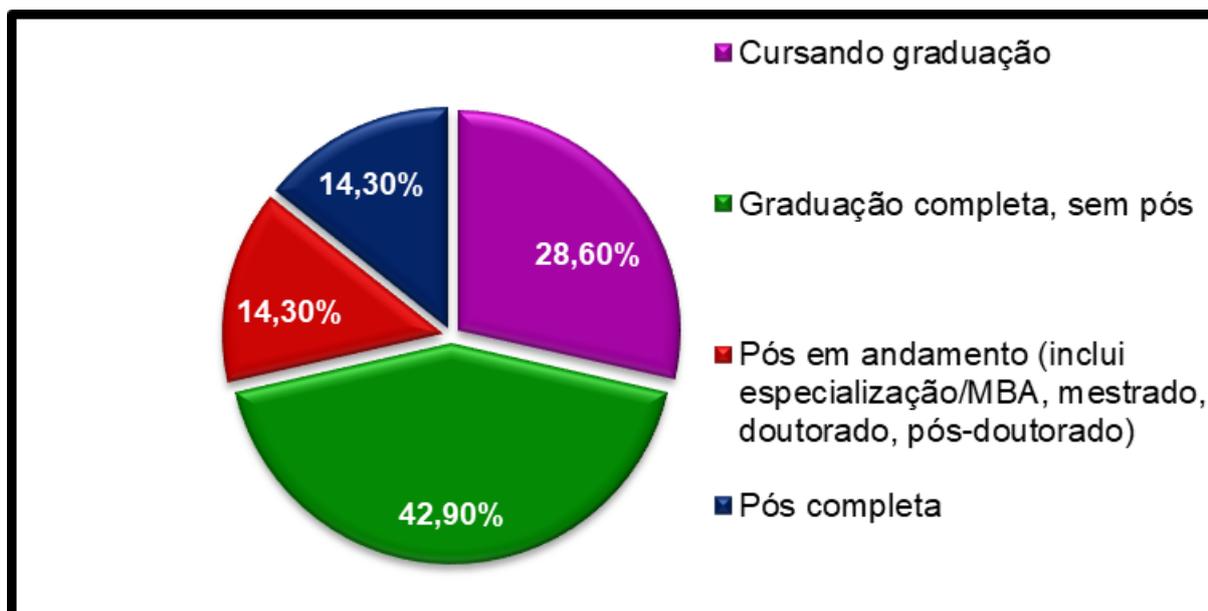


Figura 5. Nível de escolaridade dos empreendedores

Fonte: Elaborado pelos autores

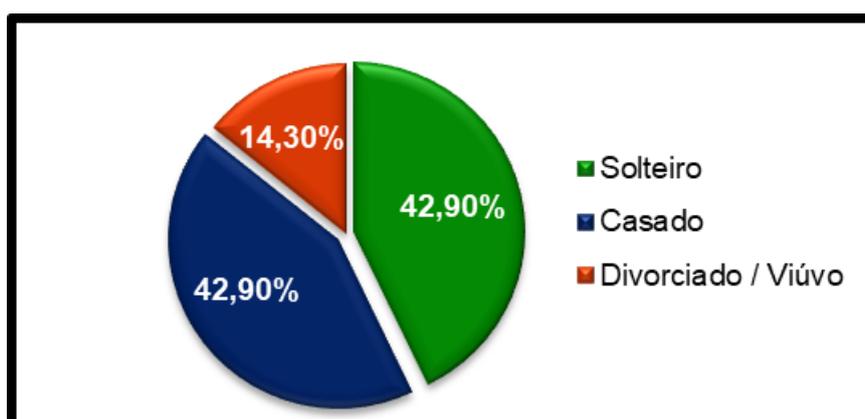


Figura 6. Estado civil dos empreendedores

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2 Perfil das novas organizações

Esta segunda etapa focou em recolher o perfil das organizações, pois notou-se a importância entender o tipo de organização para compreender a sua relação com as dificuldades para abertura do capital de giro.

Conforme indicado pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) (2022), o número de potenciais empreendedores quase duplicou a partir do ano de 2020. O GEM é a principal pesquisa sobre o empreendedorismo global e apresenta a sua evolução no decorrer dos anos, segundo o DATASEBRAE (2022). Sendo esse um dos motivos do espaço de tempo estudado. Dessa forma, evidenciou-se a necessidade de relacionar a época de abertura das instituições, para que pudesse ter uma análise mais detalhada de qual ano mais impactou nas empresas estudadas. Mais da metade delas foram criadas no primeiro semestre de 2020, totalizando 57,10% e as demais têm idade variada entre o segundo semestre de 2020 e a segunda metade de 2022, conforme demonstra o gráfico abaixo. É de grande importân-

cia destacar que, entre os respondentes, nenhuma organização iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2023.

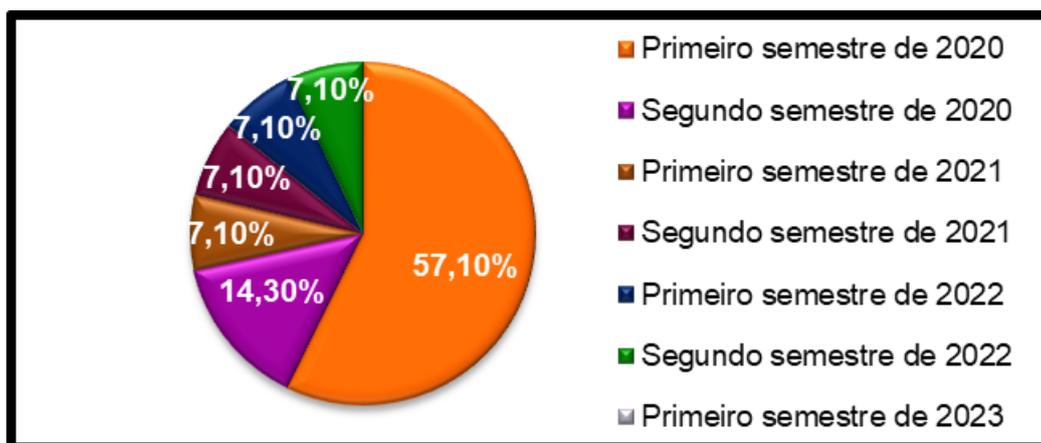


Figura 7. Período de abertura da organização

Fonte: Elaborado pelos autores

A pesquisa abrangeu segmentos como comércio e prestação de serviços, sendo em sua maioria, representando 57,10% dos respondentes, prestadores de serviços. Ademais, no que se refere ao tipo de empresa, variou entre Microempreendedor Individual (MEI), Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) e Sociedade Empresária Limitada (LTDA), sendo 64,30% MEI, 21,40% SLU e 14,30% LTDA. O tipo de sociedade escolhida influencia diretamente na burocracia exigida para a abertura do negócio e, conseqüentemente, nos custos (BERGESCH, 2022).

Sendo assim, analisar todos esses detalhes foi de suma importância porque cada um desses fatores influencia de forma diferente nas despesas, custos e, conseqüentemente, no lucro e capital de giro.

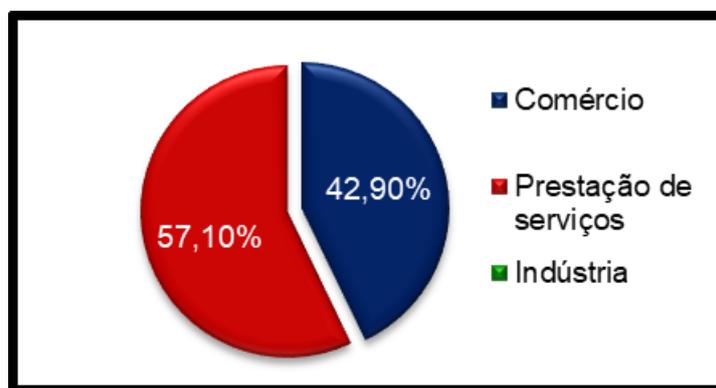


Figura 8. Ramo de atuação da empresa

Fonte: Elaborado pelos autores

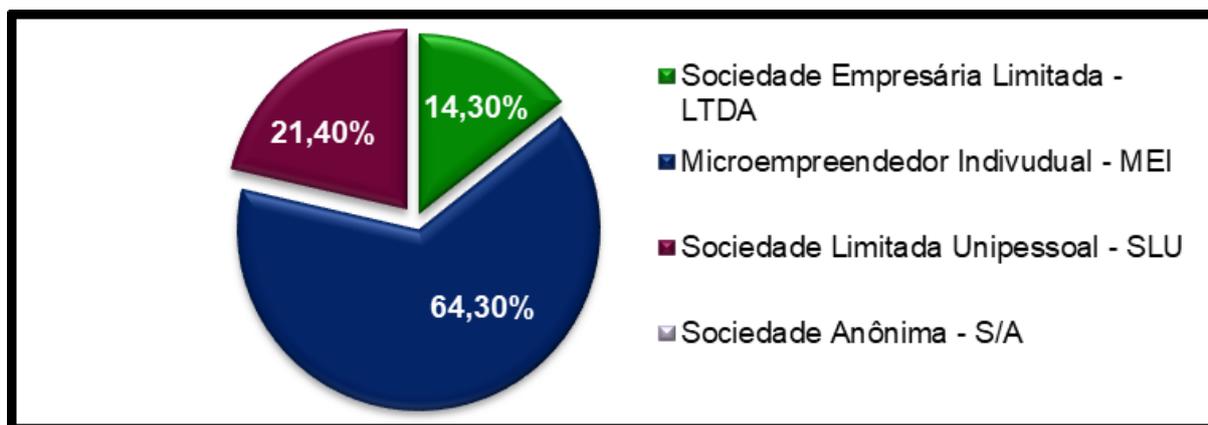


Figura 9. Tipo de sociedade da instituição

Fonte: Elaborado pelos autores

Foi de suma importância para a influência na geração de capital de giro, estudar se as organizações possuem ou não um espaço físico para o atendimento dos seus clientes ou clientes em potenciais. Dessa forma, a maior parte dos novos empreendedores não possui um espaço físico, efetuando os seus atendimentos de forma totalmente online, no local que o cliente deseja ou, então, alugando um espaço quando há necessidade de se encontrar pessoalmente, como demonstra o gráfico a seguir:

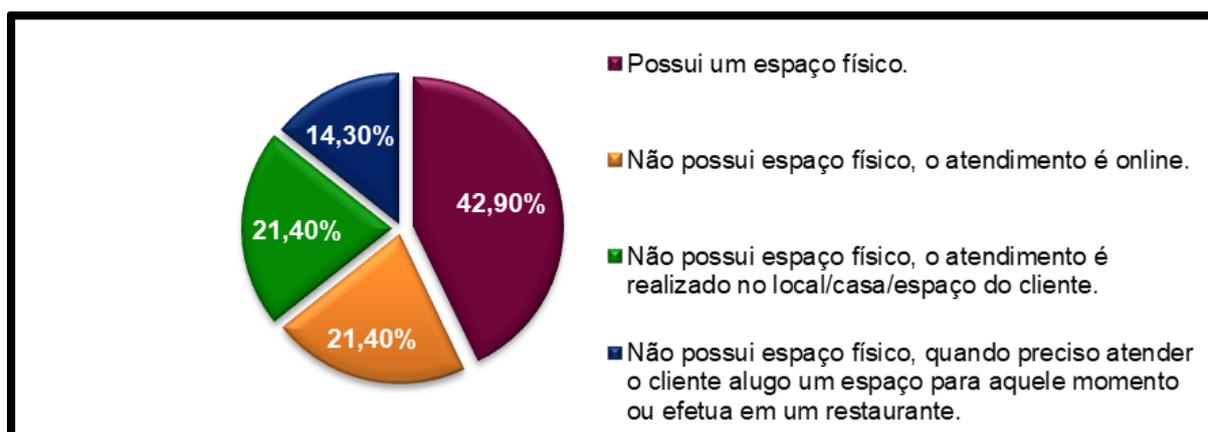


Figura 10. Entendendo se a organização possui espaço físico

Fonte: Elaborado pelos autores

Esse é um fator relevante, devido ao fato de as instituições que não têm um espaço físico não possuem custo com aluguel, luz, água e demais necessidades mensais com a manutenção do local. Até mesmo os empreendedores que optaram por alugar um espaço quando necessitem, eles têm os seus gastos reduzidos em relação às empresas que possuem loja física.

Todas essas reduções de custo têm um impacto relevante no desenvolvimento do capital de giro, pois os valores que eles usariam com esses gastos desnecessários podem ser utilizados para investimento na própria empresa. Claro que conseguir manter uma organização sem um local certo de atendimento não é algo fácil, muito pelo contrário, exige muito mais dedicação e constância por parte do empreendedor, isso se deve ao fato que deve investir no marketing para atrair clientes além de ter um excelente planejamento e organização para conseguir abranger todas as demandas.

Contudo, mesmo com essas necessidades é algo muito mais vantajoso, pois o custo de manter, divulgar e abranger a demanda é muito menor do que o de manter o local físi-

co, que além dele ainda teria da mesma forma os gastos com o marketing e logística.

3.3 Fatores que impactaram no capital de giro

Em primeira instância, com o intuito de avaliar formas existentes para desenvolver o capital de giro em empresas recém-criadas, verificou a necessidade de entender as dificuldades para a abertura da organização. Isso se deve ao fato de que atualmente para abrir um negócio e fazer com que ele permaneça competitivo no mercado é uma tarefa difícil e inclui inúmeros obstáculos, conforme indicado por Carloni E Michel (2006). Entender essas dificuldades é essencial para que, conseqüentemente, possa compreender os fatores que afetam o capital de giro. Dessa forma, a terceira e última fase teve como foco o capital de giro em si, centralizando mais nas influências e dificuldades para sua abertura.

Pelo fato de ser um período pandêmico, foi notada a necessidade de saber se a pandemia havia influenciado para a abertura da organização. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2022), o número de gestores que iniciaram suas atividades no empreendedorismo durante o período pandêmico por motivos de necessidade ou simplesmente porque perceberam a oportunidade de realizarem seu sonho e ter um negócio próprio foi recorde no ano de 2021. Dessa forma, o questionário aplicado visou confirmar esses dados com as organizações estudadas, avaliando se teve e qual foi o impacto do COVID-19 para a abertura dessas empresas. Apenas em 50% dos casos ele influenciou de alguma forma, seja de um jeito bem mais impactante ou de forma mais suave, nos outros 50% ele não teve nenhum impacto, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Então, embora uma boa parte tenha informado que influenciou, 50% informou que não influenciou em nada, dessa forma, pode-se ver que não foi um fator tão relevante como esperado.

Conforme Santos e Delfino (2019), aperfeiçoar o capital circulante precisa de uma metodologia além do financeiro, os autores informam que estratégias e práticas gerenciais são essenciais para regularizar o capital de giro. S. Neto (2011) complementa que os empreendedores também devem procurar se capacitar para que possam ter uma gestão melhor dos seus recursos, ele sugere envolver-se em estudos financeiros, operacionais e contábeis, com isso, conseguirão melhorar o seu ciclo contábil.

Desse modo, visou-se identificar as principais dificuldades que os empresários sentiram ao abrir o seu capital reserva, para que, dessa forma, pudesse identificar métodos para solucionar essas barreiras. Os principais fatores são: a falta de conhecimento da legislação, muita burocracia, ter profissionais capacitados para assessorar, fornecedores de confiança, falta de linhas de crédito e restrições na captação de recursos externos, insegurança para abrir o empreendimento e se o negócio daria certo ou não e, principalmente, não diferir o saldo da empresa com o seu pessoal, dentre diversas outras. Além, é claro, de conseguir os primeiros clientes.



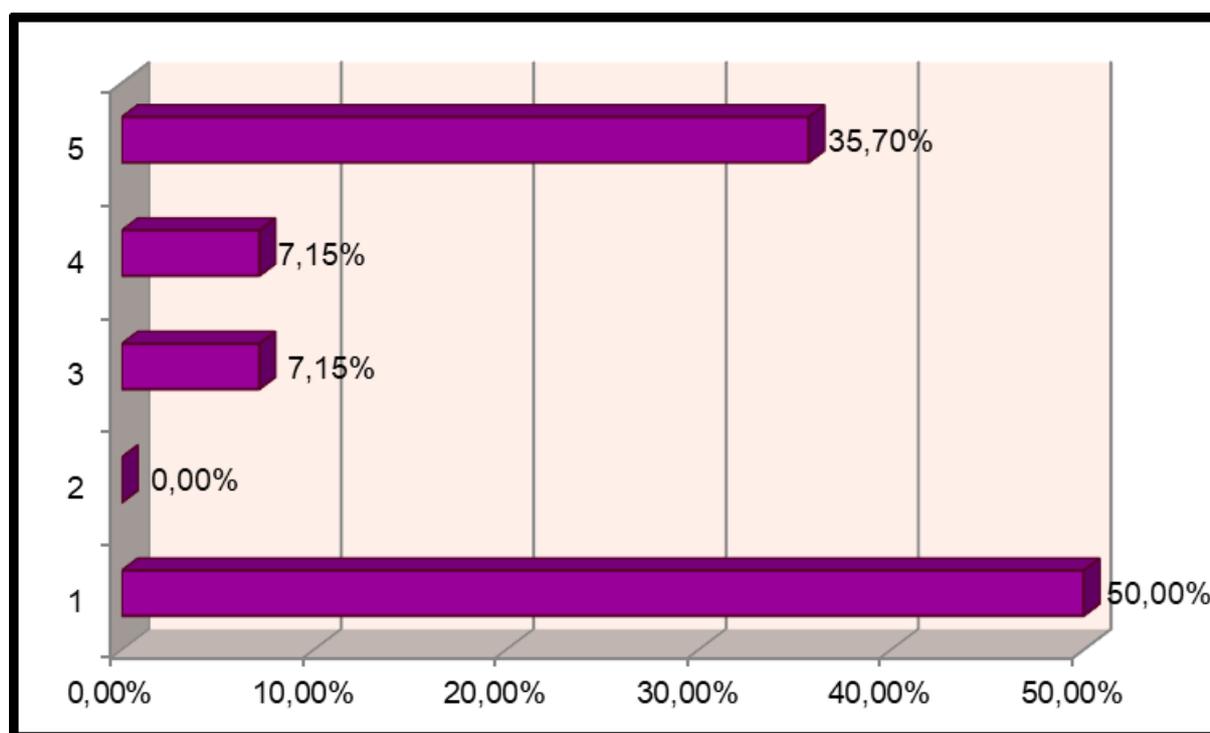


Figura 11. Influência do COVID-19 na abertura da instituição

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota: O 1 significa que não influenciou, o empreendedor já tinha em mente abrir a empresa e capital reservado. E o 5 representa que influenciou muitíssimo, teve grande influência para que o empresário abrisse a organização e conseguisse o capital

Visto isso, todos esses fatores influenciam diretamente no tempo de abertura e na decisão de realmente o empresário quer continuar ou não com a abertura da organização. Um fato curioso foi o de que nenhum dos empreendedores entrevistados citou que sentiu dificuldade em administrar o seu estoque, visto que, esse foi um item de suma importância na pesquisa efetuada por Baia *et al.* (2022). Segundo os autores, a gestão de estoque está diretamente relacionada com a solvência e o desempenho da organização.

Vale salientar, o porquê cada um deles impactam nos negócios. Em primeira instância está a falta de linhas de crédito e restrições na captação de recursos externos. Abrir uma empresa atualmente não é fácil, é algo que exige ao menos uma preparação financeira para lidar com todos os custos de abertura, como documentação, materiais, produção, divulgação dos produtos, entre outros. Anjos (2020) também relaciona em sua análise a parte financeira como um fator relevante que impacta os empreendedores.

Em segunda instância, estão a falta de conhecimento da legislação e o grande número de burocracia, sem conhecer as leis ativas no país ou sem um profissional capacitado que as conheça para assessorar, os empreendedores correm o risco de cometer crimes, sejam em relação a abertura da instituição, a falta de envio de documentos importantes ou a forma de conduzir os colaboradores, gerando enormes prejuízos para a sua empresa que está acabando de iniciar as atividades, segundo Ramos Júnior (2018). Essa barreira está ligada com as dificuldades encontradas no regime tributário apresentada por Anjos (2020), esse foi item de grande impacto no estudo do autor.

Possuir alguém que assessore na documentação, recursos humanos, parte financeira ou contábil também é de grande importância. Devido ao fato de que quem pensa em abrir uma organização tem conhecimento do setor que seu negócio vai atuar, mas não de todas as áreas necessárias para que a instituição funcione. É aqui que o assessor entra, ele dá o

apoio para que os empresários compreendam as demais áreas da empresa ou até mesmo ficam responsáveis por essas atividades, essa última é de maior vantagem para quem está iniciando agora, pois o uso empresa terceirizada trará menos custos com contratações de colaboradores específicos para essas áreas, que é algo que todas as empresas, principalmente, as que ainda estão se estabilizando no mercado querem.

Outro fator que impacta essas instituições é conseguir fornecedores de confiança. O que mais se vê, atualmente, são pessoas aplicando golpe ou que entregam mercadorias de baixa qualidade. Investir desde o começo em encontrar fornecedores que garantam alta qualidade e entrega no prazo é essencial para evitar custos futuramente, e quanto menor os gastos maiores será o valor que sobrar para ser aplicado no capital de giro.

Outro impacto que impede ou dificulta a abertura das organizações é a insegurança para abrir o empreendimento. Isso é algo presente no dia a dia de toda a sociedade, principalmente, quando alguém começa algo novo. Nas empresas não é diferente, o empreendedor que decidiu investir o seu tempo e dinheiro naquele negócio tem a esperança de que a sua ideia dê certo e evolua, porém devido a isso não depender apenas dele, mas sim de como está o mercado financeiro e da demanda pelos seus produtos ou serviços, termina impactando negativamente na segurança do empresário. Ele fica em sua mente se está fazendo a coisa certa, se precisa mudar algo ou não.

Além desses fatores, também tem a dificuldade de atrair os primeiros clientes. Com a “internet” e o mercado globalizado conseguir clientes é algo que exige muita dedicação, marketing e antes de tudo a prestação de ótimos serviços e produtos. Conforme analisado por Anjos (2020), a concorrência é um dos principais fatores que impactam nos negócios. Para quem está entrando no mercado agora não é fácil fazer as pessoas confiarem em sua marca, mas não é algo impossível, com persistência e uma boa divulgação é possível sim encontrar os primeiros clientes e aumentá-los. Uma boa rede de conhecimentos é de suma importância nesse estágio inicial.

Um aspecto de grande relevância e que mereceu destaque dos anteriores foi diferir a despesa pessoal com a da empresa, ele merece uma análise a parte devido ao fato de muitas pessoas ao abrirem a sua empresa começam a misturar ou confundir os lucros ou prejuízos da organização com o seu pessoal. Alguns dos motivos disso acontecer são não abrir uma conta específica para a instituição ou quando abrem e observam o saldo positivo querem se beneficiar dele sem pensar que futuramente ele fará falta para a empresa, ou até mesmo por quererem cobrir possíveis prejuízos do seu próprio bolso.

Para Gitman (2009), outro fator relevante para o capital de giro é a fonte do capital e a liquidez do pagamento utilizado para a abertura da empresa, pois eles impactam diretamente no lucro que a organização irá obter. Além, de também influenciarem na instituição como um todo, indo do financeiro até o operacional (Lima e Denicol, 2010). Pensando nisso, estudou como os respondentes administraram o capital para a abertura de sua instituição. Identificou que a maior parte dos respondentes optou pelo capital próprio, como demonstra o gráfico abaixo:

Uma gestão financeira eficiente reduz ao máximo o uso de capital de terceiros para o financiamento de suas atividades de curto prazo e utilizar o capital próprio e busca aumentar a alavancagem financeira, que significa usar custo fixo, ou seja, capital de terceiros para aumentar o seu ativo. Então, usar o capital próprio em equilíbrio com a alavancagem financeira, de forma inteligente, é claro, é a melhor opção para conseguir uma maior lucratividade. Esse é um fator importante que contribui para o avanço financeiro da instituição. Porém, quando ambos são usados de forma incorreta, ou melhor, em desequilíbrio causam impacto negativo nos lucros e, conseqüentemente, no capital de giro da empresa



(GITMAN, 2009).

Apenas metade das organizações ainda não conseguiu desenvolver o seu capital de giro. Um dos motivos para isso acontecer pode ter sido o uso do capital próprio na abertura da organização sem efetuar uma boa alavancagem financeira, A outra metade já iniciou as atividades com um valor reservado para o capital de giro ou desenvolveram ele nos anos iniciais, conforme demonstra o gráfico abaixo. Isso é uma quantidade expressiva e de grande importância para a economia das instituições, visto que elas estão em seus anos iniciais.

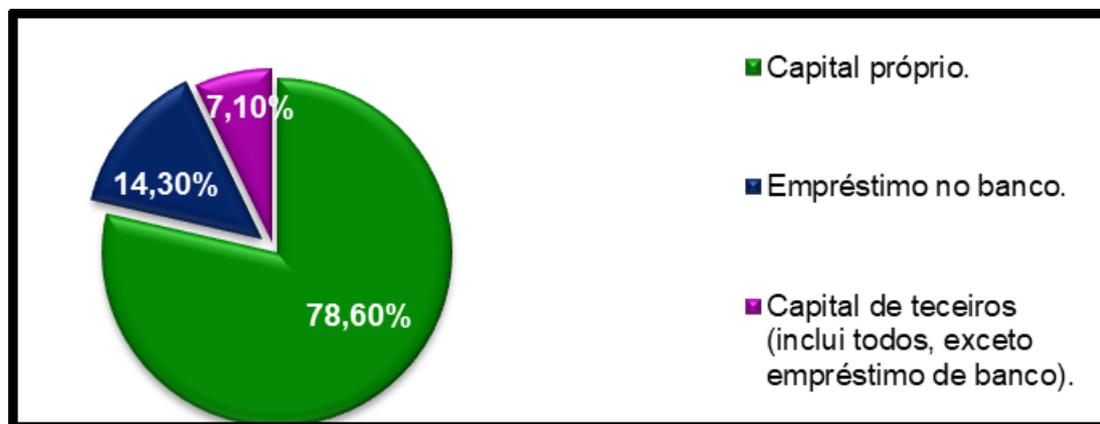


Figura 12. Forma do capital investido na abertura da empresa

Fonte: Elaborado pelos autores



Figura 13. Desenvolvimento do capital de giro

Fonte: Elaborado pelos autores

Apesar de apenas um pequeno percentual dos novos empresários iniciarem as suas atividades com certa quantia reservada para o seu capital de giro, essas instituições precisam de um estudo a parte para entender a metodologia utilizada por elas, pois não é comum uma empresa já iniciar com seu capital de giro e ainda mantê-lo em seus anos iniciais.

Conforme a pesquisa realizada, nem todos os empresários sentiram dificuldade para abrir o seu capital de giro, possivelmente, esses que não tiveram barreiras sejam os mesmos empresários que já iniciaram a sua empresa com um capital de giro. Entretanto, dentre os que sentiram os difíceis obstáculos estão as seguintes dificuldades: obter linhas de crédito, controle de fluxo de caixa, equilibrar o prazo de recebíveis com o prazo de paga-

mento, as próprias despesas da organização, controlar o fluxo de saída que estava sendo maior que o de entrada e por ser algo em seu estágio inicial misturar as despesas da empresa com as despesas pessoais.

Outros obstáculos estão no dia a dia, como conseguir serviços, as demandas que surgem no negócio, a burocracia, ajustar o prazo de pagamento dos clientes, mão de obra qualificada, entre outros. Essas dificuldades apresentadas tiveram grande influência os momentos iniciais da organização e os atuais. O que impactam de grande forma no desenvolvimento e crescimento das instituições. Entretanto, as barreiras estão conseguindo serem superadas aos poucos. Muitos empresários utilizaram algumas formas para conseguir vencer essa difícil batalha, entre elas estão: estratégias para aumento de venda, como maior divulgação do produto, investimento na imprensa e parcerias com outras empresas da mesma área.

Para complementar, outras estratégias usadas para reduzir as dificuldades e aumentar o capital de giro são tentar reduzir o prazo de recebimento e aumentar o prazo de pagamento, eliminar as despesas desnecessárias, controlar melhor o fluxo de caixa, investir o lucro para gerar mais capital, tentar separar a conta pessoal da empresarial, entre outras. Essas estratégias coincidem com o estudo efetuado por Baia *et al.* (2022), os autores informam que entender e acompanhar o fluxo de caixa é um fator importante e que vai permitir o planejamento e controle dos recursos, eles também relacionam o impacto da política de crédito na gestão de risco. Ficando claro que mesmo com os difíceis obstáculos, as novas organizações estão conseguindo aos poucos superarem as dificuldades e desenvolverem o seu capital de giro.

4. CONCLUSÃO

Após o presente estudo, identificou-se que as principais dificuldades para a abertura do capital circulante em instituições recém-criadas são a falta de conhecimento da legislação, o excesso de burocracia, a falta de profissionais capacitados para assessorar, fornecedores de confiança, insegurança para abrir o empreendimento, dentre outros. Para superar esses desafios os empreendedores utilizaram algumas técnicas como não possuir um espaço físico, preferindo alugar um quando fosse necessário ou efetuar o seu atendimento no local do próprio cliente, dessa forma, eles conseguiram reduzir custos desnecessários como o de aluguel, energia e manutenção do prédio. Eles também optaram por investir com capital próprio e o tipo de sociedade a abrir.

Ter um bom controle de todas essas ações é essencial para começar a juntar o capital de giro. Possivelmente, o estudo pode ter sido afetado pela dificuldade em encontrar pessoas que se encaixassem no perfil estudado e que fossem de confiança para responder, contudo, conseguiu atingir os principais objetivos pretendidos. Ele é importante para futuros ou recentes empresários por contribuir para que eles entendam as dificuldades que poderão enfrentar ao abrir o seu negócio, ajudando a alavancar o seu capital de giro.

Sendo assim, para complementar os resultados da presente análise, deixa como sugestões para futuros estudos: como algumas empresas conseguiram abrir com capital de giro e adequá-lo ao setor de atividade; qual a inter-relação entre capital próprio e alavancagem financeira para a abertura do capital de giro; quais níveis de caixa devem ser mantidos pela empresa e como aplicar adequadamente o capital de giro.



REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. H. **Análise das dificuldades de gestão de micro e pequenas empresas do ramo alimentício da Grande Florianópolis**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- BACKSMANN, P. et al. A gestão de capital de giro como ferramenta para a manutenção da empresa. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, n. 7, p. 98-113, 2022.
- BAIA, E. C. et al. **A importância do capital de giro para micro e pequenas empresas**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Universidade Evangélica de Goiás, GO, Brasil.
- BARBOSA, O. L.; COSTA, T. V. B. **Perfil empreendedor: Um estudo sobre as características do perfil empreendedor**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ, Brasil.
- BEN-NASR, H. State and foreign ownership and the value of working capital management. **Journal of Corporate Finance**, v. 41, p. 217-240, 2016.
- BERGESCH, R. **Tipo de sociedade empresarial: Um guia completo**. 2022. Disponível em: <https://ber.adv.br/tipos-de-sociedade-empresarial-um-guia-completo/>. Acesso em: 3 set. 2023.
- BRANDÃO, A. **Análise de capital de giro no setor varejista: Um estudo com base no modelo Fleuriet**. 2021. Monografia – Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ISCA), Varginha, MG, Brasil.
- CAMPOS, S. M. **Métodos estocásticos da engenharia II: Capítulo 1 – Princípios de amostragem**. 2019. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/magno/files/capitulo_1_-_princípios_de_amostragem_4.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.
- CARLONI, C.; MICHEL, M. O desafio de abrir e manter uma empresa em operação no atual contexto socioeconômico. **Revista Científica Eletrônica de Administração**, n. 11, 2006.
- DATASEBRAE. **Pesquisa GEM - Global Entrepreneurship Monitor**. 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/pesquisa-gem/>. Acesso em: 3 set. 2023.
- DETONI, D.; MOREIRA, V. **A importância da administração do capital de giro para a sobrevivência de uma empresa**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, VIII., 2011, Resende, RJ. Anais [...]. Resende, RJ: [s.n.], 2011.
- GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo**. 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/05/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf>. Acesso em: 3 set. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- LIMA, M. G.; DENICOL, E. M. **A importância do capital de giro na administração das empresas**. 2010. Monografia – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.
- LUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. v. 1. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MATHIAS, L. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: Qual é a melhor opção?**. 2022. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/pesquisa-qualitativa-quantitativa/>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- NUBANK. **O que é capital de giro?**. 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-capital-de-giro/>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- RAMOS JÚNIOR, W. **Prejuízos gerados pela falta de conhecimento da legislação trabalhista e previdenciária**. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63432/prejuizos-gerados-pela-falta-de-conhecimento-da-legislacao-trabalhista-e-previdenciaria>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- ROCHINHESKI, D. **Capital de giro: Uma abordagem conceitual da necessidade e gerência do capital de giro**. In: JORNADA DE EXTENSÃO, XX., 2019, Ijuí, RS. Anais [...]. Ijuí, RS: [s.n.], 2019.
- S. NETO, A. C. **Fatores que influenciam na sobrevivência das micro e pequenas empresas: a gestão eficaz do capital de giro**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista – FACCAMP, Campo Limpo Paulista, SP.
- SANTOS, H. A. S.; DELFINO, A. J. **Gestão do capital de giro: Estudo de caso em uma microempresa de Itui-**

taba – MG. 2019. Tese – FACES-UFU, Ituiutaba, MG, Brasil.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE.** 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f-80f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 2 set. 2023.

SILVA, H. **Capital de giro: Uma ferramenta de apoio à gestão financeira.** 2012. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil.

SOUSA, A. S. et al. A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.



12

**VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA MULHER:
A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
À MULHER DIAGNOSTICADA COM
ENDOMETRIOSE NO ÂMBITO DO
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)**

**Mackilda Eduarda Lobato Mendes¹
Brunna Adilla Rocha Dos Santos¹
Emanuelle Vieira Nogueira¹
Livia Alessandra Gomes Aroucha²**

1 Enfermagem, Faculdade Edufor, São Luís – Maranhão

2 Orientadora, Faculdade Edufor, São Luís – Maranhão

Resumo

A endometriose configura-se como uma doença crônica que afeta de sobremaneira a saúde da mulher. Esta doença se caracteriza pela presença de tecido endometrial funcional fora da cavidade uterina. Acomete geralmente mulheres em idade reprodutiva, impactando diretamente sua qualidade de vida. Objetivo: discutir sobre a vigilância em saúde da mulher sob a ótica da paciente com endometriose. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja fonte de informações foram as bases de dados da LILACS, SCIELO e MedLine. Foram incluídos artigos científicos publicados em português, disponíveis na íntegra e de forma gratuita. Contemplou-se estudos publicados entre 2018 a 2023. Foram selecionados 8 artigos para a construção da discussão do presente trabalho. Entende-se que a endometriose é uma doença crônica que atinge de sobremaneira a qualidade de vida da mulher, uma vez que seus sintomas dificultam o exercício de atividades laborais, bem como o cotidiano desta. A partir da literatura elencada para esta pesquisa, observou-se que a assistência de enfermagem é de suma importância para a promoção da saúde da mulher com endometriose com vistas na qualidade de vida desta, uma vez que as ações e estratégias em saúde estruturadas pela equipe de enfermagem possibilitam maior conscientização dos riscos que a doença confere, bem como na realização de exames de rotina para verificar a evolução da patologia, e ainda, na fomentação de orientações e assistência humanizada destinadas ao emocional da mulher afetada pelos desdobramentos da endometriose.

Palavras-Chave: Vigilância em Saúde. Saúde da Mulher. Endometriose.

Abstract

Endometriosis is a chronic disease that greatly affects women's health. This disease is characterized by the presence of functional endometrial tissue outside the uterine cavity. It generally affects women of reproductive age and has a direct impact on their quality of life. To discuss women's health surveillance from the perspective of patients with endometriosis. This was an integrative literature review, whose source of information were the LILACS, SCIELO and MedLine databases. Scientific articles published in Portuguese, available in full and free of charge, were included. Studies published between 2018 and 2023 were considered. Eight articles were selected for the discussion in this paper. It is understood that endometriosis is a chronic disease that greatly affects women's quality of life, since its symptoms make it difficult for them to carry out their work activities, as well as their daily lives. Based on the literature compiled for this study, it was observed that nursing care is of the utmost importance for promoting the health of women with endometriosis, with a view to improving their quality of life, since the health actions and strategies structured by the nursing team make it possible to raise awareness of the risks posed by the disease, as well as to carry out routine examinations to check the progression of the pathology, and also to provide guidance and humanized care aimed at the emotional state of women affected by the consequences of endometriosis.

Keywords: Health Surveillance. Women's Health. Endometriosis.



1. INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério de Saúde (2021) a vigilância em saúde da mulher consiste em um conjunto de ações voltadas ao controle de riscos e agravos à saúde do público-alvo, que neste caso, são as mulheres. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) têm-se como mola propulsora da saúde da mulher, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que visa melhorar a qualidade de vida destas, bem como ampliar os acessos aos serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde.

Sob esta lógica, os serviços que são promovidos compõem a saúde ginecológica, saúde materna, dignidade menstrual, saúde mental, cuidado ao climatério e à menopausa, bem como os direitos reprodutivos e os cuidados à mulher vítima de violência. Estes serviços fazem parte das estratégias em vigilância em saúde da mulher que visam, sobretudo, minimizar e prevenir prejuízos à sua vida (Souza *et al.*, 2023).

A endometriose, que se trata de uma doença ginecológica de caráter inflamatório. A endometriose configura-se como uma doença crônica que afeta de sobremaneira a saúde da mulher. Esta doença se caracteriza pela presença de tecido endometrial funcional fora da cavidade uterina. Acomete geralmente mulheres em idade reprodutiva, impactando diretamente sua qualidade de vida (Zanden *et al.*, 2019).

Essa patologia trata-se de uma afecção comum e multifatorial, porém ainda pouco entendida e negligenciada pelos profissionais. Embora a verdadeira prevalência seja desconhecida, as estimativas sugerem que ela afeta aproximadamente cerca de 6-10% das mulheres em idade reprodutiva, em média 22 – 29 anos (OMS, 2022).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde (2023), 1 em cada 10 mulheres sofrem com endometriose e 15% dos casos de infertilidade estão ligados diretamente com a patologia. Atualmente é considerada uma doença emergente e um problema de saúde pública, haja vista a necessidade de cuidado contínuo em decorrência das lesões.

Ademais, é de suma importância que neste processo entre enfermeiro e paciente, a mulher seja incentivada ao autocuidado, uma vez que as complicações da endometriose e o processo sintomatológica desta podem afetar a saúde da mulher. Assim, os profissionais da enfermagem devem corroborar para a adoção de um comportamento de autocuidado, intensificando ações e estratégias na Atenção Básica que promova a educação em saúde da mulher, realização de exames, complicações e promoção do autocuidado, enfatizando assim, a saúde integral da mulher (Landin; Milomens; Diógenes, 2018).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo discutir sobre a vigilância em saúde da mulher sob a ótica da paciente com endometriose.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja fonte de informações foram as bases de dados da LILACS, SCIELO e MedLine.

A pergunta norteadora do estudo foi definida como: o que diz a Vigilância Epidemiológica sobre a saúde da mulher no tocante a paciente com endometriose?

Foram incluídos artigos científicos publicados em português, disponíveis na íntegra e de forma gratuita. Contemplou-se estudos publicados entre 2018 a 2023. Foram excluídos os resumos de trabalhos publicados em anais de eventos, notas do editor, estudos de opi-

ção, dissertação de mestrado e tese de doutorado e estudos de revisão da literatura.

Os descritores utilizados foram: Vigilância Epidemiológica; Saúde da Mulher; Endometriose combinados entre si, em português e utilizados com o operador “E”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 8 artigos científicos para a construção da discussão do presente trabalho conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1. Artigos científicos utilizados para a construção do corpus do estudo

Nº	Título	Autores e Ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	Avaliação da terapêutica da dor em mulheres com endometriose em um hospital filantrópico de Salvador - BA	Ferreira, 2022.	Avaliar em que medida a terapêutica da dor em mulheres diagnosticadas com endometriose em um centro de referência de Salvador está em consonância com as recomendações descritas no Protocolo da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) e no guideline da Sociedade Europeia de Reprodução Humana e Embriologia (ESHRE)	Os resultados do serviço estão em consonância com grande parte dos itens protocolados pela FEBRASGO e pelo guideline ESHRE, resultando em um bom controle algico na maioria das pacientes.
E2	Construção do Protocolo Clínico de enfermagem para investigação da endometriose da Atenção Primária à Saúde	Vasconcelos, Chaves e Ribeiro, 2023.	Construção de um protocolo clínico de Enfermagem para investigação de risco de desenvolvimento de endometriose na Atenção Básica.	Identificou-se a necessidade da melhora do manejo da equipe de enfermagem frente a mulher com endometriose
E3	A enfermagem e o atendimento humanizado durante o tratamento de mulheres com endometriose	Nascimento, Jesus e Pinto, 2023.	Identificar o papel do profissional de enfermagem frente ao atendimento humanizado durante o tratamento de mulheres com endometriose	A pesquisa demonstrou a eficácia do atendimento humanizado como uma nova abordagem para o atendimento em saúde, em especial no SUS. Não trataram especificamente do tratamento da mulher com endometriose, porém de forma geral, para a saúde da mulher, incluindo o tratamento de endometriose

E4	Atenção à saúde e qualidade de vida de mulheres com endometriose	Cunha, 2020.	Analisar como o tema da atenção à saúde e qualidade de vida de mulheres com endometriose é tratado.	Nota-se que os sintomas e as dificuldades antes e após o início do tratamento prejudicam a qualidade de vida, demonstrando a importância do tratamento com intervenções em equipe interprofissional.
E5	A percepção de enfermeiros sob as manifestações clínicas de endometriose no município de Grajaú-MA	Freitas, 2023.	Avaliar o nível de compreensão e ações dos enfermeiros diante as manifestações clínicas de endometriose em mulheres assistidas nas unidades básicas de saúde do município de Grajaú-MA	A percepção dos enfermeiros sob as manifestações clínicas de endometriose aplica-se no conhecimento que o profissional deve apresentar durante a abordagem na assistência de enfermagem, fundamentada na importância da assistência profissional às mulheres que são portadoras da endometriose no tocante a sua vida reprodutiva e qualidade de vida.
E6	Perfil epidemiológico e assistência clínica a mulheres com endometriose em um hospital universitário público brasileiro	Pannain. et al., 2022.	Analisar o perfil epidemiológico e clínico e a assistência médica fornecida às pacientes acompanhadas no ambulatório específico para endometriose em um hospital universitário público brasileiro	É necessário maior reconhecimento epidemiológico para os profissionais da enfermagem, com vistas em estabelecer um melhor atendimento, assistência e orientação à mulher com endometriose no âmbito do SUS.
E7	Experiências de mulheres quanto às suas trajetórias até o diagnóstico da endometriose	Silva et al., 2021	Descrever as experiências das mulheres sobre as suas trajetórias desde o início dos sintomas até o diagnóstico da endometriose.	Sem o diagnóstico de endometriose, as mulheres vivenciam sintomas fortes desde a menarca. Essa situação repercute negativamente em diferentes esferas da vida, inclusive pela desvalorização de suas queixas em seus círculos de convivência. Assim, entende-se a importância da rede de apoio perante essa situação. Diante desse contexto, as mulheres peregrinam por diversos profissionais até o diagnóstico definitivo.
E8	Autonomia das mulheres e instrumentos de ação pública para tratamento da endometriose	Sousa, 2020	Identificar a autonomia das mulheres em um hospital público para busca do tratamento no SUS	Identificou-se que ainda existem desafios quanto ao processo de tratamento da endometriose no SUS

Fonte: Próprios Autores. (2024)

Através dos resultados das pesquisas, identificou-se que a equipe multidisciplinar atuante no SUS deve estar habilitada em perceber as sensibilidades que este momento causa na vida da paciente. Estabelecer um vínculo e compreender as particularidades da

vida desta, torna-se um ato de cuidar, e em especial, dispor de sua ética profissional a fim de garantir o bem-estar físico, clínico e emocional desta mulher que se encontra em estado de vulnerabilidade (Ferreira, 2022).

Portanto, para Ferreira (2022) é imprescindível considerar a importância da presença de profissionais capacitados em não apenas diagnosticar e clinicar, mas olhar para as necessidades, queixas, medos, dúvidas e ansiedade do paciente, compreendendo que esta percepção é uma peça fundamental para a superação dos desafios que envolvem a endometriose, que vão desde o momento das queixas, diagnóstico, tratamento no âmbito do SUS.

De acordo com Vaconcelos, Chaves e Ribeiro (2023) os enfermeiros devem acolher e prestar uma assistência humanizada a paciente com endometriose, e oferecer as condições favoráveis para a realização de exames, acompanhamento médico contínuo, tratamento e/ou intervenção cirúrgica quando necessário, com o objetivo de promover melhor qualidade de vida a mulher. A assistência de enfermagem para a mulher com endometriose tem como objetivo atender as necessidades desta, de maneira individualizada e humanizada, estabelecendo um relacionamento de confiança e respeito mútuos e fazendo uso do Processo de Enfermagem (PE) como metodologia do trabalho.

Contribuindo com este estudo, Nascimento, Jesus e Pinto (2023) esclarecem que no SUS é de suma importância que o enfermeiro cumpra o papel de orientar a paciente quanto bem-estar físico e mental por meio da prática de atividade física, ingerir alimentos saudáveis, evitar o consumo de álcool e drogas, promover ações de saúde após o diagnóstico da endometriose, além de estar atento quanto o emocional dessa paciente, pois na maioria das vezes pode apresentar indícios de depressão ou ansiedade, devido a dor excessiva e a infertilidade, sentindo medo, insegurança e incapacidade, ela desenvolve o isolamento social, e conseqüentemente problemas conjugais e sexuais.

Concomitante a pesquisa, Cunha (2020) também enfatiza que todas essas ações irão promover melhor bem estar físico e mental a mulher com endometriose, que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade emocional e física decorrente dos sintomas e da falta de apoio de familiares/parceiros diante de suas queixas. Nesse sentido, a assistência de enfermagem é um fator imprescindível para a superação dos desafios que competem com a endometriose, tendo em vista as dores constantes e às vezes as faltas de informações que as mulheres têm no SUS.

Freitas (2023) explica que dentre as diversas atribuições do profissional enfermeiro dentro da UBS, destaca-se o acompanhamento direto em consultas, principalmente na Atenção Primária à Saúde (APS), onde o maior público são meninas que estão na menarca. O profissional de enfermagem ao receber a paciente, é imprescindível que o contato seja claro e que a anamnese seja completa, observando cada manifestação em que possa ser relatado ou observado pelo enfermeiro (a), visto que, que os sinais e sintomas são um principal fator para a investigação e conseqüentemente o diagnóstico precoce.

Do mesmo modo, Pannain *et al.* (2023) explicam que ainda existe uma carência de preparação e qualificação em alguns profissionais do sistema de saúde público brasileiro, alguns ainda relatam se sentirem confusos quanto ao processo de tratamento da endometriose, ou seja, alguns ainda se mostram confusos em relação aos sinais e sintomas da doença, a ligação da infertilidade com a endometriose, a formação de cistos nos ovários, a dor pélvica crônica ser indicativa para a síndrome e se afeta as mulheres em ciclo Pré-reprodutivo.

Silva *et al.* (2021) abordam que como solução para esta problemática, é de suma importância que a fomentação de estratégias em saúde da mulher com foco na endometriose direcionadas a preparação e qualificação do profissional da enfermagem, tanto no

atendimento primário, quanto no processo de tratamento e assistência cirúrgica. Para isso, Sousa (2020) aponta a emergência de uma educação em saúde continuada no âmbito da saúde integral da mulher, de modo que sejam preconizadas ações que viabilizem um atendimento e assistência humanizada.

4. CONCLUSÃO

Identificou-se que a endometriose trata-se de uma doença crônica que afeta diretamente a qualidade de vida da mulher, uma vez que seus sintomas incluem dor intensa durante o período menstrual, dor durante as relações sexuais, ao urinar e ao evacuar, bem como na dificuldade de engravidar ou na prevalência da infertilidade e em alguns casos, quando o estágio já é avançado, podendo levar ao óbito.

Dada sua emergência, a endometriose é considerada um problema de saúde pública e deve ser amplamente discutida no âmbito da saúde, de modo a construir estratégias de educação em saúde que promovam maior possibilidade de diagnósticos, isto é, que as Unidades Básicas de Saúde fomentem mecanismos e ações capazes de conscientizar e orientar as mulheres sobre os potenciais riscos da endometriose, bem como seus sintomas, a importância do diagnóstico precoce e tratamento.

É nesta perspectiva que os profissionais da enfermagem se fazem importantes, uma vez que possuem habilidades técnicas e operativas capazes de orientar, informar, acolher e prestar assistência humanizada a estas mulheres, incentivando-as a adotar hábitos saudáveis com vistas na minimização dos sintomas, bem como na adoção do tratamento e na realização de exames periódicos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde – **DATASUS**. 2023.
- CUNHA, Letícia Azevêdo. **Atenção à saúde e qualidade de vida de mulheres com endometriose**. 2021. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia, Avaliação e Atenção à Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2021.
- FERREIRA, TS. **Avaliação da terapêutica da dor em mulheres com endometriose em um hospital filantrópico de Salvador – BA**. 2022.
- FREITAS, TMS. **A percepção dos enfermeiros sob as manifestações clínicas de endometriose do município de Grajaú – MA**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem da Universidade Monografia apresentada ao Departamento de Enfermagem do Centro de Estudos Superiores de Grajaú da Universidade Estadual do Maranhão, como exigência parcial para obtenção de Grau de Bacharel em Enfermagem. 67f. 2023.
- PANNAIN, GD *et al.*, **Perfil epidemiológico e assistência clínica a mulheres com endometriose em um hospital universitário público brasileiro**. *Femina*; 50(3): 178-183, 2022.
- NASCIMENTO, G. P. DOS S., JESUS, J. A. DE, & PINTO, E. V. A Enfermagem E O Atendimento Humanizado Durante O Tratamento De Mulheres Com Endometriose No Brasil. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 10(5), 3083–3098. 2023
- SILVA, CM *et al.*, **Experiências das mulheres quanto às suas trajetórias até o diagnóstico de endometriose**. *Esc. Anna. Nery* 25 (4) · 2021
- SOUSA, A.L.R. **Autonomia das mulheres e instrumentos de ação pública para tratamento de endometriose**, 37f. Tese (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- SOUZA TSB, *et al.* **Papel da enfermagem frente a portadoras de endometriose e depressão**. *Revista de enfermagem UFPE online*. Recife, 13(3):811-18, mar., 2023.

VASCONCELOS JF, Lopes Chaves AF, Santiago Ribeiro G. **Construção Do Protocolo Clínico De Enfermagem Para Investigação Da Endometriose Na Atenção Primária À Saúde.** Rev. Enferm. Atual In Derme [Internet]. 19º de dezembro de 2023.

ZANDEN KT, BECKER CM, MISSMER SA, *et al.* **Endometriosis.** N Engl J Med. 2020; 382 (13): 1244-56.



13

ÉTICA NA PRESCRIÇÃO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS ALIMENTARES

Alciene Lisboa Sousa¹
Luanda Cecilya Caldeira Guimarães¹
Maria Luiza Muniz Costa¹
Nayla Alves Muniz¹
Rayssa Cristina Da Silva Bezerra Rocha¹
Safira Dos Santos Andrade¹
Sarah Pires Ribeiro¹
Taynara De Almeida Costa¹
Thainá Andreia Campos Costa¹
Thainara Patrícia Campos Costa¹
Thaissa Gabriele Silva Moraes¹
Victoria Regea Ferreira Guimarães¹
Daniel Ruan Alves Reis²

¹ Enfermagem, Faculdade Edufor, São Luís – Maranhão

² Orientador, Faculdade Edufor, São Luís – Maranhão

1. INTRODUÇÃO

A ética trata das normas morais, formadas por princípios que orientam a vontade de acordo com a razão (Barroso, 2012). O reconhecimento da importância da enfermagem pela corporação é inspirado por diversos motivos e contextos históricos. A normatização da nossa profissão ocorreu há menos de 50 anos, enquanto outras áreas da saúde, como a farmácia e a medicina, já eram normatizadas há muito mais tempo (Pietro, 2019).

Os distúrbios alimentares, também conhecidos como transtornos alimentares, são caracterizados por comportamentos extremos. Eles ocorrem quando um indivíduo apresenta sérios distúrbios em relação à alimentação, como a redução extrema da ingestão de alimentos ou a compulsão alimentar severa (Valéria Palazzo, 2016). Além disso, uma equipe multidisciplinar de profissionais de saúde é essencial para o tratamento dessa condição. Um dos profissionais de grande importância é o enfermeiro. Estudos indicam que o principal local de atuação do enfermeiro é o ambiente hospitalar. Nesse contexto, a ciência do cuidado desempenha um papel vital no diagnóstico e tratamento dos transtornos alimentares (Corais; Araújo, 2011).

A atuação do enfermeiro nos distúrbios alimentares vai além do cuidado físico, incluindo uma abordagem ética que respeita a autonomia do paciente, os limites do profissional e a confidencialidade das informações.

Os enfermeiros enfrentam desafios éticos complexos, como o manejo da vontade do paciente em relação à alimentação e a necessidade de cuidados em um contexto muitas vezes marcado pela resistência ao tratamento. A prática de enfermagem deve estar alinhada aos princípios de beneficência, não maleficência, justiça e autonomia, essenciais para garantir a dignidade do paciente durante todo o processo de cuidado.

Portanto, os enfermeiros não apenas fornecem cuidados clínicos, mas também atuam como agentes de suporte emocional e psicológico, respeitando as particularidades de cada caso. Isso exige uma reflexão constante sobre a ética da prática profissional, especialmente quando a intervenção envolve decisões difíceis sobre o tratamento e a relação com o paciente.

2. JUSTIFICATIVA

Os transtornos alimentares têm ganhado destaque devido ao aumento de casos entre jovens e adolescentes, ultrapassando a simples questão alimentar e afetando profundamente a saúde física e mental dos indivíduos. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) alerta sobre as graves consequências desses transtornos, como desnutrição severa, doenças crônicas e, em casos extremos, a morte. Esse cenário destaca a urgência de intervenções precoces, com diagnósticos rápidos e tratamentos adequados, que são essenciais para minimizar os impactos e promover a recuperação dos pacientes.

Dentro deste contexto, os enfermeiros desempenham um papel crucial, estando frequentemente em contato direto com pacientes que apresentam sinais iniciais desses transtornos. Para que o atendimento seja eficaz e sensível, é fundamental que esses profissionais recebam treinamentos especializados que lhes permitam reconhecer precocemente os sintomas e oferecer um cuidado contínuo e específico.

Além disso, a atuação ética do enfermeiro, pautada por princípios morais e profissio-



nais, é essencial para garantir que o cuidado seja realizado de forma justa, respeitosa e centrada no paciente. Isso envolve, entre outros aspectos, a comunicação empática, o respeito pela autonomia do paciente e a confidencialidade das informações.

O estudo sobre a ética na atuação do enfermeiro frente aos transtornos alimentares é fundamental, pois possibilita uma reflexão sobre como os valores e princípios éticos impactam diretamente a qualidade do cuidado prestado. Isso inclui a tomada de decisões difíceis, como quando e como intervir em um contexto delicado, respeitando os limites do paciente e promovendo o bem-estar físico e emocional.

Este trabalho, portanto, visa contribuir para a conscientização sobre a importância da ética profissional e proporcionar subsídios para que os enfermeiros atuem de maneira mais qualificada e humanizada no tratamento desses pacientes.

3. OBJETIVOS

- Analisar o aumento dos casos de transtornos alimentares entre jovens e adolescentes e suas consequências para a saúde.
- Destacar a importância do diagnóstico precoce no tratamento dos transtornos alimentares.
- Avaliar o papel dos enfermeiros no cuidado de pacientes com transtornos alimentares.
- Promover a educação da sociedade sobre transtornos alimentares para reduzir o estigma.
- Garantir intervenções de enfermagem baseadas nos princípios éticos de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.

4. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para explorar a ética na prescrição de cuidados de enfermagem a pacientes com distúrbios alimentares. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDNF, com foco em artigos científicos publicados entre 2019 e 2023 sobre o tema. Para garantir a relevância e a precisão das informações, foram utilizados os seguintes descritores: “ética”, “distúrbios alimentares” e “cuidados de enfermagem”.

Os critérios de inclusão foram estudos que abordam a ética nos cuidados de enfermagem, especialmente no tratamento de distúrbios alimentares, publicados no período de 2019 a 2023, disponíveis em texto completo e nos idiomas português, inglês ou espanhol. Por outro lado, os critérios de exclusão foram estudos que não tratam da ética ou cuidados de enfermagem, que não estão diretamente relacionados aos distúrbios alimentares, que não estão disponíveis nas bases de dados LILACS, MEDLINE ou BDNF, ou que não apresentam uma metodologia clara e adequada para análise qualitativa.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise temática, o que permitiu a identificação e interpretação de informações relevantes para o tema em questão. Os dados analisados foram considerados essenciais para a construção da abordagem proposta neste estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo destacam a importância da ética na prescrição de cuidados de enfermagem para pacientes com distúrbios alimentares. Constatou-se que práticas de enfermagem fundamentadas nos princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça são fundamentais para um tratamento eficaz e humanizado. A formação contínua e especializada dos enfermeiros revelou-se essencial para o reconhecimento precoce dos sintomas e a implementação de intervenções apropriadas. Além disso, a colaboração entre diferentes profissionais de saúde, dentro de uma abordagem multidisciplinar, foi identificada como um elemento crucial para otimizar os resultados dos pacientes.

Durante a pesquisa, foram encontrados 5 artigos nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDNF, sendo que 4 artigos foram incluídos na análise final, atendendo aos critérios de inclusão. Esses artigos corroboram os achados deste estudo, reforçando a importância do cuidado ético na enfermagem para pacientes com distúrbios alimentares.

A pesquisa destaca a função do enfermeiro como um agente ativo na prevenção e no tratamento clínico dos distúrbios alimentares. A enfermagem tem um papel crucial, frequentemente associado aos cuidados e à promoção da saúde. Estes profissionais empregam e aderem a instrumentos que proporcionam um atendimento qualificado e personalizado para cada paciente (Corais; Araújo, 2011).

A enfermagem, em conjunto com outros profissionais da saúde, atua no cuidado e tratamento de transtornos, como anorexia e bulimia. Os enfermeiros oferecem apoio ao paciente e à sua família, além de trabalhar com ações educativas e preventivas na comunidade. É importante a promoção de palestras, envolvendo pacientes, funcionários e a população, para esclarecer sobre os riscos desses transtornos e a necessidade de cuidar da saúde mental. Essa abordagem ajuda na prevenção e tratamento, garantindo um cuidado acessível e humanizado (Corais; Araújo, 2011).

A literatura revisada também enfatiza a necessidade de uma abordagem centrada no paciente, com foco na construção de confiança e no respeito à autonomia do indivíduo. Segundo Becker e Stice (2010), intervenções baseadas em um cuidado respeitoso e ético contribuem para melhores resultados no tratamento de distúrbios alimentares. Já Corais e Araújo (2011) destacam que a ética na prática da enfermagem é um fator essencial para o estabelecimento de uma relação terapêutica eficaz, o que facilita a adesão ao tratamento por parte dos pacientes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), salienta diversos fatores que contribuem para o crescimento de pacientes com distúrbios alimentares. Segundo Valeska Bassan, as redes sociais é um dos fatores que refletem a valorização da “magreza extrema e do corpo perfeito”, desencadeando gatilhos para os usuários. Além disso, a autocrítica excessiva, impulsividade e baixa autoestima, são características que também podem contribuir (OMS, 2022).

Esses resultados também estão em consonância com as recomendações da OMS (2022), que enfatizam a importância de uma abordagem integrada e ética para o tratamento de distúrbios alimentares, visando não apenas a recuperação física, mas também a saúde mental e emocional do paciente.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que a ética na prescrição de cuidados de enfermagem para pacientes com distúrbios alimentares é essencial para a eficácia do tratamento e para a garantia de uma



abordagem humanizada. O cuidado ético, estruturado com base em princípios fundamentais como autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, não só fortalece a relação de confiança entre o paciente e a equipe de saúde, mas também contribui para a redução dos impactos negativos decorrentes desses distúrbios. O tratamento eficaz depende, portanto, de uma prática consciente e informada, que leve em consideração as necessidades psicológicas, emocionais e físicas dos pacientes.

A capacitação contínua dos enfermeiros é fundamental para que estes possam reconhecer os sinais precoces dos distúrbios alimentares e implementar intervenções adequadas e oportunas. Além disso, a integração de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo nutricionistas, psicólogos, médicos e outros profissionais da saúde, é crucial para otimizar os resultados do tratamento e promover a recuperação global do paciente. Dessa forma, a combinação de cuidado ético, formação contínua e colaboração entre os profissionais de saúde é a chave para o sucesso no tratamento dos distúrbios alimentares e para a promoção de uma saúde integral e sustentável.

Essa versão acrescenta um reforço sobre a importância da capacitação contínua dos enfermeiros e da colaboração multidisciplinar, além de dar mais clareza ao papel da ética no contexto do tratamento dos distúrbios alimentares.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Ética e jeitinho brasileiro: por que a gente é assim? **Consultor Jurídico**, 2012. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/pa/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

PIETRO, Renata. Enfermagem ganha visibilidade como alicerce do sistema de saúde no Brasil e no mundo. **Estúdio Folha**, 09 dez. 2019. Disponível em: <<https://estudio.folha.uol.com.br/enfermagemsp/2019/12/1988522-enfermagem-ganha-visibilidade-como-alicerce-do-sistema-de-saude-no-brasil-e-no-mundo.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2024.

CORAI, Pricila; ARAÚJO, Ana Paula. **O Papel da Enfermagem no Tratamento dos Transtornos Alimentares do Tipo Anorexia e Bulimia Nervosas**. Disponível em: <<https://search.app/hrrwToBCJfmnPPE8>>. Acesso em: 13 set. 2024.

FOLHA VITÓRIA. OMS alerta que cerca de 10% dos jovens brasileiros sofrem de distúrbios alimentares. **Folha Vitória**, 04 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.folhavitória.com.br/saude/noticia/08/2020/oms-alerta-que-cerca-de-10-dos-jovens-brasileiros-sofrem-de-disturbios-alimentares>>. Acesso em: 13 set. 2024.

PALAZZO, Valéria. **O que são distúrbios alimentares**. Disponível em: <<https://search.app/QRe4xAok4iyXR-1Sj8>>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, A. B.; OLIVEIRA, C. D. Ética na prescrição de cuidados de enfermagem em pacientes com distúrbios alimentares: Desafios, práticas baseadas em evidências e recomendações. **Editora Saúde e Conhecimento**, 2024. Disponível em: <<http://editoralicy.com.br/index.php/ojs/article/view/542>>. Acesso em: 13 set. 2024.

14

**PAPEL DA ENFERMAGEM NA
SEGURANÇA DO PACIENTE**

Anayza Santos Ramos Sales¹
Gilsa Cleia Oliveira Dos Santos¹
Jhonata Dos Anjos Neres¹
Josele Fernandes De Sousa Coelho¹
Marcia Gabriela Oliveira Soeiro Pereira¹
Daniel Ruan Alves Reis²

1 Enfermagem, Faculdade Edufor, São Luís – Maranhão

2 Orientador, Faculdade Edufor, São Luís – Maranhão

Resumo

A segurança do paciente é um pilar indispensável para assegurar a qualidade dos serviços de saúde, sendo reconhecida globalmente como uma prioridade crucial para aprimorar a assistência prestada. Conseqüentemente, diante do papel central que a enfermagem desempenha na segurança do paciente, é essencial investigar as práticas e desafios enfrentados por esses profissionais. Este artigo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem na promoção da segurança do paciente, destacando as principais práticas, desafios e contribuições desses profissionais no contexto hospitalar e em outros serviços de saúde. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. A busca será realizada através de levantamento em bases de dados virtuais, a saber: Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A partir da aplicação do processo definido para a coleta dos dados foi possível selecionar 6 artigos. Conclui-se que o papel da enfermagem é amplo e multifacetado, envolvendo práticas preventivas, o desenvolvimento de uma cultura organizacional favorável e a educação continuada dos profissionais. Os desafios identificados, como a sobrecarga de trabalho e a necessidade de uma liderança presente, apontam para a importância de uma abordagem sistêmica para a segurança do paciente. Somente com um ambiente de trabalho seguro, com recursos adequados e com a valorização das competências dos profissionais de enfermagem, é que a segurança do paciente pode ser promovida de forma efetiva em diversos contextos de cuidado.

Palavras-chave: Segurança do Paciente, Desafios, Cuidados de Enfermagem.

Abstract

Patient safety is an indispensable pillar to ensure the quality of health services, being globally recognized as a crucial priority to enhance the care provided. Consequently, given the central role that nursing plays in patient safety, it is essential to investigate the practices and challenges faced by these professionals. This article aims to analyze the role of nursing in promoting patient safety, highlighting the main practices, challenges, and contributions of these professionals in the hospital context and in other health services. This research is a literature review of an exploratory nature, with a qualitative approach. The search will be conducted through a survey of virtual databases, namely: Google Scholar, Scielo, and the Virtual Health Library (BVS). By applying the defined data collection process, it was possible to find 6 articles. It concludes that the role of nursing is broad and multifaceted, involving preventive practices, the development of a favorable organizational culture, and the continuous education of professionals. The identified challenges, such as workload overload and the need for present leadership, highlight the importance of a systemic approach to patient safety. Only with a safe work environment, adequate resources, and the appreciation of nursing professionals' competencies can patient safety be effectively promoted in various care contexts.

Keywords: Patient Safety, challenges, Nursing Care.

1. INTRODUÇÃO

A segurança do paciente é um pilar indispensável para assegurar a qualidade dos serviços de saúde, sendo reconhecida globalmente como uma prioridade crucial para aprimorar a assistência prestada. O conceito de segurança do paciente abrange a prevenção de erros e a redução de eventos adversos que podem ocorrer durante o processo de cuidado, garantindo que os riscos sejam minimizados.

Para alcançar esses objetivos, é necessário adotar uma abordagem abrangente e integrada, que vai além de apenas corrigir falhas. Essa abordagem inclui a utilização de tecnologias avançadas, que automatizam e monitoram processos críticos, bem como a implementação de práticas baseadas em evidências (Nora; Junges, 2021).

Nos últimos anos, foram implementadas várias iniciativas em âmbito global e nacional com o objetivo de aprimorar a segurança no ambiente hospitalar e em diferentes níveis de atenção à saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Joint Commission, por exemplo, estabeleceram metas específicas para orientar os profissionais de saúde na adoção de medidas eficazes de prevenção de danos aos pacientes.

No Brasil, um importante avanço ocorreu em 2013 com a criação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que foi um marco ao estabelecer diretrizes e ações focadas na minimização de riscos e na promoção de um cuidado mais seguro em todo o sistema de saúde (Brasil, 2014).

Apesar dessas iniciativas, os sistemas de saúde enfrentam desafios significativos, como o aumento da demanda por serviços e a escassez de recursos humanos e tecnológicos, que agravam o risco de incidentes na assistência. Nesse cenário, a enfermagem se destaca como uma das principais profissões envolvidas na implementação dessas iniciativas, devido à sua atuação direta e contínua com os pacientes. Assim, a prática da enfermagem tem um impacto direto não apenas na recuperação do paciente, mas também na prevenção de eventos adversos, como infecções hospitalares, quedas e erros de medicação (Lemos *et al.*, 2018).

Visando proporcionar um atendimento de excelência, reduzir custos e garantir a satisfação dos pacientes, diversas instituições têm adotado iniciativas focadas na construção de uma cultura sólida de segurança do paciente. Quando essa segurança é integrada à cultura organizacional, há um crescimento na conscientização dos profissionais sobre sua relevância, além de um fortalecimento do compromisso ético com a gestão de riscos, o que resulta em benefícios tanto para os trabalhadores da saúde quanto para os pacientes (Costa *et al.*, 2018).

Para alcançar essas metas, os enfermeiros vêm implementando práticas baseadas em recomendações internacionais, englobando a promoção da educação em saúde, a utilização de protocolos de segurança e a cooperação com equipes interdisciplinares. Essas medidas ajudam a fortalecer a cultura de segurança, com o objetivo de minimizar os riscos tanto no ambiente hospitalar quanto em outros contextos de atenção à saúde (Ferreira *et al.*, 2019).

Conseqüentemente, diante do papel central que a enfermagem desempenha na segurança do paciente, é essencial investigar as práticas e desafios enfrentados por esses profissionais, a fim de melhorar a qualidade do cuidado e reduzir a incidência de eventos adversos. Compreender essa relação permitirá o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para aprimorar a segurança no ambiente hospitalar, beneficiando tanto os profissio-

nais quanto os pacientes.

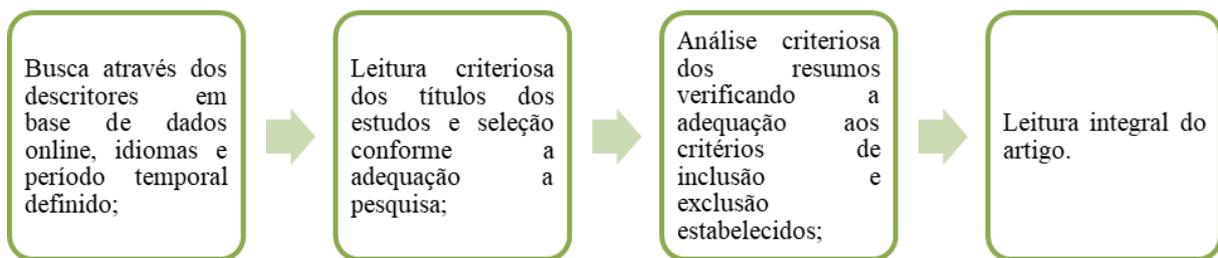
Portanto, este artigo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem na promoção da segurança do paciente, destacando as principais práticas, desafios e contribuições desses profissionais no contexto hospitalar e em outros serviços de saúde.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. A escolha do método justifica-se pela necessidade de sintetizar um número considerável de estudos publicados sobre o tema escolhido, de modo que possam ser definidas conclusões genéricas sobre a área específica do estudo (Sousa *et al.*, 2017).

A busca será realizada através de levantamento em bases de dados virtuais, a saber: Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) – que compõe as bases LILACS, MEDLINE, e Biblioteca de Enfermagem. Foram definidos os seguintes descritores para a pesquisa: “Segurança do Paciente” e “Cuidados de Enfermagem”. Para otimização desta etapa foi estabelecido um processo de triagem do material obtido, conforme estabelecido pela metodologia, dividido em quatro etapas distintas:

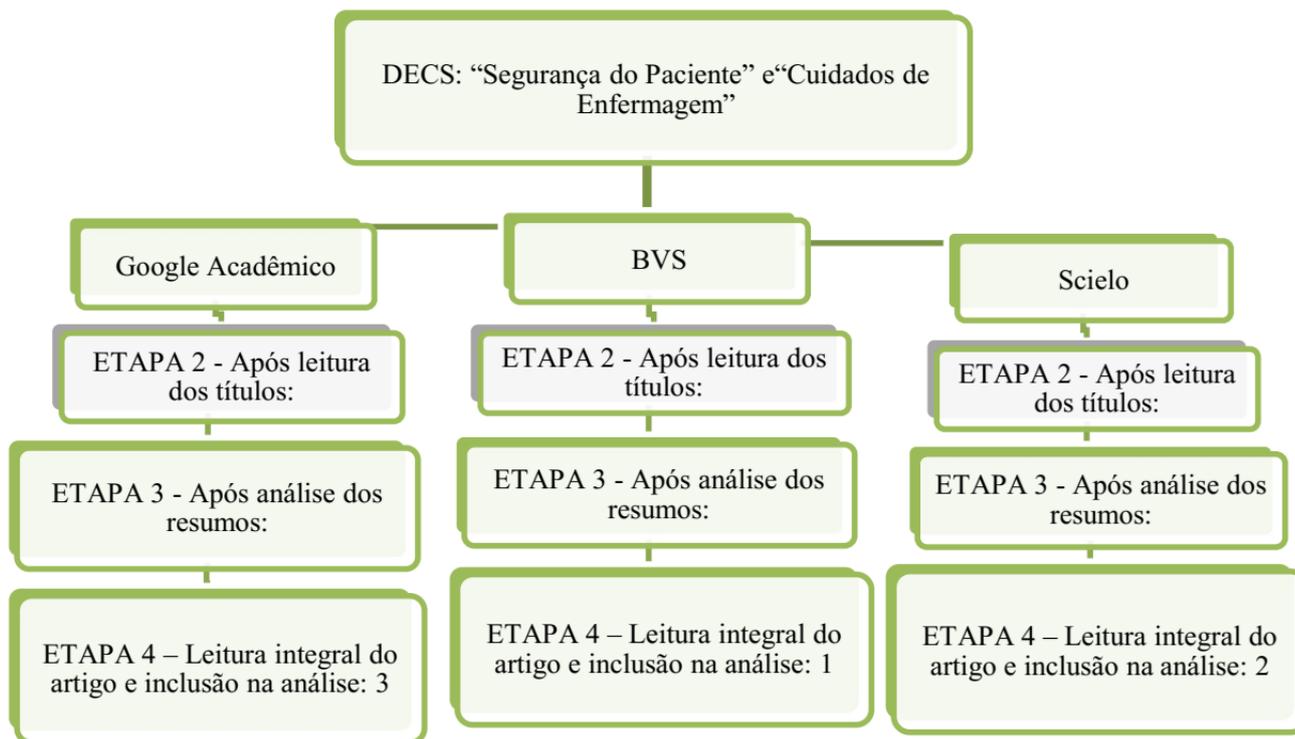
Figura 1. Fluxograma da seleção de estudos



Fonte: Próprio autor (2024).

Durante o processo de busca de artigos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para garantir a relevância e qualidade dos estudos selecionados. Serão incluídos apenas artigos que abordassem a temática proposta, publicados entre 2014 a 2024, e disponíveis gratuitamente na íntegra, em língua portuguesa. Serão excluídos documentos que não atendessem a esses critérios ou que não se enquadravam nos objetivos específicos da pesquisa. Segue o fluxograma da entrada e saída dos artigos, a partir dos critérios estabelecidos.

Figura 2. Fluxograma da seleção de artigos para a amostra final



Fonte: Próprio autor (2024).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação do processo definido para a coleta dos dados foi possível selecionar 6 artigos, que serão fichados e organizados em um quadro, conforme Quadro 1, com a identificação dos estudos selecionados, sendo descritas as seguintes informações: autores, ano de publicação, objetivos, metodologia e principais resultados.

Quadro 1. Estudos selecionados.

Autor	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados
Siman e Brito	2016	Identificar mudanças na prática de enfermagem com vistas à melhoria da qualidade do cuidado e da segurança do paciente.	Estudo de caso realizado em uma unidade de internação com profissionais do NEP e equipe de Enfermagem.	Identificação de riscos assistenciais e físicos; destaque para risco de queda, lesão por pressão, e uso da escala de Braden; notificação de eventos adversos; identificação do paciente; adoção de protocolos; comunicação eficaz com educação permanente e reuniões de forma multiprofissional.

Lemos <i>et al.</i>	2018	Refletir sobre o conceito de Cultura de Segurança e suas dimensões, no contexto da equipe de Enfermagem.	Estudo descritivo, tipo análise teórico-reflexiva.	Liderança comprometida com a melhoria contínua da qualidade, o estímulo ao trabalho em equipe centrado em apoio mútuo e compartilhamento de informações, bem como avaliação dos erros com foco em discussões dos erros notificados, capacitações e educação contínua.
Abreu <i>et al.</i>	2019	Analisar a cultura de segurança do paciente a partir da visão da equipe de enfermagem de um centro cirúrgico.	Estudo transversal e analítico.	Adesão a comunicação; necessidade da inserção de uma cultura organizacional que permita os profissionais de identificarem e explicitarem os erros cometidos e suas causas; expectativas e ações do supervisor/chefia para a promoção da segurança do paciente.
Reis <i>et al.</i>	2019	Compreender as dificuldades para implantação de estratégias de segurança do paciente no ambiente hospitalar na perspectiva de enfermeiros gestores.	Estudo descritivo, exploratório, qualitativo.	Dimensionamento do pessoal de enfermagem inadequado; Falha no apoio da alta direção: das políticas às ações concretas e; Déficit de adesão dos profissionais às estratégias de segurança do paciente.
Cunha <i>et al.</i>	2019	Demonstrar a percepção da equipe de enfermagem sobre a importância da segurança do paciente em um hospital público.	Pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa.	Insipidez de conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre a segurança do paciente, falta de consenso quanto a existência de protocolo no local e dificuldades estruturais para implementar as metas de segurança do paciente.
Guimarães <i>et al.</i>	2022	Avaliar a cultura de segurança do paciente em um hospital filantrópico.	Estudo observacional do tipo transversal.	Necessárias mudanças de rotinas voltadas para: canais de comunicação mais efetivos e maior abertura de ouvir por parte das lideranças; maior cooperação entre as unidades hospitalares; dimensionamento adequado da equipe de Enfermagem; alerta para o risco quanto à supervalorização de demandas externas ao próprio trabalho e objetivos organizacionais.

Fonte: Próprio autor (2024).

Para contextualizar o papel da enfermagem na segurança do paciente, é importante reconhecer que a segurança no atendimento é um dos maiores desafios da assistência em saúde e um dos principais indicadores de qualidade nos serviços hospitalares. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que erros médicos e eventos adversos são responsáveis por milhares de óbitos e danos à saúde dos pacientes anualmente, especialmente em países de baixa e média renda, onde o sistema de saúde enfrenta maiores barreiras para

implementar práticas seguras (Brasil, 2016).

Nesse contexto, a equipe de enfermagem, que representa o maior contingente de profissionais em hospitais e está diretamente envolvida no cuidado contínuo, desempenhando um papel crucial na promoção da segurança do paciente. Para discutir seu papel na promoção de segurança, é essencial considerar como os estudos analisados identificam fatores comuns e práticas estratégicas que colaboram para a redução de riscos no cuidado hospitalar.

Desse modo, Oliveira *et al.* (2014) aponta que as práticas de enfermagem voltadas à segurança do paciente envolvem ações específicas, como a identificação correta dos pacientes, a higiene rigorosa das mãos, o uso de protocolos e checklists, e a notificação de incidentes e eventos adversos.

Os estudos de Siman e Brito (2016) e Lemos *et al.* (2018) apontam que essas práticas são fundamentais para reduzir o risco de infecções, quedas, e erros de medicação, problemas que comprometem a segurança e a qualidade do cuidado hospitalar. Esses autores destacam que, ao adotar essas práticas preventivas, os profissionais de enfermagem não só contribuem para evitar danos, mas também para criar um ambiente de cuidado mais previsível e controlado, essencial para a segurança do paciente.

Nesse sentido, Bendinelli e Hangai (2024) enfatizam que a implementação de protocolos e a utilização de checklists não apenas reduzem a ocorrência de erros, mas também promovem uma maior conscientização sobre as responsabilidades de cada membro da equipe, o que resulta em um cuidado mais coordenado e eficaz. Essa consciência coletiva é fundamental para a construção de um ambiente de trabalho onde a segurança do paciente é uma prioridade compartilhada, permitindo que a equipe de enfermagem atue de forma mais integrada e proativa na identificação e mitigação de riscos.

Outro aspecto fundamental para a promoção da segurança do paciente é o desenvolvimento de uma cultura de segurança integrada, onde todos os membros da equipe de enfermagem e demais profissionais de saúde se sintam seguros para reportar erros e discutir incidentes sem medo de punições. Abreu *et al.* (2019) discutem a importância de promover um ambiente que incentive a comunicação aberta e a cooperação entre profissionais, reconhecendo que a colaboração é um elemento-chave para identificar e mitigar riscos no cuidado ao paciente.

Esse aspecto é fortemente apoiado por Reis *et al.* (2019), que afirmam que um ambiente de segurança psicológica é essencial para o aprendizado organizacional e para a melhoria contínua dos processos de cuidado. Lemos *et al.* (2018) e Guimarães *et al.* (2022) reforçam que a liderança é um elemento crucial na construção dessa cultura, pois líderes comprometidos promovem o respeito mútuo, a comunicação transparente e o suporte necessário para que a equipe de enfermagem se sinta valorizada e incentivada a relatar falhas.

Portanto, o processo de avaliação e melhoria contínua das práticas de segurança deve ser uma parte fundamental da cultura organizacional em instituições de saúde. A implementação de comitês de segurança e de protocolos de auditoria, como apontado por Guimarães *et al.* (2022), pode auxiliar na identificação de áreas críticas que necessitam de atenção e na promoção de uma cultura de aprendizado. A capacidade de aprender com os erros e de adaptar as práticas é crucial e deve ser incentivada em todas as camadas hierárquicas das equipes de enfermagem.

De acordo com Gonçalves *et al.* (2016), a segurança do paciente também se relaciona com a maneira como os cuidados são entregues. A abordagem centrada no paciente,



que considera as necessidades e preferências do paciente durante o processo de cuidado, pode aumentar a segurança ao garantir que o paciente se sinta mais à vontade para expressar suas preocupações e participar ativamente no seu tratamento.

Wegner *et al.* (2016) afirmam que, quando os pacientes estão mais envolvidos em seu cuidado, há uma redução na incidência de erros e eventos adversos. A formação em práticas de cuidado centrado no paciente deve ser integrada à educação da enfermagem para promover uma cultura de segurança mais robusta e efetiva. Além das práticas preventivas e da construção de uma cultura de segurança, a educação permanente é um componente essencial no papel da enfermagem para a segurança do paciente.

Segundo Batalha e Mellerio (2016), a educação continuada permite que os profissionais de enfermagem desenvolvam habilidades técnicas e comportamentais críticas, como a comunicação efetiva, o trabalho em equipe e a tomada de decisão em situações complexas. A educação deve ser acompanhada de estratégias de reforço, como simulações e treinamentos práticos, que permitam aos profissionais adquirir confiança e agilidade no manejo de situações de risco.

No contexto de outros serviços de saúde, como unidades de atenção primária e ambulatoriais, Lemos *et al.* (2018) apontam que a enfermagem também desempenha um papel importante na promoção da segurança do paciente, embora os desafios sejam distintos dos encontrados no ambiente hospitalar. Nesses contextos, a educação do paciente e a comunicação eficaz ganham especial relevância, uma vez que é essencial envolver o paciente e sua família no cuidado e na prevenção de riscos.

Siman e Brito (2016) e Lemos *et al.* (2018) apontam que a educação do paciente é uma prática central para a segurança fora do ambiente hospitalar, ajudando a evitar o uso incorreto de medicamentos e promovendo a adesão a práticas seguras em casa. Biasibetti *et al.* (2019) reforçam que a comunicação clara e a orientação adequada são fundamentais para que o paciente se sinta confiante e bem informado sobre seu tratamento, o que contribui para a prevenção de eventos adversos.

Ademais, a implementação dessas práticas enfrenta diversos desafios, especialmente no contexto hospitalar. A sobrecarga de trabalho e o dimensionamento inadequado das equipes de enfermagem, destacados por Reis *et al.* (2019) e Cunha *et al.* (2019), são fatores que dificultam a atenção constante e aumentam a chance de erros, esse problema é exacerbado por falhas na comunicação entre turnos e na continuidade do cuidado.

Aiken *et al.* (2002) ressaltam que a alta carga de trabalho impacta diretamente na qualidade da assistência prestada, uma vez que o estresse e a fadiga afetam a capacidade dos enfermeiros de identificar riscos e seguir protocolos com rigor. Esses desafios estruturais são comuns em ambientes de alta demanda e reforçam a necessidade de gestores e líderes de enfermagem adequarem as equipes e apoiarem a criação de um ambiente de trabalho seguro e sustentável.

Apesar das evidências que mostram a eficácia dos protocolos de segurança, a implementação prática enfrenta vários obstáculos. Estudos como os de Abreu *et al.* (2019) e Reis *et al.* (2019) revelam que muitos enfermeiros enfrentam resistência à mudança, falta de recursos e uma cultura organizacional que não prioriza a segurança. A formação inadequada e a falta de suporte institucional são barreiras significativas que dificultam a adesão a práticas seguras.

É essencial que as instituições de saúde desenvolvam estratégias para superar esses desafios, como a promoção de treinamentos regulares, a sensibilização sobre a importância da segurança e o envolvimento da equipe na criação de protocolos. Assim, um ambiente

que valoriza a segurança pode ser cultivado, favorecendo a adesão a práticas que protejam os pacientes.

4. CONCLUSÃO

Assim, conclui-se que o papel da enfermagem na promoção da segurança do paciente é amplo e multifacetado, envolvendo práticas preventivas, o desenvolvimento de uma cultura organizacional favorável e a educação continuada dos profissionais. No entanto, os resultados evidenciam que, para que esses esforços sejam efetivos, é imprescindível contar com suporte institucional e condições estruturais adequadas que favoreçam a implementação dessas práticas.

Os desafios identificados, como a sobrecarga de trabalho e a necessidade de uma liderança presente, apontam para a importância de uma abordagem sistêmica para a segurança do paciente, onde a enfermagem possa desempenhar seu papel com segurança e apoio institucional. Somente com um ambiente de trabalho seguro, com recursos adequados e com a valorização das competências dos profissionais de enfermagem, é que a segurança do paciente pode ser promovida de forma efetiva em diversos contextos de cuidado.

Portanto, é vital que gestores e líderes se empenhem em implementar políticas que priorizem a segurança do paciente, investindo na formação e no bem-estar da equipe de enfermagem, e assim garantir que os cuidados prestados sejam seguros, eficazes e centrados no paciente. Essa visão integrada e colaborativa é essencial para o avanço contínuo da qualidade na saúde, com a enfermagem atuando como um pilar central nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ingrid Moura de et al. **Cultura de segurança do paciente em centro cirúrgico: visão da enfermagem.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 40, p. e20180198, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/zxZjZd3vY84xr8FvRj7httr/?lang>. Acesso em: 22 set. 2024.

BATALHA, Edenise Maria Santos; MELLEIRO, Marta Maria. **Cultura de segurança do paciente: percepções da equipe de enfermagem.** Hu Revista, v. 42, n. 2, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2518>. Acesso em: 13 out. 2024.

BENDINELLI, Paola; HANGAI, Rosemeire Keiko. **Estratégias para a promoção da segurança do paciente em unidades de terapia intensiva pediátrica: revisão integrativa.** Revista de Administração em Saúde, v. 24, n. 95, 2024. Disponível em: <https://www.cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/380>. Acesso em: 11 out. 2024.

BIASIBETTI, Cecilia et al. **Comunicação para a segurança do paciente em internações pediátricas.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 40, p. e20180337, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/dQdbGSg-dxyBtXphLXsr5khv/>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária** – Brasília: Anvisa, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-6-implantacao-do-nucleo-de-seguranca-do-paciente-em-servicos-de-saude.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

COSTA, Daniele Bernardi da et al. **Cultura de segurança do paciente: avaliação pelos profissionais de en-**



fermagem. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 27, p. e2670016, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/ZWcDcxB9zC5KzbdMPZQrWYF/?for-mat=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

FERREIRA, Andressa Martins Dias et al. **Percepções dos profissionais de enfermagem acerca do uso da informatização para segurança do paciente.** Revista gaúcha de enfermagem, v. 40, p. e20180140, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/rVpcv68pqHHFjKyMsSkwbzG/>. Acesso em: 17 set. 2024.

GONÇALVES, Mariana Itamaro et al. **Comunicação e segurança do paciente na passagem de plantão em unidades de cuidados intensivos neonatais.** Texto & Contexto-Enfermagem, v. 25, p. e2310014, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/4pFXWwtDd4j4qGd8pkshVys/>. Acesso em: 12 out. 2024.

LEMONS, Grazielle de Carvalho et al. **A cultura de segurança do paciente no âmbito da enfermagem: reflexão teórica.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 8, 2018. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/2600>. Acesso em: 16 set. 2024.

MAGALHÃES, Eduarda et al. **Cultura de segurança do paciente entre profissionais de Enfermagem em um hospital filantrópico de Minas Gerais.** Revista Cuidarte, v. 12, n. 3, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2216-09732021000300011&script=sci_arttext. Acesso em: 02 out. 2024.

NORA, Carlise Rigon Dalla; JUNGES, José Roque. **Segurança do paciente e aspectos éticos: revisão de escopo.** Revista Bioética, v. 29, n. 2, p. 304-316, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/Qyh8fL4hb-TXNpkBrTfGbVLL>. Acesso em: 14 set. 2024.

OLIVEIRA, Roberta Meneses et al. **Estratégias para promover segurança do paciente: da identificação dos riscos às práticas baseadas em evidências.** Escola Anna Nery, v. 18, n. 1, p. 122-129, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/cgFQTChp95c35PvWrp3D4JL/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2024.

REIS, Cláudia Tartaglia. **Cultura de segurança em organizações de saúde.** 2a Ed. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e EAD, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, p. 77-109, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bskw2/pdf/sousa-9788575416426.pdf#page=75>. Acesso em: 11 out. 2024.

REIS, Gislene Aparecida Xavier dos et al. **Dificuldades para implantar estratégias de segurança do paciente: perspectivas de enfermeiros gestores.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 40, n. spe, p. e20180366, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/687N6SXJTd7cqhqNBXyMc4J/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2024.

SIMAN, Andréia Guerra; BRITO, Maria José Menezes. **Mudanças na prática de enfermagem para melhorar a segurança do paciente.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 37, n. spe, p. e68271, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/yNdd5xLtCkKd8kw4J37Z3vN/>. Acesso em: 20 set. 2024.

WEGNER, William et al. **Educação para cultura da segurança do paciente: Implicações para a formação profissional.** Escola Anna Nery, v. 20, p. e20160068, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/Djh-J6pBJ6JYjtKZZ6LHjByz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2024.

15

**MODELAGEM E DIMENSIONAMENTO
DE UM DECANTADOR DE EFLUENTES
DE UMA INDÚSTRIA DE BEBIDAS**

Ana Nathalia Correia da Silva¹

¹ Engenharia Química, Universidade Federal do Maranhão, São Luís-Maranhão

Resumo

O setor de bebidas no Brasil enfrenta desafios no gerenciamento de efluentes, que contêm alta carga orgânica devido aos açúcares presentes. Para isso, a utilização de equipamentos como os Decantadores secundários é fundamental na Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), permitindo a separação de sólidos e a clarificação do efluente. Este estudo realizado em uma indústria de bebidas, em São Luís, Maranhão, utilizou modelagem matemática com Matlab para dimensionar um decantador e verificar as condições de operação do equipamento. Assim sendo, averigou-se que partículas menores que 20 μm sedimentam lentamente, com baixa retenção e alta concentração residual. Ademais, partículas de 40 μm têm retenção superior a 90%, enquanto partículas maiores que 50 μm sedimentam quase completamente. A diferença mínima de densidade entre sólidos e líquido sugere que coagulantes são essenciais para otimizar a eficiência da sedimentação e facilitar a remoção de partículas.

Palavras-chave: Modelagem, Decantador, Efluente.

Abstract

The beverage sector in Brazil faces challenges in managing wastewater, which contains a high organic load due to the presence of sugars. To address this, the use of equipment such as secondary settling tanks is essential in the Wastewater Treatment Plant (WWTP), enabling the separation of solids and the clarification of the effluent. This study, conducted in a beverage industry located in São Luís, Maranhão, employed mathematical modeling using Matlab to design a settling tank and evaluate its operational conditions. It was observed that particles smaller than 20 μm sediment slowly, with low retention and high residual concentration. Furthermore, particles of 40 μm exhibit retention rates exceeding 90%, while particles larger than 50 μm sediment almost completely. The minimal density difference between solids and liquid suggests that coagulants are essential to optimize sedimentation efficiency and facilitate particle removal.

Keywords: Modeling, Settling Tank, Effluent.

1. INTRODUÇÃO

O segmento industrial de bebidas representa uma parcela significativa do PIB brasileiro. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), o setor correspondeu a 10,7% do PIB no ano de 2023, com um quantitativo de 41 mil empresas.

À medida que a indústria expande sua produção e alcança novos mercados, os desafios relacionados ao gerenciamento de efluentes e ao impacto ambiental se tornam cada vez mais evidentes. De acordo com Santos e Ribeiro (2005), esses efluentes são oriundos das etapas de lavagem (equipamentos, embalagens ou instalações), das águas de sistemas de resfriamento, do montante utilizado na fabricação do produto e dos esgotos sanitários.

Por serem ricos em açúcares, devido ao xarope e extratos utilizados na produção das bebidas, esses efluentes apresentam uma alta carga orgânica (Sereno Filho *et al.*, 2013). Assim, o tratamento desses resíduos necessita de equipamentos com alta eficiência para remoção desses poluentes.

O decantador de uma indústria de bebidas desempenha um papel crucial nesse processo, especialmente em uma ETE (Estação de Tratamento de Efluentes), visto que a legislação ambiental estabelece normas rigorosas para o tratamento, visando proteger o meio ambiente e a saúde pública. Para Cremasco (2012), a sedimentação consiste em uma operação unitária que acontece através da diferença de densidade entre o fluido e as partículas suspensas. Em decantadores ou sedimentadores esse processo ocorre de forma contínua ou descontínua.

Como elenca Silva (2010), os decantadores secundários têm papel de relevância no tratamento biológico. Segundo Ramalho (2022), esses equipamentos separam sólidos e líquidos do efluente, repassando o clarificado para as etapas posteriores. O lodo depositado no fundo do decantador secundário é recirculado para o tanque de aeração, onde sua presença é vital para aumentar a concentração de microrganismos, que atuam na estabilização da matéria orgânica remanescente. O sobrenadante, ou seja, o efluente tratado que se encontra na parte superior do decantador, é então descartado para o corpo receptor, garantindo que apenas líquidos adequadamente tratados sejam liberados no meio ambiente.

Conforme apresentado na Figura 1, a alimentação do decantador secundário é proveniente do tanque de aeração, etapa anterior do processo de tratamento.

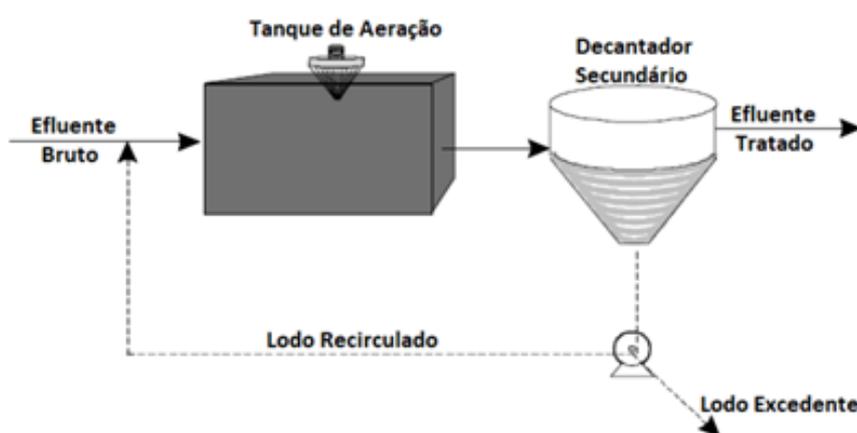


Figura 1. Esquema de funcionamento da etapa biológica do sistema de lodos ativados.

Fonte: Von Sperling (2014).

Segundo Saliba (2016), os decantadores secundários são alocados após o tanque de aeração, com propósito de permitir uma separação adequada dos sólidos e obter um efluente clarificado. Para Brotto et al. (2010), esses equipamentos possuem a função de separar por sedimentação o lodo biológico, formado pelo crescimento bacteriano do esgoto tratado.

Como expõe Souza et al. (2015), a aplicação industrial abrangente desses equipamentos é responsável pelo interesse em modelar matematicamente o processo para otimizar o dimensionamento e o desempenho do decantador. De acordo com Bye et al. (2012), a modelagem de processos de sistemas que empregam lodo ativado é uma ferramenta para ajudar a maximizar a capacidade operacional.

Este estudo teve como objetivo principal dimensionar um decantador, utilizando a modelagem matemática através do software *Matlab*. Além disso, a determinação da velocidade de sedimentação, a taxa de retenção dos sólidos em suspensão, fluxo superficial, o tempo de retenção e a densidade das partículas sólidas torna-se primordial para entender o funcionamento do equipamento.

2. METODOLOGIA

O equipamento analisado neste estudo consiste em um decantador secundário, que integra a Estação de Tratamento de Efluentes de uma indústria de bebidas situada em São Luís, Maranhão. As especificações do modelo RTP 3778 1991 são exibidas na Tabela 1.

DADOS DE PROJETO	
Área	317 m ²
Diâmetro	20 m
Profundidade Lateral	2 m
Inclinação Fundo	1:12
Volume médio	608,8 m ³
Tempo de retenção	5,8 h
Material	Concreto

Tabela 1. Dados de projeto para o decantador secundário da ETE.

Fonte: Autora (2025)

Para definir a velocidade de sedimentação dos sólidos presentes no efluente, empregou-se a Lei de Stokes em função da diferença de densidade, designada pela Equação 1.

$$V_s = \frac{\Delta\rho \cdot g \cdot d^2}{18 \cdot \mu} \quad (1)$$

Onde:

V_s : Velocidade de sedimentação (m/s).

$\Delta\rho = \rho_s - \rho_l$: Diferença de densidade entre a partícula (ρ_s) e o fluido (ρ_l) (kg/m³).

g : Aceleração gravitacional (9.81 m/s²).

d : Diâmetro da partícula (m).

μ : Viscosidade dinâmica do fluido (Pa·s).

Visando determinar o fluxo superficial das partículas sólidas no equipamento e o tempo de retenção hidráulica, utilizou-se as Equações 2 e 3.

$$V_f = \frac{Q}{A} \quad (2)$$

Onde:

Q: Vazão do influente (m³/s).

A: Área superficial do decantador.

$$TRH = \frac{V}{Q} \quad (3)$$

Onde:

V: Volume útil do decantador (m³).

Q: Vazão do influente (m³/s).

O V_f deve ser suficientemente baixo para permitir a sedimentação das partículas. Um TRH maior favorece a sedimentação, mas altas vazões podem comprometer o desempenho.

Posteriormente, com finalidade de calcular a fração de partículas removidas pelo equipamento (taxa de retenção), considerando a relação entre V_s e V_f obtidos pelas equações anteriores, aplicou-se a Equação 4.

$$\eta = \min \left(\frac{V_s}{V_f}, 1 \right) \quad (4)$$

Onde:

η : Eficiência teórica ou taxa de retenção de sólidos.

V_s : Velocidade de sedimentação da partícula (m/s).

V_f : Fluxo superficial.

A concentração de sólidos residuais no efluente é calculada considerando a eficiência de retenção:

$$C_{residual} = C_{inicial} \cdot (1 - \eta) \quad (5)$$

Onde:

$C_{residual}$: Concentração de sólidos no efluente (mg/L).

$C_{inicial}$: Concentração de sólidos na entrada (mg/L).

η : Eficiência teórica de retenção.

Altas concentrações residuais indicam partículas com baixa velocidade de sedimentação ou excesso de carga hidráulica (Cavalcanti, 2009).

Coagulantes (como cloreto férrico) e floculantes são frequentemente usados para aumentar a eficiência de sedimentação, promovendo a formação de flocos maiores e mais densos (Sant'anna Jr, 2011). Utilizando a equação 6, pode-se verificar o impacto no Diâme-

tro (d):

$$d_{efetivo} = d \cdot F_{flocos} \tag{6}$$

Onde F_{flocos} é o fator de aumento devido à floculação.

O impacto na Densidade (ρ_s) é representado por partículas agregadas com coagulantes podem apresentar densidades efetivas maiores, melhorando a sedimentação.

Utilizando as equações citadas anteriormente e os dados de projeto informados na tabela 1, efetuou-se o cálculo das variáveis desejadas utilizando-se o software *Matlab*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Velocidade de Sedimentação Real das Partículas

A figura 2 apresenta a relação entre o diâmetro das partículas e a velocidade de sedimentação para diferentes valores de densidade das partículas (ρ_s) em um fluido com densidade $\rho_l = 1100 \text{ kg/m}^3$. A análise considera partículas esféricas sedimentando sob ação gravitacional de acordo com a Lei de Stokes (Amaral, 2017).

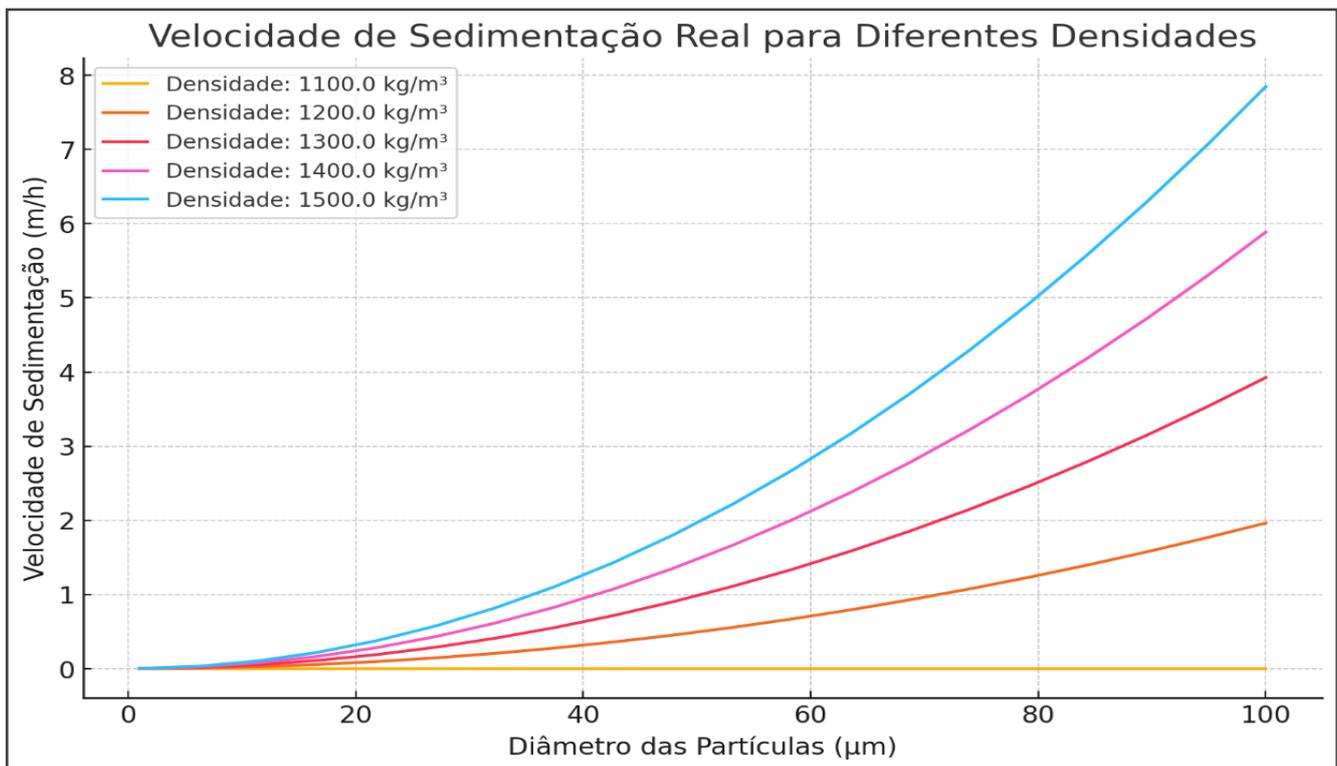


Figura 2. Gráfico de Sedimentação Real para diferentes velocidades.

Fonte: Autora (2025).

A velocidade de sedimentação aumenta significativamente com o diâmetro (d), devido à relação quadrática (Amaral, 2017):

$$V_s \propto d^2$$

3.2. Influência da Densidade das Partículas

A velocidade de sedimentação aumenta com a densidade (ρ_s) das partículas devido à diferença de densidade ($\Delta\rho = \rho_s - \rho_l$) (Amaral, 2017):

$$V_s \propto \Delta\rho$$

Quando considerou-se partículas leves ($\rho_s \approx \rho_l$), verificou-se que estas apresentam sedimentação lenta, mesmo com diâmetros maiores. Para partículas densas ($\rho_s \gg \rho_l$), notou-se que sedimentam rapidamente, mesmo com diâmetros menores.

3.2 Comportamento Combinado

Partículas com diâmetros menores que 10 μm podem não sedimentar adequadamente no tempo de retenção disponível. Isso resulta em maior concentração de sólidos no efluente, comprometendo a qualidade final do tratamento (Amaral, 2017). Para melhorar o desempenho nesses casos, é essencial considerar intervenções que aumentem a eficiência do processo (Sant'anna Jr, 2011).

Uma das soluções mais comuns é a intervenção química, utilizando coagulantes e floculantes. Esses produtos ajudam a aumentar o tamanho efetivo das partículas (diâmetro ddd) e, conseqüentemente, sua velocidade de sedimentação. Isso facilita a separação e reduz a concentração de partículas no efluente (Amaral, 2017).

Além disso, o projeto do decantador precisa ser cuidadosamente dimensionado. A área superficial e o fluxo superficial devem ser adequados para garantir que partículas com menor velocidade de sedimentação ainda tenham tempo suficiente para sedimentar. Parâmetros como altura, tempo de retenção e distribuição hidráulica devem ser otimizados para o desempenho máximo (Sant'anna Jr, 2011).

É fundamental observar os limites operacionais do sistema. Partículas leves e pequenas podem ser arrastadas para fora do decantador caso o fluxo superficial ultrapasse a velocidade de sedimentação real. Esse cenário pode levar a um aumento da turbidez no efluente e a um tratamento menos eficiente. Portanto, o controle hidráulico é uma parte essencial do funcionamento do sistema (Cavalcanti, 2009).

3.3 Taxa de Retenção de Sólidos

A figura 3 mostra como a concentração residual de sólidos no efluente diminui à medida que o diâmetro das partículas aumenta.

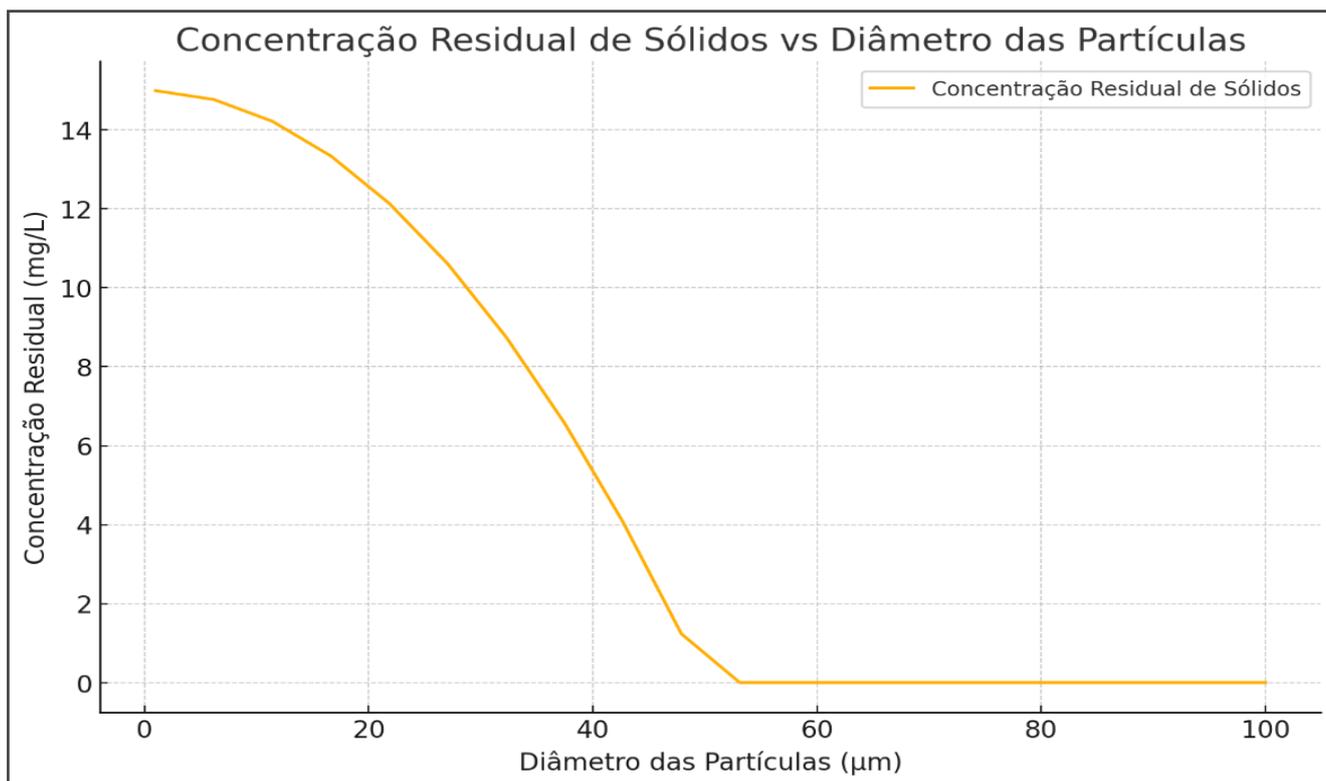


Figura 3. Gráfico da Concentração Residual de Sólidos versus Diâmetro das Partículas.

Fonte: Autora (2025).

No caso de partículas pequenas ($< 20 \mu\text{m}$), elas apresentam velocidades de sedimentação muito baixas, o que resulta em baixa eficiência de retenção no decantador (Amaral, 2017). A maior parte dessas partículas não sedimenta a tempo e é carregada pelo fluxo, resultando em uma concentração residual alta ($> 12 \text{ mg/L}$) (Amaral, 2017).

Para partículas médias ($20\text{--}50 \mu\text{m}$), conforme o diâmetro aumenta, as partículas começam a sedimentar de forma mais eficiente, reduzindo significativamente a concentração residual (Amaral, 2017). Por volta de $40 \mu\text{m}$, a concentração residual começa a se aproximar de zero (Amaral, 2017).

Em contrapartida, partículas grandes ($> 50 \mu\text{m}$) sedimentam quase completamente, com concentrações residuais próximas de zero no efluente (Amaral, 2017). Assim, observa-se que é essencial otimizar o processo de floculação/coagulação para aumentar o tamanho efetivo das partículas e reduzir a concentração de sólidos no efluente (Amaral, 2017).

A figura 4 apresenta a relação entre o diâmetro das partículas e a eficiência de retenção de sólidos (η) (Amaral, 2017).

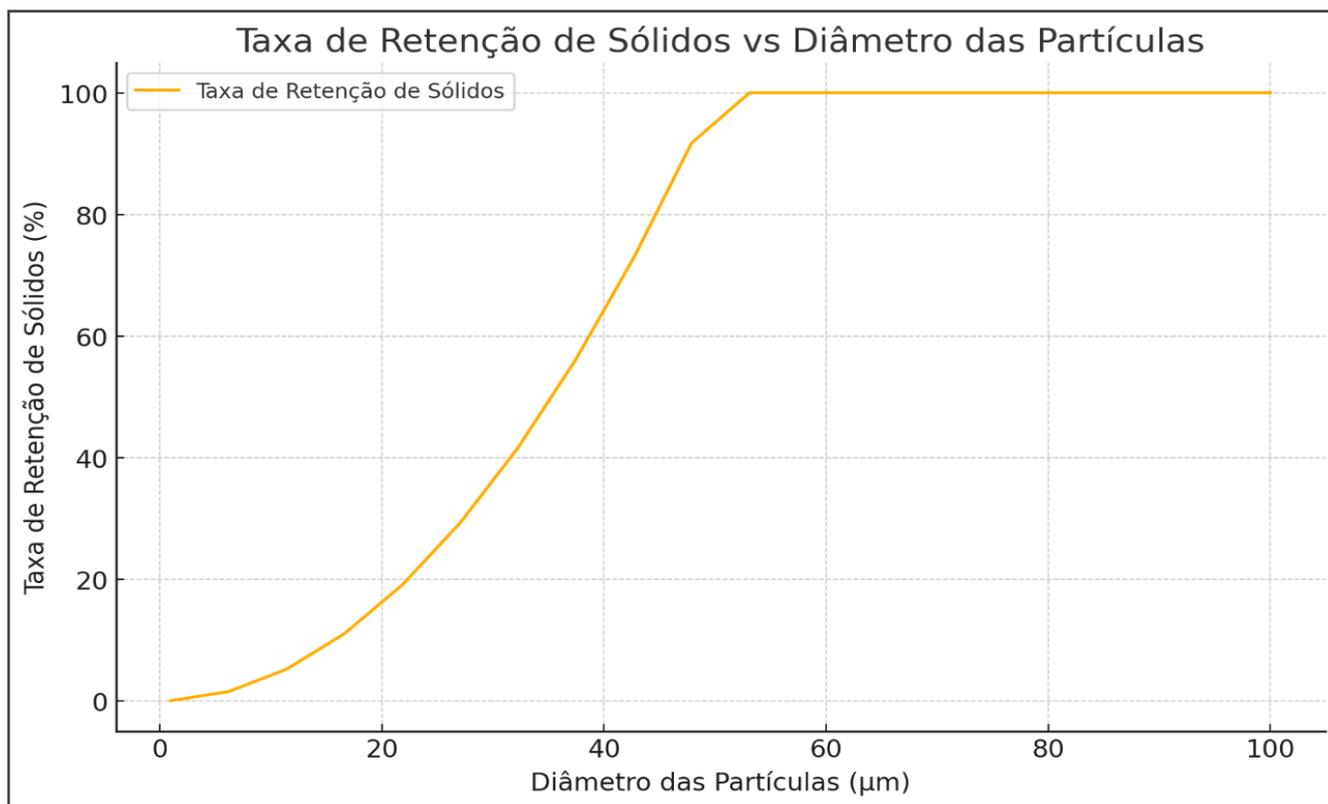


Figura 4. Gráfico da Taxa de Retenção de Sólidos versus Diâmetro das Partículas.

Fonte: Autora (2025).

Nos casos em que as partículas são pequenas ($< 20 \mu\text{m}$), a taxa de retenção é muito baixa ($< 20\%$) porque a velocidade de sedimentação dessas partículas é insuficiente para sedimentá-las no tempo de retenção disponível (Amaral, 2017). Para as partículas de tamanho médio ($20\text{--}50 \mu\text{m}$), essa taxa de retenção aumenta de forma não linear com o aumento do diâmetro. Por volta de $40 \mu\text{m}$, a retenção já ultrapassa 90% (Amaral, 2017).

As partículas grandes ($> 50 \mu\text{m}$), com sólidos particulados maiores, possuem taxa de retenção de praticamente 100% , indicando que todas essas partículas se sedimentam completamente (Amaral, 2017).

O diâmetro das partículas desempenha um papel crucial na retenção de sólidos. Para partículas menores, intervenções como floculação são necessárias para aumentar sua sedimentabilidade (Amaral, 2017).

Os dois gráficos mostram, de forma complementar, que o aumento do diâmetro das partículas melhora tanto a taxa de retenção quanto a redução da concentração residual no efluente. Isso evidencia que partículas maiores sedimentam com mais facilidade, contribuindo para uma melhor separação sólido-líquido no sistema de decantação (Amaral, 2017).

Partículas pequenas, com diâmetros inferiores a $20 \mu\text{m}$, apresentam dificuldades significativas em sedimentar. Essas partículas possuem velocidades de sedimentação muito baixas, o que as torna mais propensas a permanecer no efluente, exigindo maior atenção no processo de tratamento. O desempenho do decantador para essas partículas depende de estratégias adicionais (Sant'anna Jr, 2011).

Uma abordagem prática para mitigar essas dificuldades é aumentar o diâmetro médio das partículas por meio de processos de coagulação e floculação. Essas técnicas promovem a formação de flocos maiores, que sedimentam mais rapidamente, reduzindo a

concentração residual no efluente e melhorando a eficiência geral do sistema (Cavalcanti, 2009).

4. CONCLUSÕES

Com base no trabalho realizado, constatou-se os seguintes aspectos acerca do equipamento:

A análise dos dados obtidos no processo de decantação indica que a sedimentação de partículas no decantador é dependente do diâmetro das partículas e da diferença de densidade entre as partículas sólidas e o fluido. No que diz respeito ao diâmetro das partículas, constatou-se que partículas com diâmetro inferior a 20 μm tendem a sedimentar com velocidades baixas, além de possuírem baixas taxas de retenção e alta concentração residual no efluente.

No que tange as partículas médias (20–50 μm), verificou-se que sedimentam de maneira mais eficiente, com retenções superiores a 90% para diâmetros em torno de 40 μm . Por fim, as partículas com diâmetro maior que 50 μm sedimentam quase completamente, com concentrações residuais muito baixas.

Outro fator que interfere na sedimentação é a densidade, visto que partículas mais densas sedimentam com maior rapidez, mesmo com diâmetros menores, enquanto partículas leves sedimentam lentamente, ainda que apresentem diâmetros maiores.

Para otimizar a eficiência do processo, a utilização de técnicas como a floculação e adição de coagulantes é essencial, uma vez que a diferença de densidade é baixa, dificultando a separação dos sólidos. Assim, a adição de coagulantes pode melhorar significativamente a eficiência do decantador, promovendo um aumento das partículas e melhorando a velocidade de sedimentação.

REFERÊNCIAS

- ABIA. Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação. Disponível em: <<https://abia.org.br/numeros-setor>> Acesso: 16 setembro 2024.
- AMARAL, Cleber do. Contribuição para a modelagem e simulação do processo de lodos ativados em sistemas de tratamento de efluentes em simulador baseado em equações. In: **VIII SEMPP & I SINTEC**. 2017.
- BROTTO, A. C. et al. Emissão de óxido nítrico de estação de tratamento de esgoto de lodos ativados por aeração prolongada - estudo preliminar. **Química Nova**, v. 33, n. 3, p. 618–623, 2010.
- CAVALCANTI, J. E. W. A. **Manual de tratamento de efluentes industriais**. São Paulo: Engenho Editora Técnica Ltda, 2009.
- CREMASCO, M. A. **Operações Unitárias em Sistemas Particulados e Fluidodinâmicos**. São Paulo: Ed. Blucher, 2012.
- HELOU, L. C.; VICENTE, R. V. Aplicação da modelagem matemática na operação de Estações de Tratamento de Esgotos por Lodos Ativados – O caso de Bragança Paulista. DOI:10.4322/dae.2018.036. **Revista DAE**. Edição nº: 213 Ano: 2018.
- RAMALHO, José Arthur do Nascimento. **Análise de sistemas piloto composto por reator UASB seguido por lodo ativado com decantação intermediária**. 2022. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022
- SALIBA, P. D. **Avaliação do desempenho de sistema de tratamento de esgoto sanitário composto de reator UASB seguido de lodo ativado**: Estudo de caso da ETE Betim Central- MG. Belo Horizonte, Escola de Engenharia da UFMG, 2016.

SANT'ANNA JR, Geraldo Lippel. Tratamento biológico de efluentes: fundamentos e aplicações. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 16, 2011.

SANTOS, M.S.; RIBEIRO, F.M. **Cervejas e refrigerantes**. São Paulo: CETESB, 2005.58p. Disponível em:<<http://www.cetesb.sp.gov.br>>.

SERENO FILHO, J. A.; SANTOS, A. F. M. S.; BAHÉ, J. M. C. F.; GOBBI, C.N.; LINS, G. A.; DE ALMEIDA, J.R.. Tratamento de efluentes da indústria de bebidas em reator anaeróbio de circulação interna (IC). **Revista Internacional de Ciências**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 21-42, 2013. DOI: 10.12957/ric.2013.7065.

SILVA, J. G. dos S.; MENDES JUNIOR, R. S.; LOBATO, A. K. de C. L. Coagulantes Naturais Utilizados no Tratamento de Efluentes em Indústrias Têxteis. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 13, n. 5, p. 1450, 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i5.35129.

SILVA, R.A.C. **Estudo de viabilidade para expansão da estação de tratamento de esgotos de Deodoro**. 174 p. UFRJ, Escola Politécnica, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, A. S. e. et al. (2015). Projeto e construção de um sedimentador em escala de laboratório. **Blucher Chemical Engineering Proceedings**, v. 2, n. 1, p. 1267-1275.

VON SPERLING, M. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. Universidade Federal de Minas Gerais, 4ª Ed., Belo Horizonte, 2014.



16

A LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL: IMPACTOS AMBIENTAIS E SAÚDE PÚBLICA

Dielson Rodrigues Silva Júnior¹
Dayana Aryane Santos Soares¹
Mariana da Costa Silva¹
Laiza Alves Fernandes da Silva¹
Helen dos Santos¹

¹ Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís – MA

Resumo

O artigo discute a evolução e os desafios do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, desatacando seu impacto na saúde pública e no meio ambiente. A agricultura, sendo uma tradição antiga, enfrenta a constante ameaça de pragas, levando ao uso de substâncias químicas que, embora combatam esses prejuízos, trazem sérias consequências. A partir dos anos 1950, a indústria começou a expandir seu mercado, oferecendo produtos químicos como solução para a agricultura, impulsionada por políticas que promoveram a Revolução Verde. A pesquisa conclui que, apesar dos benefícios econômicos, a legislação de agrotóxicos precisa ser reformulada para minimizar os riscos à saúde pública e ao meio ambiente, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis. A discussão sobre a regulamentação e o uso responsável de agrotóxicos é essencial para garantir a segurança alimentar e a preservação ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Revolução Verde, regulamentação, defensivos agrícolas, contaminação.

Abstract

The article discusses the evolution and challenges of the use of pesticides in Brazilian agriculture, highlighting their impact on public health and the environment. Agriculture, being an ancient tradition, faces the constant threat of pests, leading to the use of chemical substances that, although they combat these damages, bring serious consequences. From the 1950s onwards, the industry began to expand its market, offering chemical products as a solution for agriculture, driven by policies that promoted the Green Revolution. The research concludes that, despite the economic benefits, pesticide legislation needs to be reformulated to minimize risks to public health and the environment, promoting more sustainable agricultural practices. The discussion on the regulation and responsible use of pesticides is essential to guarantee food safety and environmental preservation in Brazil.

Keywords: Green Revolution, regulation, agricultural pesticides, contamination.



1. INTRODUÇÃO

A agricultura é uma tradição ancestral criada pela sociedade humana que impulsionou o progresso e o surgimento da civilização contemporânea mediante o aumento da produção de alimentos. Contudo, a abundante disponibilidade de nutrientes nos campos cria um ambiente propício para o surgimento de pragas, como insetos nocivos, infecções fúngicas, infestantes e roedores perniciosos, que, por sua vez, trazem desafios para a atividade agrícola. As dificuldades no controle dessas pragas persistem há séculos, representando uma preocupação constante para os quais buscam incessantemente estratégias para combatê-las (Lima; Silva; Iwata, 2019).

Após os grandes conflitos do século XX, indústrias químicas fabricantes de substâncias tóxicas utilizadas como armas químicas, visualizaram na agricultura um mercado promissor para comercializar seus produtos contra pragas. Na década de 1950, houve uma intensificação no uso dessas substâncias nos Estados Unidos. Desde então, diversas políticas nacionais e internacionais incentivaram a chamada “Revolução Verde”, que prometia erradicar a escassez alimentar mundial e justificar o uso indiscriminado de produtos químicos no meio ambiente, com a escassez como inimigo a ser combatido (Dossiê Abrasco, 2015).

A chegada das inovações agrícolas ao Brasil na década de 1940 marcou o início de uma nova era para a economia rural do país. Esse período foi caracterizado por investimentos significativos na modernização da agricultura, visando industrializar a economia nacional. O governo brasileiro implementou políticas para fomentar a adoção de defensivos químicos, destacando-se Criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural (1965). Programa Nacional de Proteção Agrícola (1975), inserido no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Essas iniciativas proporcionaram recursos financeiros para o desenvolvimento de indústrias locais e Apoio aos produtores rurais.

Embora essas medidas tenham impulsionado o crescimento agrícola, uma legislação desatualizada permitiu o registro expedito de defensivos químicos, muitos proibidos em nações desenvolvidas (Pelaez *et al.*, 2010). Isso levantou preocupações sobre segurança ambiental e saúde pública. A modernização da agricultura brasileira trouxe avanços significativos, mas também desafios ambientais e de saúde. É essencial revisar e atualizar regulamentações para garantir produção agrícola sustentável.

No Brasil, o segmento agrário é uma das principais colunas da economia nacional, tanto pelo agronegócio na produção de mercadorias para comércio exterior, quanto pela agricultura familiar de subsistência na produção de alimentos, ambos com perspectiva de expansão. Essa ampliação agrária ocorreu mediante o aumento significativo do uso de agrotóxicos e flexibilização das normas legais, tornando o país um dos maiores consumidores globais (Almeida *et al.*, 2017).

A intensificação agrícola tem comprometido a diversidade biológica, ocasionando consequências ambientais como a redução na disponibilidade e qualidade da água potável, deterioração da qualidade do ar atmosférico, Comprometimento da qualidade nutricional dos alimentos. Entre trabalhadores rurais, a exposição a defensivos químicos pode causar efeitos agudos e crônicos fraqueza, espasmos musculares e tremores. Alterações gastrointestinais, cardiovasculares e respiratórias. Problemas neurológicos, mentais, cognitivos e endócrinos. Desenvolvimento de câncer. Estudos no Brasil com agricultores expostos revelaram Problemas respiratórios (Faria *et al.*, 2005). Distúrbios mentais (Campos *et al.*, 2016). Tentativas de suicídio (Faria; Fassa; Meucci, 2014). Incidência de câncer (Boccolini *et al.*, 2014). Assim, a situação brasileira é alarmante, pois atrás de cada sucesso pro-

duto, concomitantemente, pode existir um significativo impacto ecológico causado por fitossanitários, já que a ecologia agrícola e a responsabilidade ambiental são prioridades para poucos.

Portanto, este trabalho tem como propósito realizar uma revisão literária sobre a regulamentação de agrotóxicos no Brasil, enfatizando suas consequências para a saúde coletiva e o meio ambiente.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa deu-se por análise documental da Lei dos Agrotóxicos nº7.802/1989, portarias e resoluções que revogaram, alteraram ou regulamentaram a lei de forma negativa trazendo retrocessos normativos, bem como, normatizações que flexibilizaram o aumento de registro e consumo de agrotóxicos, sobretudo os de maior toxicidade. Foi realizado também um levantamento bibliográfico de trabalhos que discutiram sobre essas questões. Também foram feitas consultas aos bancos de dados nacional das agências de controle dos agrotóxicos, como o MAPA, com informações sobre o aumento dos registros de agrotóxicos e IBAMA com dados sobre o consumo e quantidade de agrotóxicos comercializados por classe de periculosidade ambiental. Adicionalmente, foram realizadas consultas em sites oficiais dos órgãos federais brasileiros que regulamentam os registros dessas substâncias, incluindo a ANVISA.

3. HISTÓRIO: PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI DE AGROTÓXICOS NO BRASIL

Desde os anos 1970, o Brasil esteve entre os seis maiores mercados consumidores de agrotóxicos do mundo (Pelaez; Terra; Silva, 2010). A evolução da indústria de agrotóxicos está diretamente ligada ao processo de modernização da agricultura no pós II Guerra, baseado no uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos. No caso da indústria de agrotóxicos, foi de fundamental importância a criação em 1975 do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação de subsidiárias de empresas transnacionais no país.

Nos últimos anos, o Brasil consolidou a posição como um dos maiores produtores agropecuários do mundo, sendo atualmente o segundo maior exportador de gêneros agrícolas, que demandam uso intensivo de agrotóxicos e que passam a ocupar uma parcela maior das terras cultiváveis do país em detrimento do cultivo de itens que fazem parte da base alimentar da população, como arroz, feijão, trigo e mandioca (Bombardi, 2017). A Lei dos Agrotóxicos insere-se em um contexto maior de preocupação com o meio ambiente que marcou os anos 1980 e de elaboração de leis que tratavam da questão de produção e comercialização desses produtos nos estados brasileiros. No mundo, as primeiras regulamentações surgiram após o impacto dos agrotóxicos químicos amplamente usados no pós-guerra, com os EUA e a Europa liderando esforços regulatórios.

No Brasil, as normas começaram a ganhar força em meados do século XX, com a Lei dos Agrotóxicos (1989) consolidando uma abordagem mais rigorosa e integrada. Em 1989 entrou em vigor uma nova lei regulamentando a fabricação e o uso dos agrotóxicos no país, em substituição ao antigo regulamento de 1934, tornando o processo de registro de agrotóxicos muito mais exigente. De acordo com a Lei 7.802/89 os agrotóxicos são defini-



dos como: “os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos”.

A classificação dos agrotóxicos, por finalidade de uso, é definida pelo poder de ação do ingrediente ativo sobre organismos-alvo, como: inseticidas, fungicidas, herbicidas, nematocidas, acaricidas, rodenticidas, moluscidas, formicidas, reguladores e inibidores de crescimento. Dentre essas classes, as três principais, que representam cerca de 95% do consumo mundial de agrotóxicos, são os herbicidas (48%) inseticidas (25%) e fungicidas (22%) (Agrow 2007). Em 1989 foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 7.802, conhecida como a Lei dos Agrotóxicos, que substituiu o Decreto 24.114 de 1934, posteriormente regulamentada pelo decreto n. 98.816 de 11 de janeiro de 1990 e substituído no ano de 2002, pelo Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002. O grande avanço dessa lei deu-se com o estabelecimento de regras mais rigorosas para a concessão de registro aos agrotóxicos.

A nova legislação previu, desde a proibição do registro de novos agrotóxicos, caso a ação tóxica deste não fosse igual ou menor do que a de outros produtos já existentes destinados a um mesmo fim, até a possibilidade de impugnação ou cancelamento do registro por solicitação de entidades representativas da sociedade civil.

4. REGISTRO, COMERCIALIZAÇÃO E USO DE AGROTÓXICOS

O avanço da agricultura e a necessidade de regulamentar produtos considerados pesticidas, como inseticidas, herbicidas e fungicidas, resultaram na criação de leis específicas para agrotóxicos, considerando características locais. A Lei Federal nº 7.802/1989 estabelece diretrizes gerais para o controle de agrotóxicos, enquanto o Decreto nº 4.074/2002 regulamenta a comercialização e uso desses produtos (Luz, 2024).

A Lei de Agrotóxicos determina que os defensivos agrícolas, seus componentes e produtos relacionados devem ser previamente registrados junto a órgãos federais, conforme as diretrizes e exigências estabelecidas pelas instituições competentes. Esses órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização são a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 1989).

Em 2014 o Brasil ultrapassou a marca de uso de 500 mil toneladas de agrotóxicos anuais (IBAMA, 2019), sendo que cerca de 87% da área pulverizada com agrotóxicos no país é basicamente destinada à cinco culturas: soja, milho, algodão, pastagens e cana-de-açúcar (SINDIVEG, 2019). A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) determina que fabricantes, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos sejam responsáveis pela implementação de sistemas de logística reversa, visando a gestão adequada dos resíduos perigosos gerados após o uso pelos consumidores. A ANVISA, por sua vez, é incumbida de analisar esses resíduos em alimentos. Através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), é possível monitorar os níveis de resíduos desses agroquímicos nos vegetais que chegam à mesa dos brasileiros.

É fundamental utilizar produtos registrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), garantindo sua conformidade com as normas e regulamentações. Além disso, é necessário escolher produtos com eficiência comprovada para o alvo

que se deseja controlar, considerando sua seletividade, poder residual e grau de toxicidade do princípio ativo. É importante também entender os mecanismos de ação dos produtos, evitando a associação de produtos com o mesmo modo de ação. Outro ponto essencial é conhecer a fenologia da cultura, o hábito e o ciclo de desenvolvimento do inseto ou forma afim, pois esses fatores são determinantes para a escolha adequada de determinados produtos (EMBRAPA, 2010).

Os agrotóxicos, componentes e afins possuem validade indeterminada, podendo ser cancelados nos casos de reavaliação toxicológica, de impossibilidade de serem sanadas irregularidades identificadas ou quando constatada fraude (ANVISA, 2020).

5. LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E IMPACTOS NA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL

O atual estágio da agricultura moderna, imerso em um modelo produtivo químico dependente, pode ser considerado um dos polos geradores de graves situações para a saúde dos trabalhadores, do ambiente e das populações (Queiroz *et al.*, 2019). No Brasil, a implementação do uso de agrotóxicos foi feita de forma estratégica, acompanhada de pacotes tecnológicos que introduziu a mecanização em larga escala, associada a outros fatores de produção por meio de gastos pré-estabelecidos de financiamentos estatais. Neste processo, o objetivo foi incentivar a modernização do território para garantir o aumento da produção e da produtividade, mas sem considerar riscos à saúde humana e ao ambiente (Lopes; Albuquerque, 2018).

A imposição da Política da Revolução Verde, o aumento das “pragas” nas lavouras, a implementação dos créditos agrícolas subsidiados e a isenção de tributos fiscais, foram fatores que contribuíram para o aumento no consumo de agrotóxicos e fizeram do Brasil o maior consumidor de agrotóxicos no mundo (Lopes; Albuquerque, 2018).

O Brasil vem sendo o país com maior consumo destes produtos desde 2008, decorrente do desenvolvimento do agronegócio no setor econômico (Instituto Nacional de Câncer, [INCA], 2019).

Esse fato, combinado com os problemas de gerenciamento e controle do consumo por parte dos órgãos ambientais, originou um cenário nacional preocupante, tanto do ponto de vista ambiental, quanto de saúde pública (Souza *et al.*, 2021). A exposição direta de pessoas a estes agentes químicos na produção agrícola é verificada em diversas etapas que inclui o armazenamento, preparo e aplicação, bem como em circunstâncias de acidentes e contaminação ambiental (Queiroz *et al.*, 2019).

A exposição humana a agrotóxicos tornou-se um problema de saúde pública, ressaltando a necessidade de organização dos serviços de saúde para atuação qualificada nesta temática. Um problema de saúde pública, decorrente principalmente do uso indiscriminado de agrotóxicos, que vem chamando a atenção do Ministério da Saúde (MS) não somente no que se refere à segurança e a qualidade alimentar, mas também no que condiz aos riscos de exposição e intoxicação dos que lidam diretamente com o manejo dos agrotóxicos. Estudos tem evidenciado que alguns ingredientes ativos (IA) são promotores de muitos adoecimentos, sendo importante manter estratégias que permitam o mapeamento e a vigilância contínua das populações expostas (Neves *et al.*, 2020).

Devido a sua toxicidade intrínseca, os agrotóxicos impactam a saúde humana, produzindo efeitos que variam conforme o IA, a dose absorvida e a forma de exposição. Além disso, a ampla utilização desses produtos, o desconhecimento dos riscos associados à sua

utilização, o desrespeito às normas de segurança em seu manuseio, a livre comercialização, a grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras e os problemas sociais encontrados no meio rural, constituem importantes causas que levam ao agravamento dos quadros de contaminação humana e ambiental observados no Brasil (Petarli *et al.*, 2019).

Os órgãos que permitem o uso e consumo, comercialização, além da importação e exportação no Brasil são Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após a autorização de três órgãos reguladores: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que são responsáveis por avaliarem os potenciais impactos sobre a saúde, o meio ambiente e a eficácia agrônômica (Friedrich *et al.*, 2021).

Dentre os produtos que mais apresentam riscos à saúde humana estão os organofosforados, carbamatos, piretróides e organoclorados, que são proibidos em muitos países, porém ainda encontrados nos pesticidas, sendo o glifosato o mais vendido no Brasil e no mundo (Aertes *et al.*, 2019). No Brasil, a venda de agrotóxicos só pode ser feita com receita. É uma exigência legal, estabelecida pela Lei Federal nº 7.802/89, e a receita deve ser expedida por profissionais autorizados, como engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. Além disso, a frequência de aplicação é semanal e boa parte dos trabalhadores rurais não utilizam receituário agrônômico e não têm acesso à orientação especializada, o que evidencia fatores de risco para intoxicações segundo dados da literatura. Apesar de alguns participantes terem relatado já ter sofrido com intoxicações decorrentes do uso de agrotóxicos, um número muito pequeno recorreu ao sistema de saúde para avaliar a situação (Corcino *et al.*, 2019).

Os agrotóxicos causam doenças agudas de intoxicações leves e graves e que podem levar a óbito (gastrointestinais, dérmicos, hepáticos, renais, neurológicos, pulmonares e déficit imunológico) e a doenças crônicas, como cânceres infantojuvenis, alterações do sistema reprodutor, neuropatias (surdez, diminuição da força muscular, paralisias e doença de Parkinson), psiquiátricos (depressão, distúrbios cognitivos, autismo), desreguladores endócrinos (diabetes, hipotireoidismo, infertilidade, abortos), teratogênicos (anencefalia, malformações), mutagênicos (defeitos no DNA), carcinogênicos (mama, ovário, próstata, testículo, esôfago etc.) e imunodepressores (Pignat *et al.*, 2023).

A NR31 de 20 de outubro de 2020 é a norma governamental que regula os tipos de dispositivos de segurança que devem ser oferecidos e quais as condições de higiene, conforto e adequação para que os trabalhadores do campo tenham sucesso em suas tarefas. A NR31 foi alterada pela Portaria SEPRT n.º 22.677, de 22 de outubro de 2020 (Guia Trabalhista, 2022). O Brasil é um país com dimensões continentais, o quinto maior do mundo em área, e o que possui a maior biodiversidade mundial. Através de seus seis grandes biomas, abriga cerca 15% de toda a biota do planeta (Prates; Irving, 2024). Além disso, é um dos principais produtores agrícolas mundiais, sendo que o agronegócio representa 25% do PIB nacional (Bueno *et al.*, 2021).

Os biomas brasileiros encontram-se ameaçados pelas mudanças no uso e ocupação do solo, que incluem a urbanização e mineração, mas principalmente, ocasionadas pelo desmatamento para conversão de áreas de vegetação natural em áreas de lavoura e pastagem (Oliveira *et al.*, 2024). A Amazônia ocupa quase metade do território brasileiro e abriga a maior floresta tropical do mundo (MapBiomas, 2022). No entanto, desde a década de 1990 tem se intensificado sobre o território amazônico a expansão das fronteiras agrícolas para a produção de grãos, resultando no aumento dos índices anuais de desmatamento

(Barros *et al.*, 2020).

O uso excessivo de agrotóxicos tornou-se uma grande preocupação ambiental. Desde 2009 o Brasil passou a ser o líder mundial no consumo de agrotóxicos, ultrapassando os Estados Unidos e a União Europeia (Ogino; Bacha, 2021). Estima-se que o Brasil consuma mais da metade do total de agrotóxicos comercializados na América Latina (Fraxe *et al.*, 2020). Em 2022, foram comercializadas no Brasil mais de 800 mil toneladas de pesticidas, o que representa uma média de 3,7 kg de agrotóxico por habitante por ano (IBAMA, 2024).

O meio ambiente e a saúde humana sofrem com os resultados da ampla utilização destes químicos, quem em sua maioria apresentam propriedades tóxicas, podendo causar perda de biodiversidade, contaminação do solo, do ar e dos recursos hídricos, danificando a fauna e flora, produtos efeitos nocivos à saúde e agindo na contramão da sustentabilidade (Barbosa *et al.*, 2020; Ramos; Lobo, 2019; Souza *et al.*, 2020). Estes produtos também podem ser persistentes no ambiente, dependendo de condições ambientais como tipo de solo, porosidade, pH, temperatura, cobertura vegetal, saturação por água e sais, concentração de matéria orgânica e adsorventes, não sendo, portanto, degradados tão facilmente da natureza, demandando estudos com ênfase em biodegradação, por ser este um processo natural aliado à sustentabilidade (Albuquerque *et al.*, 2001; Carmo *et al.*, 2014).

Desta forma, sabe-se que estes produtos podem atingir águas superficiais e subterrâneas, passar por certos tratamentos de água sem serem eliminados e chegar até a população por esta e outras vias, como contato direto e dispersão pelo ar, gerando impactos severos na saúde e na qualidade de vida da população vulnerável. Esta situação demonstra a urgência da implantação de medidas para a mineralização destes compostos, justificados pelos seus impactos à saúde humana e ao meio ambiente (Amaro *et al.*, 2021; Barbosa *et al.*, 2020; Ramos *et al.*, 2020). Os solos podem ter maior ou menor capacidade de adsorção destes químicos conforme as suas características intrínsecas, como capacidade de troca de cátions (CTC), porosidade e granulometria. Considerando o processo de adsorção de agrotóxicos, estes produtos podem ficar retidos no solo e ser liberados em diferentes períodos além da geração de intermediários metabólitos que podem ser ainda mais tóxicos à fauna e a flora do que os produtos primários, podendo ocasionar desequilíbrios ecossistêmicos (Albuquerque *et al.*, 2001; Andrighetti *et al.*, 2014; Matias *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2020).

No ano de 2020, foram liberados 493 novos compostos químicos, 19 a mais do que em 2019. Destes produtos, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 25 foram considerados de moderada a extremamente tóxicos para a saúde humana e 251 como compostos muito ou altamente perigosos ao meio ambiente. Ao todo, nos dois primeiros anos de mandato de governo do presidente Jair Bolsonaro, foram liberadas 967 novas substâncias para a agricultura, muitos dos quais já foram banidos em outros países devido à sua alta toxicidade, como é o caso do paraquate, proibido pela União Europeia, mas de uso autorizado nos Estados Unidos, Japão, China e nos demais países do Mercosul (Araújo Frota; Siqueira, 2021; Brasil, 2021).

6. CONCLUSÃO

A revisão literária sobre a regulamentação de agrotóxicos no Brasil evidencia a complexa interação entre a evolução da agricultura, o aumento na produção de alimentos e os impactos significativos para a saúde pública e o meio ambiente. A trajetória desde a introdução da Lei dos Agrotóxicos em 1989 ilustra tentativas de controle e regulamentação, em meio a um cenário de crescimento desenfreado do uso de substâncias químicas na



agricultura, que transforma o Brasil no maior consumidor global desses produtos.

As consequências desse modelo agrícola químico dependente são alarmantes, afetando não apenas a saúde dos trabalhadores rurais, expostos a altos riscos de intoxicação e doenças crônicas, mas também causando a degradação ambiental, comprometendo a biodiversidade, a qualidade da água e do solo. A flexibilização das normas e o registro acelerado de novos agrotóxicos, alguns com alta toxicidade já banidos em outros países, amplificam os riscos, demandando uma resposta crítica e imediata das políticas públicas.

Portanto, é imprescindível que haja uma revisão urgente e eficaz das normas que regulamentam o uso de agrotóxicos no Brasil, visando garantir não apenas a segurança alimentar, mas também a proteção da saúde coletiva e do meio ambiente. A promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a conscientização sobre os riscos associados à utilização de defensivos químicos são medidas essenciais para assegurar um futuro viável e saudável, tanto para as populações rurais quanto para a sociedade em geral. A implementação de políticas que priorizem a saúde e a preservação ambiental é fundamental para reverter o atual quadro crítico e alcançar uma agricultura que respeite e proteja os limites do meio ambiente

REFERÊNCIAS

- AERTES, R., VAN OVERMEIRE, I., COLLES, A., ANDJELKOVIC, M., MALARVANNAN, G., POMA, G., ... & COVACI, A. (2019). Determinantes das concentrações de poluentes orgânicos persistentes (POP) no leite materno de uma amostra transversal de mães primíparas na Bélgica. **Environment international**, 131, 104979.
- ALMEIDA, M. D.; CAVENDISH, T. A.; BUENO, P. C. A flexibilização da legislação brasileira de agrotóxicos e os riscos à saúde humana: análise do Projeto de Lei nº 3.200/2015. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, p. 1-11, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X00181016. Acesso em: 13 dez. 2024.
- AMARO, B. B. D. F., CORREIA, D. B., FREITAS, R. A., TEIXEIRA, P. H. R., NASCIMENTO, C. A., PEREIRA, C. M., SILVA, J. R. L., SILVA, M. S. A., CRUZ, G. V., QUEIROZ, M.B., OLIVEIRA, J. P. C., SILVA, R. A. R., MACEDO, G. F. & KAMDEM, J. P. (2021). A Biossegurança no uso de agrotóxicos na percepção de agricultores do Distrito de Cuncas, Barro –Ceará: Saúde Física e Ambiental. **Research, Society and Development**, 10(1), e15610111644. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11644>.
- ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/agrotoxicos/registro-de-agrotoxicos>>. Acesso em 15 de Dez. 2024.
- ARAÚJO FROTA, M. T. B. & SIQUEIRA, C. E. (2021). Pesticides: The hidden poisons on our table. **Cadernos de Saude Pública**, 37(2), 1-5. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00004321>.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BARBOSA, R. S., SOUZA, J. P., ALMEIDA, D. J., SANTOS, J. B., PAIVA, W. S. & PORTO, M. J. (2020). As possíveis consequências da exposição a agrotóxicos: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, 9(11), 1689-1699. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10219>.
- BARROS, M. J. B.; CANTO, O.; LAURENT, F.; COELHO, A. Fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazôniaas Brasileiras: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil. **Ciência Geográfica**, v.24, n.2, p. 893-911 2020.
- BASSO, C.; SIQUEIRA, A. C. F.; RICHARDS, N. S. P. dos S. Impacts on human health and environment related to the use of pesticides: An integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e43110817529, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17529. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17529>. Acesso em: 16 dec. 2024.
- BOCCOLINI, P. M. M.; ASMUS, C. I. R. F.; CHRISMAN, J. R. Stomach cancer mortality among agricultural worke-

- rs: results from a death certificate-based case-control study. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 86-92, 2014. DOI: 10.1590/1414-462X201400010013DOIIGTT. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, DOU 08.1.2002. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4074&ano=2002&ato=dbdQTR61UNNPWTbb6>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, DOU 12.07.1989. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7802&ano=1989&ato=501MTR61EeFpWT452>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- BUENO, J. S.; OLIVEIRA NETA, O. A.; NASCIMENTO, M. V. Análise da relação das exportações de soja dos estados do Mato Grosso e Paraná com o PIB do agronegócio nacional utilizando regressão linear múltipla. In: **XII FATECLOG**. Anais. Mogi das Cruzes-SP, 2021.
- CAMPOS, Y.; SILVA, V. S. P.; MELLO, M. S. C. Exposure to pesticides and mental disorders in a rural population in Southern Brazil. **Neurotoxicology**, v. 56, p. 7-16, 2016. DOI: 10.1016/j.neuro.2016.06.002. Acesso em: 25 nov. 2024.
- CORCINO, C. O., TELES, R. B. de A., ALMEIDA, J. R. G. da S., LIRANI, L. da S., ARAÚJO, C. R. M., & GONSALVES A de A. (2019). Avaliação do efeito do uso de agrotóxicos sobre a saúde de trabalhadores rurais da fruticultura irrigada. **Ciência Saúde Coletiva**, 24(8), pp.3117–28. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.14422017>.
- EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**, Agosto de 2010. Disponível em: < https://www.cpatsa.embrapa.br:8080/sistema_producao/spuva/agrotoxicos.html >. Acesso em 14 de Dez. 2024.
- FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G. Pesticides and respiratory symptoms among farmers. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 6, p. 973-981, 2005. DOI: 10.1590/S0034-89102005000600016. Acesso em: 12 dez. 2024.
- FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; MEUCCI, R.D. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. **Neurotoxicology**, v. 45, p. 355-362, 2014. DOI: 10.1016/j.neuro.2014.05.003. Acesso em: 30 nov. 2024.
- FRIEDRICH, K., SILVEIRA, G. R. da S., AMAZONAS, J. C., GURGEL, A. do M., ALMEIDA, V. E. S., & SARPA, M. (2021). Situação regulatória internacional de agrotóxicos com uso autorizado no Brasil: potencial de danos sobre a saúde e impactos ambientais. **Caderno de Saúde Pública**, 37(4), pp.1-18.
- GHELFI, A., MARIMON JUNIOR, B. H., & MARIMON, B. S. (2024). O uso de agrotóxicos como uma ameaça à conservação nos diferentes biomas brasileiros. **REVISTA FOCO**, 17(7), e5433. <https://doi.org/10.54751/revista-foco.v17n7-089>.
- GUIA TRABALHISTAS (2020). **Normas Regulamentadoras**: NR-31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal eaquicultura.2020c. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr31.htm>>. Acesso em: 14 abr. de 2022.
- IBAMA. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**, 10 de setembro de 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/quimicos-e-biologicos/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos> >. Acesso em 14 de Dez. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. (2019). Ministério da Saúde. **Agrotóxicos**. INCA.
- KING, A. Technology: The Future of Agriculture. Nature, **Revista Retratos de Assentamentos**, 2017. p. 544 v. 1, p. 21-23. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10219>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- LIMA, A. F.; SILVA, E. G. A.; IWATA, B. F. 2019. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, 22(1), 50-68.108%. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10219>. 2017. Acesso em: 01 out. 2024.
- LOPES, C. V. A., & ALBUQUERQUE, G. S. C. de (2018). Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde Debate**, 42 (n. 117), pp. 518-534.
- LUZ, Fernando Henrique. **Comentários sobre a nova Lei de Agrotóxicos**. Consultor Jurídico, 17 de janeiro de

2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan17/comentarios_sobre-a-nova-lei-de-agrotoxicos-lei-no-14-785-2023/>. Acesso em 14 Dez. 2024.

MAPBIOMAS. **Infográficos**, 2022. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/infograficos/>. Acesso em: 19 de mar. de 2024.

MATIAS, T. P.; CASTRO NETO, T. Z. de.; BOTEZELLI, L.; IMPERADOR, A. M. The best-selling pesticides in Brazil: Implications for the environment and health. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e12110817082, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17082. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17082>. Acesso em: 16 dec. 2024.

NEVES, P. D. M. (2020). Intoxicação por agrotóxicos agrícolas no estado de Goiás, Brasil, de 2005-2015: análise dos registros nos sistemas oficiais de informação. **Ciência & Saúde Coletiva** [on-line]. 25(7). [Acessado 3 Janeiro 2023], pp. 2743-2754. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.09562018>>. Epub 08Jul2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.09562018>.

OLIVEIRA, R. M.; RAPOSO, L. M.; GARCIA, R. C. Transformação do uso e cobertura do solo no Cerrado: o impacto do setor agropecuário de 1985 a 2020. **Sigmae**, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2024.

PELAEZ, V.; TERRA, F. H. B.; SILVA, L. R. A. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia**, v. 36, n. 1, p. 27-48, 2010.

PELAEZ, V.; TERRA, F. H. B.; SILVA, L. R. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia UFPR**, v. 36, n. 1, p. 27-48, 2010.

PETARLI, G. B., CATTAFESTA, M., LUZ, T. C. D., ZANDONADE, E., BEZERRA, O. M. D. P. A., & SALAROLI, L. B. (2019). Exposição ocupacional a agrotóxicos, riscos e práticas de segurança na agricultura familiar em município do estado do Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, pp. 44.

PIGNATI, W. A. (2022). O caráter pandêmico dos desastres socioambientais e sanitários do agronegócio. **Saúde em Debate** [online]. 46(spe2). [Acessado em 3 de Janeiro 2023], pp. 467-481. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E231>>. Epub 04Jul2022. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E231>.

QUEIROZ, P. R. (2019). Sistema de Informação de Agravos de Notificação e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online].v. 22 [Acessado 3 Janeiro 2023], e190033. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720190033>>. Epub 25Abr2019. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190033>.

17

**EMPREENDEDORISMO NA ENFERMAGEM
ESTÉTICA: COM OS ENFERMEIROS
ESTÃO TRANSFORMANDO O MERCADO
DE BELEZA E BEM-ESTAR**

Brunna Cristina Mendes Leonardo¹

Euliete de Araújo de Sousa¹

Jessica Monteiro Barros Carvalho¹

Maria Vitória de Sousa Silva¹

Samara Costa Braga¹

Vanessa Lopes da Silva¹

Resumo

Os avanços nas diversas áreas das ciências da saúde estão promovendo mudanças significativas nas funções dos profissionais. Nesse contexto, a enfermagem estética surge como uma nova e promissora oportunidade para os enfermeiros. Essa especialidade não só expande o campo de atuação dos profissionais, mas também abre novas possibilidades empreendedoras no setor de beleza e bem-estar, (associação brasileira de enfermagem). Relatar o mercado da estética na área de enfermagem atrair mais clientes e alcançar o sucesso.: A coleta de dados foi realizada por meio de artigos científicos em bases de dados eletrônicas, como SCIELO e Google Acadêmico, utilizando artigos científicos que abordem o tema em questão. Conclui-se que a enfermagem estética representa uma nova e promissora área de atuação, oferecendo aos enfermeiros a oportunidade de expandir seu campo de trabalho para o setor de beleza e bem-estar.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Enfermagem e inovação.

Abstract

Advancements in various fields of health sciences are driving significant changes in the roles of professionals. In this context, aesthetic nursing emerges as a new and promising opportunity for nurses. This specialty not only expands the scope of professional practice but also opens new entrepreneurial possibilities in the beauty and wellness sector (Brazilian Nursing Association). Reporting on the aesthetics market within the nursing field helps attract more clients and achieve success. Data collection was conducted through scientific articles from electronic databases, such as SCIELO and Google Scholar, using studies that address the topic in question. It is concluded that aesthetic nursing represents a new and promising field of practice, offering nurses the opportunity to expand their work into the beauty and wellness sector.

Keywords: Entrepreneurship, Nursing, and Innovation.

1. INTRODUÇÃO

Os avanços nas diversas áreas das ciências da saúde estão promovendo mudanças significativas nas funções dos profissionais. Nesse contexto, a enfermagem estética surge como uma nova e promissora oportunidade para os enfermeiros. Essa especialidade não só expande o campo de atuação dos profissionais, mas também abre novas possibilidades empreendedoras no setor de beleza e bem-estar, (associação brasileira de enfermagem).

A prática da enfermagem estética é respaldada pela resolução 529/2016 do Conselho Federal de Enfermagem, que fornece um suporte jurídico fundamental para a atuação dos enfermeiros nesse segmento. Essa norma legitima a prática e assegura que os procedimentos realizados sigam normas rigorosas de qualidade e segurança, aumentando a relevância e o reconhecimento da enfermagem estética no atual cenário da saúde (Cofen, 2016).

A área de Estética na Enfermagem é relativamente nova e ainda pouco conhecida, tanto por pacientes quanto por profissionais de saúde, incluindo estudantes. É crucial discutir temas relacionados à saúde estética, procedimentos estéticos e dermocosméticos, para evidenciar como os enfermeiros podem aplicar seus conhecimentos técnicos e científicos de maneira eficaz. Além disso, essa atuação deve sempre respeitar a integridade física e moral dos pacientes, garantindo um cuidado ético e seguro (Cardoso, 2019).

Um levantamento realizado pela Sociedade Brasileira de Dermatologia em 2016 revelou que o mercado de tratamentos estéticos movimenta mais de 60 bilhões de dólares anualmente em todo o mundo. Os enfermeiros estão ampliando suas áreas de atuação para incluir a estética, buscando reconhecimento e espaço para atuar na prevenção de problemas relacionados ao envelhecimento. Essa atuação visa também promover não apenas a restauração da beleza, mas também a longevidade e o bem-estar social e emocional dos pacientes (Andrade; Dal Bem; Sana, 2014).

No Brasil, tem-se observado um aumento na valorização dos cuidados estéticos; no entanto, a presença do enfermeiro nesse campo ainda precisa ser mais divulgada. Ademais, é necessário acompanhar o desfecho dos processos judiciais que envolvem a prática estética na enfermagem para esclarecer quais procedimentos podem ser realizados por esses profissionais de forma definitiva (Andrade, Dal Bem; Sana, 2014).

O enfermeiro especialista em enfermagem estética deve ter uma formação sólida que englobe graduação e pós-graduação especializada na área, além de pelo menos 100 horas de prática supervisionada. Esta formação avançada, além das matérias tradicionais da enfermagem, inclui tópicos como bioética, terapia a laser, eletroterapia, fitoterapia aplicada à estética, micropigmentação básica, preenchimento facial e cosmetologia aplicada. Esta fusão de saberes habilita o profissional a operar com habilidade na área estética, ampliando suas possibilidades para além do contexto hospitalar e da saúde pública (Silva *et al.*, 2023).

O trabalho nessa área impacta diretamente a autoestima e o bem-estar dos clientes ao abordar diversos aspectos da vida humana — biológica, emocional, física, social e até espiritual. A aparência pode influenciar a saúde mental e física dos indivíduos, podendo desencadear distúrbios de imagem, transtornos alimentares e depressão. Com isso em mente, surge a questão: A enfermagem desempenha um papel significativo na estética? Este estudo busca explorar como o mercado estético dentro da enfermagem pode atrair mais clientes e alcançar o sucesso.



Com base nos estudos e pesquisas realizadas nesse trabalho, iremos abordar como a enfermagem estética pode se tornar uma área de atuação promissora para os profissionais de saúde. Exploraremos os métodos para atrair clientes, destacando a importância da personalização dos serviços, da construção de relacionamentos de confiança e da valorização do autocuidado. Além disso, discutiremos estratégias para que os enfermeiros se destaquem nesse mercado em expansão, garantindo não apenas o sucesso profissional, mas também inovação é a satisfação dos clientes que buscam cuidados estéticos de qualidade.

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura com metodologia qualitativa que tem como objetivo analisar o impacto do empreendedorismo na enfermagem estética e como os enfermeiros estão transformando o mercado de beleza e bem-estar. A coleta de dados foi realizada por meio de artigos científicos em bases de dados eletrônicas, como SCIELO e Google Acadêmico, utilizando artigos científicos que abordem o tema em questão.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos artigos foram:

- Artigos completos e gratuitos;
- Publicados no idioma português;
- Publicados nos últimos nove anos (2014 a 2023);
- Que apresentassem a temática relacionada ao empreendedorismo na enfermagem estética.

Foram excluídos do estudo:

- Teses e dissertações;
- Artigos incompletos ou que não fossem de acesso gratuito;
- Artigos que apresentassem diagnósticos não confirmados ou que fugissem da temática proposta.

A pesquisa foi realizada utilizando os termos “empreendedorismo na enfermagem estética”, “enfermeiros no mercado de beleza” e “enfermagem estética e bem-estar”. A busca foi concentrada nas plataformas SCIELO e Google Acadêmico devido à sua relevância na disponibilização de artigos científicos na área da saúde e ciências humanas.

Foram encontrados inicialmente 85 artigos relacionados aos termos “empreendedorismo na enfermagem estética”, “enfermeiros no mercado de beleza” e “enfermagem estética e bem-estar” nas plataformas SCIELO e Google Acadêmico.

Após uma triagem inicial, 35 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 50 artigos para uma avaliação mais criteriosa. Entre os artigos restantes, 37 foram descartados por apresentarem diagnósticos não confirmados ou abordagens que fugiam da temática proposta. Assim, foram utilizados 13 artigos na construção desta revisão.

Os artigos selecionados foram submetidos a uma análise criteriosa, onde foram avaliados quanto à relevância, originalidade e contribuição para a área de estudo. As informações foram categorizadas e analisadas com base no impacto do empreendedorismo na área da enfermagem estética, visando identificar como os enfermeiros têm transformado o mercado de beleza e bem-estar.

Embora o foco deste trabalho seja utilizar referências de 2019 a 2023, algumas fontes anteriores, datadas de 2014 a 2018, foram incluídas devido à sua relevância e contribuição

significativa para o tema abordado. Essas referências mais antigas oferecem uma base teórica sólida e contextualizam o desenvolvimento das práticas e conceitos atuais na área.

Além disso, muitas das pesquisas e teorias estabelecidas nesse período ainda são amplamente reconhecidas e utilizadas em estudos recentes, o que demonstra sua importância contínua. A inclusão dessas referências enriquece a análise, permitindo uma compreensão mais abrangente da evolução do conhecimento na área.

Por fim, ao integrar tanto fontes recentes quanto algumas mais antigas, busco proporcionar uma visão equilibrada e contextualizada do tema, garantindo que as informações estejam fundamentadas em um espectro amplo de conhecimentos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura evidencia um impacto crescente do empreendedorismo na enfermagem estética, demonstrando como enfermeiros têm expandido suas funções para o setor de beleza e bem-estar. Esses profissionais estão cada vez mais se afastando do ambiente hospitalar tradicional e adotando práticas que visam a elevação da autoestima e a promoção do bem-estar dos clientes.

De acordo com Andrade, Dal Bem e Sanna (2015), a enfermagem estética se configura como um novo campo de atuação que permite aos enfermeiros diversificarem suas carreiras. Este segmento não apenas proporciona reconhecimento profissional, mas também se apresenta como uma oportunidade de empreendedorismo em uma área que combina cuidados de saúde e estética. A crescente demanda por procedimentos estéticos seguros e de alta qualidade é um fator que impulsiona a expansão desse mercado, com o foco não apenas na melhoria da aparência, mas também na prevenção de problemas associados ao envelhecimento.

Além disso, a formação especializada dos enfermeiros estetas, que abrange disciplinas como bioética, cosmetologia e práticas supervisionadas, é crucial para assegurar uma atuação responsável e ética (Silva *et al.*, 2023). Essa qualificação permite que os enfermeiros realizem procedimentos estéticos em conformidade com os princípios legais e éticos estabelecidos.

A Resolução 529/2016 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) desempenha um papel vital na regularização e legitimação da prática de enfermagem estética, oferecendo respaldo jurídico. Contudo, o reconhecimento desta área ainda precisa ser ampliado, tanto entre os profissionais de enfermagem quanto no público em geral. A pesquisa revelou que, apesar do crescimento do setor, ainda persiste uma falta de compreensão sobre o papel do enfermeiro na estética no Brasil.

A expansão da enfermagem estética apresenta um cenário promissor de oportunidades para os profissionais, tanto em termos financeiros quanto de diversidade de atuação, ao integrar conhecimentos científicos e técnicos no cuidado estético de forma holística. Segundo Andrade, Dal Bem e Sanna (2015), o mercado de estética movimenta bilhões de dólares anualmente, criando um campo robusto para o empreendedorismo na enfermagem. No entanto, para consolidar essa atuação, é fundamental que os enfermeiros atualizem continuamente suas competências por meio de cursos e especializações, atendendo às exigências de um mercado que prioriza segurança e qualidade.

A formação contínua e específica, como destacado por Silva *et al.* (2023), é essencial para que os profissionais atuem com segurança e dentro dos parâmetros éticos. Disciplinas focadas em estética e práticas supervisionadas contribuem para que os enfermeiros



estejam bem preparados, minimizando riscos de conflitos judiciais que possam ocorrer por interpretações equivocadas das regulamentações. Além das competências técnicas, a enfermagem estética exige habilidades em empreendedorismo, como a construção de uma marca pessoal forte e uma presença digital ativa, que são decisivas para atrair e fidelizar clientes em um mercado competitivo.

O uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial (IA) e realidade aumentada (RA), tem revolucionado o setor, oferecendo vantagens significativas. A IA pode ser aplicada para análises detalhadas de pele, facilitando a personalização dos tratamentos e aumentando a precisão das avaliações. Softwares de machine learning também podem prever resultados de procedimentos, aumentando a segurança e satisfação do cliente. Já a RA permite que os pacientes visualizem resultados esperados, como preenchimentos ou tratamentos com botox, antes de realizá-los, o que ajuda a alinhar expectativas e reduz a ansiedade.

Além disso, a telemedicina e as consultorias online são recursos valiosos para o setor, permitindo avaliações iniciais e acompanhamentos a distância, o que amplia o acesso a clientes em locais remotos ou com agendas ocupadas. Práticas e produtos eco-friendly, como cosméticos sustentáveis e técnicas que minimizam o uso de materiais descartáveis, também contribuem para uma imagem positiva e atraem clientes que valorizam a sustentabilidade.

A coleta e análise de dados sobre preferências dos clientes e eficácia dos tratamentos permitem uma adaptação contínua dos serviços, facilitando a criação de procedimentos e campanhas de marketing mais alinhadas às necessidades do público-alvo. O uso de dispositivos de monitoramento biométrico, como sensores que avaliam a hidratação da pele durante os procedimentos, possibilita uma abordagem mais personalizada e segura, ajustando o tratamento conforme a resposta do paciente.

O marketing digital é outra ferramenta essencial para o enfermeiro na estética, permitindo compartilhar informações sobre cuidados estéticos e reforçar a imagem de especialista. Ao criar conteúdo relevantes em redes sociais, blogs e podcasts, o profissional fortalece a confiança do cliente e expande seu alcance.

A integração dessas inovações torna o enfermeiro um profissional diferenciado e qualificado no mercado estético, oferecendo experiências personalizadas e tecnológicas que atendem às demandas contemporâneas. Dessa forma, a enfermagem estética se consolida não só como uma área de cuidados físicos, mas também como promotora de bem-estar integral, elevando a autoestima e a qualidade de vida dos pacientes, e solidificando o papel do enfermeiro como um agente de saúde integral.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que a enfermagem estética representa uma nova e promissora área de atuação, oferecendo aos enfermeiros a oportunidade de expandir seu campo de trabalho para o setor de beleza e bem-estar. Este estudo destaca que, além de valorizar e diversificar a profissão, a enfermagem estética responde a uma crescente demanda por procedimentos estéticos seguros e qualificados, contribuindo para a promoção do bem-estar físico e emocional dos pacientes. A regulamentação estabelecida pela Resolução 529/2016 do COFEN é essencial para garantir a legalidade e a segurança dos procedimentos, assegurando que a prática seja realizada dentro de padrões éticos rigorosos.

A formação contínua e especializada em disciplinas como bioética, cosmetologia e

técnicas avançadas confere aos enfermeiros estetas a competência necessária para atuar nesse campo com profissionalismo. Além disso, a incorporação de inovações tecnológicas e práticas sustentáveis reforça a imagem do enfermeiro esteta como um profissional comprometido com a excelência e a responsabilidade social.

Contudo, é necessário ampliar o reconhecimento da enfermagem estética tanto entre os próprios profissionais de saúde quanto entre o público em geral. O fortalecimento da presença digital, o uso de marketing estratégico e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras são fundamentais para que esses profissionais se destaquem em um mercado cada vez mais competitivo. Conclui-se, portanto, que a enfermagem estética não apenas agrega valor ao campo da saúde, mas também se apresenta como uma área de atuação enriquecedora, que promove o autocuidado e contribui para a qualidade de vida dos pacientes, consolidando o enfermeiro como um agente fundamental no cuidado integral e na promoção do bem-estar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. D. C., BEN, L. W. D., & SANNA, M. C. Empreendedorismo na Enfermagem: panorama das empresas no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 1, p. 40-44, 2015.
- ANDRADE, M., DAL BEM, A., & SANNA, M. C. Oportunidades de empreendedorismo na enfermagem estética: uma revisão de mercado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2015.
- CARVALHO, L. R., & OLIVEIRA, M. F. Aplicação da inteligência artificial e da realidade aumentada no cuidado estético: inovações e perspectivas. **Revista Saúde e Tecnologia**, 15(2), 59-67. 2021
- CARDOSO, Ana Caroline et al. **Atuação do enfermeiro na área da estética**: mercado de trabalho e empreendedorismo. 2019.
- COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen nº 529/2016. **Normatiza a atuação do Enfermeiro na área de Estética**. 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução nº 529, de 25 de agosto de 2016**. Dispõe sobre a atuação do enfermeiro na estética e dá outras providências. Disponível em: [link para a resolução]. Acesso em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-n-5292016_45989.html
- FREITAS, L. B. & SOUZA, C. F. Protocolos estéticos na enfermagem: uma abordagem baseada em evidências. **Revista de Ciências da Saúde**, 2018.
- GOMES, A. R. & LIMA, S. T. A importância do atendimento individualizado em procedimentos estéticos. **Revista Brasileira de Enfermagem Estética**, 2019.
- LIMA, M. S., & SANTOS, P. H. Monitoramento biométrico na estética: inovações em dispositivos e segurança no atendimento. **Tecnologia e Saúde**, 14(3), 101-109. 2022.
- MARTINS, S. D., & ALMEIDA, R. J. Impacto das práticas eco-friendly na estética: percepção dos clientes e estratégias de fidelização. **Journal of Sustainable Health**, 8(1), 14-25.2022
- NOGUEIRA, R. ET AL. O enfermeiro esteta: um estudo sobre a qualificação profissional e prática segura. **Journal of Aesthetic Nursing**, 2021.
- RODRIGUES, T. A., & PEREIRA, V. G. Marketing digital e a construção da marca pessoal na enfermagem estética. **Revista de Marketing em Saúde**, 3(1), 89-96. 2020
- SILVA, Roberto Carlos et al. Nursing Care to Traumatic Brain Injury Patients: An Integrative Review. **Health and Society**, v. 3, n. 1, p. 202-223, 2023.
- SILVA, J. A. & SOUZA, P. R. Estratégias de marketing para profissionais de enfermagem estética. **Journal of Nursing and Marketing**, 2022.
- SILVA, M. A., et al. A formação do enfermeiro para a atuação na área de estética: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem Estética**, 2020.



18

MARKETING DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS PARA COMPETITIVIDADE E O ENGAJAMENTO DOS ESTUDANTES NO BRASIL

Shyrleide Leite Menezes Maciel¹
Rômulo César Dias de Andrade²
Marcella Carolina Pinheiro Reis³
Giselly Fernanda Lima de Moura⁴

1 Mestranda em Gestão, Inovação e Consumo, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru-PE
2 Doutor em Ciência da Computação, Universidade Federal de Pernambuco, Olinda-PE
3 Mestranda em Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG
4 Graduanda em Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, Caruaru-PE

Resumo

Analizando as estratégias de marketing digital adotadas pela Universidade de Pernambuco (UPE) e seus impactos no desempenho institucional em um cenário de alta competitividade no ensino superior, marcado pela expansão das instituições de Ensino Superior (IES) e desafios econômicos, o marketing digital emerge como uma ferramenta essencial para atrair e reter estudantes, além de construir uma imagem positiva. O estudo utiliza métodos quantitativos e qualitativos, incluindo questionários aplicados a 163 alunos e entrevistas com membros de núcleos acadêmicos. Os resultados mostram que a comunicação digital, principalmente via mídias sociais e websites é eficaz na promoção da UPF, mas enfrenta limitações como infraestrutura inadequada e falta de sinalização nos campi. A pesquisa destaca que as estratégias digitais são, em grande parte, conduzidas por estudantes, que utilizam redes sociais para engajar o público e promover eventos. Conclui que as IES precisam fortalecer o marketing digital para se destacar em um mercado competitivo, aprimorando a interação com o público-alvo e promovendo uma experiência educacional satisfatória, sendo fundamental para alcançar a vantagem competitiva.

Palavras-chave: Estratégias, Marketing Digital, Instituições de Ensino Superior, Estratégias Digitais, Vantagem Competitiva

Abstract

Analyzing the digital marketing strategies adopted by the University of Pernambuco (UPE) and their impacts on institutional performance in a highly competitive higher education scenario, characterized by the expansion of Higher Education Institutions (HEIs) and economic challenges, digital marketing emerges as an essential tool for attracting and retaining students, as well as building a positive image. The study employs quantitative and qualitative methods, including questionnaires applied to 163 students and interviews with members of academic committees. The results show that digital communication, especially through social media and websites, is effective in promoting UPE but faces limitations such as inadequate infrastructure and lack of campus signage. The research highlights that digital strategies are largely driven by students, who use social networks to engage the audience and promote events. It concludes that HEIs need to strengthen digital marketing to stand out in a competitive marketing, improving interaction with the target audience and promoting a satisfactory educational experience, which is fundamental to achieving a competitive advantage.

Keywords: Strategies, Digital Marketing, Higher Education Institutions, Digital Strategies, Competitive Advantage



1. INTRODUÇÃO

Diante da forte crise econômica que o país vem passando desde meados de 2014, juntamente, com os avanços tecnológicos e, principalmente, pela ascensão da internet, houve drásticas mudanças nos cenários político, econômico e sociocultural da sociedade hodierna. Entre eles, o declínio da oferta de emprego no mercado de trabalho, exigindo cada vez mais do profissional uma maior eficiência e a capacidade de se reinventar, constantemente, além de um ensino superior de qualidade, com isso surgiu a necessidade de um maior investimento nesta área, já que exerce um papel de suma importância no desenvolvimento do país.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), houve no Brasil, entre 2014 e 2017, um aumento de 3,38% no número de IESs, sendo esse crescimento dividido entre universidades, centros universitários e faculdades. Tendo hoje um total de 2.448 Instituições de Ensino Superior (IESs) espalhadas pelo país, sendo 296 no setor público e 2.152 no âmbito privado. O número de matrículas também aumentou, significativamente, tendo uma variação de 5,86%. E se os dados forem considerados levando em conta o número de cursos, há uma variância ainda mais relevante, pois passaram de 32.878 para 35.380, representando 7,61%.

Com isso, percebe-se que, embora, diante de um cenário de recessão econômica o número de IES e a oferta de vagas vêm aumentando e a demanda por estas não é diferente. O que no final do século XX não era tão acirrado.

Desta forma, as IESs vêm aumentando a necessidade de atrair a atenção de seu público-alvo, e para isso vêm recorrendo às mídias digitais devido à grande agilidade e rapidez deste recurso e por ser, atualmente, um ambiente que pode ser considerado de maior interesse pela sociedade contemporânea e uma grande ferramenta de negócio.

As mídias digitais dão uma grande ênfase ao marketing digital, que surgiu por volta da década de 90 quando a internet se tornou disponível para toda a sociedade. O primeiro mecanismo que permitia serviços de divulgação online foi desenvolvido por Bill Gross, onde pessoas pagavam para ter seu serviço divulgado, consoante Marinho (2017). Logo após, só veio a crescer e, atualmente, o marketing digital é considerado o meio mais procurado por empresas e instituições de todos os tipos para divulgar o seu produto e atrair a atenção do seu público-alvo.

Segundo Kotler, Setiawan e Kartajaya (2016) “o marketing consiste em lidar com um mercado em constante mudança e que, para entender o marketing de ponta, deveríamos entender como o mercado vem evoluindo nos últimos anos”. Entendendo isso, é possível saber quais estratégias de marketing são necessárias para suprir as dificuldades que as IES vêm enfrentando, como por exemplo, atrair a atenção de seu público alvo, ser reconhecida no mercado e aumentar a satisfação dos discentes, docentes e demais colaboradores.

Visto isso, o presente artigo tem como objetivo “analisar as estratégias de marketing digital implementadas por uma instituição de ensino superior”, focando nos resultados que estas táticas trazem para a instituição. Considerando para estudo de caso a Universidade de Pernambuco (UPE), fazendo uma análise em todos os seus nove campi.

O estudo justificou-se, principalmente, pela necessidade que as IESs têm de se destacar no mercado tão acirrado e ganhar vantagem competitiva. Nesse mercado tão disputado as IES necessitam elaborar táticas eficazes para atrair a atenção de seu público alvo e formalizar uma relação com o mesmo. Desta forma, identificar quais as aspirações

de seus clientes e ter uma boa comunicação através de uma estratégia de marketing eficiente e eficaz é uma ótima forma de ganhar mais participação no mercado.

Este artigo está estruturado em seis seções. Após esta introdução, é apresentado um breve referencial teórico que busca discutir o marketing educacional, comunicação, instituições de ensino superior e internet e o marketing digital como estratégia em IESs, seguida da metodologia utilizada, logo em seguida são apresentados e discutidos os resultados obtidos através da coleta de dados e, por fim, é exposto as considerações finais em que são apontadas as conclusões obtidas junto com as limitações desta análise e possíveis propostas para futuros estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marketing Educacional

Na sociedade hodierna, onde o mercado vem se tornando cada vez mais competitivo e a necessidade das empresas de atrair a atenção do seu público-alvo vem aumentando constantemente, é imprescindível conhecer as expectativas do mercado e satisfazê-las da melhor forma. Sendo assim, Fortes (2001) destacou a importância de um planejamento de marketing para que as IESs consigam superar os desafios do mercado.

Outro autor que enfatiza o valor do marketing nas instituições educacionais é Massucheto (2001), ele cita a necessidade de levar em consideração o ponto de vista empresarial e de seus consumidores para ter vantagem competitiva no mercado.

Com isso, o marketing, que ocupa um lugar bastante relevante na vida das instituições, pois as auxilia a planejar e definir as estratégias necessárias, ajudando na sua divulgação e na captação e conservação dos clientes. Sendo o marketing uma tecnologia que abrange todos os setores, inclusive as organizações com ou sem fim lucrativo a American Marketing Association (AMA, 2013) o define como “a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para clientes, parceiros e sociedade em geral”. Desta forma, o marketing tem por objetivo aumentar a visibilidade da empresa e construir boas relações com seus consumidores, pois ele procura conhecer o cliente em potencial para que possa suprir as suas expectativas e persuadir este a realizar a compra.

E no mercado educacional que se encontra tão acirrado, atualmente, é imprescindível a utilização do marketing para atrair e conquistar o público alvo. Colombo (2005) destaca que o ensino não deve ser tratado como um mero produto, pois ele vai muito além disso, ele atende não só ao estudante, mas à sociedade de uma forma geral. Nesse contexto, é necessário a utilização de estratégias e ferramentas de marketing para satisfazer as expectativas e necessidades da sociedade contemporânea.

O marketing educacional é a parte do marketing que utiliza estratégias para promover a imagem da instituição e atrair cada vez mais alunos, pois ele permite que a IES tenha conhecimento do seu mercado-alvo e ofereça serviços de acordo com as necessidades de aprendizagem. Ou seja, deve-se conhecer o que o cliente em potencial espera de uma instituição para que esta possa conduzir suas ações com base nas expectativas dos possíveis alunos. Além, de conhecer o público-alvo é necessário atrair a sua atenção, Sousa (2004) afirma que a maneira que o site é construído, especialmente as palavras utilizadas e a arquitetura visual da página, são fatores que interferem na percepção do público sobre a instituição.



As instituições educacionais que estão passando por problemas e que percebem que dependem do mercado buscam no marketing uma forma de superar essas adversidades. Pois, perceberam que este é um instrumento fundamental para as orientar em como enfrentar o novo panorama da educação, desta maneira, o marketing deixou de ser um setor considerado desnecessário para se tornar uma das principais preocupações das instituições, que passaram a procurar entender melhor as ferramentas do marketing, que estão destacadas na figura a seguir:

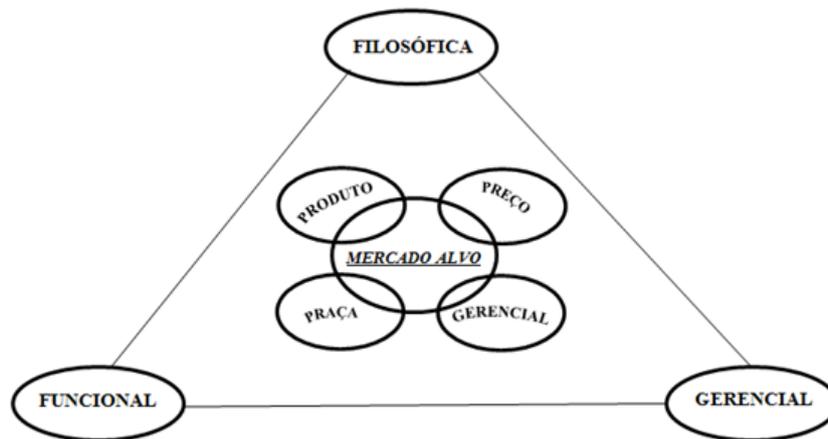


Figura 1. Uso das ferramentas de Marketing

Fonte: Elaborado pelos autores

Colombo (2005) cita que uma escola que não usa a comunicação e o marketing não existe na prática, pois estar presente em um meio de comunicação seria em sua visão, obrigatório.

O principal benefício que o marketing oferece às instituições educacionais é o sucesso mais eficiente no atendimento da missão, da organização, das suas atividades e na superação de diversos obstáculos que surgem, ganhando, desta forma, destaque no mercado. Com o auxílio do marketing, estas organizações têm um conhecimento mais abrangente do mercado e de suas reais necessidades e desejos, podendo supri-los e conquistar o cliente em potencial e estabelecer uma imagem positiva de sua instituição e ganhar vantagem competitiva no mercado tão acirrado.

Assim, as instituições de ensino superior (IES) vêm utilizando do marketing para entender o que a sociedade realmente aspira e informar aos clientes em potencial os cursos ofertados, métodos de ensino e criar uma imagem positiva no mercado, desta forma, o marketing tem o papel fundamental de construir a credibilidade das IESs.

2.2 Comunicação, instituições de ensino superior e internet

Nassar (2005, *apud* Barros e Matos, 2015) cita que a comunicação exerce um papel importante na criação da imagem da organização. Isso, devido ao fato dela estabelecer uma ligação entre a instituição e o público em geral, permitindo que a instituição conheça os reais desejos de seus clientes em potenciais e permita que a empresa divulgue seu produto, estabelecendo, assim, uma conexão instituição-cliente. Desta maneira, a comunicação tem todo o potencial para ser uma vantagem competitiva da instituição.

Sendo a comunicação um fator que exerce papel relevante na vida de qualquer organização, as IES necessitam do uso da comunicação para formar profissionais nas mais

variadas áreas do conhecimento e poderem entender o que os cidadãos e o país almeja.

A comunicação online com o público oferece diversas vantagens para a IES, como orientar suas operações nas necessidades e desejos de seu cliente em potencial, o que auxilia na busca por padrões de excelência para poderem concorrer no mercado cada vez mais competitivo. Para Bouças (2013, *apud* Zambon et al., 2015, p. 410):

“A internet já se tornou o terceiro veículo de comunicação de maior alcance no Brasil, atrás apenas do rádio e TV, além disso, 87% dos internautas utilizam a rede para pesquisar produtos e serviços antes de adquiri-los. Outro dado relevante é que, antes de comprar, 70% dos consumidores buscam por opiniões de terceiros, registradas on-line”.

Desta forma, percebe-se que a internet é uma excelente forma das IESs se promoverem no mercado e atraírem a atenção do seu público alvo alcançando uma posição satisfatória no meio digital, para Bravin (2009), é importante que a instituição através da comunicação seja lembrada pelos alunos, para isso, é necessário que ela desenvolva um site e um plano de comunicação eficaz e que seja orientado para o mercado, demonstrando as principais características pelo qual deseja ser lembrado. Além disso, a IES deve analisar os sites de seus concorrentes para poder elaborar uma estratégia digital que se destaque das demais.

Torres (2009) cita que as estratégias de marketing digital têm se mostrado eficazes para o alcance dos objetivos das organizações. Conforme Cintra (2010), este tipo de marketing permite, ampliar o controle sobre o desempenho das promoções, analisar o grau de lealdade dos clientes, apoiar no recrutamento do público-alvo e supervisionar e dirigir a força de vendas da organização.

2.3 Marketing digital como estratégia em IESs

Não sendo uma técnica tão atual, o marketing surgiu há mais de 50 anos e veio se adaptando aos tempos e ao mercado de maneira tão surpreendente e eficaz a ponto de se tornar indispensável para o sucesso de qualquer empresa. O marketing desenvolveu-se no pós-guerra quando ocorreu um maior avanço de industrialização mundial, momento em que houve o aumento da competição entre as empresas e a consequente disputa pelos mercados. E na década de 90 evoluiu para o meio digital tornando-se indispensável para qualquer instituição, seja para auxiliar a superar uma adversidade ou para ajudá-la a ter vantagem competitiva no mercado.

As IESs vêm passando por diversas dificuldades, entre essas adversidades encontram-se a acirrada concorrência, a dificuldade de atrair a atenção do público alvo e a evasão dos estudantes do curso escolhido, isso devido ao não atendimento das expectativas dos mesmos, como problemas como a má localização do campus, estrutura, flexibilidade de horários e até mesmo a qualidade do ensino, perdendo, assim, espaço para a concorrência. Desta forma, as IESs perceberam que precisavam se reinventar, modificar seus processos e rotinas se quiserem se manter no mercado e alcançar resultados positivos e consistentes dentro de um ambiente cada vez mais dinâmico, neste contexto, entra a suma importância do marketing para uma IESs, pois ele irá buscar compreender o que os alunos em potencial aspiram e permitir que a organização supra seus desejos e aprimore sua relação com seus clientes -os estudantes. Com isso, Kotler e Fox (1994, p. 95, *apud* Oliveira; Giroletti e Jeunon, 2018) citam que “as instituições tornaram-se realmente conscientes de marke-



ting quando seus mercados passaram a sofrer mudança”.

Nesse contexto, a melhor maneira de se conectar com o seu público alvo, ter uma melhor compreensão das suas expectativas, comunicação e promover-se aos clientes em potencial é estar no meio mais utilizado pelos mesmos, ou seja, a internet, se tornando, assim, o marketing digital uma grande ferramenta para uma IES.

Vicenzi (2018) cita que a comunicação digital se tornou uma ferramenta de suma importância para que as instituições alcancem seu público. Desta forma, o site é o principal meio de acesso às instituições na internet, pois é através deles que as instituições de ensino superior irão se comunicar com seu cliente em potencial. As vantagens de um meio digital não são apenas às organizações, mas também para seu público em potencial, o que favorece de certa maneira a imagem da instituição.

Vantagens do canal digital
- Informações instantâneas dos produtos
- Ampla diversidade de seleções
- Revisão de produtos por consumidores e dicas
- Conteúdo editorial e recomendações
- Engajamento social e diálogo de mão dupla
- Conveniência de acesso a qualquer coisa, em qualquer tempo, em qualquer lugar

Figura 2. Vantagens dos canais digitais para os consumidores digitais

Fonte: Adaptado de RIGBY (2011, p. 72, *apud* VICENZI, 2018, P. 211)

Assim, percebe-se que ambas as partes são beneficiadas pelo meio digital, trazendo fontes mais confiáveis para o público alvo e para as IESs uma maneira mais rápida de divulgar seu serviço no mercado.

3. METODOLOGIA

O estudo realizado é da natureza descritiva, que segundo Barros e Matos (2015), é realizado o estudo e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador. Também se apresenta como um estudo de caso, que por sua vez tem como objetivo servir como uma base para estudos sobre o assunto. Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica e quantitativa, a primeira é a etapa inicial do estudo e consiste em obter informações para que este seja concretizado, enquanto, a segunda permite mensurar e quantificar os dados para poder debater sobre o que foi imaginado no começo da análise.

Como método de coleta de dados, foi realizado um levantamento (*survey*) a partir do uso de um questionário, ou seja, perguntas aplicadas para se obter informações mais concretas. Este questionário foi aplicado com 163 alunos de todos os campi da UPE (Arcoverde, Caruaru, Garanhuns, Nazaré da Mata, Palmares, Petrolina, Salgueiro e Recife). Sendo composto por sete questões, e aplicado no período de Julho à Agosto de 2019, onde a maioria das questões foram fechadas e de múltiplas escolha, mas dando sempre a oportunidade ao universitário de acrescentar algo que não estivesse nas alternativas e que o mesmo achasse relevante.

Além disso, foram realizadas 9 entrevistas a partir de um roteiro de questões com alguns membros de núcleos acadêmicos, com o objetivo de coletar informações para analisar as estratégias de marketing digital implementadas por uma instituição de ensino superior e demonstrando os resultados que estas estratégias trazem para a instituição.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Tratamento e análise de dados

Para realizar este estudo foi utilizada distribuição de frequência, porcentagem e gráficos.

4.2 Resultados e discussão

4.2.1 Perfil dos alunos que responderam os questionários

Obteve-se um total de 163 repostas, sendo o campus de Caruaru com o maior número de respostas 45,40 (74 respostas) e os demais campus com uma porcentagem bem distribuída. Abrangendo, desta forma, todos os cursos da UPE. Do total de respostas obtidas 8 (4,90%) foram de alunos que já concluíram a sua graduação, 30 (18,40%) respostas de universitários que estavam prestes a concluir, 59 (36,20%) que cursam entre o 4º e 6º período e 66 (40,50%) de estudantes recém chegados à universidade, ou seja, que cursam entre o 1º e 3º período.

4.2.2 Discussão da opinião dos alunos sobre o marketing digital da UPE

62,50% dos alunos percebem algum tipo de marketing utilizado na promoção da imagem da Universidade. Enquanto, 37,40% dos alunos nunca notaram algum tipo de marketing na promoção da mesma. Já em relação aos meios de comunicação que os universitários tiveram contato com a divulgação da instituição encontra-se levando em conta que alguns alunos tiveram contato em mais de um meio):

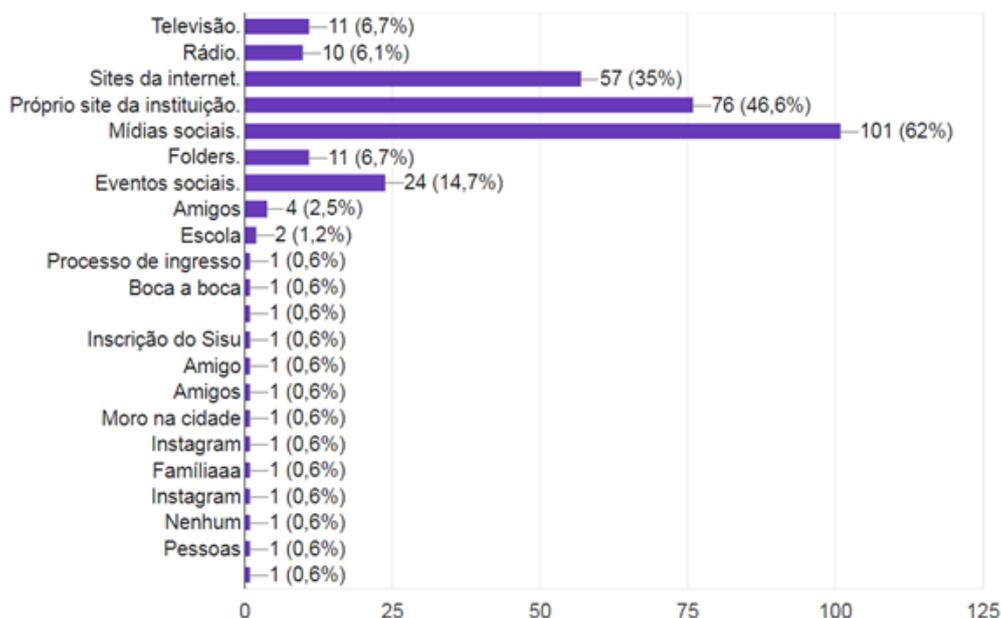


Figura 3. Meios de comunicação que os alunos tiveram contato com a divulgação da instituição

Fonte: Elaborado pelos autores

Com isso, percebe-se que as mídias sociais e sites tanto específicos (da própria instituição) como sites gerais estão entre os meios mais utilizados pelos jovens para a escolha da instituição de ensino e também, por consequência, os meios que as instituições mais utilizam para se promoverem.

Os estudantes também citaram alguns dos problemas que encontram ao chegar na instituição, entre os principais encontram-se a dificuldade de acesso ao campus, a estrutura da instituição e informações e sinalização interna.

Sendo assim, os universitários avaliam o marketing digital da UPE com notas de 1 a 10 distribuídas da seguinte maneira:

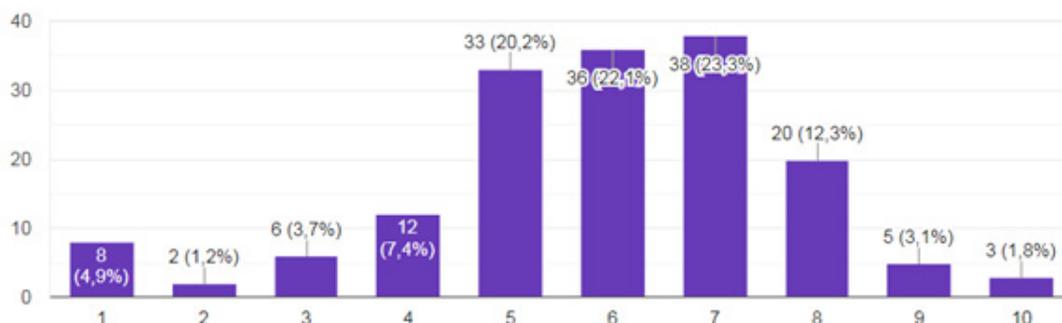


Figura 4. Notas dadas pelos universitários ao marketing digital da UPE

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2.3 Discussão da opinião de alunos de Núcleos Acadêmicos sobre o marketing digital da UPE

Durante as entrevistas, foi percebido que o marketing da instituição é delegado em grande parte pelos próprios alunos dos núcleos acadêmicos e até mesmo por alguns estudantes que não pertencem à nenhum núcleo, sendo estes responsáveis pelas publicações em redes sociais como *facebook*, *instagram* e *whatsapp* e pela criação de páginas e hashtags da Universidade. Além, dos mesmos ficarem à frente de eventos sociais que promovem a imagem da instituição. Dos entrevistados, 55,55% (5 entrevistados) responderam que estavam satisfeitos com o marketing digital da instituição e que acham que está trazendo bons resultados, já 44,44% (4 entrevistados) responderam que, embora consideram que estavam realizando um bom trabalho, tem muito a se melhorar e que o alcance pode ser bem maior.

Durante a entrevista pode-se confirmar que o marketing digital é um excelente caminho para promover a imagem das IESs:

Segundo a entrevistada 1, “damos importância à divulgação na pág. do instagram, por considerarmos este o modo mais fácil de chamar a atenção das pessoas”, continua ainda, “a gente procura movimentar sempre a pág.... para que as pessoas possam ver o progresso que a nossa faculdade está tendo” (Entrevista 1).

Já o entrevistado 8 complementa que “desde a criação do perfil conseguimos um número razoável de seguidores e que só está crescendo” (Entrevista 8).

E o entrevistado 7 cita que “tivemos um número bastante significativo do au-

mento de alunos nos últimos dois anos, creio que a nossa divulgação nas redes sociais ajudou bastante nesse aumento” (Entrevista 7).

De acordo, com o entrevistado 4 “acho que estamos fazendo um bom trabalho, mas acho que pode melhorar e chamar a atenção de mais alunos e incentivá-los a virem para a nossa faculdade” (Entrevista 4).

Desse modo, é possível observar que as IES percebem e já utilizam o marketing para se promoverem no mercado, sendo um ponto bastante enfatizado pelas mesmas, além de estimularem a criatividade e habilidades de marketing nos estudantes, uma vez que grande parte fica por responsabilidade dos próprios universitários e não por profissionais especializados na área. E que estes também têm uma visão da importância do marketing digital e que procuram dar o seu melhor para que a instituição ganhe visibilidade por parte do público alvo.

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo “analisar as estratégias de marketing digital implementadas por uma instituição de ensino superior” e observou-se que as IESs estão bastante cientes da importância de um marketing digital em sua empresa e que dão uma certa atenção para este assunto. O que traz a ideia de Kotler e Fox (1994, *apud* Oliveira; Giroletti e Jeunon, 2018) que citam que as instituições se conscientizaram sobre o marketing quando o mercado passou a sofrer mudanças.

E ainda reafirma a ideia de Vicenzi (2018) que diz que o meio digital se tornou uma ferramenta importante para auxiliar as instituições a alcançarem seu público e, assim, o seu objetivo. Verificando como principais meios para divulgar o seu serviço os sites, entre eles o da própria instituição ganha um enorme destaque, outro principal meio são as mídias sociais.

REFERÊNCIAS

- AMA – American Marketing Association. **Definitions of marketing**. 2013. Disponível em: <<https://www.ama.org/the-definition-of-marketing/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BARROS, D. M. L. ; MATOS, N. S. A importância da comunicação organizacional interna e dos feedbacks gerenciais. **Revista de Administração**, v. 13, n. 23, p.3-20, 2015.
- BRAVIN, Flávia Helena Dante Alves. **Comunicação do posicionamento de marketing das instituições de ensino superior**. 2009. 265p. Tese (Doutorado em Administração) –Universidade de São Paulo, 2009.
- CINTRA, F. C. Marketing digital: a era da tecnologia on-line. **Investigação**, v. 10, n. 1, p. 6- 12, 2010.
- COLOMBO, S. S. **Marketing Educacional Em Ação Estratégias E Ferramentas**. Bookman, 2005.
- FORTES, C. M. **Implantação de política de marketing em instituições de ensino**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- KOTLER, P. ; SETIAWAN, I. ; KARTAJAYA, H. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- MARINHO, Bruno. **Marketing digital quando surgiu?**. 2017. Disponível em: <<http://marketingemidiassociais.com.br/blog/marketing-digital-quando-surgiu/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.



MASSUCHETTO, M. L. **A importância do marketing no mercado educacional**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, 2001.

OLIVEIRA, T. R. F. G.; GIROLETTI, D. A.; JEUNON, E. E. Fatores de influência na escolha da Instituição de Ensino Superior – Estudo de Caso em uma IES Privada de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, Opinião e Mídia. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 141-158, 2018.

SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2004. 2. ed. Porto:

TORRES, C. **A Bíblia do marketing digital**. São Paulo: Novatec, 2009.

VICENZI, T. K. **Fundamentos Em Marketing Digital**. Uniasselvi, 2018.

ZAMBON, M. S.; GIULIANI, A. C.; PIZZINATTO, A. K.; ZACCARIA, R. B.; PITOMBO, T. C. T. Importância dos Sites das IESp para a Atração de Alunos em São Paulo: o caso dos discentes de Administração na Unip, Uninove e Anhanguera. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 401-430, 2015.

19

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS NÍVEIS DOS PEQUENOS EMPREENDEDORES DE CARUARU - PE

Shyrleide Leite Menezes Maciel¹
Mirella Karine Alves Da Silva²
Rômulo César Dias de Andrade³
Marcella Carolina Pinheiro Reis⁴

1 Mestranda em Gestão, Inovação e Consumo, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru-PE
2 Graduada em Administração, Universidade de Pernambuco, Caruaru-PE
3 Doutor em Ciência da Computação, Universidade Federal de Pernambuco, Olinda-PE
4 Mestranda em Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG

Resumo

Contexto: A pandemia do coronavírus, trouxe preocupações e mudanças nas organizações, acelerando o processo de transformação digital das empresas. Objetivo: Este trabalho propõe através de uma metodologia exploratória investigar, identificar e comparar com o cenário nacional o nível de transformação digital das empresas da região de Caruaru-PE. Resultados: Os principais resultados obtidos através desta pesquisa comprovam que os empreendedores estão bastante cientes da importância transformação digital para a sua empresa e que a maioria dá uma certa atenção para este assunto. Conclusão: A transformação digital em Caruaru iniciou-se de forma acelerada, índices muitos parecidos com a esfera nacional, porém ainda é preciso entender e capacitar os empresários em relação as suas estratégias de negócios digitais.

Palavras-chave: Transformação Digital, Empreendedorismo, Organizações, Estratégias, Negócios Digitais

Abstract

Context: The coronavirus pandemic brought concerns and changes to organizations, accelerating the digital transformation process of companies. Objective: This work proposes, through an exploratory methodology, to investigate, identify and compare the level of digital transformation of companies in the Caruaru-PE region with the national scenario. Results: The main results obtained through this research prove that entrepreneurs are very aware of the importance of digital transformation for their company and that most of them pay some attention to this subject. Conclusion: The digital transformation in Caruaru started in an accelerated way, indexes very similar to the national sphere, however it is still necessary to understand and train entrepreneurs in relation to their digital business strategies.

Keywords: Digital Transformation, Entrepreneurship, Organizations, Strategies, Digital businesses

1. INTRODUÇÃO

As maneiras de comercializar tiveram uma grande transformação nos últimos anos, estas mudanças se deram a partir da explosão tecnológica que vem ocorrendo desde a chegada da *internet*, onde trouxe diversas facilidades e, até mesmo, comodidade aos consumidores que não precisam sair de suas casas para adquirir os produtos almejados. Pois, a facilidade de encontrar os bens e serviços desejados pela *internet* resulta naturalmente na aquisição destes bens de consumo pelo meio virtual, uma vez que há mais variedade nas lojas virtuais do que nos comércios locais.

Com isso, outra transformação importante foi a modificação das relações de trabalho nos diversos setores da economia, conforme o *World Economic Forum* (2016 *apud* Lamb, 2020). Onde, a adoção de tecnologias digitais tornou-se requisito essencial para qualquer empresa, seja ela pública ou privada. Tecnologias como, por exemplo, a Inteligência Artificial (IA) tornaram-se mais do que diferenciais competitivos em todos os setores, sendo decisivos para a preservação de negócios (Mckinsey, 2018 *apud* Lamb, 2020).

As empresas estão buscando alocar os recursos necessários para desenvolver suas atividades, da melhor maneira possível, na busca de alcançar seus objetivos, sejam eles o lucro obtido que é percebido através da venda de seus produtos (bens e/ou serviços) ou a satisfação do cliente, sendo este percebido por meio da qualidade da prestação de serviços, conforme Cavalcante (2018). Onde, a melhor maneira de alocar os recursos de maneira eficiente e eficaz é se adaptando à era digital.

Visto isso, o presente artigo tem como objetivo comparar o nível de *transformação digital* dos pequenos empreendedores do município de Caruaru-PE, focando nos resultados que estas estratégias trazem para o alcance dos objetivos almejados pelo mesmo. Considerando para estudo de caso microempreendedores da cidade de Caruaru.

O estudo justificou-se, principalmente, pela necessidade dos microempreendedores de se destacar no mercado tão acirrado e ganhar vantagem competitiva diante das grandes empresas que já estão presentes na sociedade há anos. Pois, nesse mercado tão disputado, os empreendedores têm que desenvolver meios eficazes e eficientes de se destacarem e atrair cada vez mais clientes em potencial.

Este artigo está estruturado além desta introdução, com o referencial teórico que contém a *transformação digital*, *venda online* e os *gatilhos de venda online*, seguido da metodologia utilizada, logo após, se encontra a apresentação e discussão dos resultados obtidos através da coleta de dados e, por fim, é exposto as considerações finais onde é apresentado as conclusões obtidas, as limitações do estudo e propostas para futuros trabalhos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção descreve os diversos temas que serão tratados conforme o objetivo proposto, através de conceitos de diferentes autores, para que se obtenha uma visão mais ampla e um melhor entendimento sobre o assunto. Sendo abordado sobre a *transformação digital*, *venda online* e os *gatilhos de venda online*.



2.1 Transformação digital

Com a evolução da *tecnologia* já é comum termos como *Business Intelligence*, *internet* das coisas, indústria 4.0 e *big data*, mas poucas pessoas percebem que essas expressões representam o momento atual e não apenas conceitos de ficção científica, esses termos estão ligados à *transformação digital*, segundo informado pelo *site* Panorama Positivo (2019). Esta é o processo onde as organizações usam a tecnologia para aumentar seus resultados, ampliando o desempenho e a eficácia dos negócios. Atualmente, para uma empresa se manter ativa é necessário possuir estratégias para que se mantenha um negócio lucrativo e ganhe vantagem competitiva, para isso, a *transformação digital* auxilia um negócio tradicional a se tornar ágil e produtivo (Kuviatkoski, 2020).

Ela oferece à organização velocidade na resposta, atendimento personalizado, melhor desempenho, aumento do alcance da marca, além de priorizar clientes e funcionários. Ou seja, significa uma mudança estrutural nas empresas (Krause, 2019).

Porém, para que isso ocorra há diversos obstáculos a serem enfrentados e superados, entre eles se encontra a necessidade de harmonizar investimentos e retorno sobre este, podendo paralisar a transformação logo no início. Por isso, antes de se iniciar o processo de modificação, é necessário ser realizado uma análise ampla para a implementação, como, por exemplo, um acompanhamento das tendências, *start-ups* e inovações no mundo e quais impactos estas trazem para o mercado (Kuviatkoski, 2020).

David L. Rogers cita em seu livro “*Transformação Digital: repensando o seu negócio para a era digital*”, 5 domínios estratégicos em mutação que permitem a observação e estudo do “novo mundo” mais de perto, são eles: clientes, competição, dados, inovação e valor. Esse conjunto oferece estratégias e domínios ensinando como as organizações devem atuar no mercado para ganharem vantagem competitiva (Rabelo, 2020).

Esse processo de transformação se intensifica cada vez mais nas organizações à medida que aumenta a demanda do consumidor por uma melhor experiência, consoante Krause (2019). Rabelo (2020) cita que o primeiro passo é descobrir o que realmente o cliente almeja e necessita, ficando sempre atento que a tecnologia é uma aliada do empreendedor e não uma inimiga. Segundo Weill (2014, p. 16, *apud* Krause, 2019) “não estamos mais falando de ‘satisfação do cliente’, mas de ‘experiência do cliente’”.

Rabelo (2020) cita que a batalha atual é de disputa de influência entre empresas que possuem modelos de negócios bastante divergentes, porém com um objetivo em comum, a alavancagem diante ao consumidor final. A autora cita ainda que entre os domínios da *transformação digital* estão os dados, a inovação e o valor, onde o primeiro é a maneira como as empresas produzem, gerenciam e usam a informação, enquanto, o segundo é o processo onde novas ideias são desenvolvidas, testadas e lançadas no mercado. Já, o terceiro representa o valor que a empresa entrega ao cliente, onde confiar em proposta de valor imutável é dar vantagem ao concorrente com propostas de valor mais atraente.

O cenário da *transformação digital* trás duas realidades quanto à evolução da tecnologia nas organizações, uma delas são as empresas que já nascem no meio digital, com a vertente voltada para esse lado, e de outro as organizações tradicionais, com processos sólidos que tiveram que se adaptar ao meio digital, conforme Krause (2019). Onde, as empresas que já nasceram nesse novo ambiente possibilitam que a inovação seja encarada de maneira muito diferente dos negócios que tiveram que se modificar para se adaptarem ao novo cenário (Rabelo, 2020).

Uma grande mudança que a revolução digital trouxe para a sociedade é o *blockchain*, uma *tecnologia* que ficou conhecida devido á *criptomoeda Bitcoin*, sendo talvez uma re-

volução muito maior que a moeda em si, como informado pelo *site* Panorama Positivo (2019). *Criptomoeda* são moedas virtuais, consoante Schiochetti e Custódio (2019), onde não é exagero dizer que esse tipo tem o potencial de mudar a segurança na troca de dados e nos pagamentos entre pessoas ou instituições (Panorama Positivo, 2019).

2.1.1 Realidade virtual

Outro fator importante é a realidade virtual, que é a representação em 3D de um ambiente real, que representa uma experiência digital imersiva, que tem o poder de revolucionar a maneira de produzir e consumir um conteúdo, possibilitando que as ações referentes ao *marketing* e às vendas sejam feitas totalmente em 3D. O uso dessa tecnologia é super importante para apresentações corporativas, ensino à distância e diversas outras aplicações. Já existem casos de sucesso com a tecnologia da realidade virtual, que têm muito a avançar (Panorama Positivo, 2019).

O caminho para empreender nesse novo cenário é identificar oportunidades, colaborar e experimentar o desafio, caso contrário, a organização corre um grande risco de perder competitividade e ficar para trás (Kuviatkoski, 2020).

2.2 A venda online

O *marketing* digital ganhou notoriedade, quando se trata de venda e lançamento de marcas, fala de uma forma de alavancar uma empresa e uma maneira econômica de divulgação para microempreendedores. A realidade mostra que a maneira de fazer negócios está mudando, o *marketing* digital vai além do conceito de *marketing*, não é apenas entrar na *internet*, é ter planejamento, construção de estratégias e um plano de ação, dessa forma, o *marketing digital* e o tradicional devem andar juntos (Esquarcio, 2017).

A propaganda online tem um grande poder sobre a decisão de compra, isso porque o consumidor rapidamente é dirigido para a página da empresa e o processo é rápido, na divulgação tradicional, como *banner* e comercial na *tv*, os imprevistos e mudanças de decisão são mais propícios até o momento de ir ao *site* ou à empresa física. A *internet*, ainda tem muito a oferecer até mesmo para o pós compra, no contato com o cliente, de forma rápida, na qual se tem o retorno da satisfação do mesmo (Esquarcio, 2017).

Observando o cenário, a associação brasileira de comércio eletrônico aponta aumento de 180% das transações realizadas nos supermercados em todo país durante o isolamento social, com base na Revista Gazeta do Povo (2020). O hábito ganhou força tão expressiva que fez o *e-commerce* crescer 71%, faturando R\$ 27,3 bilhões (Mercado e Consumo, 2020).

Pode-se chamar o *marketing* digital como o novo *marketing*, a nova forma de divulgação, propaganda e de empreendedorismo, no antigo modelo a empresa continha toda a informação e os consumidores só tinha acesso a o que era divulgado, no meio digital isso se tornou mais amplo, as pessoas têm maior acesso a informações e contato com outros clientes, o que gera confiança ao consumidor (Kotler, 2016, *apud* Rennó, 2018).

Vale ressaltar, que os consumidores atuais prezam pela mobilidade, pois são pessoas que têm uma rotina acelerada, então, tudo deve ser rápido e imediato e os dispositivos móveis colaboram para isso, as pessoas estão sempre conectadas e investir nisso só atrai mais clientes, a questão é sempre se aprimorar no novo e sempre se atualizar (Kotler; Setiawan; Kartajaya 2017).



Diante disso, e do enorme crescimento da venda *online*, investir nesse cenário é o grande segredo do sucesso, durante o isolamento social o *e-commerce* foi o setor de maior crescimento e instabilidade, como apontado por Mari e Arbez (2020). A *internet* proporciona aos grandes e microempresários eficiência no motor de vendas, economia, e investimento focado em resultados.

2.3 Os gatilhos da venda online

A *internet* traz uma tempestade de informações, onde a cada 10 segundos a sociedade é abordada com um *storie* diferente, ou a cada 5 minutos o *LinkedIn* apresenta um novo artigo para leitura. Para se destacar dos demais anúncios, é necessário ser bom, o *e-commerce* deve ser rebuscado e os produtos eficientes, e mais que isso deve oferecer inovadoras maneiras de chamar atenção do público (Ilhe, 2020).

O *e-commerce* utiliza-se os gatilhos mentais que são técnicas muito usadas para induzir ou acelerar o processo de ação de compra do cliente, eles são formas de cativar, reforçar e motivar os consumidores a agirem, facilitando a tomada de decisão. Pode-se definir gatilhos mentais como técnicas de persuasão que têm a capacidade de induzir a ação de uma pessoa, levando para o lado intuitivo, emocional e social do ser humano (Ilhe, 2020).

Para isso, muitos profissionais do *marketing* utilizam-se do *copywriting*, que é uma escrita persuasiva, onde se sabe criar conteúdo, textos e mensagens que levem o consumidor ou *leads* a comprar seu produto como forma de persuasão, no entanto, um *copywriter* é aquele que se utiliza dos gatilhos mentais como técnica de venda, como afirma Vieira (2020). Entre essas técnicas apresentam-se:

2.3.1 Escassez

Quanto menor a oferta, maior a procura, o consumismo faz parte da realidade atual. Ter é muito importante, mesmo que nem sempre seja necessário. Diante desse comportamento, a sensação de comprar algo limitado é ainda mais prazerosa e, naturalmente, as marcas já perceberam isso há algum tempo. O *marketing* de escassez tem foco em explorar justamente esse tipo de atitude, ou seja, a sensação de urgência para ter algo que pode se esgotar a qualquer momento, como indicado por Ilhe (2020). Tendo como exemplos: “Apenas 5 unidades em estoque”, “Vagas limitadas” ou “frete grátis para os primeiros 10 compradores”.

2.3.2 Autoridade

Chegar a esse patamar é ter a empresa lembrada como referência no segmento, e isso se reflete na busca por ela na *internet*. Isso contribui para ganhar confiança do público, se a empresa tiver destaque em seu nicho ela será considerada referência naquele segmento que atua, um grande exemplo para esse gatilho é um salão de beleza especializado em cabelos cacheados, esse segmento é raro então se destaca por ser um nicho específico que atinge um determinado número de pessoas. É importante a empresa definir o nicho de atuação e investir nisso.

Ou seja, quando alguém fala de *e-commerce* de alimentos veganos, o seu negócio é o primeiro a ser lembrado. Isso representa a autoridade *online*, ou seja, liderança de mer-

cado e ocupação de um lugar de destaque. Para isso é importante: focar no público alvo, reconhecer as dores da sua persona (do seu público), apostar em diversas redes sociais, investir no *marketing* de conteúdo, gerar conteúdo autoral e investir em técnicas de SEO (Ilhe, 2020).

2.3.3 Prova social

O gatilho mental de prova social é fundamental para mostrar para o consumidor que seu serviço ou produto funciona de fato. As pessoas costumam acreditar mais em outras pessoas do que em empresas, então, deixar depoimentos de clientes fixados na página ajuda no convencimento de que a empresa está falando a verdade sobre a qualidade de aquilo que oferta. Assim, é importante a página do *e-commerce* disponibilizar avaliação na própria página (Ilhe, 2020).

2.3.4 Novidade

A antecipação de um produto que é novidade no mercado pode desencadear muitas compras, esse gatilho estimula muito a ansiedade para a solução de algo que o consumidor quer muito, e chama bastante atenção, por isso é muito importante a empresa está sempre atualizada e até apresentar algo novo, sendo pioneiro de algum produto ou serviço. Tendo como exemplo os lançamentos de empresas de *smartphones* como *Apple*, *Samsung* e *Motorola*.

Por mais que o cliente tenha o último lançamento em mãos e esteja em perfeito estado, o consumidor tende a trocar o produto por um mais novo para ter acesso às novidades do aparelho (Ilhe, 2020).

2.3.5 Medo ou aversão à perda

Os psicólogos Daniel Kahneman e Amos Tversky foram os precursores e elaboraram os primeiros experimentos que visavam analisar o comportamento das pessoas em relação às tomadas de decisão que envolviam ganhos e perdas com risco.

Em um de seus experimentos, foi concluído que a proposta de perder algo é mais persuasiva do que a de ganhar, mesmo o resultado sendo o mesmo, dessa forma dizer que uma pessoa vai perder algo provoca nela o medo ou aversão à perda. Essa descoberta ajudou agentes do mercado financeiro a mudar sua forma de investimento.

Sendo assim, comerciantes mudaram a forma de anúncio, se antes era “se você for até minha loja, vai ganhar um bom desconto”, agora é “se você não for até minha loja, vai perder um bom desconto” (França, 2020).

2.3.6 Reciprocidade

Quando falamos de reciprocidade, estamos falando de conexão entre a marca e o cliente. A ideia aqui não é apenas tentar vender o produto de alguma forma, mas sim, se conectar com ele de uma maneira mais afetiva.

Para gerar esse sentimento de reciprocidade oferecer brindes especiais, vantagens,



bônus e até mesmo ajudar os seus *leads* e clientes com um conteúdo que seja relevante para ele pode gerar a ação de reciprocidade. As mensagens de feliz aniversário por *e-mail* também são uma forma de mostrar para o cliente que a marca se importa e quer tê-lo por perto (Ilhe, 2020).

2.3.7 Curiosidade

O ser humano é curioso por natureza. A curiosidade é uma das emoções mais fortes que podemos sentir e torna-se quase irresistível buscar as informações para saber o final de uma história.

As pessoas ficam atraídas pela forma como as palavras são dispostas na frase e ficam curiosas para saber do que se trata aquele mistério, como funciona aquele novo produto ou onde encontrá-lo, detalhes estes que só descobrirão quando abrir o *post*, por isso, a linguagem escrita ou a propaganda em si, precisa deixar um mistério (Vargas, 2019).

2.3.8 Inimigo comum

O inimigo comum é algo que liga a empresa e o cliente, ou seja, um inimigo de ambos, dessa forma, uma fila pode ser um inimigo comum. A ideia é a empresa ofertar um produto ou serviço que seja solução para aquilo, como fazer transação bancária pelo celular, outro exemplo é uma empresa de inseticida que tem como inimigo comum os mosquitos, onde ela irá fornecer ao cliente a solução para aquilo (Vargas, 2019).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Cenário da pesquisa

O cenário de pandemia do novo coronavírus, a *COVID-19*, trouxe preocupações e mudanças evidentes nas organizações. Essa mudança brusca trouxe um grande impacto nos negócios das empresas. Para algumas empresas e indústrias, a digitalização era uma vantagem, agora ela está ligada diretamente à sobrevivência do negócio.

Em virtude dessas características, o cenário deste artigo concentra-se no programa de qualificação *Caruaru Transformação Digital*, criado pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CoMCI TI) de Caruaru. O objetivo do programa é abarcar ações de transformação/inserção digital em Caruaru e região.

A primeira ação do programa foi a realização de uma pesquisa para entender melhor sobre as capacitações que os negócios estão precisando x nível de maturidade no quesito gestão e tecnologia das empresas. Foi realizado um questionário com 16 empresas de Caruaru com objetivo de entender o cenário atual da *transformação digital* das empresas do município. Em seguida foram realizadas *lives*, oficinas e mentorias, visando capacitar as empresas do município e da região nas ações de *transformação digital*.

3.2 Metodologia

Para que fosse possível atender os objetivos deste trabalho e entender os assuntos que embasaram a análise proposta sobre o nível de *transformação digital* na cidade de

Caruaru, foi utilizada a metodologia de pesquisa revisão da literatura descrita no Capítulo 2, foi realizada uma pesquisa de campo descrita no Capítulo 4 e em seguida foi feito um *benchmarking* competitivo no Capítulo 5.

A pesquisa realizada é da natureza descritiva, que segundo Barros e Matos (2015), é efetuada a análise e a interpretação sem a interferência do pesquisador. Também apresenta-se como um estudo de caso, que por sua vez tem como objetivo servir como uma base para estudos sobre o assunto. A visão geral da metodologia de pesquisa utilizada para realização deste trabalho foi composta por três etapas.

A primeira etapa se refere à realização de uma revisão da literatura do assunto de pesquisa para identificar, analisar e selecionar os trabalhos disponíveis relacionados ao tema. A segunda etapa foi baseada no instrumento de pesquisa chamado de pesquisa exploratória, como informado por Gil (2007), realizado através de questionários aplicados em empresas pertencentes ao programa *Caruaru Transformação Digital*.

Por fim, na terceira etapa foi utilizado o *benchmarking* competitivo para comparar o nível de *transformação digital* das empresas que se inscreveram no programa *Caruaru Transformação Digital*. O *benchmarking* competitivo tem como objetivo analisar e comparar produtos, serviço e/ou processos da empresa com o de concorrentes diretos (Madeira, 1999).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio de um questionário online aplicado aos empreendedores da região de Caruaru-PE. O questionário foi composto por doze questões, e aplicado no período de maio de 2020, onde as perguntas almejam extrair o máximo possível sobre as vendas *online* realizadas pelos respondentes.

4.2 Tratamento e análise de dados

Para realizar este estudo foi utilizado distribuição de frequência, porcentagem e gráficos.

4.3 Perfil dos empreendedores que responderam os questionários

Dos questionários aplicados 100% eram empreendedores que atuam na região de Caruaru-PE, desse total 12,50% atendem além da região de Caruaru os municípios de Toritama-PE e Santa Cruz do Capibaribe-PE e 18,75% atendem não apenas em Caruaru, mas em todo o Brasil.

A pesquisa abrangeu diversos segmentos, sendo eles: alimentício, onde representou 31,25% das respostas; têxtil, constituindo 25%; prestação de serviços, representando 31,25%; e outros segmentos, como vendas de artesanato e acessórios, que representaram 18,75% dos respondentes. Desse total 81,25% eram empreendedores do sexo feminino e 18,75% do sexo masculino. E quanto ao tempo de atuação, 43,75% estão há menos de 2 anos no mercado, 31,25% estão entre 3 e 5 anos, 6,25% atuam entre 6 e 8 anos e 18,75% empreendem há mais de 8 anos.



4.4 Discussão do questionário aplicado

Com o intuito de avaliar a situação atual de *transformação digital* nas pequenas empresas, o questionário aplicado detectou que cerca de 50% apostam nas plataformas digitais para maior engajamento do público alvo e vendas, plataformas estas como o *WhatsApp* e o *Instagram*, enquanto, outros 50% apresentam dificuldade de investir nesta nova ferramenta, pois encontraram problemas como a criação de propagandas, atingir o público almejado, captação de clientes e a falta de conhecimento de como utilizar os meios digitais.

No total 68,75% dessas empresas fecharam as portas e destas 63,3% venderam *online* ou *delivery* durante a pandemia, como demonstra na figura 1:

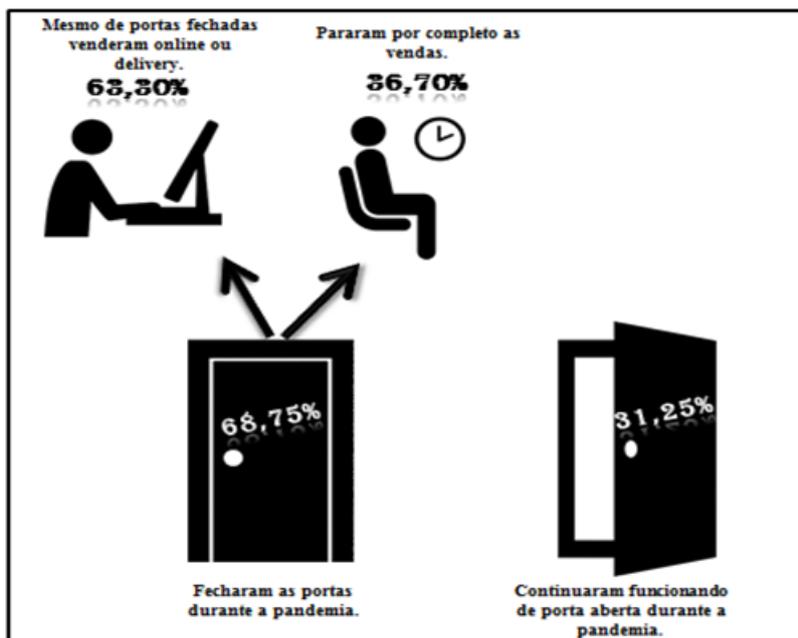


Figura 1. Situação dos empreendedores em relação às vendas durante a pandemia

Fonte: Elaborado pelos autores

Alguns empreendedores justificaram a parada por completo das vendas devido ao fato de ter poucos seguidores nas mídias sociais, ou terem começado a identidade visual há pouco tempo, além da falta de estrutura, de conhecimento e de planejamento.

Em relação aos meios utilizados para a comunicação 31,25% investem no uso do *whatsapp* para interagir com o público alvo e 50% utilizam outras mídias sociais para realizar a comunicação, enquanto 18,75% não utilizam nenhuma rede social para atingir o seu público alvo, utilizando de outros meios de comunicação sem ser *online*, como, por exemplo, a feira de mulheres empreendedoras:

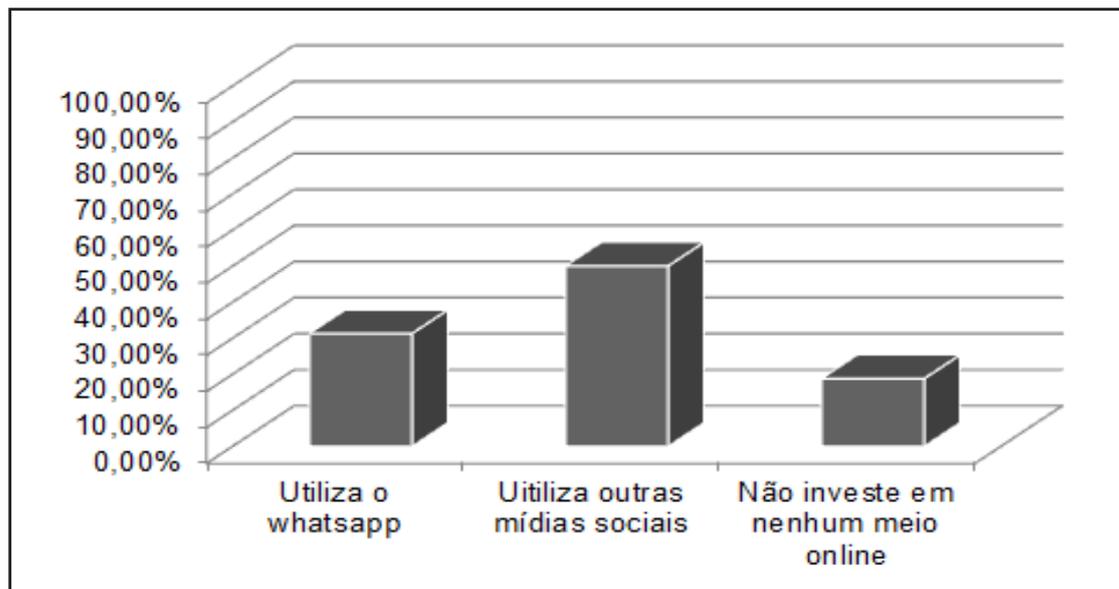


Figura 2. Meios utilizados para a comunicação com o público-alvo

Fonte: Elaborado pelos autores

Com isso, percebe-se que o *Instagram* e o *Whatsapp* estão entre os meios mais utilizados pelos empreendedores para a interação com o público-alvo e também, por consequência, os meios que as empresas mais utilizam para se promoverem.

Mais de 60% das empresas de Caruaru estavam vendendo *online* durante a quarentena, as vendas *online* durante o mês de Maio cresceram 132,8% em todo o Brasil, os *e-commerce* cresceram cerca de 51% durante esse período. Muitos setores tiveram aumento de vendas como supermercados, brinquedos, farmácias, *games* e aplicativos de entrega. Ficando claro que mesmo com a pandemia e as diversas dificuldades encontradas pelos empreendedores, a venda *online* está crescendo consideravelmente, e quem investiu nesse meio conseguiu se manter durante o isolamento social (Mercado e Consumo, 2020).

5. BENCHMARKING COMPETITIVO

As organizações vivem em um ambiente extremamente dinâmico e competitivo e dependem de outras empresas para atingir o seu objetivo, estando, assim, sensíveis às mudanças que ocorrem no ambiente externo, conforme Ahrens (2017). Sendo assim, é de suma importância avaliar o desempenho dos processos e resultados, devendo isto acontecer de uma maneira que possibilite a identificação de elementos que justifiquem o sucesso ou insucesso de um produto ou serviço. Onde é essencial para a organização mecanismos que permitam a compreensão de fatores que justifiquem a colocação no ambiente dos negócios, esses mecanismos são possíveis através do *benchmarking*, onde nada mais é do que uma pesquisa que permite a comparação de procedimentos e práticas entre as empresas ou de seu ambiente interno, visando a vantagem competitiva (Camp, 2007 *apud* Oliveira, 2017).

Dentre os diversos tipos de *benchmarking* foi escolhido para analisar os resultados dessa análise o *benchmarking* competitivo, no qual Bhutta e Huq (1999, p. 257 *apud* Oliveira, 2017) definem como a comparação entre as melhores empresas ou competidores.

5.1 Comparação

De acordo com o questionário aplicado, 18% das empresas não se beneficiam do uso de nenhuma das mídias digitais, porém uma empresa bem sucedida é aquela que se mantém atual, que sabe o quão importante é se renovar e entende que o relacionamento com o público deve acompanhar o progresso, para Kotler, Setiawan e Kartajaya (2017) não se trata de abandonar os conceitos do *marketing* tradicional, mas combiná-los com as novas possibilidades, porém, como citado anteriormente, não basta apenas usar as novas ferramentas é necessário estratégia que embase seu uso, com isso apresentará resultados efetivos para o negócio (Rennó, 2018).

Questionados sobre o período de isolamento social, 68,75% das empresas fecharam as portas, destas 63,3% estão vendendo *online* ou *delivery*, vale ressaltar que muitas empresas físicas passaram a vender *online* motivados pelo período de isolamento, segundo Kotler, Setiawan e Kartajaya (2017) é importante para essas empresas proporcionarem essa nova experiência para seus consumidores, possibilitando as compras online (Rennó, 2018).

Por ser ainda algo novo para muitos empreendedores, muitas empresas sentem dificuldades em vender *online*, seja em captar clientes, em propaganda e até falta de conhecimento, 50% das empresas sentiram essas dificuldades, dessa forma, fica claro que falta a atenção ou conhecimento no *marketing* digital, além de investimento, é importante a empresa não tratar o *marketing* apenas como um departamento, ele é sim um departamento mas deve funcionar como uma interdependência quanto aos outros setores e servir como força para a tomada de decisão do negócio, conforme Rennó (2018). A maior parte das organizações B2B investem entre 2% e 10% de receita em *marketing* que é responsável pela geração de 20% a 50% da sua receita, isso pelo investimento no *marketing* digital, como informado pelo site da Amplificada Digital (2019). Segue abaixo a figura 3 do quanto as empresas investiram em 2019 e pretendiam investir em 2020:

	2019	2020
B2B Produtos	3,2%	7,1%
B2B Serviços	8,3%	10,1%
B2C Produtos	4,5%	7,5%
B2C Serviços	11,9%	11,1%

Figura 3. Quanto as empresas investem em marketing digital?

Fonte: Amplifica Digital (2019)

Muitas empresas ainda não embarcaram no mundo digital, das que responderam nosso questionário cerca de 50% não realiza venda *online*, dessas 37,5% não usam nenhuma plataforma, todas ressalva a falta de conhecimento, planejamento e estrutura para incrementar o digital aos seus serviços, Kotler, Setiawan e Kartajaya (2017) concorda que é difícil fazer previsões a longo prazo mas reforça a importância de se criar cenários do futuro, alinhar as ações de *marketing* com o planejamento estratégico ajuda as empresas a tomarem decisões com chances de erros menores, ele também aposta na inovação, onde, ou a empresa inova seus negócios ou saem do mapa dos consumidores, algumas empresas estão sempre no topo devido à inovação como a *Apple*, *Intel* e *Mcdonald's*, apontado por Rennó (2018). Seguir os Gatilhos da venda *online* também é muito importante para ser visto, conquistar público e crescer nas mídias sociais. Vale ressaltar, que muitas grandes empresas como *Riachuelo*, *Renner*, *Centauro*, entre outras tiveram um grande crescimen-

to de venda *online* durante o isolamento social, essas, no entanto, já utilizavam das plataformas digitais também como meio de venda antes desse período, isso mostra que vale a pena pequenas empresas apostarem na venda digital, pois continuaram funcionando durante este período (Rocha, 2020).

5.2 Comparação com cenário nacional

Migrando para o cenário nacional, é possível observar que a realidade das pequenas empresas de Caruaru se amplia para o Brasil, onde, segundo o centro regional de estudos do Brasil 57% das empresas estão conectadas exclusivamente para venda online, o que representa um aumento significativo de investimento nas plataformas digitais. A mesma pesquisa concluiu que 78% das empresas brasileiras estão presentes em pelo menos uma das mídias digitais e acreditam que podem aumentar o número de vendas, em Caruaru esse número é de 50%, uma quantidade consideravelmente perspicaz, as mídias sociais mais utilizadas como *Instagram*, *Whatsapp* e *Facebook* cresceram cerca de 40% no Brasil desde Março, indicado pelo *site* Redação (2020). Conforme Figura 4:

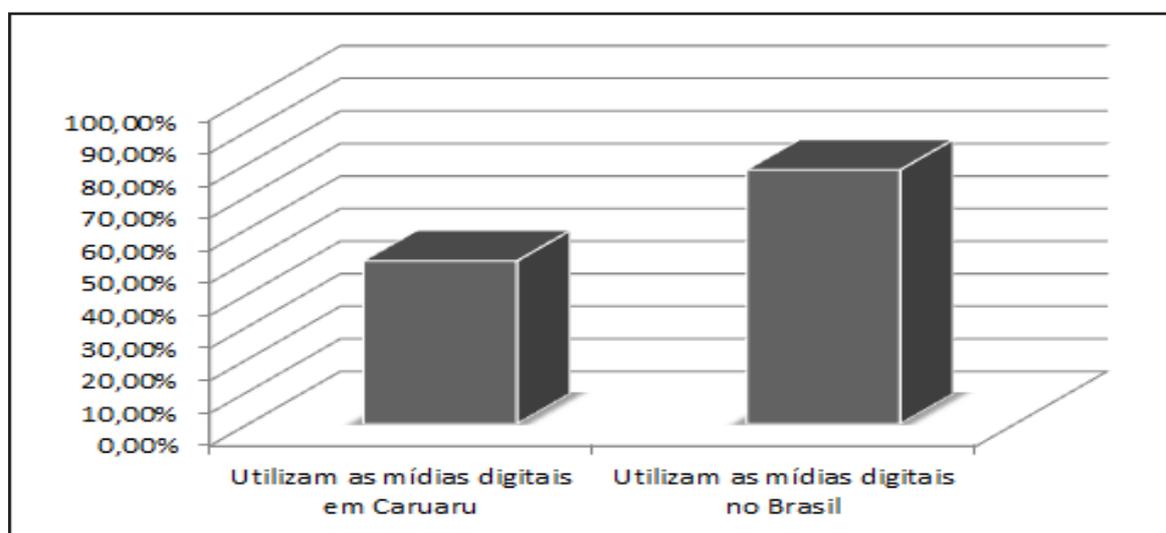


Figura 4. Empresas que utilizam as mídias digitais

Fonte: Amplifica Digital (2019)

De acordo com o questionário, 37,5% das empresas de Caruaru têm preferência pelo *Instagram*, plataforma que vem crescendo consideravelmente em todo o mundo, muitos acreditam que é o novo meio de encontrar produtos e mais de 80% admitiram ter feitos compras diretamente dessa plataforma, apontado pelo *site* Redação (2020). O *Instagram* é a mídia social que mais promove engajamento, estando acima do *Facebook* e *Twitter*, isso representa forte impacto nas oportunidades empresariais (Aragão *et al.*, 2016).

6. CONCLUSÃO

Esta análise objetivou “comparar o nível de *transformação digital* dos pequenos *empreendedores* do município de Caruaru-PE” e se observou que os *empreendedores* estão bastante cientes da importância das vendas *online* para a sua empresa e que a maioria dá uma certa atenção para este assunto. O que traz a ideia de Kuviatkoski (2020) que cita que para se manter ativo no mercado de trabalho é necessário possuir estratégias de venda, onde a utilização do meio digital é uma grande mecanismo nesse sentido. E a ideia

de Rabelo (2020) que visa o meio digital como uma inovação para a entrega de valor ao cliente.

Ainda reafirma a ideia de Kotler, Setiawan e Kartajaya (2017) que olha para o *marketing digital* como a nova forma de divulgação e empreendedorismo, além da ideia de que as pessoas têm uma rotina acelerada prezando pela mobilidade, onde as vendas *online* auxiliam bastante em relação à agilidade da escolha entre as diversas opções de fornecedores e dos produtos ou serviços, e da compra deste, além da utilização do *delivery* agilizar o processo de entrega.

Recomenda-se para a continuação dessa análise, a observação de “como se dá às estratégias de venda online dos pequenos empreendedores” e ainda como trabalhos futuros “realizar outra análise nas empresas após as capacitações realizadas, com objetivo de identificar se a maturidade de *transformação digital* dessas empresas foram impactadas”.

REFERÊNCIAS

- AHRENS, Rudy de Barros. **A Gestão estratégica na administração** – Vol. 2. Atena Editora – Belo Horizonte-MG, 2017.
- AMPLIFICA DIGITAL. Quanto as empresas investem em marketing digital?. 2019. Disponível em: <<https://amplificadigital.com.br/blog/quanto-as-empresas-investem-em-marketing-digital/#:~:text=A%20maior%20parte%20da>>. Acesso em: 22 de Set de 2020.
- ARAGÃO, Fernanda Bôto Paz; FARIAS, Fabíola Gomes; MOTA, Márcio de Oliveira; FREITAS, Ana Augusta Ferreira de. Curtiu, comentou, comprou. A mídia social digital Instagram e o consumo. Universidade de Fortaleza Brasil. **Revista Ciências Administrativas**, 2016. 22(1), 130-161 ISSN: 1414-0896.
- BARROS, D. M. L. ; MATOS, N. S. A importância da comunicação organizacional interna e dos feedbacks gerenciais. **Revista de Administração**, v. 13, n. 23, p.3-20, 2015.
- CAVALCANTE, Edson Saulo Dias. **Parceria público-privada: uma pesquisa entre os pequenos comerciantes sobre a terceirização do São João em Campina Grande-PB**, 2018. 74 f (Trabalho de Conclusão de Curso - Relatório de Estágio Supervisionado), Curso de Administração, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil.
- ESQUARCIO, Fábio. **Marketing Digital X Vendas – conteúdo inédito!**. 2017. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/marketing-digital-x-vendas-conteudo-inedito>>. Acesso em: 07 de Set de 2020.
- FRANÇA, Breno. **Aversão à perda: por que temos mais medo de perder do que vontade de ganhar**. Tecla SAP #22. 2020. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/aversao-a-perda-efeito-do-dote-ganhar-perder-risco/>>. Acesso em: 03 de Set de 2020.
- GAZETA DO POVO. **Dólar desvaloriza e recua a R\$ 5,29; Bovespa cai 1,17%**. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/dolar-desvaloriza-e-recua-a-r-529-bovespa-cai-117>>. Acesso em: 07 de Set de 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ILHE, Gallego. **5 gatilhos mentais para aumentar as vendas do seu e-commerce**. 2020. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/5-gatilhos-mentais-para-aumentar-as-vendas-do-seu-e-commerce/>>. Acesso em: 02 de Set de 2020.
- KOTLER, P. ; SETIAWAN, I. ; KARTAJAYA, H. **Marketing 4.0 do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- KRAUSE, Germano Alexander. **Transformação digital: como as empresas terão que se adaptar?**. Especialização em Design de Produto na Era Digital, da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2019.
- KUVIATKOSKI, Carol. **Transformação digital: como digitalizar uma empresa tradicional. Ideia No Ar**. 2020. Disponível em: <https://www.ideianoar.com.br/transformacao-digital-como-digitalizar-uma-empresa-tradicional/?gclid=Cj0KCQjwy8f6BRC7ARIsAPIXOjkkUjklkUH0SlmRlrxK-foiTQuDVWk71kFBr3wxdeFATu_1sVlBl3-Av0AaAljXEALw_wcB>. Acesso em: 29 de Ago de 2020.

LAMB, Luíz C. **O Futuro do Trabalho Pós-Pandemia de COVID-19: Reflexões sobre os Impactos da Inteligência Artificial, Ciência e Educação**. Rio Grande do Sul, 2020.

MADEIRA, P. Benchmarking: a arte de copiar. **Jornal do Técnico de Contas e da Empresa (JTCE)**, Publístudos, p. 364–367, 1999.

MARI, Angelica; ARBEX, Gabriela. **Pesquisa revela os setores que estão se dando bem na crise causada pela pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-insider/2020/04/pesquisa-revela-os-setores-que-estao-se-dando-bem-na-crise-causada-pela-pandemia/>>. Acesso em: 08 de Set de 2020.

MERCADO E CONSUMO. **Quarentena acelera crescimento do e-commerce no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://mercadoeconsumo.com.br/2020/06/12/quarentena-acelera-crescimento-do-e-commerce-no-brasil/>>. Acesso em: 07 de Set de 2020.

OLIVEIRA, Geísa Gaiger de. **Proposição de um sistema de informação de benchmarking para empresas desenvolvedoras de produtos**. Tese de Doutorado, Porto Alegre-RS, 2017.

PANORAMA POSITIVO. **Transformação digital: 9 formas de colocar em prática. Panorama positivo: de olho na tecnologia**. 2019. Disponível em: <<https://www.meupositivo.com.br/panoramapositivo/transformacao-digital/>>. Acesso em: 29 de Ago de 2020.

RABELO, Agnes. **Transformação digital: o que é e quais os seus impactos na sociedade**. 2020. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/transformacao-digital/>>. Acesso em: 29 de Ago de 2020.

REDAÇÃO. **57% das empresas usam redes sociais exclusivamente para vendas online, diz estudo**. 2020. Disponível em: <<https://tiinside.com.br/06/05/2020/57-das-empresas-usam-redes-sociais-exclusivamente-para-vendas-online-diz-estudo/>>. Acesso em: 22 de Set de 2020.

Rennó, Ana. **Philip Kotler: história, contribuições e influência do maior nome do marketing**. 2018. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/philip-kotler/>>. Acesso em: 08 e 22 de Set de 2020.

ROCHA, Roseani. Riachuelo, Netshoes e Centauro: na contramão da crise. 2020. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/04/22/riachuelo-netshoes-e-centauro-e-commerces-na-contramao-da-crise.html>>. Acesso em: 22 de Set de 2020.

SCHIOCHETTI, Rafaela; CUSTÓDIO, Ana Carolina. Criptomoedas: **O que são e como funcionam?**. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/criptomoedas-o-que-sao-e-como-funcionam/>>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

VARGAS, Alex. 21 **Gatilhos Mentais Mais Poderosos para Vendas e Persuasão**. 2019. Disponível em: <<https://www.nucleoexpert.com/gatilhos-mentais-mais-poderosos/#t16>>. Acesso em: 03 de Set de 2020.

VIEIRA, Dimitri. **O que é Copywriting: confira as principais técnicas e gatilhos para persuadir e vender com palavras**. 2020. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/copywriting>>. Acesso em: 01 de Set de 2020.



20 | OS GÊNEROS TEXTUAIS: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DA LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gracilene Vieira da Silva¹

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia Faculdade Intervale (2020) e Graduada em Licenciatura Plena em Letras Língua Portuguesa na Universidade Nilton (2017)

Resumo

O presente artigo tem por título “Os gêneros textuais: uma abordagem para o ensino da leitura e produção textual no 5º ano do ensino fundamental I”, tendo como relevância primordial o objetivo de analisar o trabalho com a prática do aproveitamento adequada dos gêneros textuais no ensino da língua portuguesa enquanto instrumento didático. Acreditando que toda ação prática da escola deve propiciar uma eficaz interação do aluno com a linguagem oral e escrita, sabendo que a preocupação com a língua portuguesa na expectativa de gêneros textuais possibilita o crescimento de competências de leitura e de produção textual. Por esses motivos a metodologia do trabalho foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica para que tivéssemos subsídios teóricos que ampliasse o universo da investigação do tratamento dado ao trabalho com os gêneros textuais que são usados para o melhoramento da leitura e da escrita que ajudam na formação dos discentes do ensino fundamental I. Seguindo a ideia que orienta a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Toda a educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva. A intencionalidade é averiguar questões conceituais relacionadas aos problemas de aprendizado em relação aos diferentes gêneros e linguagem textuais, levando em conta o importante papel dos agentes de construção dos significados em leitura e escrita e, se isso está vinculado às condições de aceitabilidade e acessibilidade. Todavia concordando como os PCN quanto à necessidade de haver um trabalho de reflexão sobre os usos linguísticos, enfatizando a análise linguística como prática indissociável da leitura e da produção textual.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Leitura. Interação. Produção textual.

Abstract

The present article is entitled “The textual genres: an approach to the teaching of reading and textual production in the 5th year of elementary school I”, having as primary relevance the objective of analyzing the work with the practice of the adequate use of textual genres in the teaching of Portuguese language as a didactic tool. Believing that every practical action by the school should provide an effective interaction between the student and the oral and written language, knowing that the concern with the Portuguese language in the expectation of textual genres allows the growth of reading and textual production skills. For these reasons, the methodology of the work was developed through a bibliographic research so that we had theoretical subsidies that would expand the universe of investigation of the treatment given to work with the textual genres that are used to improve reading and writing that help in the formation of elementary school students I. Following the idea that guides the proposal of the National Curriculum Parameters. All education committed to the exercise of citizenship needs to create conditions for the student to develop his discursive competence. The intention is to investigate conceptual issues related to learning problems in relation to different genres and textual language, taking into account the important role of the agents of construction of meanings in reading and writing and, if this is linked to the conditions of acceptability and accessibility. However, agreeing with the PCN as to the need for reflection on linguistic uses, emphasizing linguistic analysis as an inseparable practice of reading and textual production.

Keyword: textual genres; reading; interaction; text production.



1. INTRODUÇÃO

A relevância desse artigo que tem por título Os gêneros textuais: uma abordagem para o ensino da leitura e produção textual no 5º ano do Ensino Fundamental I justifica-se por sua contribuição para o trabalho com gênero textuais no ensino da língua, acreditando que toda ação da escola deve ajustar-se a uma eficaz interação do aluno com a linguagem oral e escrita, sabendo que o trabalho com a língua portuguesa na perspectiva de gêneros textuais possibilita o crescimento de competências de leitura e produção. Por essa razão, surgiu a necessidade de focalizar e priorizar o processo de leitura e de escrita nesse objeto de estudo, visto que estes são importantes eixos do ensino na disciplina de Língua Portuguesa.

Diante dessa realidade e, por entender a educação como único motivo para o aprimoramento do ser humano e da sociedade, ao focar os gêneros como objeto de estudo, a proposta deste artigo tem como objetivo de investigar quais as práticas da aplicação de se utilizar os gêneros textuais como ferramenta para o ensino da linguagem. Já que essa é função que desafia os educadores a tornar alunos proficientes leitores e produtores de textos, sem que se perca de vista os usos e funções dos gêneros estudados.

Esse artigo foi organizado através de pesquisas bibliográficas elaborados pelos aportes teóricos de Marcuschi (2012), Ingedore Koch (2011) e Mikhail Bakhtin (2011), que forneceram subsídios teóricos que ampliaram o universo da investigação do tratamento dado ao trabalho com os gêneros textuais que são usados para o melhoramento da leitura e da escrita que ajudam na formação dos discentes do ensino fundamental I.

Estruturando-se esse artigo em três tópicos, assim denominados: o primeiro tópico: A relevância dos estudos dos gêneros textuais da linguagem para a leitura e produção textual; o segundo intitulando-se: Contribuições dos gêneros textuais da linguagem para a leitura; o terceiro tópico tem por título: Contribuições dos gêneros textuais para a produção escrita e suas finalidades.

Depois de analisar as concepções sobre os gêneros textuais, enquanto investigadora deste objeto, pode-se definir que todos os textos que circulam no cotidiano com propósitos comunicativos e contexto sócio-histórico definidos são gêneros textuais e para concluir esta pesquisa, houve a preocupação de utilizar teóricos que compartilhassem da ideia de que, por meio da efetivação da linguagem (oral ou escrita), pode-se modificar o mundo e refletir criticamente sobre ele, construindo uma cidadania consciente e formando alunos-sujeitos de seus saberes.

2. A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DOS GÊNEROS TEXTUAIS PARA A LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

O tema dos gêneros textuais tem sido bastante estudado nestes últimos anos e pode apoiar um trabalho de estudo da língua bem mais significativo e consistente. A comunicação linguística e a produção discursiva em geral não se dão em unidades isoladas, tais como fonema, morfemas ou palavras soltas, mas sim em unidades maiores, ou seja, por textos. E o texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona. O texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. Defende Antunes (2009):

A dimensão da textualidade como perspectiva de compreensão do fenômeno linguístico, sofre influências que vieram de muitas direções, principalmente no campo da pragmática, das perspectivas interacionistas das linguagens, conduziram a linguística até o âmbito mais amplo da língua como forma de atuação social e prática de interação dialógica, e, a partir daí, até a textualidade (ANTUNES, 2009, p. 49).

Com isso Antunes (2009) fala que se chegou a dois consensos: “o de que usar a linguagem é uma forma de agir socialmente, de interagir com os outros, e o de que essas coisas somente acontecem em texto”.

Este conceito é aprimorado na proposta de Marcuschi (2002), ao afirmar que “os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa e se caracterizam como eventos maleáveis, dinâmicos e plásticos”, pode-se declarar que sempre este objeto de estudo vai estar em foco, pois estes instrumentos se renovam a cada dia, surgindo emparelhados às necessidades e atividades sócio-culturais, já que o seu surgimento é originado de acordo com a intenção dos usos e suas interferências na comunicação diária. Subentende-se, então, ser a pesquisa deste tema de cunho inesgotável, porquanto sempre surgem novos gêneros textuais, já que são caracterizados por sua funcionalidade na comunicação de acordo com a cultura onde são desenvolvidos, com suas especificidades e diferenças, desmistificando a ideia de que são caracterizados apenas por suas formas ou por seus aspectos funcionais.

Marcuschi (2002) também adverte que: “Em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos, serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente”. Perante desta advertência, confirma-se a imprescindibilidade da prudência que se deve ter ao definir que as formas ou funções determinam ou discriminam um gênero, e Bakhtin (2011) reforça este entendimento quando ressalta o fato de que:

Os gêneros de o discurso cogitar as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo e pelo estilo da linguagem, isto é, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, sobretudo por sua construção composicional (Bakhtin, 2011, p. 261-262).

Isto significa que estes elementos estão indivisíveis e são demarcados por uma esfera específica de comunicação, intensificando a ideia de que ao falar em gêneros textuais da linguagem não se pode deixar de envolver Bakhtin, que, em sua época, realizou um relevante estudo sobre os gêneros discursivos até hoje utilizado como fundamento para pesquisas. Para Bakhtin (2011),

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (Bakhtin, 2011, p. 262).

Com toda essa diversidade os gêneros devem ser vistos na relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, as atividades discursivas e no interior da cultura. Eles mudam, fundem-se, misturam-se para manter sua identidade funcional. Mais recentemente, Marcuschi (2008) ressalta que:

Há uma nova visão sobre este assunto e há uma dificuldade natural no tratamento desse tema diante da abundância e diversidade das fontes e perspectivas de análise. Porque hoje, o tratamento dos gêneros está em perspectiva diferente, pois muitos estudiosos de campos diferentes estão sendo atraídos por este tema, multidisciplinarizando-os (Marcuschi, 2008, p. 147).

Com isso, deve-se considerar “que não há nem pode haver um plano único para seu estudo” Bakhtin (2011), pois cada campo tem uma visão diferenciada, o que enriquece a pesquisa do objeto. Concordando com Bakhtin, o nível de dificuldades aumenta, devido à riqueza de perspectivas de análises. Brandão (2003) chama a atenção que, ao longo dos tempos, os estudiosos da linguagem sentiram-se também atraídos pelo estudo dos gêneros, interessando-se não só pela história da retórica, pela pesquisa contemporânea em poética, semiótica literária, mas também pelas teorias linguísticas atuais. Este leque de campos do saber resultou numa diversidade de abordagens, ampliando, assim, os termos relacionados aos gêneros como: tipos, modos, modalidades de organização textual, espécies de texto e de discursos. Em suas palavras,

Enquanto uma ciência específica da linguagem, a linguística é recente e depois porque sua preocupação inicial foi com as unidades menores que o texto (o fonema, a palavra, a frase). Na medida em que ela passa a se preocupar com o texto, começa a pensar a questão do gênero. Essa preocupação se torna crucial quando ela deixa de trabalhar apenas com textos literários, mas se volta também para o funcionamento de textos quaisquer (Brandão, 2003, p. 19).

Percebe-se, assim, a importância do envolvimento das teorias linguísticas na pesquisa dos gêneros, visto que antes, estas teorias preocupavam-se com um estudo voltado para a análise do fonema, da palavra ou da frase. Só depois da pesquisa sobre os gêneros, reconheceram o valor do trabalho voltado para o funcionamento dos textos.

Fazendo uma breve retomada histórica, encontram-se os gêneros sendo analisados e investigados, pela primeira vez, na Grécia, com os estabelecimentos das normas, características e explicações em duas dimensões, na literatura e na oratória, para depois serem ampliados as outras se iniciando pela oratória. Para Marcuschi (2002):

Uma simples observação histórica do surgimento dos gêneros revela que, numa primeira fase, povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética por volta do século VII A. C., multiplicam-se os gêneros, surgindo os típicos da escrita. Numa terceira fase, a partir do século XV, os gêneros expandem-se com o cultura impressa para, na fase intermediária de industrialização iniciada no século XVIII, dar início a uma grande ampliação (Marcuschi, 2002, p. 19).

Como base na concepção interacionista da linguagem, o texto, seja oral ou escrito, é classificado como um meio de interação, e os interlocutores são vistos como sujeitos participativos da ação que nele se constroem e são construídos. Tendo isso claro e observando-se o ponto de vista metodológico de ensino que propicie uma eficaz interação do aluno com a linguagem oral e escrita, o trabalho com a língua portuguesa na perspectiva de gêneros textuais da linguagem possibilita o crescimento de competências de leitura e de produção. Esta é a ideia que orienta a proposta dos PCN (2000): “Toda a educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva”.

3. CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS TEXTUAIS DA LINGUAGEM PARA A LEITURA

3.1 Leitura e compreensão: formação de leitores

Ter um bom entendimento de um texto não é uma das atividades mais naturais que existem nem um legado hereditário; nem uma ação individual independente do meio e da sociedade em que se vive. Esse entendimento do texto exige habilidade, interação e trabalho. Nem sempre o que lemos e ouvimos tem uma compreensão bem-sucedida. Marcuschi (2008) diz a esse respeito: “Compreender não é uma questão apenas linguística ou cognitiva. É mais uma maneira de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade”. Para se ter essa dimensão basta-se saber da dificuldade de compreender ao avaliar que em menos da metade dos casos de pessoas se saem insatisfeito com os testes realizados em aula ou em concursos, o que se repete em muitas situações da vida diária.

Sabemos que independente de resultados de teste, todos nós sabemos como é importante nos entendermos bem no dia-a-dia, seja no diálogo com outras pessoas ou na leitura de textos escritos. Esse não é um assunto apenas escolar ou acadêmico, mas de nossa vivência cotidiana. Marcuschi (2008) frisa que “vale apenas indagar-se o que é que estava sendo dito ou o que o autor queria dizer”. Pois existem, más e boas percepções de um mesmo texto, sendo estas últimas atividades cognitivas trabalhosas e delicadas, pois entre as experiências negativas que praticamos está a de sermos mal-entendidos em nossas relações comunicativas. Daí surgir má-compreensão, onde podem aparecer as desavenças e acabarem algumas relações de laços afetivos e até sociais. Temos que tomar cuidado diante disso, não parece necessário argumentar em favor da relevância do estudo da compreensão, já que ela permeia todas as nossas atividades, mas é útil lembrar alguns aspectos relacionados ao tema.

O que diz Marcuschi (2008) em relação à compreensão do enunciado: “Em primeiro lugar, sempre que produzimos algum enunciado, desejamos que ele seja compreendido, mas nunca exercemos total controle sobre o entendimento que esse enunciado possa vim a ter”. Devendo-se isso a própria condição da linguagem, que não é transparente, nem funciona como uma imagem ou cópia da realidade.

Na sequência Marcuschi (2008) dá continuação na sua fala, “Em segundo lugar, a interpretação dos enunciados é sempre fruto de um trabalho e não uma simples extração de informações objetivas”. Dando continuidade a essa afirmação, Marcuschi prossegue dizendo, “Como essa mão-de-obra é conjunta e não unilateral, pois entender é uma atividade colaborativa que se dá na interação entre autor- texto-leitor ou falante-texto-ouvinte, podendo ocorrer desencontros. A compreensão é também um exercício de convivência sociocultural”.

A respeito da atividade de leitura e o estudo atual a esse respeito, Kleiman (2004) afirma o seguinte:

A concepção hoje predominante nos estudos de leitura é a de leitura como prática social que, na linguística aplicada, é subsidiada teoricamente pelos estudos do letramento. Nessa perspectiva, os usos da leitura estão ligados à situação; são determinados pelas histórias dos participantes, pelas características da instituição em que se encontram pelo grau de formalidade ou informalidade da situação, pelo objetivo da atividade de leitura, diferindo segundo o grupo social. Tudo isso realça a diferença e a multiplicidade dos discursos que envolvem e constituem os sujeitos e que determinam esses diferentes modos



de ler (Kleiman, 2004, p. 14).

Com isto pretende-se expor que no ponto de vista atual o leitor não é um sujeito consciente e dono do texto, mas ele se acha inserido na realidade social e tem que operar sobre conteúdo e contexto sociocultural com os quais pelega constantemente. As relações dialógicas e polifônicas representada pela pluralidade ou a multiplicidade de vozes presentes nos textos nos quais estão fundamentados em outros, deixa isso bem claro.

Bakhtin (2011), afirma que “Devemos partir do princípio que um texto é sempre recheado de outros textos, não somente o do autor; mas o texto do autor complementado pelo texto dos outros”, pois na perspectiva bakhtiniana, o discurso é constituído das relações dialógicas, como um palco de luta de vozes.

4. CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS TEXTUAIS PARA A PRODUÇÃO DA ESCRITA E SUAS FINALIDADES

4.1 A língua como compreensão do sentido na produção textual

Que a transmissão do ensino da língua necessita dar-se mediante de textos, atualmente é um acerto tanto entre linguístas teóricos como os renomados. Sabidamente essa é a medida também adotada pelos PCN dentro das escolas. O ponto não está no compromisso ou na aprovação deste argumento, mas no modo como isto é inserido na prática, já que existem muitas as variedades de se trabalhar o texto. A língua é um código de signo histórico e social que possibilita ao indivíduo traduzir o mundo e o contexto que o cerca. Estudar uma língua não é apenas aprender palavras, mas também os seus sentidos culturais e como as pessoas do seu meio social percebem e entendem a realidade em sua volta. Bakhtin (2011) afirma que:

O discurso, quando produzido, manifesta-se, do ponto de vista linguístico, por meio de texto. O texto é o produto de uma atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, independente de sua extensão. O texto é uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência (Bakhtin, 2011, p. 262).

É isso que Bakhtin (2011) frisa como “Textualidade”, como ele mesmo explica “um enunciado só pode ser considerado texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global”. Toda produção de texto se organiza dentro de um gênero determinado historicamente. Para Bakhtin (2011) “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”.

Estudando algumas ideias do professor Marcuschi (2008), ele sugere algumas opções de aplicar o trabalho com a língua através do texto (falado ou escrito), sustentadas pela convicção básica de que há boas razões para se ver a língua nessa perspectiva. Em primeiro lugar nos diz Marcuschi (2008), “isto é assim porque o trabalho com texto não tem um limite superior ou inferior para exploração de qualquer tipo de problema linguístico, desde que na categoria texto se incluam tanto os falados como os escritos”. Assim, resumidamente dito, com base em textos pode-se trabalhar, como o professor sugere: As questões do desenvolvimento histórico da língua; a língua em seu funcionamento autêntico e não simulado; as relações entre as diversas variantes linguísticas; as relações entre fala e escrita no uso real da língua; a organização fonológica da língua; os problemas morfológicos em

vários níveis; o funcionamento e a definição de categorias gramaticais; os padrões e a organização de estruturas sintáticas; a organização do léxico e a exploração do vocabulário; o funcionamento do processo semânticos da língua; a organização das intenções e os processos pragmáticos; as estratégias de relação e questões de estilo; a progressão temática e a organização tópica; a questão da leitura e da compreensão; o treinamento do raciocínio e da argumentação; o estudo dos gêneros textuais; o treinamento da ampliação, redução e resumo de textos; o estudo da pontuação e da ortografia e os problemas residuais da alfabetização.

O professor Marcuschi (2008), conclui que existem muitos outros aspectos facilmente imagináveis para esse trabalho, pois, ele não obedece, uma ordem lógica de problematização. Indica apenas uma potencialidade exploratória no tratamento linguístico.

O tratamento inadequado que está sendo realizado com relação ao texto é um problema no ensino, não obstante as instabilidades e experimentações que estão sendo atualmente tentadas. Sem mudar as formas de acesso, as qualidades de trabalho e as propostas analíticas, inseriu o texto como motivação para o ensino. Esses problemas não surgem por causa das formas de acessos ao texto e sim nas formas de sua exposição. Quanto ao seu desajuste sabe-se que os textos, sofrem de problemas de organização linguística e informacional, desde as primeiras séries iniciais. Muitas das vezes, esses textos necessitam de coesão, constituído por aglomerados de frases soltas e outras contém em excesso causando enorme quantidade de repetições tópicas. Em qualquer uma das situações, será a causa de um baixo aproveitamento do aluno. Com isso o professor Marcuschi (2008) dá-nos ciência que de resto, “os textos escolares revelam ignorância e descompasso em relação à complexidade da produção oral dos alunos, onde os professores ignoram que o aluno já fala (domina a língua) quando entra na sala de aula”.

Transcrevendo um levantamento feito pelo professor Marcuschi (2008), onde ele diz que no cenário atual, já houve uma mudança significativa em relação às últimas gerações de manuais didáticos, tendo em vista o processo de avaliação por parte do MEC no Programa Nacional de Avaliação do Livro Didático (PNLD). Foi dado um tratamento mais adequado na maior diversidade de gênero da oralidade e da variação linguística, bem como de um tratamento mais claro da compreensão. Mas nem tudo é como gostaríamos que fosse, esclarece o professor.

Concluído as observações levantadas pelo professor Marcuschi (2008), onde ele ressalta “que não é sua intenção trazer sugestões detalhadas ou propor uma nova gramática pedagógica, viso simplesmente mostrar como se pode operar no ensino dos fatos e funcionamento da língua através do texto como forma natural de acesso à língua”.

4.2 Os estímulos, usados para motivar a curiosidade e o prazer em aprender os gêneros textuais para a produção da escrita

Em relação ao ensino de linguagem, há muitos anos têm-se salientando a necessidade de pôr o aluno a experimentar as práticas sociais efetivas. As primeiras reflexões de Geraldi sobre esse assunto, por exemplo, datam do início da década de 80. Nestas duas últimas décadas, tem-se censurado enfaticamente, portanto, o trabalho com exercícios de fixação (como é o caso das análises sintáticas) em que o sujeito da linguagem é apagado.

É inegável que para suprir estas necessidades precisará saber lidar com os registros variados dos textos utilizados no cotidiano, principalmente com aqueles mais formais, mais próximos do ideal linguístico. Ele deve compreender, pelo contexto social, as variedades



linguísticas com que se defronta e respeitá-las. Esses estudantes devem ter seu espírito crítico estimulado, para que consiga compreender a língua como mediadora de todos os valores e expressões culturais. O educando tendo acesso aos conhecimentos deve sentir-se privilegiado e encarar a linguagem como meio indispensáveis para sua formação, bem como produzi-los sempre que necessário. E todo esse funcionamento da linguagem deverá levá-lo a compreender e a valorizar a leitura como fonte de informação e de fruição estética, bem como fonte de ampliação do horizonte cultural. Segundo Brasil (2001):

Para aprender escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever (Brasil, 2001, p. 66).

É na sala de aula e com o intermédio do professor que o estudante poderá interagir com textos orais, escritos e com suas peculiaridades desenvolvendo a cada dia habilidades que lhe auxiliarão a conquista desta competência. E essa conquista surge da confiabilidade que o aluno tem em relação ao professor, esses laços afetivos desenvolvem uma relação direta com o ensino e à escola. Passando os alunos a ter mais confiança em seu mestre. Freitas (2004), diz que:

A escola é um espaço onde a criança tem a oportunidade de interagir com uma infinidade de textos orais e escritos com características linguísticas particulares, diferentes dos que fazem parte do seu dia-a-dia. Nesse ambiente ela desenvolve a capacidade necessária para o domínio da leitura, da compreensão, da produção de textos escritos e de textos orais, em diferentes situações sociais, e com isso, tem a oportunidade de prosseguir nesta aprendizagem entre ensaio e erro e construir suas próprias hipóteses (Freitas, 2004, p. 22)

Por isso antes mesmo de dar início a uma produção o estudante precisará conhecer algumas tipologias textuais. Assim no momento de começar seu texto, o autor poderá definir de que modo irá redigi-lo. O professor deverá apresentar-lhe as tipologias que lhes serão úteis de acordo com a sua necessidade, ou seja, se necessitar fazer um relato de fatos usará tipologia textual narrativa, se for compor uma descrição de ambiente, pessoas ou situação, utilizará a descrição ou se for fazer uma dissertação, na qual pode interpretar discorrer sobre o assunto, podendo defender um ponto de vista ou ainda produzir um texto que indica como realizar uma ação, prediz acontecimentos e comportamentos, sendo uma forma de texto objetiva e simples. No entanto, os três primeiros são os mais discutidos e trabalhados no âmbito escolar. Para Kleiman (2004):

Os textos também podem ser classificados levando-se em consideração o caráter da interação entre autor e leitor, pois o autor se propõe a fazer algo, e quando essa intenção está materialmente presente no texto, através das marcas formais, o leitor se dispõe a escutar, momentaneamente, o autor, para depois aceitar, julgar, rejeitar. Sob esse ponto de vista da interação podemos também distinguir os discursos narrativos, descritivos, argumentativos (Kleiman, 2004, p. 19).

Um dos gêneros textuais mais usados em sala de aula com os alunos do 6º ano do é o gênero narrativo, que tem como principal característica contar histórias reais ou não, que ocorrem num determinado tempo e lugar, envolvendo personagens. E quando apre-

sentado esse gênero em sala de aula os professores devem trabalhar conforme a Matriz de Referência apresentada pelo Mec, que é um documento organizado para direcionar as habilidades mostradas pelos alunos durante suas avaliações, de acordo com o nível de escolaridade e se dispõem em descritores, cuja a função é avaliar a unidades mínimas de cada habilidade. Isso facilita ao aluno a reconhecer as várias tipologias. Por isso que, segundo Marcuschi (2008), pode ocorrer mais de uma tipologia em um mesmo texto:

[...] um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto. [...] os gêneros são uma espécie de armadura comunicativa que preenchido por sequências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas, mas relacionadas entre si. Quando se nomeia certo texto como “narrativo”, “descritivo” ou “argumentativo”, não se está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base (Marcuschi, 2008, p. 27)

Quanto à diversidade dos gêneros textuais, eles são classificados em dois únicos grupos: o dos textos literários e o dos textos não-literários. No primeiro grupo, estariam os textos ligados à literatura e, portanto, ficcionais, como conto, crônica, poesia, novela etc. No segundo, os informativos: notícias, avisos, propaganda, outdoors, verbetes enciclopédicos etc. Quando definimos tipologias precisas e sucintas para os textos, fica mais fácil interpretar e produzir textos que circulam em um determinado ambiente social. O autor faz relação com o meio social de quem irá produzir o texto escrito, pois para Marcuschi (2008), os gêneros linguísticos:

Contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a sociedades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à escrita (Marcuschi, 2008, p. 19).

Além dos tipos textuais, os gêneros textuais da linguagem são importantes para o conhecimento do aluno; muitos destes gêneros são conhecidos por fazerem parte do dia a dia, são utilizados na comunicação. De acordo com o que diz Marcuschi (2008):

[...] os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante [...] (Marcuschi, 2008, p. 22-23).

É importante que na sala de aula os alunos aprendam os gêneros e tipos textuais para uma produção mais eficiente, cabendo principalmente à disciplina de Língua Portuguesa aprimorar esse conhecimento, mas para alcançar uma melhor qualidade na produção tex-



tual o aluno também precisa conhecer alguns recursos linguísticos utilizados na produção de texto, que segundo Beaugrande e Dressler (1983) são responsáveis por qualquer discurso: “coerência, coesão, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade”. Todos responsáveis pelo processo sócio comunicativo. Para uma boa produção textual, será dado enfoque a dois fatores: coesão e coerência:

Coesão funciona como conexão entre os termos do texto. Coerência é o sentido do texto. Com relação a isso, Koch e Travaglia (1990), dizem que:

É a coerência que faz com que uma sequência linguística qualquer seja vista como um texto, porque é a coerência, através de vários fatores, que permite estabelecer relações (sintático-gramaticais, semânticas e pragmáticas) entre os elementos da sequência (morfemas, palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos etc.) permitindo construí-la e percebê-la, na recepção, como constituindo uma unidade significativa global. Portanto, é a coerência que dá textura ou textualidade à sequência linguística em texto (Koch; Travaglia, 1990, p. 45).

O texto precisa ser coeso e coerente, pois escrever é uma forma de comunicação que possui um interlocutor, o leitor, o qual precisa compreender a mensagem do texto. De acordo com os PCN de Língua Portuguesa (2000),

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. Fora da escola escrevem-se textos dirigidos aos interlocutores de fato. Todo texto pertence a um determinado gênero, com uma forma própria, que se pode aprender. Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo como fonte de referência, repertório textual, suporte da atividade intertextual (Brasil, 2000, p. 28).

Baseado nos fatores e processos linguísticos, vistos acima, que influenciam no aprendizado e composição de uma produção textual, nota-se que para escrever um bom texto não é simplesmente colocar no papel um amontoado de palavras. Produzir um texto é uma tarefa difícil, que demanda esforço do aluno, do professor, a compreensão dos gêneros e análise do contexto social.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O que despertou o interesse em investigar os gêneros textuais, a sua relevância, as suas contribuições para a leitura e escrita e, qual a melhor forma para estimular a compreensão e formação de leitores, partiu das observações realizadas durante o estágio obrigatório da faculdade feito em sala de aula com os alunos do ensino fundamental, quando se percebe que ao longo da vivência de sala de aula, deparavam com alunos com muitas dificuldades de produzir os gêneros textuais mais cobrados nos livros didáticos, revelando total desconhecimento de sua importância, elaboração e funcionalidades. Isto provocava incerteza e apreensão quanto à maneira de como esta ferramenta didática estava sendo trabalhados na sala de aula, como esses alunos chegariam ao ensino médio.

Por conta disso, e por não ter nenhuma ideia de como iria ser desenvolvido esse artigo, verificou-se de imediato a necessidade de adquirir com urgência um acervo que ofere-

cesse condições para a elaboração do desenvolvimento da pesquisa. Foi então que se optou por desenvolvê-lo por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscando analisar alguns métodos que possam auxiliar no momento de se trabalhar com linguagem dos gêneros textuais em sala de aula, tendo como enfoque principal a leitura e a produção de texto.

Sabendo-se que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, segundo Lakatos (2003) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito, ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferência seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicada ou gravada.

A partir daí, que tivemos contato com livros técnicos e de suma importância que tratavam dos gêneros textuais, sob a influência de Bakhtin (2011) com o seu livro, *Estética da criação verbal e Marxismo e filosofia da linguagem*, entre outros, que forneceram subsídios teóricos que ampliaram o universo da investigação do tratamento dado ao trabalho com os gêneros textuais da linguagem na formação do futuro professor de língua portuguesa.

Com algumas leituras feitas é perceptível a ampla assistência dada por Bakhtin e diversos pesquisadores que participam da mesma visão acerca dos gêneros. E que o propósito foi chamar a atenção para o caráter intercessor e organizador do modo que praticamos a linguagem. A língua é adaptada, por todos os usuários na sua fala às formas dos gêneros e reconhecem esses gêneros nos usos sociais. Toda essa gama de conhecimentos foi difundida quanto à temática, pois passou a enxergar que o ensino da Língua Portuguesa precisava dos gêneros textuais, enquanto instrumento didático, para avaliar a linguagem em uso, uma vez que este recurso mostra o desenvolvimento de como ela é descrita na prática discursiva, evidenciando que a linguagem transpõe os limites da forma linguística e colaborando para o desenvolvimento de capacidades como a textual, a linguística e a comunicativa. Envolvida pela busca de conhecimento no decorrer do estágio, deparou-se com educadores que externavam em seus diálogos, dificuldades de trabalhar em sala de aula, com os gêneros considerados escolares já que os mesmos só os viam e tentavam produzir na escola.

Sendo assim, a realização deste objeto de pesquisa tornou viável uma investigação das várias maneiras de utilização dos gêneros textuais como ferramenta para o ensino da linguagem, de modo que se prioriza a necessidade de tornar nossos alunos proficientes leitores e produtores de textos, uma vez que o desafio, enquanto futuros educadores responsáveis pelos processos de ensino-aprendizagem estar em acatar a apropriação do gênero trabalhado, sem que se perca de vista os seus usos e suas funções sociais e, principalmente, que se pense como atrelar e mostrar os gêneros em sala de aula.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo que tem como tema *Os gêneros textuais: uma abordagem para o ensino da leitura e produção textual no 5º ano do ensino fundamental I* teve o objetivo geral investigar os gêneros textuais, a sua relevância, as suas contribuições para a leitura e escrita e, quais as melhores formas para estimular a compreensão e formação de leitores. Justificando-se por sua importante contribuição para o trabalho com gêneros textuais no ensino de língua, acreditando que toda ação prática da escola deve ser contextualizada com produções enunciativas do discente na ânsia de estimular o saber sistemático dos gêneros e sua atuação diante das premissas apresentadas. Para a compreensão da posição aqui assumida, algumas concepções e conceituações nas discussões sobre gêneros, tal como



linguagem, discurso e interação, imprescindíveis nas reflexões sobre o tema, fazem-se necessárias.

Como isso, foi providenciado um levantamento teórico minucioso que justificassem a relevância desta ferramenta didática em sala de aula, para orientar este objeto de estudo, tão destacado em teorias educacionais, que pontuam o compromisso e o dever da escola em trabalhar com os gêneros textuais, a exemplo do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que são incisivos ao fazer referência à introdução da linguagem enquanto gêneros nas escolas.

Diante dessa realidade e, por entender a educação como único motivo para o aprimoramento do ser humano e da sociedade foi proposto nesta pesquisa os estudos realizados por Bakhtin (2011), que em sua época, realizou um relevante estudo sobre os gêneros discursivos até hoje utilizado como fundamento para pesquisa. Para ele a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas por serem inesgotáveis as possibilidades das múltiplas atividades humanas. Concordando com Bakhtin, Marcuschi (2008) também afirma que existe uma dificuldade natural no tratamento desse tema diante da abundância e diversidade das fontes e perspectivas de análises, como isso, deve-se considerar que não existe um plano único para o seu estudo, pois cada campo tem uma visão diferenciada, o que dá mais riqueza a pesquisa do objeto. Koch (2011) afirma que todos têm que ter uma competência sociocomunicativa que leve os falante/ouvintes à usar essa competência para fazer a diferenciação entre os vários gêneros encontrados no textos.

Por isso, verificamos a necessidade, bem como a importância de abordar neste artigo uma prática pedagógica que contemplasse o trabalho com os diversos gêneros textuais, visando estimular a leitura dos educandos e focalizar a escrita de modo que eles viessem a acompanhar e avançar nos conteúdos trabalhados pela professora em sala de aula. Além disso, neste artigo foi planejado um acompanhamento pedagógico para atender os educandos que sentem significativa dificuldade na leitura e na escrita.

E como sabemos cabe à escola, vista como a instituição que capacita o aluno cidadão, qualificar o desempenho desse aluno para torná-lo produtor e leitor proficiente nas diversas práticas discursivas com as quais se envolve no seu dia-a-dia. Dando-lhe oportunidade a desenvolver sua habilidade e competências através de aprendizagem significativa e, assim, permitir-lhe construir o seu próprio conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: Outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra, 6ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2011.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BELTRÃO, Eliana Santos; GORDILHO, Tereza. **Novo diálogo**. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2006.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística Textual: Introdução**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- KLEIMAN, Ângela. **Abordagens da Leitura**. Vol. 7, nº 14. Belo Horizonte: Scripta, 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3ª ed. 7ª impressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São

Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____, Luiz Antônio; KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz...[et al.] **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

PCN: língua portuguesa/Secretaria de educação Fundamental. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4ª ed. São Paulo: Rêspel, 2014.



21

**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À
POPUAÇÃO TRANS NA ATENÇÃO
PRIMÁRIA DE SAÚDE**

Izayanny Silva Vilas Boas¹
Julia Kauanne Fernandes Oliveira¹
Lucileia Santos dos Santos¹
Maria Eduarda Silva da Costa¹
Mariana De Jesus Durans Matos¹
Mariane de Amarantes Souza²
Paulo Sérgio da Silva Pinheiro¹
Thacio da Silva Figueredo¹

1 Enfermagem, Edufor, São Luís-MA

2 Doutoranda em Saúde Coletiva, Edufor, São Luís-MA

Resumo

Introdução: Há décadas, movimentos sociais reivindicam acesso isonômico a saúde, contudo, grupos minoritários encontram barreiras de acesso e este cenário torna-se cada vez mais sensível. Neste ponto, a equipe de enfermagem deve assumir ocupação microsistêmica e macrosocial ao entrave a acessibilidade da população trans. Objetivo: Discutir a assistência de enfermagem à população trans na APS, abordando as práticas de cuidado, barreiras enfrentadas e políticas de saúde que impactam a estes indivíduos. Material e Métodos: O artigo apresenta uma pesquisa científica sobre o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos às pessoas transexuais com pesquisa de base de dados, realizada aos últimos 05 (cinco) anos (2020-2024) apresentadas por bibliografias com evidências científicas já comprovadas. Resultados: Os Resultados obtidos a partir dos trabalhos estudados, tem-se que para o acolhimento e inclusão da população Trans nos serviços de saúde é necessário a implantação de capacitação aos profissionais da rede de saúde, conhecimento científico acerca da sexualidade, aspectos psicológicos, condutas de ética e moral para inclusão, que são essenciais no processo da assistência. Conclusão: A assistência de enfermagem à população transsexual na atenção primária de saúde é uma área que demanda atenção especial e políticas públicas efetivas. As barreiras de acesso, a formação inadequada dos profissionais e a necessidade de práticas de cuidado inclusivas são questões fundamentais que precisam ser abordadas. Logo assim, é imprescindível a promoção de um ambiente acolhedor e suporte qualificado ao atendimento, onde as identidades de gênero sejam respeitadas.

Palavras-chave: Assistência de Enfermagem; População Transsexual; Atenção Primária de Saúde.

Abstract

Introduction: For decades, social movements have been demanding equal access to healthcare, however, minority groups encounter barriers to access and this situation has become increasingly sensitive. At this point, the nursing team must assume a microsystemic and macrosocial occupation to hinder the accessibility of the trans population. Objective: To discuss nursing care for the trans population in PHC, addressing care practices, barriers faced and health policies that impact these individuals. Material and Methods: The abstract must have a maximum of 250 words, in Times New Roman font, size 12, justified, simple intervals between lines. The abstract must express, in a coherent and clear way, the main points of the article. It must be preceded by at least 3, and a maximum of 5 keywords, divided by comas, as this model presents. The article presents scientific research on access and quality of health services offered to transgender people with database research, carried out over the last 05 (five) years (2020-2024) presented by bibliographies with already proven scientific evidence. Results: The results obtained from the studies studied show that in order to welcome and include the Trans population in health services, it is necessary to implement training for professionals in the health network, scientific knowledge about trans sexuality, psychological aspects, ethical and moral conduct for inclusion, which are essential in the care process. Conclusion: Nursing care for the transsexual population in primary health care is an area that demands special attention and effective public policies. Barriers to access, inadequate training of professionals and the need for inclusive care practices are fundamental issues that need to be addressed. Therefore, it is essential to promote a welcoming environment and qualified support for care, where gender identities are respected.

Keywords: Nursing Assistance; Transsexual Population; Primary Health Care.



1. INTRODUÇÃO

O termo trans é utilizado para se referir a uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico que lhe foi atribuído no nascimento. O gênero não se limita à biologia, mas abrange uma construção social que influencia a forma como indivíduos se veem e são vistos na sociedade (Ahmad, 2020). Tal definição é um aspecto crucial para compreender as experiências e os desafios enfrentados por essa população.

A desconexão entre o sexo biológico e a identidade de gênero frequentemente resulta em discriminação, violência e barreiras no acesso à direitos básicos (Bento, 2008). Tal cenário contribui para o desenvolvimento de problemas físicos e mentais, tornando imprescindível a elaboração de estratégias para superar as limitações de acesso aos serviços, reafirmar direitos e principalmente direcionar ações de saúde. Seguindo esta linha de atuação o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde LGBT no ano de 2011, considerada um grande marco no reconhecimento das necessidades e especificidades dessa população. Outro ponto significativo foi a publicação da portaria N° 2.803, de novembro de 2013 que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), o qual estabelece o tratamento e acompanhamento integral da saúde da pessoa trans. Apesar destas conquistas, a população de pessoas transgêneras ainda enfrenta barreiras ao buscar atendimento, desde a atenção primária de saúde à alta complexidade (Mello et al. 2011).

A atenção primária de saúde (APS) é o primeiro nível de contato do indivíduo com o sistema, desempenhando um papel crucial na promoção da saúde e na prevenção de doenças (Brasil, 1990). Nesse contexto, a enfermagem se destaca como um componente essencial, uma vez que os enfermeiros são frequentemente os profissionais mais próximos da população, oferecendo cuidados diretos e atuando na educação em saúde. A assistência de enfermagem direcionada à população trans deve considerar as especificidades de suas necessidades, os enfermeiros devem estar capacitados para oferecer cuidados desde orientações sobre saúde sexual até o acompanhamento de processos de transição de gênero (Brigel, 2010). A escuta ativa e a empatia são ferramentas fundamentais para estabelecer um vínculo de segurança, permitindo que os pacientes se sintam confortáveis em compartilhar suas vivências e demandas, garantindo um cuidado integral que reconheça a identidade de gênero e promova a dignidade.

Desta forma, a formação e a sensibilização dos profissionais de saúde são fundamentais para o desenvolvimento de uma prática que acolha e respeite as particularidades da população trans. A construção de uma relação de confiança entre profissionais de saúde e pacientes trans é um fator determinante para a adesão a tratamentos e para a melhoria dos indicadores de qualidade de vida dessa população (Rosa et al., 2020). O fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso à saúde para todos, independentemente da identidade de gênero, é essencial para a construção de um sistema de saúde equitativo.

Por fim, este artigo visa discutir a assistência de enfermagem à população trans na APS, abordando as práticas de cuidado, as barreiras enfrentadas e as políticas de saúde que impactam esses indivíduos. Através de uma revisão da literatura, busca-se oferecer uma reflexão sobre as melhores práticas de assistência e a importância de uma abordagem inclusiva na promoção da saúde deste grupo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, tendo como base investigativa dados apresentados por bibliografias com evidências científicas já comprovadas, permitindo desenvolver de forma mais abrangente e ordenada informações sobre o assunto, construindo um conhecimento mais amplificado por meio dos dados apresentados nas fontes de pesquisa. O presente estudo foi realizado através das etapas apresentadas por Mendes *et al.* (2008): Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; Interpretação dos resultados e apresentação da revisão.

Após a identificação do tema, foi elaborada a seguinte questão norteadora da pesquisa: *“Como se aplica a assistência de enfermagem na atenção primária à saúde quando direcionada à população trans?”*. A partir desta definição os descritores selecionados através da plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram: 1. “Assistência de Enfermagem”; 2. “População Transsexual” e 3. “Atenção Primária de Saúde”. As bases de dados usadas como ferramentas para delimitar os artigos escolhidos foram as seguintes: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Public Medline (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A seleção foi estabelecida para incluir publicações entre os anos de 2020 a 2024, destacando assim os estudos realizados nos últimos cinco anos, em língua portuguesa e inglesa. Ao direcionar uma busca nas bases de dados utilizando os descritores anteriormente escolhidos, foram encontrados um total de 83 artigos, destes quais, após um processo de refinamento alinhado com o tema e objetivo da pesquisa, foram reduzidos a 06 (seis).

2.1 Análise dos Dados

Os dados coletados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, com foco nas práticas de cuidado, na formação profissional e nas barreiras de acesso enfrentadas pela população trans. Essa abordagem permitiu a identificação de categorias centrais que refletem as necessidades de saúde da população trans e as práticas de enfermagem. As categorias emergentes foram discutidas à luz da literatura existente, buscando compreender os desafios e as oportunidades para a assistência de enfermagem nessa área.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 06 artigos para a construção dos resultados da presente pesquisa, conforme apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos científicos utilizados para a construção do corpus do estudo.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica	Denildo de Freitas Gomes, Enéas Rangel Teixeira, Marta Sauthier e Graciele Oroski Paes. 2022	Identificar e discutir os motivos que dificultam ou restringem a acessibilidade dos transexuais aos serviços básicos de saúde.	Emergiram, da análise dos dados, as seguintes categorias temáticas: Baixa resolutividade e múltiplos entraves do acesso do transexual ao atendimento básico de saúde; Não inclusão e autoexclusão: o explícito não pertencimento ao Sistema Único de Saúde.
E2	O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa	Amanda L. Mendonça, Bianca F. Queiroz, Claire de Souza, Maria R. dos Reis, Sara D. Oliveira, Marilene N. S. Bragagnolo. 2023	Relatar os obstáculos de acesso à Atenção Primária à Saúde (APS) por parte da população travesti e transexual (TT) e reconhecer as possíveis condutas dos profissionais de saúde no atendimento a essa população.	Os principais resultados encontrados foram a dificuldade no acolhimento desta população na APS, a rejeição pessoal dos profissionais, o fluxo inadequado da unidade, as barreiras estruturais dos serviços como a dificuldade de criar vínculos.
E3	Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional	Rosa DF, Carvalho MVF, Pereira NR, Rocha NT, Neves VR, Rosa AS. 2020	Descrever e analisar a produção científica nacional e internacional sobre assistência de Enfermagem à população trans e/ou com variabilidade de gênero	Pessoas trans não têm encontrado respostas às suas demandas de saúde, são vítimas de preconceitos e violências nos serviços e procuram atendimento em casos extremos de adoecimento.
E4	Assistência de enfermagem à população transgênero na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa	Manoella Alves Carneiro Chagas; Adriano Maia dos Santos; Naila Neves de Jesus. 2023	Descrever o cuidado prestado à população transgênero pela enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS).	A pesquisa demonstra um cenário limitado do cuidado de enfermagem à população transgênero. A escassez de pesquisas voltadas para essa temática é um importante sinal de como o cuidado tem sido incipiente ou mesmo inexistente no contexto da APS.
E5	Assistência de enfermagem a população transexual na atenção básica	Silva AKF, Lima Filho CA, Marques VGPS, Cantarelli ALJ, Targino LM, Lima RYC. 2024	Analisar as evidências da literatura sobre a assistência de enfermagem à população transexual na atenção básica	Ficou evidenciado lacunas importantes que vem desde a formação acadêmica, no despreparo e desconhecimento acerca da sexualidade
E6	Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans	Gomes ACMS, Sousa FJG, Janini JP, Vargas LA, Gomes MS, Lemos A. 2023	Conhecer as vivências e demandas de pessoas transexuais ao buscar serviços de Atenção Primária à Saúde.	No cenário atual, a população trans ainda padece com dificuldades de acesso aos serviços de saúde e, portanto de terem seus direitos garantidos

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2024.

A análise dos artigos selecionados revelou diversas lacunas e desafios enfrentados na assistência à população transsexual na atenção primária de saúde.

3.1 Barreiras de acesso ao atendimento

Um dos principais resultados encontrados foi a existência de barreiras significativas para o acesso aos serviços de saúde, onde as falhas se iniciam já no acolhimento. Todos os funcionários e prestadores de serviços de uma instituição de saúde devem assegurar um atendimento ao usuário de qualidade, promovendo um ambiente cordial e acolhedor. No entanto, há constantes relatos de experiências traumáticas, uma vez que muitos profissionais adotam uma postura negativa em relação às pessoas trans, o que gera um ambiente hostil e resulta em um atendimento discriminatório e preconceituoso, muito aquém da empatia tão necessária ao assistir essa população. O distanciamento provocado, diversas vezes desde as primeiras etapas, ocasiona em evasão, em que muitos transsexuais só se voltam aos serviços de atendimento em circunstâncias extremas (Rosa *et al.*, 2020).

Sob outra ótica, a dificuldade ou restrições do acesso pode apresentar um viés de não reconhecimento da pessoa transsexual como cidadão de direitos, o que possivelmente gera relações conflituosas entre usuário e profissionais e/ou usuários e instituição de saúde, pois toda luta por reconhecimento inicia por meio da experiência de desrespeito (Gomes *et al.*, 2022).

A falta de informações sobre os direitos à saúde e a resistência dos profissionais, essencialmente nas unidades de atenção primária, em lidar com questões de gênero são aspectos que perpetuam essa situação, na qual a fragilidade na assistência se destaca (Silva *et al.*, 2024). É necessário implementar políticas que promovam a sensibilização e a formação contínua dos profissionais de saúde, visando a criação de um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

A criação de barreiras normatizadoras e o desconhecimento acerca da população trans por parte dos(as) enfermeiros(as) acarreta a invisibilidade das necessidades de saúde dessa população e também causa prejuízos aos cuidados de Enfermagem que devem ser prestados a ela. Para oferecer à pessoa trans cuidados integrais, é necessário conhecer seu contexto social e suas necessidades de saúde, assim como outras interseccionalidades que influenciam sua vida. A equipe de profissionais que atendem no âmbito hospitalar necessita estar melhor preparada, pois tem a responsabilidade de proporcionar um ambiente seguro e livre de preconceito, compreender as nuances que envolvem a identidade de gênero e diminuir sua estigmatização (Rosa *et al.*, 2020).

Rosa *et al.* (2020), destacam que a reversão deste cenário, em que trans são vítimas da reprodução de preconceitos, discriminações e violências daqueles que deveriam oferecer cuidado, passará, necessariamente, pela Enfermagem, devido a sua ampla presença e ao alto nível de interação que mantém com os usuários.

3.2 Formação e Sensibilização dos profissionais

Outro ponto destacado na literatura foi a necessidade de formação e sensibilização dos profissionais de saúde. Ficou evidente que lacunas importantes vêm desde a formação



acadêmica, há despreparo e falta de conhecimento específico sobre a população trans, sobretudo dos cuidados inerentes à saúde desses indivíduos, o que limita a capacidade de oferecer um atendimento adequado. Os enfermeiros acabam oferecendo uma assistência superficial, limitada apenas à assistência curativista, desconsiderando os aspectos integrais do paciente, o que é altamente prejudicial ao desempenho da assistência qualificada (Silva *et al.*, 2024).

Os profissionais não são treinados e poucos entendem os protocolos já existentes, gerando atendimentos constrangedores para ambos quando eles têm contato com usuários TT. Verificou-se que ocorre uma rejeição do profissional a essa temática, havendo desconhecimento do nome social, desumanização, falta de abordagem específica, baixa qualificação profissional, ignorância sobre tema e ausência de educação continuada. Para reconhecer as possíveis substituições de conduta profissional no atendimento ao público descrito, a análise do estudo permitiu concluir que deve haver implementação de melhores políticas públicas, informarem de forma efetiva os profissionais sobre essa população e suas necessidades por meio de educação continuada e abordar atos de preconceito (Mendonça, 2023).

A própria população trans aponta a necessidade de capacitação dos trabalhadores sobre o processo transexualizador e as demais demandas deste grupo, já que “a enfermagem é atuante na disseminação de informação e também das práticas corretas e éticas em cuidados de saúde” (Ahmad, 2021). Segundo Rosa *et al.* (2020) há uma carência de educação, conhecimento e competência na forma como enfermeiros se comunicam com pessoas trans e lidam com a diversidade de gênero na prática profissional. É fundamental elevar os padrões de atendimento, o que só será possível com a inclusão e ampliação de conteúdos sobre diversidade de gênero nos currículos de enfermagem.

Desta forma, a inserção de temas relacionados à diversidade de gênero nos currículos de formação em saúde é crucial. Além disso, programas de educação continuada e workshops sobre respeito à identidade de gênero e às necessidades de saúde da população trans podem contribuir para melhorar a qualidade do atendimento.

Assim, percebe-se que de fato na prática ainda há muito o que melhorar para ofertar uma assistência digna às pessoas trans. A qualificação dos profissionais, principalmente da Atenção Primária em Saúde, se faz necessária para além de fornecer um acolhimento adequado, informar sobre dúvidas que venham surgir em relação ao Processo Transexualizador, por exemplo, além de suprir as demandas em geral e específicas, melhorando as vivências dos usuários trans em relação aos atendimentos (Gomes, 2023).

3.3. Políticas públicas de saúde à população trans

No Brasil, o uso do nome social por usuários do SUS foi garantido em 2009, e, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT incluiu identidade de gênero e orientação sexual como determinantes sociais de saúde, promovendo um atendimento mais inclusivo. Contudo, a Portaria 2.803/2013, que redefine o Processo Transexualizador, não incluiu a enfermagem na equipe multiprofissional, o que evidencia uma lacuna na formação de profissionais para lidar com as especificidades da população trans. Em resposta, a Universidade Aberta do SUS lançou o curso “Políticas de Saúde LGBT” em 2015, e profissionais de enfermagem foram os que mais buscaram essa formação, indicando tanto o interesse quanto a carência de conhecimento na área (Rosa *et al.*, 2022).

Para fortalecer o atendimento às pessoas trans, o Ministério da Saúde publicou o livro “Transexualidade e Travestilidade na Saúde” em 2016, e a WPATH estabeleceu diretrizes clínicas que orientam o cuidado e promovem o bem-estar dessa população. Tais normas e políticas buscam eliminar a discriminação e garantir um atendimento de qualidade em todos os níveis de atenção. A adoção dessas diretrizes, especialmente pela enfermagem como a maior categoria profissional da saúde, é essencial para reduzir o despreparo no atendimento e fomentar uma sociedade mais inclusiva. O avanço pleno, no entanto, exige que a valorização da diversidade seja um compromisso de todos, indo além da regulamentação legal para se tornar um valor amplamente adotado.

3.4 Práticas de Cuidado

Na Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, os cuidados oferecidos à população transgênero pela enfermagem são principalmente centrados na entrega de preservativos e testagem de HIV/Aids, enquanto outras abordagens são permeadas por dúvidas e inconsistências. Muitos profissionais relatam nunca terem atendido ou terem atendido poucas pessoas trans, o que expõe a negligência e aponta para a urgência de implementar ações estratégicas e investimentos em uma APS mais inclusiva. Embora o acolhimento seja a principal estratégia de aproximação, a falta de capacitação técnica e o despreparo científico entre profissionais de enfermagem têm dificultado o atendimento adequado e transformado o espaço que deveria ser acolhedor em um “não lugar” para essas pessoas (Chagas *et al.*, 2023).

Os processos de saúde para pessoas trans é complexo e atravessado por fatores como condições socioeconômicas, escolaridade, raça e acesso ao atendimento, exigindo resiliência e uma abordagem que respeite a individualidade de cada trajetória (Hirata, 2024). Nesse contexto, o papel do enfermeiro é essencial, pois, ao estabelecer um bom acolhimento, escuta ativa e cultivar a empatia, pode-se compreender melhor as necessidades específicas dessa população, contribuindo para práticas de cuidado que respeitem e atendam suas expectativas.

Para melhorar o acolhimento, recomenda-se o uso do pronome e nome social preferidos, a criação de ambientes neutros e seguros, e o treinamento de todos os funcionários. Esses ajustes no ambiente e no atendimento têm se mostrado eficazes para a inclusão da população trans na APS. No papel de cuidado, profissionais de enfermagem têm funções variadas, que incluem gerenciamento de doenças crônicas, cuidados preventivos, educação sobre saúde e apoio no uso de medicamentos e hormônios. No acolhimento, o enfermeiro deve realizar uma escuta qualificada e uma anamnese ampliada, considerando fatores como histórico de violências e necessidades específicas de saúde. Orientações sobre cuidados e processos de transição são fundamentais, sendo importante oferecer um atendimento integral e respeitoso que responda às demandas dessa população.

Durante o acolhimento, a(o) enfermeira(o) deve realizar uma escuta qualificada, identificando as necessidades de saúde do usuário/usuária. A anamnese deve ser minuciosa e ampliada, atentando-se para os atravessamentos da população transgênero, colhendo antecedentes pessoais, histórico de saúde e familiar, uso de medicamentos atuais, imunizações etc. Neste momento, é relevante considerar o histórico de violências, muito presente na vivência desse público, fazendo orientações e encaminhamentos necessários; deve-se, ainda, orientar sobre as possibilidades de cuidado, especialmente em relação às mudanças corporais (processo transexualizador etc.), caso essa seja a demanda (Chagas; Santos; Neves, 2023).



A criação de protocolos de enfermagem específicos de atendimento à população trans na Atenção Primária à Saúde (APS) pode ser uma estratégia eficaz para garantir a continuidade do cuidado e a adesão ao tratamento. O cuidado ético e eficaz vai além do respeito e da empatia, exigindo a construção de conhecimentos e práticas que atendam à pessoa trans em sua singularidade e plenitude, sem limitá-la apenas às questões de gênero (Rosa *et al.*, 2020).

4. CONCLUSÃO

O atendimento à população trans nos serviços de saúde ainda enfrenta significativas barreiras estruturais, institucionais e de formação, que limitam o acesso e a qualidade da assistência oferecida. A falta de preparação e sensibilidade de profissionais de saúde, especialmente na Atenção Primária, reforça estigmas e produz um ambiente hostil, caracterizado por práticas discriminatórias que afastam esse público. A assistência de enfermagem à população transsexual na atenção primária de saúde é uma área que demanda atenção especial e políticas públicas efetivas, o que é fundamental para combater a evasão dos serviços de saúde e garantir um cuidado integral e digno.

A enfermagem, como a maior categoria profissional na saúde e com forte interação com os usuários, tem um papel essencial na promoção da saúde da população transsexual. No entanto, para que isso aconteça de maneira efetiva, é imprescindível que os profissionais de enfermagem recebam formação contínua e especializada, tanto durante a formação acadêmica quanto no exercício profissional. Investir em educação continuada, com ênfase no respeito à identidade de gênero e nas especificidades de saúde deste grupo, é um passo importante para melhorar as práticas de cuidado. Além disso, a criação de protocolos específicos e a implementação de políticas de sensibilização e capacitação nas unidades de APS são estratégias promissoras para transformar os serviços de saúde em espaços de acolhimento, assistência e promoção do bem-estar, reforçando o compromisso com uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, AF. "Ah, sei lá, só quero ser eu!": significados, saberes e práticas da harmonização cruzada na saúde de mulheres e homens trans. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia**, 2020.
- BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: **Brasiliense**; 2008.
- BRASIL, **Ministério da Saúde**. Diretrizes de Atenção à Saúde da População LGBT. Brasília, 2016.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União 19 nov 2013; Seção 1**.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CHAGAS MAC, Santos AM, Jesus NN. Nursing care for the transgender population in primary health care: an integrative review. **Invest. Educ. Enferm**. 2022.
- Gomes ACMS, Sousa FJG, Janini JP, Vargas LA, Gomes MS, Lemos A. Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans. Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online), **Biblioteca Virtual em Saúde, Revista Online**, 2023.
- GOMES, Denildo de Freitas et al. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210425, 2022.
- Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BR). Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Diário Oficial da União [periódico na internet], Brasília (DF), 1990.

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sex., salud soc.** (Rio J.). [Internet]. 2011.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

ROSA, D. F. et al. Nursing Care for the transgender population: genders from the perspective of professional practice. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. suppl 1, p. 299–306, fev. 2020.

SILVA AKF, Lima Filho CA, Marques VGPS, Cantarelli ALJ, TarginoLM, Lima RYC, et al. Assistência de enfermagem à população transexual na atenção básica. **Biblioteca Virtual em Saúde, Revista Online**, 2024.

SILVA, R. DE J. R. DA; SOUSA, J. P. DE; O ADRIANO, A. K. C. G.; BARBALHO, I. L. A.; SILVA, C. R. D. V.; FERNANDES, P. K. R. DE S.; FERNANDES, M. C. Experiências das pessoas trans acerca do acolhimento na atenção primária à saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 23, 28 out. 2024.



22

**CUIDADO DE ENFERMAGEM E
RESPEITO A DIVERSIDADE RELIGIOSA:
MANTENDO A ÉTICA PROFISSIONAL**

Alice França Guimarães¹
Adrielle Costa Mendes¹
Amanda Rocha Arraes De Melo¹
Guilherme Dias Silva¹
Giulianny Carla Varão Paiva¹
Gleyse Dayane França Mendes¹
Isabela Ranara Pereira Da Silva¹
Júlia Manuelle Reis De Sousa¹
João Victor Dos Santos Rodrigues¹
Josiane Dos Santos Nunes¹
Kemuel Itallo Lima Silva¹
Kenilly Gabrielly Costa Macedo¹
Daniel Ruan Alves Reis²

1 Enfermagem, Edufor, São Luís-MA

2 Orientador, Edufor, São Luís-MA

Resumo

Introdução: A diversidade religiosa é uma realidade no Brasil, haja vista que este é um país laico. Cada grupo social, povo ou comunidade possui suas especificidades religiosas, normas, ações, percepções e características que os definem. Objetivo: estudar sobre a importância da ética profissional do enfermeiro sob a ótica da diversidade religiosa. Materiais e métodos: Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja fonte de informações foram as bases de dados da SCIELO, datados dos últimos dez anos e publicados do idioma português. Resultados e discussão: Foram contemplados 8 artigos científicos, no qual foram discutidos quais ações/atuações éticas em enfermagem são realizadas por estes profissionais em um contexto de diversidade religiosa e ainda, foram discutidos os benefícios destas ações na promoção de uma assistência humanizada e acolhedora, bem como a importância de ações de educação em saúde destinadas aos profissionais da enfermagem frente as fragilidades que ainda repercutem no atendimento destinado a pessoas diferentes. Conclusão: Identificou-se que as ações éticas em um contexto de diversidade religiosa são: respeito das diferenças; diálogo amistoso; ser ouvinte; empatia, visão holística das realidades dos indivíduos e reconhecer as características singulares dos usuários. Almeja-se com esse estudo contribuir com as pesquisas e reflexões sobre o tema.

Palavras-chave: Diversidade Religiosa. Ética. Enfermagem.

Abstract

Introduction: Religious diversity is a reality in Brazil, given that it is a secular country. Each social group, people or community has its religious specificities, norms, actions, perceptions and characteristics that define them. Objective: to study the importance of nurses' professional ethics from the perspective of religious diversity. Materials and methods: This was an integrative review of the literature, whose source of information was the SCIELO and Medline databases, dating from the last ten years and published in the Portuguese language. Results and discussion: 8 scientific articles were considered, in which they discussed which ethical actions/activities in nursing are carried out by these professionals in a context of religious diversity and also discussed the benefits of these actions in promoting humanized and welcoming care, as well as the importance of health education actions aimed at nursing professionals in view of the weaknesses that still affect the care provided to different people. Conclusion: It was identified that ethical actions in a context of religious diversity are: respect for differences; friendly dialogue; be a listener; empathy, holistic view of individuals' realities and recognizing users' unique characteristics. The aim of this study is to contribute to research and reflections on the topic.

Keywords: Religious Diversity. Ethics. Nursing.



1. INTRODUÇÃO

A imensa diversidade étnica e cultural do Brasil exige do Estado a fomentação de políticas públicas, em especial, da saúde que possam contemplar as especificidades de povos e grupos sociais que compõem a sociedade, ou seja, uma atenção em saúde especializada, humanizada, descentralizada e regionalizada (Carvalho; Silva, 2020).

É nesta perspectiva que se insere os profissionais da enfermagem. Estes profissionais devem sobretudo, romper com os paradigmas sociais e culturais e ainda, devem potencializar o direito ao acesso universal e integral à saúde, envolvendo as populações indígenas, quilombolas, afrodescendentes, imigrantes e outros grupos sociais que compõem a sociedade brasileira (Santos *et al.*, 2021).

Nesta perspectiva, compreende-se que a existência de culturas e grupos humanos em um mundo globalizado, permiti-nos enfatizar a importância da igualdade e reconhecer as diferenças em um contexto de socio diversidade. Apesar de vivenciarmos um contexto de múltiplas violências, hierarquias, subordinação, desigualdades sociais e exclusões culturais, faz-se imprescindível a promoção da saúde igualitária e inclusiva com vistas na atuação ética do profissional da enfermagem (Monteiro; Santos, Araújo, 2021).

Para Luna, Teixeira e Lima (2021) compreende esta mesma perspectiva, ao enfatizar que é só através do conhecimento contínuo que os profissionais da enfermagem promoverão uma assistência e cuidado ético frente a uma conjuntura religiosa diversificada. Para isso, os profissionais devem estar dispostos a conhecer, reconhecer, respeitar e dialogar com as mais diversas comunidades e suas múltiplas realidades.

Compreender esse contexto de diversidade religiosa como um aspecto para atuação da enfermagem, é promover a ruptura de paradigmas sociais e preconceitos. Assim, é importante de promover ações educacionais na seara da enfermagem que promovam maior conhecimento a estes profissionais sobre as questões que envolvem as diversas religiões e suas implicações no autocuidado da saúde física e mental (Luna; Teixeira; Luna, 2021).

Assim, almeja-se com esse trabalho fomentar maiores discussões sobre a temática e contribuir na fomentação de conhecimento técnico e científico sobre a importância de o profissional enfermeiro familiarizar-se com as questões que envolvem a diversidade religiosa na contemporaneidade, de modo a possibilitar ações holísticas, de respeito mútuo e ética profissional.

Deste modo, a pesquisa teve como objetivo geral estudar sobre a importância da ética profissional do enfermeiro sob a ótica da diversidade religiosa.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja fonte de informações foram as bases de dados da SCIELO.

A pergunta norteadora do estudo foi definida como: Como prestar uma assistência de enfermagem eficaz em um contexto diversidade religiosa?

Foram incluídos artigos científicos publicados em português, disponível na íntegra e de forma gratuita. Contemplou-se estudos publicados nos últimos 10 anos (2014-2023) Foram excluídos os resumos de trabalhos publicados em anais de eventos, notas do editor, estudos de opinião, dissertação de mestrado e tese de doutorado e estudos de revisão da

literatura.

Os descritores utilizados foram: Diversidade Religiosa, Ética, Enfermagem. Combinados entre si, em português e utilizados com o operador “E”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 8 artigos científicos para a construção da discussão do presente trabalho conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1. Artigos científicos utilizados para a construção do *corpus* do estudo.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	O cuidado de Enfermagem e a diversidade cultural	França et al., 2023	Refletir acerca da relação entre enfermeiro e paciente quando existem questões sobre diversidade cultural em um Unidade Básica de Saúde	Detectou-se a importância do enfermeiro ter um aprendizado sobre os aspectos culturais e transculturais é evidente, dado que o mundo é repleto de indivíduos com variadas etnias, idiomas, histórias e vivências. proporcionaram resultados positivos
E2	Diversidade, Equidade em Saúde e Cuidados de Enfermagem – proposta de disciplina para a graduação em enfermagem na EEAAC/UFF	Cruz, 2015	Propor a aplicação de uma disciplina voltada a diversidade cultural nos cuidados de Enfermagem na EEAAC/UFF	Diante desta demanda do Sistema Único de Saúde, a Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa (EEAAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF) na sua revisão de currículo decidiu instituir uma disciplina obrigatória que efetive a aplicação da Lei 10639/03 em seu curso de graduação, mas que também considere as demais políticas que propiciem a promoção da equidade em saúde da população negra e outras culturas que compõem a nação brasileira.
E3	Formação para o cuidado à diversidade cultural na atenção primária em um curso de Enfermagem	Santos, 2021	Executar ações que pudessem colaborar na formação em saúde para a diversidade cultural de forma ética, capazes de provocar mudanças nas práticas assistenciais.	Observou-se lacunas para uma formação compatível com um perfil profissional capaz de compreender e oferecer atenção adequada à diversidade cultural atual presente na sociedade alagoana.

E4	Saúde indígena: experiência de enfermagem com a etnia Munduruku	Fernandes, 2016	Descrever a assistência de enfermagem realizada em área indígena, nas aldeias do Rio Canumã, localizadas dentro da reserva indígena KwatáLaranjal.	Os relatos colhidos e analisados ajudaram a adequar e conciliar o modelo biomédico dos cuidados de enfermagem ao sistema de saúde local, contribuindo para uma assistência eficaz. No entanto, as diferenças culturais entre profissionais de saúde e pacientes afetam o modo de prescrição do tratamento e a adesão aos cuidados.
E5	O trabalho em saúde coletiva da equipe de enfermagem brasileira no distrito sanitário especial indígena	Melo, Freitas e Apostolico, 2021	Identificar potencialidades e limites da atuação da equipe de enfermagem na Atenção Primária em Saúde Indígena.	A assistência de enfermagem é essencial na modificação e monitoramento dos perfis epidemiológicos da população indígena, e os resultados permitem o planejamento de ações qualificadas
E6	Problemas éticos vivenciados por enfermeiros na estratégia saúde da família	Oliveira, 2014	Identificar os problemas éticos que mais ocorrem por enfermeiros na estratégia saúde da família em Goiânia - Go.	A percepção de presença de problemas éticos se correlacionou negativamente com nível de religiosidade e positivamente com preferência no atendimento por determinado grupo de clientela da ESF. Por sua vez, a percepção da ausência de problemas éticos correlacionou-se positivamente com o percentual de atendimento ao adolescente.
E7	A interculturalidade na formação dos profissionais de enfermagem	Fontana, 2019	Investigar a relação entre interculturalidade e a formação em enfermagem	Em todas as áreas do conhecimento, a diversidade cultural só pode ser promovida ao reconhecer, como princípio fundador, o diálogo e o respeito entre as civilizações e as culturas. Além disso, constitui força motriz do desenvolvimento, indispensável para atenuar a pobreza e promover tanto a igualdade como a equidade na assistência à saúde.
E8	Educação permanente dos profissionais de enfermagem na ESF frente à diversidade religiosa	Arruda et al., 2018	Identificar as possibilidades de ampliação da educação permanente dos profissionais da enfermagem na ESF diante da diversidade religiosa	O processo de trabalho frente à diversidade religiosa necessita que o enfermeiro entenda que o cuidado espiritual ao ser humano significa que as suas necessidades são mais relevantes do que qualquer crença religiosa que o cuidador possa ter, pois essa relação requer doação, responsabilidade e depende ainda de acuidade profissional e do conhecimento de sua espiritualidade, comunicação e liderança.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2024).

De acordo com França *et al.* (2023) é de suma importância a incorporação de ações éticas na enfermagem que respeitem o contexto da transculturalidade. Para os autores, é imprescindível que o paciente sinta-se acolhido durante os procedimentos e consultas de enfermagem, de modo a expressar-se sem barreiras. Assim, o enfermeiro deve compreender que cada indivíduo possui suas crenças, princípios, regras, normas, linguagens e concepções diferentes, que irão variar de acordo com os aspectos culturais deste. Logo, no processo de enfermagem, o profissional deve considerar a cultura do paciente e suas especificidades, durante o planejamento do cuidado.

Essa perspectiva, fica evidentes nos estudos de Cruz (2015), ao propor uma disciplina sobre socio-diversidade no curso de enfermagem da Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa (EEAAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para a referida autora, a atuação da enfermagem deve contemplar a saúde da população do campo/rural; saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTQIA+); saúde da população de rua; saúde da população cigana; saúde da população indígena, saúde da população de imigrantes e saúde da população afro descendente e suas diversidades religiosas.

Compreender esse contexto de socio-diversidade como um aspecto para atuação da enfermagem, é promover a ruptura de paradigmas sociais e preconceitos. Nessa mesma esteira teórica, Santos (2021), no qual realizaram um estudo transversal, identificou-se a importância de promover ações educacionais na seara da enfermagem que promovam maior conhecimento a estes profissionais sobre a sociodiversidade. Identificou-se no estudo que poucos profissionais possuem domínio sobre as diferenças socioculturais e como o acolhimento pode/deve ser personalizado.

Fernandes (2016) através de um relato de experiência na área indígena das aldeias do Rio Canumã,, identificou-se que as ações éticas da enfermagem destinadas aos povos indígenas só se materializam através de ações que promovam maior receptividade, acolhimento, assistência humanizada, respeito a cultura destes povos. Nessa perspectiva, o autor observou que as diferenças culturais entre profissionais de saúde e pacientes afetam o modo de prescrição do tratamento e a adesão aos cuidados. Logo, como “solução” a esta problemática, o autor sugere uma comunicação terapêutica, ou seja, o enfermeiro estar disposto a conhecer, dialogar e negociar com os membros da comunidade sobre a importância das terapias medicamentosa. Assim, o estudo apontou que para haver esse respeito, o profissional enfermeiro deve sensibilizar-se diante das diferenças culturais.

Melo, Freitas e Apostolico (2021) que também abordam sobre o trabalho da enfermagem em uma aldeia indígena, explica que o enfermeiro deve construir ações respeitadas e amistosas no ato dos atendimentos, e assim, irá promover a saúde da população vulnerável, monitoramento das condições de vida e saúde no território e atendimento as necessidades da população. Mas, pontuam a importância de investimentos em políticas públicas em saúde em um contexto de socio diversidade, de modo que as potencialidades do cuidado em enfermagem poderão ser fortalecidas; e as condições de vida e saúde das comunidades, melhoradas.

Corroborando com esta análise, Oliveira (2014) que ainda existem entraves para a promoção de um atendimento ético em enfermagem sob a ótica da socio diversidade. O autor pontua como problemas predominantes: desconforto de profissionais da enfermagem no atendimento de imigrantes, população LGBTQIA+ e religioso. Esse preconceito está enraizado nas práticas de assistência dos enfermeiros entrevistados.

Apesar de não negarem atendimento a esta população, observou-se no decorrer do estudo, a falta de informação e conhecimento dos profissionais frente as diferenças e manifestações étnicas, raciais e sexuais. Como alternativa para a promoção da ética em um



contexto de socio diversidade, o autor sugere a fomentação de treinamentos, reflexões e reuniões direcionados a estes profissionais com a finalidade de tratar as questões sociais e diversidades (Oliveira, 2014). Essa mesma percepção também é compreendida por Arruda *et al.* (2018) que a diversidade seja ela, cultural, sexual e religiosa devem ser respeitadas pelo enfermeiro, e para que isso ocorra, é de suma importância que este profissional se despida de qualquer preconceito.

Fontana (2019) compreende esta mesma perspectiva, ao enfatizar que é só através do conhecimento contínuo que os profissionais da enfermagem promoverão uma assistência e cuidado ético frente a uma conjuntura cultural diversificada. Para isso, os profissionais devem estar dispostos a conhecer, reconhecer, respeitar e dialogar com as mais diversas comunidades e suas múltiplas realidades.

4. CONCLUSÃO

Através dos estudos analisados para a construção da pesquisa, observou-se que as ações éticas do enfermeiro sob uma ótica da diversidade religiosa só se materializam a partir da ruptura de ideias sexistas, machistas, misóginas e xenofóbicas. Compreender que existem múltiplas manifestações e realidades culturais, sociais e sexuais é de suma importância para a construção e fortalecimento de uma assistência igualitária, humanizada e ética.

Para tanto, identificou-se que as ações éticas em um contexto de diversidade religiosa são: respeito das diferenças; diálogo amistoso; ser ouvinte; empatia, visão holística das realidades dos indivíduos e reconhecer as características singulares dos usuários. Observou-se ainda que essa habilidade pode ser construída dentro no âmbito acadêmico, através de estudos, disciplinas, práticas e experiências que promovam maior apreensão de conhecimento e aproximação do estudante e futuro profissional destas manifestações que compõem a diversidade religiosa no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E. de A., BIFANO, L. da C., COSTA, P. V., & MAGALÃES JÚNIOR, I. V. de. **Educação permanente dos profissionais de enfermagem na esf frente à diversidade religiosa**. 2018. Conhecendo Online, 3(1). Recuperado de <https://conhecendoonline.emnuvens.com.br/revista/article/view/38>. Acesso em: 09 out. 2024.
- CARVALHO; GP. SILVA, EA. **Diversidade Cultural E Relações Étnico-Raciais Na Educação**. Contrapontos vol.20 no.1 Florianopolis 2020 Epub 01-Jan-2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198471142020000100196. Acesso em> 12 out. 2024.
- CRUZ, SS. **Diversidade, Equidade em Saúde e Cuidados de Enfermagem – proposta de disciplina para a graduação em enfermagem na EEAAC/UFF**. V. 11, N. 3, 2015. Disponível em: <http://www.jsncare.uff.br/index.php/bnn/article/view/2780/667>. Acesso em: 15 out. 2024.
- FERNANDES, MNF . **Saúde indígena: experiência de enfermagem com a etnia Munduruku**. Biblioteca Las-casas, 2016; 12(2). Disponível em: <http://www.indexf.com/lascasas/documentos/lc0900.php>. Acesso em: 12 out. 2024
- FONTANA, R. T. **A interculturalidade na formação dos profissionais de enfermagem**. 2019. Revista Contexto & Educação, 34(109), 36–51. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2019.109.36-51>. Acesso em: 12 out. 2024
- FRANÇA; BS Et al., **O cuidado de Enfermagem e a diversidade cultural** v. 15 n. 29, Revista Praxis. 2023. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3799>. Acesso em: 18 out. 2024.
- LUNA, WF, TEIXEIRA, KC e LIMA, GK Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais

brasileiras: acesso e políticas de permanência. **Interface (Botucatu)** [on-line]. 2021

MELO, JS. FREITAS, NO. APOSTOLICO, MR. **O trabalho em saúde coletiva da equipe de enfermagem brasileira no distrito sanitário especial indígena.** Rev. Bras. Enferm. 74 (2) · 2021.

MONTEIRO, RB, SANTOS, MPA e ARAUJO, EM. **Saúde, currículo, formação: experiências sobre raça, etnia e gênero.** *Interface (Botucatu)* [on-line]. 2021, vol. 25

OLIVEIRA, AM. **Problemas éticos vivenciados por enfermeiros e médicos na estratégia saúde da família** 2014. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/76227/2/31417.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024.

SANTOS, Lígia Fernanda Passos Bezerra. **Formação para o cuidado à diversidade cultural na atenção primária em um curso de Enfermagem.** 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) – Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino na Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8695>; Acesso em: 05 out. 2024.

SANTOS, LFR, *et al.* . Formação ampliada durante residência multiprofissional em saúde: relato de experiência de um cirurgião-dentista com o povo Xukuru do Ororubá (Pernambuco/Brasil). *Interface (Botucatu)* [on-line]. 2021, vol. 25

23

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM DESAFIO
PARA A PRÁTICA DA ENFERMAGEM**

Ana Beatriz Sousa Reis¹

Keully Soares Irineu¹

Lídia Adryelle Costa Gusmão¹

Lívia Lima Souza¹

Lorena Duarte¹

Lucyelle Penha Lima De Abreu¹

Luemily Sodr e Rodrigues¹

Maria Eduarda Cerqueira Gomes¹

Maria Fernanda Castro Filgueiras¹

Nara Maria Fernandes Lima¹

Daniel Ruan Alves Reis²

1 Enfermagem, Edufor, São Luís-MA

2 Orientador, Edufor, São Luís-MA

Resumo

Introdução: A violência obstétrica pode assumir diversas formas, incluindo a imposição de procedimentos invasivos sem consentimento, desrespeito pela autonomia das mulheres, negligência e abusos verbais, sendo de suma importância a presença de profissionais da enfermagem capazes de coibir e identificar qualquer ato de violência obstétrica, além de promover condutas que viabilizem o cuidado e a assistência humanizada. Objetivo: analisar a ética profissional da Enfermagem o enfrentamento da violência obstétrica. Materiais e Métodos: Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa. Diante deste cenário a pesquisa teve como questão norteadora para este estudo: Qual deve ser a conduta do enfermeiro no combate à violência obstétrica? Para coleta dos dados, foi realizada a busca de artigos e publicações integradas as bases de dados: Google Acadêmico, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), por meio das palavras-chave: “Violência Obstétrica”, publicadas na língua portuguesa no período 2019 a 2023. Resultados e Discussão: foram analisados 6 artigos científicos que identificaram quais as condutas os profissionais da enfermagem devem assumir na prevenção e enfrentamento da violência obstétrica. Suas condutas devem identificar, coibir, notificar, acolher e assistir a gestante, parturiente e ou puérpera. Conclusão: é de suma importância que estes profissionais se conscientizem sobre a necessidade da adoção de medidas de prevenção, que se materializam através de uma assistência humanizada e acolhedora.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Enfermagem. Enfrentamento e prevenção.

Abstract

Introduction: Obstetric violence can take different forms, including the imposition of invasive procedures without consent, disrespect for women’s autonomy, negligence and verbal abuse, with the presence of nursing professionals capable of curbing and identifying any act of obstetric violence being of utmost importance. in addition to promoting behaviors that enable humanized care and assistance. Objective: to analyze professional nursing ethics and combat obstetric violence. Materials and Methods: This is an integrative bibliographic review study, with a qualitative approach. Given this scenario, the research had the guiding question for this study: What should nurses conduct in combating obstetric violence? To collect data, a search was carried out for articles and publications integrated into the databases: Google Scholar, LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences) and SciELO (Scientific Electronic Library Online), using the keywords: “Obstetric Violence”, published in Portuguese from 2019 to 2023. Results and Discussion: 6 scientific articles were analyzed that identified which behaviors nursing professionals should take in preventing and coping with obstetric violence. Their conduct must identify, restrain, notify, welcome and assist pregnant women, women in labor and/or women who have recently given birth. Conclusion: it is extremely important that these professionals become aware of the need to adopt prevention measures, which materialize through humanized and welcoming assistance.

Keywords: Obstetric Violence. Nursing. Coping and prevention.



1. INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é uma forma de violência de gênero que se manifesta através de práticas abusivas e desumanas durante o cuidado pré-natal, no parto e no pós-parto. Esse fenômeno tem sido cada vez mais reconhecido como uma questão crítica de saúde pública e direitos humanos, refletindo uma violação dos direitos das mulheres e impactando significativamente o bem-estar físico e psicológico das gestantes. A enfermagem, como profissão diretamente envolvida na assistência à saúde da mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, possui um papel fundamental na prevenção e combate à violência obstétrica. Os profissionais de enfermagem são frequentemente os primeiros a entrar em contato com as mulheres gestantes e puérperas, podendo identificar sinais de violência e oferecer suporte integral (Silva, 2019).

Segundo dados da pesquisa “Nascer no Brasil” (2021) 45% das mulheres afirmam ter sofrido algum tipo de violência obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS) e na rede privada, 30%. Destaca-se ainda que mulheres indígenas, pardas, negras e de baixa renda são as maiores vítimas de VO no país, totalizando 89% dos casos. Estes dados relevam a importância de ampliar os debates acerca das violências obstétricas no âmbito da saúde materna no Brasil.

Apesar da importância desse tema, ainda há muito a ser feito para garantir uma assistência humanizada e livre de violência às mulheres. Diversos estudos apontam a necessidade de aprimorar a formação dos profissionais de enfermagem, sensibilizando-os para a identificação e denúncia da violência obstétrica. Além disso, é fundamental promover mudanças nas práticas assistenciais, valorizando a autonomia da mulher e garantindo o seu direito à informação e ao consentimento livre e esclarecido (Zanardo, 2020).

A violência obstétrica pode assumir diversas formas, incluindo a imposição de procedimentos invasivos sem consentimento, desrespeito pela autonomia das mulheres, negligência e abusos verbais. Essas práticas não apenas comprometem a qualidade do atendimento, mas também afetam a confiança das pacientes no sistema de saúde. A identificação e a compreensão dessas práticas são essenciais para a formação de políticas e protocolos que promovam um atendimento mais humanizado e respeitoso (Lacerda, 2022).

No cenário da enfermagem, a prática de cuidados durante o parto deve ser guiada por princípios de respeito, empatia e consentimento informado. No entanto, evidências sugerem que a violência obstétrica ainda persiste em muitos contextos, refletindo lacunas na formação e na prática profissional. A análise das causas e consequências dessa forma de violência é fundamental para melhorar a formação dos profissionais de saúde, desenvolver estratégias de intervenção eficazes e promover um ambiente de cuidado mais seguro e respeitoso (Ramos, 2022).

A presente discussão visa explorar a natureza da violência obstétrica no contexto da enfermagem, examinando suas raízes, consequências para as pacientes e implicações para a prática profissional. A compreensão aprofundada desses aspectos é crucial para a promoção de um atendimento de saúde que priorize a dignidade e os direitos das mulheres durante um dos momentos mais vulneráveis de suas vidas.

Para tanto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a ética profissional da Enfermagem o enfrentamento da violência obstétrica.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa. Esse tipo de estudo tem como objetivo apresentar os resultados encontrados em diferentes pesquisas sobre determinado tema de forma sistematizada e com uma abordagem ampla. Diante deste cenário, surgiu o seguinte questionamento, o qual serviu como questão norteadora para este estudo: Qual deve ser a conduta do enfermeiro no combate à violência obstétrica?

Para coleta dos dados, foi realizada a busca de artigos e publicações integradas as bases de dados: Google Acadêmico, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), por meio das palavras-chave: “Violência Obstétrica”, “Ações do enfermeiro” e “Enfermagem”, de forma combinada ao operador booleano “AND”.

Para seleção dos artigos, foram definidos como critérios de inclusão: artigos e literaturas publicadas na língua portuguesa no período 2019 a 2023, disponíveis para leitura e download na versão completa e que atendiam a temática proposta.

Para os critérios de exclusão, foram definidos como: estudos e documentos publicados em idiomas estrangeiro (inglês, espanhol etc.) e fora do período escolhido (com exceção de livros e legislações), indisponíveis na versão completa ou incompletos, estudos que não correspondiam aos objetivos propostos e publicações duplicadas, sendo selecionada somente uma.

Para análise dos dados feita a leitura inicial e superficial das literaturas, sendo selecionada apenas a literatura que atendia aos critérios de inclusão definidos neste estudo. e depois uma leitura criteriosa para seleção final e coleta das informações relacionadas aos objetivos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 6 artigos para a construção dos resultados da presente pesquisa, conforme apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos científicos utilizados para a construção do *corpus* do estudo.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	A percepção de acadêmicas de Enfermagem sobre a violência obstétrica: um relato de experiência	Silva e Castro (2022)	Relatar as experiências de duas acadêmicas de Enfermagem no ambiente hospitalar, descrevemos suas vivências numa maternidade da cidade Três Lagoas, MS.	Os resultados mostram as percepções das alunas na arte do cuidar e da humanização do parto, o que foi de suma importância para a formação dessas acadêmicas na área de Enfermagem Obstétrica, prevenindo a violência no ambiente hospitalar e reduzindo a medicalização do parto em suas práticas.

E2	Violência Obstétrica e o Atual modelo obstétrico, na percepção dos gestores em saúde	Alves et al., 2020	Compreender a percepção dos gestores das maternidades públicas da Região Metropolitana II do estado do Rio de Janeiro acerca da violência obstétrica e as medidas para o seu enfrentamento visando à garantia da qualidade da assistência.	A pesquisa apontou o não acolhimento, princípios tecnocráticos do parto, impedimento do acompanhante, desrespeito às práticas humanizadas centradas na fisiologia e na escolha da mulher, necessidade da formação em saúde como norteador da política de humanização e da gestão das unidades de saúde, despreparo profissional para atuação e falta de envolvimento de profissionais com mais tempo de serviço para modificar práticas no cuidado obstétrico.
E3	Violência Obstétrica: perspectivas de enfermeiras obstetras e profissionais de enfermagem em um Hospital Universitário	Silva, 2022	Compreender sobre a violência obstétrica na perspectiva de enfermeiras obstetras e profissionais de enfermagem, durante a assistência ao parto e nascimento	Por se tratar de uma categoria que ainda dispõe de um número reduzido de profissionais especializados em obstetrícia, sua autonomia mediante a violência praticada a parturiente/puérpera é limitada.
E4	A Violência obstétrica na percepção dos profissionais que assistem o parto	Melo et al., 2020	Conhecer a percepção dos profissionais médicos e enfermeiros de um hospital público de referência materno-infantil acerca a violência obstétrica.	A maioria dos entrevistados compreendem o que se configura como violência obstétrica, no entanto, muitos mostraram desconhecer as condutas a serem tomadas diante dos casos, reconhecendo-se como potenciais agressores diante das diversas situações de sobre carga e estresse do cotidiano de trabalho
E5	O olhar de residentes em enfermagem obstétrica para o contexto da violência obstétrica em instituições	Menezes et al., 2020	Compreender a percepção de residentes em Enfermagem Obstétrica sobre violência obstétrica em uma maternidade referência do município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil.	O estudo aponta que as residentes reconhecem a prática da violência obstétrica no processo de formação e suas repercussões para a mulher e, ainda, evidencia a necessidade premente de investimento institucional em espaços que promovam discussões sobre a violência obstétrica.
E6	Vivências sobre violência obstétrica: boas práticas de enfermagem na assistência ao parto	Nascimento et al., 2022	Compreender o papel dos enfermeiros na prevenção da violência obstétrica	O estudo apontou a necessidade de educação em saúde e educação permanente para as boas práticas assistenciais.

Fonte: Próprios autores (2024)

Através dos estudos elencados para esta revisão integrativa da literatura, identificou-se a importância de ampliar as discussões que envolvem a prática profissional dos enfermeiros frente aos desafios de sua atuação na prevenção e enfrentamento a qualquer prática que caracterize violência obstétrica, seja durante o período pré-natal, no parto ou pós parto.

Sob esta perspectiva, Silva e Castro (2022) explicam em seu estudo que os profissionais da enfermagem devem ter uma visão mais crítica das implicações da violência obstétrica, sendo necessário uma educação permanente e treinamento em saúde da mulher gestante. Nesse sentido, o estudo aponta a importância do *feedback* e comunicação a respeito de erros, passagem de plantão, percepção geral de segurança do paciente e frequência de eventos relatados.

Do mesmo modo, Alves *et al.* (2020) ao realizarem um estudo para identificarem a percepção de gestores em saúde frente a violência obstétrica, identificaram que enfatiza que o profissional da saúde tem o dever de explicar a finalidade de cada intervenção ou tratamento, bem como os riscos ou possíveis complicações desde o pré-natal até a consulta puerperal. Assim, os profissionais da enfermagem devem promover: a) escuta qualificada entre ele e a paciente, no sentido de esclarecer dúvidas, repassar informações, estabelecer um vínculo e acolher; b) instruir profissionais sobre a importância de ações holísticas direcionadas a gestante e parturiente; c) munir a gestante e o companheiro e/ou outro sobre os seus direitos; d) deixar a gestante confortável para escolher seu plano de parto considerando seu histórico clínico.

Silva (2022) aponta que a conduta do enfermeiro deve ser de repassar as informações a gestante durante o pré natal, parto e pós-parto. Além de identificar qualquer ato que configure violência obstétrica de outro profissional. Ao realizar um estudo em um Hospital Universitário, o autor identificou que os enfermeiros obstetras devem observar, supervisionar e identificar continuamente qualquer ação violenta ou desrespeitosa frente a mulher gestante.

Melo *et al.* (2020) explicam também que muitos enfermeiros conhecem e reconhecem condutas de violência obstétrica, ou seja, estes profissionais sabem quais comportamentos e ações infligem a saúde da parturiente. Contudo, não sabem como agir diante de uma situação de VO. Para isso, os autores recomendam que estes profissionais devem atuar como educadores em saúde, preparando os profissionais que estão sob sua responsabilidade para identificar casos de violência, relatando os eventos e os agravos desta violência na saúde da mulher.

Do mesmo, Menezes *et al.* (2020) evidenciam a emergência de investimento institucional em espaços que promovam discussões tanto nos programas de formação profissional quanto nos de educação permanente, em especial nas unidades de Atenção Primária em Saúde (APS) e Maternidades de Alta e Média Complexidade. Explicam também que é de suma importância que durante a graduação em Enfermagem, a Instituição Educacional possibilite momentos de discussão, treinamento e conhecimentos gerais sobre as formas de prevenção e enfrentamento a VO.

Nascimento *et al.* (2022) abordam que as boas práticas de enfermagem no enfrentamento a VO devem contemplar: permitir que a parturiente planeje e/ou conheça as possibilidades do seu parto frente a sua realidade e histórico clínico; identifique ações dos demais profissionais que configurem violência; informe a gestante sobre o percurso do trabalho do parto; acolha e mantenha a mãe calma; interrompa qualquer ato constrangedor.

4. CONCLUSÃO

O enfermeiro cumpre um papel fundamental na prevenção e combate aos mais diversos tipos de violência obstétrica, sejam elas violências físicas, emocionais, morais e insti-



tucionais. Para isso, é de suma importância que estes profissionais se conscientizem sobre a necessidade da adoção de medidas de prevenção, que se materializam através de uma assistência humanizada e acolhedora.

Através dos achados, identificou-se que o enfermeiro deve identificar qualquer ato que configure violência obstétrica, realizando sobretudo, uma escuta ativa e qualificada, anamnese, exame físico e notificação compulsória, além de notificar eventos e agravos de VO. Ademais, para a prevenção deste mal, é pertinente que o profissional estabeleça um ambiente acolhedor e seguro, permitindo a autonomia da gestante e/ou parturiente, munindo-a de informações e conhecimentos durante o pré natal, parto e pós parto e coletar evidências de VO.

REFERÊNCIAS

ALVES, VH et al., **Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico, na percepção de gestores de saúde.** Artigo Original · Texto contexto - enferm. 29. 2020.

LACERDA, M.M. **Percepção de enfermeiras obstétricas acerca da violência obstétrica.** Cogitare Enfermagem. 2022

MELO RA, GOMES GMS, FERNANDES FECV, PEREIRA RCL DE F. **A violência obstétrica na percepção dos profissionais que assistem ao parto:** Obstetric violence in the perception of professionals who attend. Rev. Enferm. Atual In Derme [Internet]. 6º de abril de 2020.

MENEZES, FR Et al., **O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições.** Artigos · Interface 24 · 2020.

NASCIMENTO, DE Et al., **Vivências sobre violência obstétrica:** Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto Nursing (Ed. bras., Impr.) ; 25(291): 8242-8253, ago.2022.

RAMOS, Luana Martins da Costa. **Responsabilidade civil médica em casos de violência obstétrica.** 2022. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

SILVA, F.C et al. **O saber de puérperas sobre violência obstétrica.** Rev enferm UFPE on line, v.13. 2019.

SILVA, JP. CASTRO, EMZ. **A percepção de acadêmicas de Enfermagem sobre a violência obstétrica:** um relato de experiência. Trabalho apresentado a Universidade Federal de Mato Grosso. 16f. 2022.

SILVA, **Violência obstétrica:** perspectivas de enfermeiras obstetras e profissionais da enfermagem em um Hospital Universitário. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

ZANARDO, LP et al., **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA** Psicologia & Sociedade, vol. 29, 2019, pp. 1-11 Associação Brasileira de Psicologia Social Minas Gerais, Brasil. 2019.

24

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PROMOVENDO
O RESPEITO À SOCIODIVERSIDADE
COM BASE EM PRINCÍPIOS ÉTICOS**

Ana Luísa Dos Santos Ayres¹

Ana Clara Lobato Marques¹

Clara Regina Silva Do Nascimento¹

Elaine Martins Silva¹

Francinete Da Silva Santos¹

Gercina Da Silva Dias¹

Jefferson Moraes Ferreira¹

Karla Cristine Pinheiro Sarges¹

Joanny Yashimim Santos Almeida¹

Daniel Ruan Alves Reis²

1 Enfermagem, Edufor, São Luís-MA

2 Doutoranda em Saúde Coletiva, Edufor, São Luís-MA

Resumo

Introdução: A sociodiversidade está relacionada a multiculturalidade, ou seja, consiste no conjunto de culturas que compõem uma sociedade. Em todas as sociedades, fazem-se presentes grupos sociais com tradições, crenças, costumes, ideologias, línguas e outros elementos culturais diferentes. Objetivo: analisar a importância da educação em saúde do enfermeiro em um contexto de sociodiversidade, respeitando a ética do profissional da enfermagem. Materiais e métodos: Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram selecionados estudos científicos nas bases de dados da Scientific Library On Line (SCIELO). A pergunta norteadora do estudo foi definida como: Qual a importância da educação em saúde do enfermeiro em um contexto de sociodiversidade? Contemplou-se estudos publicados entre o período de 2016 a 2023. Resultados e Discussão: Foram utilizados 6 artigos científicos para a reflexão deste estudo o que identificaram que ainda persistem desafios quanto à prática profissional da enfermagem em um contexto de sociodiversidade. Estes desafios implicam diretamente na materialização de uma postura ética diante das peculiaridades dos públicos-alvo. Conclusão: evidenciou-se a necessidade emergente de fortalecer uma educação em saúde continuada, que possa sobretudo, contribuir com uma formação mais humanizada deste profissional, a partir da estruturação de ações, teorias e práticas que promovam o conhecimento amplo de políticas públicas dos mais diversos grupos e etnias que contemplam a diversidade cultural no Brasil.

Palavras-chave: Sociodiversidade. Educação em Saúde. Enfermagem.

Abstract

Introduction: Sociodiversity is related to multiculturalism, that is, it consists of the set of cultures that make up a society. In all societies, social groups with different traditions, beliefs, customs, ideologies, languages and other cultural elements are present. Objective: to analyze the importance of health education for nurses in a context of sociodiversity, respecting the ethics of nursing professionals. Materials and methods: This was an integrative literature review. Scientific studies were selected from the Scientific Library On Line (SCIELO) databases. The guiding question of the study was defined as: How important is health education for nurses in a context of sociodiversity? Studies published between 2016 and 2023 were considered. Results and Discussion: 6 scientific articles were used to reflect on this study, which identified that challenges still persist regarding professional nursing practice in a context of sociodiversity. These challenges directly imply the materialization of an ethical stance in the face of the peculiarities of the target audiences. Conclusion: the emerging need to strengthen continuing health education was highlighted, which can, above all, contribute to a more humanized training of this professional, based on the structuring of actions, theories and practices that promote broad knowledge of the most diverse public policies groups and ethnicities that contemplate cultural diversity in Brazil.

Keywords: Sociodiversity. Health Education. Nursing.

1. INTRODUÇÃO

A sociodiversidade está relacionada a multiculturalidade, ou seja, consiste no conjunto de culturas que compõem uma sociedade. Em todas as sociedades, fazem-se presentes grupos sociais com tradições, crenças, costumes, ideologias, línguas e outros elementos culturais diferentes. No Brasil, existe uma grande sociodiversidade, que contempla os grupos indígenas, quilombolas, povo e comunidades tradicionais, com grande diversidade religiosa e cultural (França *et al.*, 2023).

Nesse sentido, compreende-se que a cada indivíduo e/ou grupo possuem especificidades que os diferem de outras culturas e grupos, e ainda, a sua maneira de se relacionar consigo e com o mundo. Contudo, estes sujeitos que compõem os mais diversos grupos culturais, religiosos e étnicos compartilham o mesmo sistema político e social das políticas públicas, especialmente as políticas de saúde, tendo em vista a universalidade e transversalidade que se materializa no Sistema Único de Saúde (SUS) previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988; Siqueira *et al.*, 2018).

Para alcance e ampliação dos sistemas que competem o SUS, faz-se importante a presença de profissionais capacitados e habilitados em assistir, orientar e promover um atendimento humanizado e ético. Dentre esses profissionais, destacam-se os Enfermeiros. A ética profissional destes deve contemplar o respeito a vida, a dignidade e os direitos humanos, respeitando a autonomia do paciente, de modo a exercer seu trabalho sem discriminação (Gurrutxaga *et al.*, 2019).

Desta forma, é pertinente que o profissional da Enfermagem dê a importância devida aos elementos culturais, étnicos e religiosos dos pacientes, a fim de que este sintam-se acolhido e responda de forma positiva aos cuidados e assistência prestados. Logo, o enfermeiro deve sobretudo, ter empatia e promover ações humanizadas, considerando os direitos humanos e a sociodiversidade do paciente (Farias *et al.*, 2019).

Para tanto, faz-se importante ampliar as discussões contemporâneas sobre a sociodiversidade e atuação do enfermeiro frente a este cenário, uma vez que o Brasil é um país cercado de multiculturas, pensamentos ideológicos diferentes e laico. Assim, promover essas discussões traz à luz a necessidade de contribuir com a visibilidade do tema, garantindo assim maior conhecimento e lucidez sobre a importância do enfermeiro aperfeiçoar sua prática técnica-operativa com vistas nas diferenças culturais, étnicas e sociais.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da educação em saúde do enfermeiro em um contexto de sociodiversidade, respeitando a ética profissional.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram selecionados estudos científicos nas bases de dados da Scientific Library On Line (SCIELO).

A pergunta norteadora do estudo foi definida como: Qual a importância da educação em saúde do enfermeiro em um contexto de sociodiversidade?

Foram incluídos artigos científicos somente publicados em português, disponíveis na íntegra e de forma gratuita. Contemplou-se estudos publicados entre o período de 2016 a 2023. Foram excluídos trabalhos publicados em congresso, notas do editor, dissertação de

mestrado e tese de doutorado.

Os descritores utilizados foram: “Sociodiversidade; “Educação em Saúde”; “Enfermagem”, combinados entre si, em português, retirados do Descritores em Ciências da Saúde e utilizados com o operador “E”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram utilizados 6 artigos científicos para a construção dos resultados e discussão da presente pesquisa, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1. Artigos científicos utilizados para a construção do *corpus* do estudo.

Nº	Título	Autores e ano	Objetivo	Principais Resultados
E1	O olhar da enfermagem em um contexto de sociodiversidade: atendimento à população LGBTQIA	Silva e Almeida, 2023	Identificar o conhecimento de enfermagem sobre a atenção à saúde da população LGBTQIA+ que utiliza os serviços de saúde oferecidos nesse campo de estudo.	A partir das entrevistas realizadas, percebe-se que as enfermeiras do HM de Barra Mansa reconheceram, em parte, a população LGBTQIA+ como um público sujeito a seus cuidados. Elas tratam a temática por meio de termos subjetivos, como empatia e respeito, mas desconhecem as políticas públicas voltadas para essa população, assim como as particularidades relacionadas com a assistência à saúde desses grupos.
E2	Vivências de pessoas transgênero e equipe de enfermagem na atenção à saúde	Albino et al., 2021	Descrever as vivências de pessoas transgênero e equipe de enfermagem na atenção à saúde desta população em nível de atenção básica e hospitalar	Nas falas tanto de pessoas transgênero como de profissionais, o que mais se destacou foi a já conhecida ausência de preparo e formação na temática da diversidade para profissionais de enfermagem.
E3	Enfermagem em um cenário de sociodiversidade e a atenção à saúde da população indígena brasileira	Silva e Nora, 2021	Descrever a atuação da enfermagem sobre atenção à saúde da população indígena Brasileira	Os enfermeiros que atuam no cuidado a população indígena, os quais precisam estar preparados e sensibilizados para os desafios que incluem trabalhar com essa população.
E4	Saúde indígena: experiência de enfermagem com a etnia Munduruku	Fernandes e Simpson, 2016	Descrever a assistência de enfermagem realizada em área indígena, nas aldeias do Rio Canumã, localizadas dentro da reserva indígena Kwatá-Laranjal	Os pacientes foram beneficiados dos ensinamentos e informações fornecidos na CEPO, o que permite, não só, uma diminuição da ansiedade perante o seu processo cirúrgico, como uma melhor preparação para o pós-operatório.

E5	Formação para o cuidado à diversidade cultural na atenção primária em um curso de Enfermagem	Bezerra, 2021	Analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de enfermagem de uma instituição particular de Maceió-AL	Se faz necessário ampliar a discussão entre o corpo docente da instituição sobre a importância de um ensino mais aliado às demandas sociais da atualidade no que se refere à diversidade cultural
E6	As experiências de profissionais de saúde em contextos interculturais: reflexões a partir do distrito sanitário especial indígena do alto Rio Negro - Amazonas	Feitosa, 2022	Analisar as experiências dos profissionais de saúde que atuam no Distrito Sanitário Espacial Indígena do Alto Rio Negro (DSEI/ARN) sobre seu cotidiano de práticas no contexto intercultural do Sub-sistema de Atenção à Saúde Indígena, com vistas a refletir sobre a diretriz da atenção diferenciada	Os profissionais apontaram como principais desafios para a sua atuação: a complexidade logística no acesso às comunidades; a falta de estrutura e condições adequadas para trabalhar; dificuldades no diálogo com a gestão; a falta de preparo para atuar no contexto sociocultural da região; e a diversidade linguística.

Fonte: Próprios autores (2024).

Abordar sobre sociodiversidade e ética na prática da enfermagem, prescinde compreendermos que a associação destes faz parte de uma construção teórica e prática, especialmente por entender que as sociedades e comunidades estão em constante evolução. Assim, identificou-se que ainda existem poucas literaturas que abordam sobre a temática, o que nos traz a reflexão a importância de ampliar as discussões e literaturas.

Segundo os achados de Silva e Almeida (2023) a educação em saúde direcionada aos enfermeiros é imprescindível para se atingir a materialização da ética em um contexto de sociodiversidade. Ao realizarem um estudo sobre a atenção à saúde da população LGBTQIA+ que utiliza os serviços de saúde oferecidos em uma unidade de saúde, identificaram que ainda persistem desafios quanto à prática laborativa e de assistência do enfermeiro.

Ao realizarem uma entrevista com as enfermeiras atuantes na unidade, os autores identificaram que estas ainda possuem estigmas sociais quanto à assistência direcionada a este público, no qual evidenciou a sobreposição de valores pessoais e a falta de conhecimento crítico. As profissionais reconheceram a importância da educação continuada em saúde, mas também evidenciam a responsabilidade da instituição em promover formação direcionada as políticas públicas deste público. Assim, evidencia-se a necessidade de maiores iniciativas de educação em saúde direcionada aos profissionais da enfermagem em um contexto de sociodiversidade (Silva; Almeida, 2023).

Consoante a este estudo, Albino *et al.* (2021) ao realizarem um estudo tudo qualitativo descritivo exploratório, a partir de entrevistas semiestruturadas com dez pessoas transgênero e dezessete profissionais de enfermagem, identificaram a ausência de preparo e formação acerca da diversidade sexual e cultural para profissionais de enfermagem, o que denota a necessidade da adoção de estratégias e ações de educação em saúde sobre diversidade direcionada aos enfermeiros. Para que se alcance uma prática ética, é de suma importância a integração de elementos como: necessidade de treinamentos acerca do atendimento, consulta e assistência de enfermagem; necessidade de conhecimentos e informações sobre as políticas públicas direcionadas aos públicos-alvo; necessidade de romper práticas conservadoras e preconceituosas, além de garantir um atendimento com equidade.

Silva e Nora (2021) explicam que para o enfermeiro atuar de forma ética em um contexto de sociodiversidade, seja ele cultural, sexual, religioso, é de suma importância a formação deste profissional, especialmente em reconhecer as peculiaridades que o cuidado humanizado implica. Assim, ao realizarem um estudo acerca da atuação deste profissional direcionado às comunidades indígenas, os autores enfatizam a importância da equipe de enfermagem compreender que sua atuação não se limita apenas a assistência técnica, mas na proteção dos direitos destes povos, garantir o respeito aos valores e conhecimentos destes.

Do mesmo modo, Fernandes e Simpson (2016) ao descreverem acerca da assistência de enfermagem realizada em área indígena, nas aldeias do Rio Canumã, localizadas dentro da reserva indígena Kwatá-Laranjal, evidenciaram que as diferenças culturais entre profissionais de saúde e pacientes afetam o modo de prescrição do tratamento e a adesão aos cuidados, o que salienta a importância de uma educação em saúde especializada no público-alvo que se queira atender/assistir. Para isso, os autores enfatizam a importância da educação continuada em saúde, além destes profissionais buscarem continuamente atualizações epidemiológicas e do próprio perfil das comunidades.

Corroborando com esta análise, Bezerra (2021) que ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de enfermagem de uma instituição particular de Maceió, identificou a importância de estruturar disciplinas que promovam o conhecimento teórico e prático sobre a sociodiversidade como um componente imprescindível para uma atuação ética do enfermeiro. Para isso, o autor esclarece que é pertinente que as instituições e acadêmicas reconheçam a necessidade emergente de promover discussões, práticas extensionistas e outros movimentos que possam agregar a teoria e prática sobre as novas demandas sociais e as realidades culturais e sociais.

Feitosa (2022) abordam que a complexidade logística no acesso às comunidades; a falta de estrutura e condições adequadas para trabalhar; dificuldades no diálogo com a gestão; a falta de preparo para atuar no contexto sociocultural da região; e a diversidade linguística são desafios da prática da enfermagem em um contexto de sociodiversidade. Contudo, para que haja a minimização destes fatores, é necessária uma abordagem em educação em saúde que promova uma assistência menos mecanizada e mais humanizada. Para que se alcance tal feito, é imprescindível o comprometimento das instituições de ensino, das unidades de saúde, das políticas públicas em saúde e do próprio profissional da enfermagem.

4. CONCLUSÃO

A partir dos estudos selecionados para a construção da pesquisa, identificou-se que ainda persistem desafios quanto à prática do enfermeiro em um contexto de sociodiversidade, o que implica diretamente na promoção de um exercício ético na profissão. Para isso, evidenciou-se a necessidade emergente de fortalecer uma educação em saúde continuada, que possa sobretudo, contribuir com uma formação mais humanizada deste profissional, a partir da estruturação de ações, teorias e práticas que promovam o conhecimento amplo de políticas públicas dos mais diversos grupos e etnias que contemplam a diversidade cultural no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, M. S. , GARCIA, O. R. Z., RODRIGUEZ, A. M. ., & WILHELM , L. A. **Vivências de pessoas transgênero e equipe de enfermagem na atenção à saúde:** Encontros e desencontros. Cadernos De Gênero E Diversidade, 7(3), 176–199. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.
- FARIAS, Dóris Helena Ribeiro et al. **Barriers Present in the Process of Construction of the Cultural Family Care to the Child in the Hospital:** Transcultural Approach. Aquichan, v. 19, n. 1, p. 6-10, 2019
- FEITOSA, Maria Rosineide Gama. **As experiências de profissionais de saúde em contextos interculturais:** reflexões a partir do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro/Amazonas. 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Instituto Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, 2022.
- FERNANDES, MARIA NEYRIAN DE FÁTIMA; SIMPSON, CLÉLIA ALBINO. **Saúde indígena:** experiência de enfermagem com a etnia Munduruku. Biblioteca Lascasas, 2016; 12(2).
- FRANÇA, BS Et al., **O cuidado de enfermagem e a diversidade cultural:** um estudo reflexivo. v. 15 n. 29 (2023): Revista Práxis. 2023.
- GURRUTXAGA, María Idoia Ugarte et al. **Actitudes ante la inmigración del alumnado de una escuela de enfermería de Portugal.** Revista de Enfermagem Referência, v. 4, n. 21, p. 13-23, 2019
- SANTOS, Lígia Fernanda Passos Bezerra. Formação para o cuidado à diversidade cultural na atenção primária em um curso de Enfermagem. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) – Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino na Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.
- SILVA, B. NORA, CRG. **Enfermagem e a atenção à saúde da população indígena brasileira.** Enfermería (Montevideo) vol.10 no.2 Montevideo 2021 Epub 01-Dic-2021.
- SILVA, DM. ALMEIDA, DH. **O olhar da enfermagem no contexto do atendimento à saúde da população LGBTQIA+.** Saúde debate 47 (spe1) 17 Jun 2024Dez 2023.
- SIQUEIRA, Samylla Maira Costa et al. **Percepções de urgência e emergência pediátrica entre quilombolas: uma abordagem à luz de Leininger** [Quilombo women’s perceptions of acute and emergency pediatric care: an approach in the light of Leininger][Percepciones de urgencia y emergencia pediátrica entre quilombolas: un enfoque a la luz de Leininger]. Revista Enfermagem UERJ, v. 26, p. 21492, 2018.



25

**A FRAGILIDADE DA PROVA DIGITAL NO
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Péricles Leon de Souza¹
Luiz Antônio Evangelista de Souza e Filho¹
Mariana Barbosa Miranda²

1 Estudante do Curso de Graduação em Direito da AGES

2 Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do semiárido pela UNIVASF. Pós Graduada em Processo Civil pela faculdade Estácio de Sá e Graduada em Direito pela Facape, Advogada inscrita na OAB/BA. Professora em Jornada TI AGES. Professora do Ensino Superior da graduação da AGES e demais IES do Ecossistema Anima Educação.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da aplicabilidade e confiabilidade da prova digital no processo penal brasileiro, numa sociedade altamente munida de meios de registros através de aparelhos eletrônicos, tendo sido feita uma ampla pesquisa metodologicamente analítica, com a leitura de obras e jurisprudências, de modo a se ver o que é discutido no tempo atual, para que ela tenha aplicabilidade e valor das outras provas usadas de longo tempo, mas que é de crescente uso em processos e investigações, conciliando o interesse da persecução penal, com as garantias fundamentais das pessoas acusadas e julgadas, devendo estas estarem amparadas por um processo isento de vicissitudes e dúvidas para uma justiça cada vez mais satisfatória.

Palavras-chave: Provas digitais. Cadeia de custódia. Legislação brasileira. Busca por digital.

Abstract

This paper aims to analyze the applicability and reliability of digital evidence in Brazilian criminal proceedings, in a society highly equipped with means of recording through electronic devices, having carried out a broad medico-analytical research, with the reading of works and jurisprudence, in order to see what is discussed at the present time, so that it has applicability and value of other evidence used for a long time, but which is increasingly used in processes and investigations, reconciling the interest of criminal prosecution, with the fundamental guarantees of the accused and tried people, who must be supported by a process free of vicissitudes and doubts for an increasingly satisfactory justice.

Keywords: Digital evidence. Chain of custody. Brazilian legislation. Search by digital.



1. INTRODUÇÃO

Conscientizados que a humanidade está na era da tecnologia digital, na qual, ao menos no nosso país Brasil, a imensa maioria porta telefones móveis com câmeras e gravadores de som, bem como possuem em seus lares computadores e aparelhos que funcionam com o uso da rede mundial, é natural que as comunicações e registros de informações passam por eles continuamente, gerando rastros que não raras vezes vão parar nos tribunais como provas ou indícios de atos ilícitos praticados por pessoas, independentemente de esses crimes serem digitais ou de ação concreta contra pessoa ou patrimônio. E qual a atual situação jurídica de credibilidade dessas informações para que sejam usadas como provas de alegações e condenações no processo penal pátrio? É a problemática que se idealizou ao escrever este artigo.

Com o advento da Lei 13.964/2019, conhecido como pacote anticrime, foi trazida uma novidade legislativa no que concerne à cadeia de custódia da prova, dando redação nova ao Código de Processo Penal, do art. 158-A ao 158-F, disciplinando procedimentos para que ela tenha confiabilidade e rastreabilidade, para então ter a validade processual de uma condenação (BRASIL, 2019).

O crime consumado ou tentado deixar vestígios de várias espécies, os quais a autoridade policial chamada ou noticiada da prática ilícita deverá, conforme art. 6º, I, do CPP, “dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais” (BRASIL, 1941). Como discutiremos mais adiante, esse material é recolhido em acondicionamento próprio ou registrado em fotografias, para irem à perícia.

Assim, nosso objetivo geral, é fazer uma análise das exigências legais da cadeia de custódia da prova para que adquira a legitimidade no sistema jurídico brasileiro, analisando a legislação, a jurisprudência e as fontes doutrinárias lidas, valorizando o que há de mais recente nas fontes do direito processual penal brasileiro.

Para que possamos alcançar tais objetivos, trilharemos pela pesquisa tanto como objetivos específicos buscar definir a prova processual e a cadeia de custódia, entender e analisar como são formados os arquivos digitais e sua armazenagem, desenvolver uma síntese de como tem sido tratada as provas digitais no sistema jurídico penal brasileiro, buscando legislações e jurisprudências e resumir como é tratada a prova digital desde as diligências iniciais e valoração das mesma pelo juiz natural, para robustecer o arcabouço probatório no processo penal.

Foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, com a leitura de livro disponíveis em sites de bibliotecas virtuais, legislação específica, artigos científicos e tese de mestrado para a coleta e análise de informações já existentes sobre o tema proposto. Segundo Severino (2007), é conceituada como:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 20027, p 106).

Com o método já descrito, o tipo de pesquisa também bibliográfico, não intervencionista, uma vez que se pretende falar sobre a situação envolvendo o tema de forma a informar e subsidiar a problemática (BADARÒ, 2023).

Dada a realidade atual nos tribunais, com fatos reais recorrentemente nas lides a que promotores e advogados se deparam, sendo um caminho sem volta, visto que até mesmo os processos físicos poderão ser substituídos não muito adiante pelo digital.

2. A PROVA NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO

A prova no processo penal brasileiro, é um esteio fundamental sobre o qual se busca um equilíbrio entre defesa e acusação, para que se tenha um convencimento da verdade real. Não é objetivo ir aos primórdios buscando os conceitos etimológicos. Segundo Mirabete (2001):

Provar é produzir um estado de certeza, na consciência e mente do juiz, para sua convicção, a respeito da existência ou inexistência de um fato, ou da verdade ou falsidade de uma afirmação sobre uma situação de fato, que se considera de interesse para uma decisão judicial ou a solução de um processo. O objeto da prova não abrange apenas o fato criminoso e sua autoria, mas também as circunstâncias objetivas e subjetivas que possam influir na responsabilidade penal e na fixação da pena ou na imposição de medida de segurança.

Nesse conceito, se pode englobar tudo aquilo que irá servir para convencimento do julgador, tendo suas classificações e suas fontes. Basicamente se classificam-se principalmente quanto ao objeto, quanto ao efeito, quanto ao sujeito e quanto a forma, esta se divide em testemunhal, documental, material e pericial, conforme consta a partir art. 158, do CPP (BRASIL, 1941). Para nosso breve trabalho, é importante se conhecer as fontes, elementos e meios de prova, para que fique claro a legalidade necessária para ser trazido os elementos para o processo. No nosso ordenamento, “A prova da alegação incumbirá a quem a fizer”, segundo art. 156, do CPP (BRASIL, 1941).

São fontes de prova, tudo o que possa servir para se chegar ao convencimento da verdade sobre um fato criminoso, desde pessoas, documentos e objetos, desde que sejam lícitos os meios de coleta e produção.

2.1 Cadeia de Custódia: Fundamento e Estrutura

A cadeia de custódia, conforme o artigo 158-A do CPP, compreende “todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado”, buscando garantir a autenticidade da prova (Del3689, s.d.). Esse processo começa no momento da coleta dos dados digitais e se estende até a sua apresentação em tribunal. De acordo com Badaró (2024), a cadeia de custódia exige que a prova digital seja documentada detalhadamente, com atenção a cada transferência de custódia, para evitar qualquer tipo de alteração que possa prejudicar a veracidade dos dados.

O uso de tecnologias de segurança, como os códigos hash, ajuda a manter a integridade da prova. O hash, conforme descrito por Lucrativos (2022), é um método de criptografia que atribui uma sequência única de caracteres aos arquivos, o que permite verificar qualquer alteração nos dados originais. Essa metodologia assegura que a integridade dos

dados seja mantida do momento da coleta até a sua análise pericial e apresentação em juízo.

2.2 A Prova Digital no Contexto do Direito Penal Brasileiro

Na era digital, as provas de atos ilícitos frequentemente apresentam-se em formato digital, como mensagens em aplicativos, registros de câmera e trocas de e-mails. No Brasil, o Código de Processo Penal (CPP), instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689/1941, e a Constituição Federal de 1988, conferem um tratamento inicial para as provas, impondo regras de proteção à integridade do processo penal e aos direitos fundamentais (BRASIL, CPP, 1941; BRASIL, Constituição, 1988). Com a promulgação da Lei 13.964/2019, o Pacote Anticrime, foram introduzidos os artigos 158-A a 158-F no CPP, estabelecendo um marco normativo para a preservação e rastreabilidade das provas no sistema penal.

Esses dispositivos representam uma tentativa de fortalecer a cadeia de custódia da prova, inclusive digital, visando assegurar sua autenticidade e impedir manipulações. A preservação da cadeia de custódia é um requisito para a validade da prova no processo penal, pois visa proteger tanto o réu quanto a sociedade, assegurando que somente provas confiáveis e íntegras sejam usadas nos julgamentos (BRASIL, Lei 13.964/2019).

2.3 Análise da Jurisprudência sobre Prova Digital

A jurisprudência brasileira, especialmente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem consolidado a necessidade de rigor metodológico na coleta de provas digitais. Em 2024, o STJ reafirmou essa posição no julgamento do Agravo Regimental no Habeas Corpus 828.054-RN, onde entendeu que *prints* de celular, extraídos sem métodos apropriados e com quebra da cadeia de custódia, não poderiam ser admitidos como prova. A decisão destacou que qualquer quebra na cadeia de custódia pode comprometer a autenticidade e, conseqüentemente, a validade da prova digital, prejudicando a garantia de um julgamento justo (STJ, 2024).

Essa posição jurisprudencial reforça a importância de que os agentes envolvidos, desde a apreensão até o julgamento, seguem os protocolos legais e técnicos de preservação da prova. Casos como esses ilustram a preocupação com a integridade do material probatório e estabelecem um padrão que protege a defesa contra possíveis abusos e manipulações de provas.

2.4 Desafios na Utilização de Provas Digitais no Processo Penal

As provas digitais apresentam uma série de desafios, especialmente devido à possibilidade de manipulação e à volatilidade dos dados (BADARÓ, 2023). A doutrina jurídica alerta para as vulnerabilidades das provas digitais, principalmente quando não são seguidos os procedimentos de preservação. De Freitas Rangel (2024) destaca que, sem uma metodologia bem definida, as provas digitais perdem credibilidade, o que pode abrir margem para contestações de sua validade no processo penal. A criptografia das comunicações, como ocorre no WhatsApp, por exemplo, dificulta o acesso e a integridade da coleta de dados, exigindo que os dados sejam extraídos de forma autorizada e pericialmente segura para evitar manipulações indesejadas (META PLATFORMS INC., 2024).

Além disso, a coleta inadequada ou apressada de provas digitais pode levar a consequências jurídicas severas, pois contraria o princípio constitucional do devido processo legal (Constituição, art. 5º, LIV e LV), que impõe a necessidade de respeitar todos os direitos processuais e as garantias do acusado.

2.5 Discussões Doutrinárias e Soluções para a Fragilidade das Provas Digitais

A doutrina sugere que, para lidar com os riscos inerentes à prova digital, o Brasil precisa de um investimento contínuo na formação técnica dos profissionais envolvidos, especialmente peritos e agentes policiais, bem como na criação de infraestrutura adequada para a preservação e análise de provas digitais. Severino (2014) aponta que, no campo da metodologia científica, o rigor e a sistematização são fundamentais para garantir a validade dos dados e de suas conclusões, o que também se aplica à preservação das provas digitais.

Uma decisão da quinta turma Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, concedendo um *habeas corpus*, versou bem claramente sobre as dificuldades em dar higidez à prova digital, na ementa sobre o assunto (AgRg no HC 828054 / RN, 2024), dizendo:

[...] ao se tratar de investigação criminal, em que a exigência de autenticidade e integridade da potencial evidência digital é maior, o que vai exigir, minimamente, que '[a] autoridade policial responsável pela apreensão de um computador (ou outro dispositivo de armazenamento de informações digitais) deve copiar integralmente (bit a bit) o conteúdo do dispositivo, gerando uma imagem dos dados: um arquivo que espelha e representa fielmente o conteúdo original' [...]

E ainda:

“A auditabilidade, a repetibilidade, a reprodutibilidade e a justificabilidade são quatro aspectos essenciais das evidências digitais, os quais buscam ser garantidos pela utilização de metodologias e procedimentos certificados, como, e.g., os recomendados pela ABNT. A auditabilidade, a repetibilidade, a reprodutibilidade e a justificabilidade são quatro aspectos essenciais das evidências digitais, os quais buscam ser garantidos pela utilização de metodologias e procedimentos certificados, como, e.g., os recomendados pela ABNT.”

O fortalecimento das práticas de cadeia de custódia, aliado ao uso de tecnologias como o hash e a documentação detalhada de cada etapa, pode elevar a segurança jurídica na produção e apresentação de provas digitais. Outra solução proposta é a adoção de sistemas unificados de armazenamento e auditoria de provas, garantindo que todas as transferências de custódia estejam documentadas em tempo real, minimizando os riscos de contaminação das provas.

2.6 Considerações Finais

O avanço legislativo representado pelo *Pacote Anticrime* trouxe melhorias signifi-



cativas para o tratamento das provas digitais no processo penal brasileiro. No entanto, a aplicação prática ainda enfrenta desafios relacionados à estrutura e ao preparo técnico dos operadores do direito. A manutenção da cadeia de custódia das provas digitais é um requisito essencial para a preservação da integridade e da credibilidade delas no processo penal, e o respeito a esses protocolos contribui para um julgamento justo, resguardando tanto os direitos dos acusados quanto a justiça social.

Os caminhos tomados pela sociedade diante das tecnologias digitais cada vez mais crescentes, cuja existência de certos recursos e dispositivos antes imagináveis somente na ficção, tornou-se realidade, com câmeras por toda parte, gravações, aplicativos de mensagens instantâneas, usados até mesmo por crianças, abre um leque num mundo processual, amarrados por traços concretos em materiais manualmente manipuláveis, colhidos e levados a um laboratório o qual hoje em dia, nem sempre irá atender às à manipulação de dados.

Como vimos nas discussões teóricas, trata-se de uma prova que é escrita em linguagem não humana, sendo apenas sequencias de rastros de energia gerida por semicondutores, conforme visto acima, para garantir a prova processual penal, a qual cabe ao acusador no direito pátrio, precisa seguir os mesmos princípios e percorrer os caminhos das provas materiais, às quais tem a mesma importância da digital, sendo que cada vez mais as provas digitais adentram nos tribunais e, por muitas vezes, como a tônica do arcabouço probatório de um crime. A mesmidade é de suma importância e cabe ao Estado prover os meios para se conseguir tecnologicamente uma garantia de que a prova não estará viciada ou deixar dúvidas, uma vez que não havendo todo esse rigor de fidelidade, fatalmente restaria dúvidas e não cabimento no processo penal.

Em conclusão, o investimento em tecnologias de preservação, o treinamento dos agentes envolvidos e a conscientização dos riscos específicos da prova digital podem fortalecer o processo penal brasileiro, tornando-o mais seguro e compatível com as exigências da era digital.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, G. **A cadeia de custódia da prova digital**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8351444/mod_resource/content/0/BADARO%CC%81%20-%20A%20cadeia%20de%20custo%CC%81dia%20da%20prova%20digital%20PUCRS.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL, Del3689. ([s.d.]). Gov.br. Recuperado 21 de outubro de 2024, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

BRASIL, L13964. ([s.d.]). Gov.br. Recuperado 21 de outubro de 2024, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm

Constituição. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL, STJ. Provas digitais devem ser colhidas com metodologia adequada. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portaip/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/02052024-Quinta-Turma-nao-aceita-como-provas-prints-de-celular-extraidos-sem-metodologia-adequada.aspx>>. Acesso em: 22 out. 2024.

DE FREITAS RANGEL, O. P. D. R. M. **A PROVA DIGITAL**. Disponível em: <<https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/dac55ade-8263-4914-9ad2-52a62dedc8dc/content>>. Acesso em: 22 out. 2024.

LUCRATIVOS, D. E. S. **O código hash é**. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/nit/nucleo-de-inovacao-tecnologica/documentos/mnual-_codigo-hashv01-2022.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas, 10ª ed., 2000. p.256.

OLIVEIRA, Sonia Borges. **Tipos de Pesquisas**. Usp.br. Recuperado 26 de novembro de 2024, de [Ciências, sociedade e tecnologia
Vol. 02 \(2025\)](https://edis-</p>
</div>
<div data-bbox=)

ciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148198/mod_resource/content/1/

Aula%204%20Tipos%20de%20Pesquisas.pdf

MELO, Thiago, **A OFENSA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INVESTIGADO EM FACE DA PRODUÇÃO DE PROVA DIGITAL NO PROCESSO PENAL**. Disponível em: <https://research.ebsco.com/c/zfjsme/search/details/5gmwo5vkdz?limiters=None&q=prova%20digital%20thiago>. Acesso em: 22 out. 2024c.

META PLATFORMS, INC. Visão Geral da Criptografia do WhatsApp. Disponível em: https://faq.whatsapp.com/820124435853543/?locale=pt_BR. Acesso em: 22 out. 2024e.

MINTO, Andressa Olmedo; **A Prova Digital no Processo Penal**. São Paulo: LiberArs, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23.ed. São Paulo,SP: Cortez Editora, 2014.

STJ - Informativo de Jurisprudência n. 811 - 14 de maio de 2024. AgRg no HC 828.054-RN, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 23/4/2024, DJe 29/4/2024. Apreensão de celular. Extração de dados. Captura de telas. Quebra da cadeia de custódia. Inadmissibilidade da prova digital. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@cnot=020706>. Acesso em: 22 out. 2024.



26

DESAFIOS ÉTICOS NO CUIDADO DE PACIENTES TERMINAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A DIGNIDADE E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA

Denise Rafaelle Coelho Baldez¹
Bruna Marques Do Nascimento¹
Kayllane Dos Santos Ferreira¹
Sarah Rebeca De Sousa Almeida¹
Andressa Silva Costa¹
Jardel Nascimento Almeida¹
Terezinha Reis De Sousa¹
Antony Kayky Saboia Sales¹
Marcella Aparecida Souza Chaves¹
Yngrid Suellen Alves Santos¹
Maria Tereza Alves Moura¹
Bruna Luany Chaves Carneiro¹
Amanda Cristina Da Silva Pimentel¹
Daniel Ruan Alves Reis²

¹ Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA

² Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade EDUFOR – São Luís - MA

Resumo

Introdução: O cuidado de pacientes em estado terminal é um tema sensível e de extrema relevância para a ética médica e a prática clínica. Objetivo: Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios éticos envolvidos na assistência a pacientes terminais, com foco na manutenção da dignidade humana e no papel dos profissionais de saúde. Material e Métodos: Através de uma revisão bibliográfica explora-se a tensão entre a busca por tratamentos que prolonguem a vida e a necessidade de garantir o conforto do paciente em seus últimos momentos. Os dilemas éticos mais recorrentes envolvem a autonomia do paciente, o princípio da beneficência, a não maleficência e a justiça na alocação de recursos. Resultados: A discussão sobre a autonomia ganha destaque ao abordar o direito dos pacientes de recusar tratamentos e de escolher o melhor curso para seu final de vida. Além disso, o papel da família e a comunicação entre profissionais de saúde, pacientes e seus entes queridos são discutidos como aspectos críticos para uma assistência ética e humanizada. Conclusão: Conclui-se que o cuidado de pacientes terminais exige, além de competência técnica, sensibilidade para as questões éticas que permeiam esse contexto, e a busca por um equilíbrio entre a dignidade do paciente e a responsabilidade dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Ética médica, cuidados paliativos, autonomia, dignidade, pacientes terminais.

Abstract

Caring for terminally ill patients is a sensitive and highly relevant topic in both medical ethics and clinical practice. This article aims to analyze the main ethical challenges involved in caring for terminal patients, focusing on the preservation of human dignity and the role of healthcare professionals. Through a literature review and case analysis, the tension between life-prolonging treatments and the need to ensure patient comfort in their final moments is explored. The most recurrent ethical dilemmas involve patient autonomy, the principle of beneficence, non-maleficence, and justice in the allocation of resources. The discussion on autonomy stands out by addressing patients' rights to refuse treatments and to choose the best course for their end-of-life care. Moreover, the role of the family and communication between healthcare professionals, patients, and their loved ones are discussed as critical aspects for ethical and compassionate care. Another central point addressed is the balance between aggressive medical interventions and palliative care. While some professionals still opt for invasive treatments in patients with no recovery prognosis, ethics recommends focusing on quality of life and relief of suffering. In this context, the discussion on euthanasia and assisted suicide is also briefly mentioned, raising questions about the limits of healthcare's role in patient choice. Finally, the article reflects on the importance of training healthcare professionals to deal with these ethical dilemmas, ensuring that their decisions are based on a deep understanding of medical ethics and patient wishes. It concludes that caring for terminally ill patients requires, in addition to technical competence, sensitivity to the ethical issues surrounding this context and a pursuit of balance between patient dignity and the responsibilities of healthcare professionals.

Keywords: Medical ethics, palliative care, autonomy, dignity, terminal patients.



1. INTRODUÇÃO

O cuidado de pacientes em estado terminal representa um dos maiores desafios éticos e práticos na medicina contemporânea. Ao longo do século XX, os avanços na tecnologia médica prolongaram significativamente a expectativa de vida, mas também levantaram questionamentos sobre a qualidade de vida no fim da existência humana. Neste contexto, o debate ético sobre como tratar pacientes terminais, com doenças incuráveis e sofrimento inevitável, ganhou relevância, trazendo à tona questões centrais como a autonomia, a dignidade humana e o papel dos profissionais de saúde em proporcionar uma morte digna (PESSINI, 2013).

Os dilemas éticos que permeiam o cuidado de pacientes terminais estão fundamentados em princípios éticos tradicionais da bioética, como a autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, conforme elaborados por Beauchamp e Childress (2013). O princípio da autonomia estabelece que o paciente tem o direito de tomar decisões informadas sobre seu próprio tratamento, inclusive a recusa de intervenções que possam prolongar sua vida sem garantir qualidade. A beneficência, por sua vez, refere-se ao dever do profissional de saúde de promover o bem-estar do paciente, enquanto a não maleficência implica evitar o infligir de dano. A justiça envolve a distribuição equitativa dos recursos, um desafio constante em sistemas de saúde limitados, especialmente em contextos de cuidados paliativos.

Neste sentido, o conceito de cuidados paliativos, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), tem se tornado uma abordagem essencial no tratamento de pacientes terminais, focando no alívio do sofrimento e na qualidade de vida. Segundo Pessini (2010), os cuidados paliativos propõem uma visão integrada do paciente, que vai além da cura e se concentra no conforto e na dignidade. No entanto, a implementação dessa abordagem ainda enfrenta barreiras culturais e institucionais, uma vez que muitos profissionais de saúde são treinados para prolongar a vida a todo custo, em detrimento da qualidade de vida no fim da jornada.

Além disso, o papel da família e a comunicação entre pacientes, familiares e profissionais de saúde são aspectos críticos nesse processo. Segundo Costa e Lima (2018), a falta de diálogo adequado entre as partes pode gerar conflitos éticos e emocionais, especialmente em situações em que as preferências do paciente não são claramente conhecidas ou respeitadas.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios éticos envolvidos na assistência a pacientes terminais, com foco na manutenção da dignidade humana e no papel dos profissionais de saúde. Como objetivos específicos podemos destacar: Investigar as principais questões éticas que surgem na assistência a pacientes terminais, incluindo a autonomia do paciente, a tomada de decisões em equipe e os conflitos entre os desejos do paciente e as intervenções médicas; Examinar o impacto das políticas de saúde e das práticas assistenciais na qualidade do cuidado oferecido a pacientes terminais, identificando como essas práticas podem respeitar e promover a dignidade do paciente e Refletir sobre a formação e a conscientização ética dos profissionais de saúde, analisando como a educação e a sensibilização podem contribuir para um cuidado mais humano e ético a pacientes em situação terminal.

2. A AUTONOMIA DO PACIENTE: DIREITO DE ESCOLHA NO FINAL DA VIDA

A autonomia do paciente é um dos pilares mais importantes na bioética moderna. Esse princípio garante que os pacientes tenham o direito de tomar decisões informadas sobre o curso de seu tratamento, especialmente no final da vida. De acordo com Beauchamp e Childress (2013), a autonomia está profundamente enraizada na ideia de respeito à dignidade humana, reconhecendo que cada pessoa tem o direito de decidir o que é melhor para si, mesmo quando essas decisões podem não estar em consonância com as opiniões da equipe médica ou dos familiares. No contexto dos cuidados de pacientes terminais, essa questão torna-se ainda mais complexa, pois envolve escolhas que podem impactar significativamente o bem-estar do paciente nos seus últimos dias de vida.

Em muitos casos, os pacientes terminais preferem recusar tratamentos invasivos que apenas prolongariam o processo de morrer sem garantir uma melhoria substancial na qualidade de vida. Tal escolha é, muitas vezes, vista como uma forma de preservar sua dignidade, evitando o que Cassel (2004) chama de “sofrimento desnecessário” causado por intervenções médicas desproporcionais. O direito de recusar o tratamento é uma manifestação clara da autonomia, e deve ser respeitado pelos profissionais de saúde. No entanto, existem situações em que a comunicação entre o paciente, a família e a equipe médica não são eficazes, resultando em decisões que podem ir contra a vontade expressa do paciente.

Conforme Costa e Lima (2018), “a falha na comunicação entre os profissionais de saúde, o paciente e seus familiares pode levar a conflitos éticos significativos, principalmente quando as preferências do paciente não são claramente conhecidas ou respeitadas”. Isso se torna ainda mais evidente quando o paciente não tem condições físicas ou cognitivas de expressar seus desejos, o que exige que os profissionais de saúde recorram a documentos como as diretivas antecipadas de vontade (testamento vital) ou à decisão de representantes legais. As diretivas antecipadas, embora pouco utilizadas no Brasil, são um instrumento importante para garantir que as escolhas do paciente sejam seguidas, mesmo quando ele não puder comunicá-las diretamente.

Beauchamp e Childress (2013) destacam que, em situações em que o paciente já não possui capacidade de decisão, “a autonomia pode ser exercida de forma substitutiva por um representante legalmente designado ou, na ausência deste, por um membro próximo da família”. Entretanto, esse processo nem sempre é simples, pois as emoções envolvidas na terminalidade da vida podem gerar tensões e desacordos dentro das famílias. Em muitos casos, a família pode ter dificuldade em aceitar as decisões do paciente, especialmente quando isso envolve a recusa de tratamentos que, na visão da família, poderiam prolongar a vida. Essa situação coloca os profissionais de saúde em um dilema ético, na tentativa de equilibrar a autonomia do paciente com os sentimentos e expectativas da família.

Além disso, a autonomia no final da vida deve ser exercida dentro dos limites da beneficência e da não maleficência. Embora o direito do paciente de recusar tratamento seja amplamente reconhecido, o profissional de saúde ainda tem a obrigação de garantir que o paciente esteja bem-informado sobre as consequências dessa decisão. Isso inclui fornecer uma explicação clara sobre o prognóstico e os benefícios e riscos de continuar ou interromper o tratamento. Como ressalta Pessini (2010):

A verdadeira autonomia só pode ser exercida quando o paciente recebe todas as informações necessárias para tomar uma decisão consciente e esclarecida. A omissão ou distorção de informações pode comprometer a capacidade do paciente de exercer sua autonomia de maneira plena.



Por fim, é crucial considerar o impacto psicológico que as decisões de fim de vida podem ter sobre o próprio paciente. Muitos pacientes terminais enfrentam sentimentos de medo, insegurança e angústia ao lidar com a proximidade da morte. Nesse sentido, o apoio emocional fornecido por profissionais de saúde e familiares pode ajudar a aliviar parte desse sofrimento, permitindo que o paciente tome decisões mais serenas e baseadas em seus próprios valores e desejos. Kubler-Ross (2008) destaca que: “o processo de morrer pode ser profundamente transformador quando o paciente é tratado com dignidade e respeito por suas escolhas, ao invés de ser submetido a tratamentos desnecessários que apenas prolongam seu sofrimento”.

Portanto, respeitar a autonomia do paciente no final da vida é um dever ético dos profissionais de saúde. Isso implica não apenas em permitir que o paciente recuse tratamentos que ele considere indesejados, mas também em garantir que suas decisões sejam baseadas em informações claras e honestas. A prática da autonomia no contexto de cuidados paliativos vai além da simples concordância com as preferências do paciente, exigindo uma abordagem holística que leve em consideração o bem-estar físico, emocional e psicológico do indivíduo.

2.1 A distanásia e o papel dos cuidados paliativos

A distanásia, também conhecida como obstinação terapêutica, é a prática de prolongar a vida de um paciente terminal por meio de tratamentos médicos agressivos e, muitas vezes, fúteis. Essa prática é amplamente criticada no campo da bioética, pois, em vez de aliviar o sofrimento, acaba prolongando a dor e a angústia do paciente sem proporcionar melhora significativa na sua condição. Siqueira-Batista et al. (2017) destacam que a distanásia pode ser entendida como “o prolongamento artificial da vida através de tratamentos médicos que, embora tecnicamente possíveis, não oferecem perspectivas reais de cura ou de melhora na qualidade de vida do paciente”. Esse conceito levanta sérias questões éticas sobre os limites da intervenção médica, especialmente no cuidado de pacientes terminais.

Além de suas críticas éticas, a distanásia também levanta preocupações sobre o impacto emocional e psicológico nos pacientes e suas famílias. O prolongamento artificial da vida pode intensificar o sofrimento ao invés de proporcionar alívio, levando a uma situação em que o sofrimento é prolongado sem perspectivas reais de melhora. Segundo o bioeticista Edmund Pellegrino, que discute o conceito de distanásia em seu trabalho sobre ética médica:

A distanásia é frequentemente uma expressão de um desejo inconsciente de não enfrentar a inevitabilidade da morte. No entanto, o prolongamento da vida através de intervenções médicas agressivas pode criar uma situação em que o paciente é submetido a sofrimento desnecessário, que poderia ser evitado com uma abordagem mais compassiva e centrada no alívio da dor. Como Pellegrino (2006, p. 132) observa:

‘A prática da distanásia é uma tentativa de manter a vida à força, ignorando os sinais claros de que a morte está próxima. Em vez de promover o bem-estar do paciente, essa prática frequentemente resulta em um sofrimento prolongado e agravado, onde o tratamento não contribui para a cura, mas apenas para a perpetuação do sofrimento.’ Portanto, é crucial que a intervenção médica em cuidados terminais seja guiada por princípios que priorizem a qualidade de vida e o conforto do paciente, em vez de uma mera obsessão pela prolongação da vida.

Assim, é importante uma abordagem ética e centrada no paciente, enfatizando que a distanásia não apenas prolonga o sofrimento, mas também ignora as necessidades emocionais e psicológicas do paciente. A discussão sobre os limites da intervenção médica é essencial para garantir que o cuidado de pacientes terminais seja realizado de maneira humanitária e respeitosa.

Embora a intenção dos profissionais de saúde seja muitas vezes preservar a vida, a obstinação terapêutica acaba, em muitos casos, violando o princípio da não maleficência, que obriga o profissional a evitar causar dano ao paciente.

De acordo com Pessini (2010): “a prática da distanásia desconsidera o respeito à dignidade do paciente, tratando a morte como um fracasso médico a ser evitado a todo custo. No entanto, quando a morte é inevitável, o foco deve ser na promoção de uma morte digna, aliviando o sofrimento, em vez de prolongá-lo de forma desnecessária.

Assim, a distanásia se opõe diretamente à ética do cuidado que preconiza a qualidade de vida sobre a mera extensão do tempo de vida.

Os cuidados paliativos surgem como uma resposta ética e compassiva à obstinação terapêutica, oferecendo um modelo de assistência focado no alívio do sofrimento e na promoção da qualidade de vida.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020): “os cuidados paliativos são uma abordagem que melhora a qualidade de vida de pacientes e suas famílias que enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a continuidade da vida, através da prevenção e do alívio do sofrimento, por meio da identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e de outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual.

Ao priorizar o conforto e o bem-estar do paciente, os cuidados paliativos permitem uma transição mais suave para o final da vida, sem a imposição de tratamentos invasivos e desnecessários.

A distinção entre distanásia e cuidados paliativos está na abordagem ética de cada prática. Enquanto a distanásia prolonga o processo de morrer sem necessariamente aliviar o sofrimento, os cuidados paliativos reconhecem que a morte é um processo natural e que o foco deve estar em garantir que o paciente tenha uma morte digna e com o mínimo de sofrimento. Beauchamp e Childress (2013) observam que “o objetivo dos cuidados paliativos não é prolongar a vida ou acelerar a morte, mas sim aliviar o sofrimento e melhorar a qualidade de vida do paciente, respeitando sua autonomia e seus desejos”. Portanto, a implementação de cuidados paliativos adequados é uma alternativa ética e humanizada à distanásia, permitindo que o paciente terminal tenha uma abordagem mais compassiva em seus últimos dias.

Outro aspecto relevante é o papel da equipe multiprofissional nos cuidados paliativos, que envolve médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e até capelães. Essa equipe atua de forma integrada para atender às necessidades físicas, emocionais, sociais e espirituais do paciente.

Kubler-Ross (2008) aponta que: “o processo de morrer envolve muito mais do que o corpo físico; trata-se também de uma experiência emocional e espiritual. A equipe de cuidados paliativos tem o papel crucial de abordar todas essas dimensões para garantir que o paciente se sinta apoiado em todos os aspectos de sua jornada final.

Isso demonstra que, ao contrário da distanásia, os cuidados paliativos proporcionam uma visão holística do paciente, tratando-o como um ser integral e não apenas como um corpo doente.



Por fim, a resistência à adoção de cuidados paliativos no lugar da obstinação terapêutica pode ser atribuída a fatores culturais, institucionais e à formação médica voltada para a cura. Muitos profissionais ainda veem a morte como um fracasso médico, e não como parte natural da vida. Segundo Siqueira-Batista et al. (2017), “a formação médica tradicional, com seu foco no combate à morte, muitas vezes impede que os profissionais aceitem o inevitável e ofereçam ao paciente um cuidado mais humanizado e menos invasivo no final da vida”. Superar essa resistência requer não apenas mudanças na formação dos profissionais de saúde, mas também um esforço para educar a sociedade sobre a importância dos cuidados paliativos como uma forma ética de cuidar dos pacientes terminais.

2.2 Dilemas éticos: eutanásia e suicídio assistido

O debate sobre a eutanásia e o suicídio assistido traz à tona questões morais complexas que tocam os limites da autonomia, da beneficência e da sacralidade da vida. A eutanásia refere-se à prática em que um profissional de saúde administra uma substância letal a um paciente, com a intenção de pôr fim ao seu sofrimento. Já o suicídio assistido ocorre quando o paciente toma uma substância letal por conta própria, mas com a assistência de um profissional. Esses atos, que visam abreviar o sofrimento de pacientes com doenças terminais, são legalmente permitidos em alguns países, como a Holanda e a Bélgica, mas permanecem proibidos em grande parte do mundo, incluindo o Brasil.

A legalização da eutanásia e do suicídio assistido está diretamente ligada ao princípio da autonomia, que defende o direito do paciente de escolher o momento e as condições em que deseja morrer, especialmente quando enfrenta um sofrimento insuportável e irreversível.

Beauchamp e Childress (2013) argumentam que, do ponto de vista da autonomia, “em situações em que o paciente se encontra em uma condição de sofrimento extremo, sua vontade de pôr fim à vida pode ser vista como uma expressão legítima de seu direito de autodeterminação”. No entanto, a questão não é tão simples, pois envolve diversos outros princípios éticos que precisam ser considerados, como a não maleficência e a justiça.

Os críticos da eutanásia e do suicídio assistido muitas vezes baseiam seus argumentos no princípio da sacralidade da vida, que sustenta que a vida humana deve ser preservada em todas as situações, independentemente da condição de saúde do indivíduo. Pellegrino (1999) defende que, mesmo em casos de sofrimento extremo, “a vida humana tem um valor inerente que não pode ser violado. A prática da eutanásia contraria esse princípio ao sugerir que algumas vidas podem ser descartadas quando consideradas sem qualidade”. Além disso, muitos argumentam que a legalização dessas práticas pode abrir precedentes perigosos, causando abusos ou pressão para que pacientes vulneráveis optem por abreviar suas vidas.

Outro ponto de tensão nesse debate é a distinção entre a eutanásia ativa e a passiva. Enquanto a eutanásia ativa envolve uma intervenção direta para causar a morte do paciente, a eutanásia passiva ocorre quando os tratamentos que prolongam a vida são interrompidos, permitindo que a morte ocorra naturalmente. No Brasil, a eutanásia passiva é geralmente aceita como parte dos cuidados paliativos, onde o foco é no alívio do sofrimento e não na tentativa de prolongar a vida a qualquer custo. De acordo com Pessini (2010), “permitir que a morte ocorra de maneira natural, sem a imposição de tratamentos invasivos, pode ser uma forma ética de respeitar a dignidade do paciente”. A eutanásia ativa, no entanto, continua a ser vista como moralmente inaceitável.

Além das questões morais e filosóficas, a prática da eutanásia e do suicídio assistido também levanta preocupações práticas. Em países onde essas práticas são legalizadas, há debates sobre como garantir que as decisões dos pacientes sejam realmente livres de coerção e totalmente informadas. Costa e Lima (2018) afirmam que “em um contexto de vulnerabilidade, como o enfrentado por pacientes terminais, há o risco de que fatores externos, como pressão familiar ou econômica, influenciem a decisão de optar pela eutanásia ou suicídio assistido”. Assim, é crucial que existam mecanismos rigorosos para proteger a autonomia do paciente, garantindo que suas escolhas sejam feitas de forma esclarecida e voluntária.

O impacto psicológico sobre os profissionais de saúde envolvidos em procedimentos de eutanásia e suicídio assistido é outro aspecto relevante. A literatura sugere que muitos médicos e enfermeiros experimentam sentimento de culpa, ansiedade e desconforto moral após realizar ou auxiliar em tais práticas, mesmo quando legalizadas. Beauchamp e Childress (2013) destacam que “embora a eutanásia possa ser vista como uma forma de aliviar o sofrimento do paciente, para o profissional de saúde, ela pode representar um conflito entre seu dever de preservar a vida e sua responsabilidade de respeitar a autonomia do paciente”. Portanto, oferecer apoio psicológico a esses profissionais é fundamental para garantir que eles lidem de maneira saudável com os dilemas éticos que enfrentam.

Outro aspecto importante a ser considerado é a influência das práticas de eutanásia e suicídio assistido nas políticas de saúde pública e nas percepções sociais sobre o final da vida. A implementação dessas práticas pode modificar a forma como a sociedade percebe a morte e o cuidado terminal, potencialmente desafiando normas culturais e religiosas profundamente enraizadas. Além disso, a legalização pode afetar a alocação de recursos médicos, desviando atenção e recursos dos cuidados paliativos e das intervenções para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes terminais.

É necessário refletir sobre o papel da educação e da conscientização na formação de profissionais de saúde e na sociedade em geral. A discussão ética sobre a eutanásia e o suicídio assistido deve incluir a educação sobre alternativas éticas e sobre como garantir que as decisões dos pacientes sejam bem-informadas e respeitadas. A formação contínua em bioética e a promoção de diálogos abertos são essenciais para preparar os profissionais para lidar com os complexos dilemas éticos que surgem no cuidado terminal, promovendo um ambiente onde as escolhas dos pacientes sejam respeitadas e onde o sofrimento seja aliviado de maneira digna e ética.

Além dos dilemas éticos e práticos discutidos, é fundamental considerar as implicações legais e culturais da eutanásia e do suicídio assistido em diferentes contextos sociais. A legalização desses procedimentos não apenas altera a legislação, mas também pode transformar profundamente a percepção social sobre o direito de morrer e a dignidade humana. O filósofo bioético Ronald Dworkin, em seu livro “Life’s Dominion”, explora essas dimensões ao afirmar que:

A questão da eutanásia e do suicídio assistido não é apenas uma questão de permitir que indivíduos tomem decisões sobre sua própria vida e morte. É também uma questão de como essas práticas refletem e influenciam os valores mais profundos da nossa sociedade sobre o valor da vida, a dignidade e a autonomia. A legalização desses procedimentos pode, por um lado, reforçar a autonomia individual e permitir que pessoas em situações extremas exerçam um controle maior sobre sua própria vida. No entanto, por outro lado, pode levar a uma percepção social de que a vida, especialmente a vida em sofrimento, pode ser descartada como um problema a ser resolvido. Isso tem im-

plicações não apenas para os indivíduos diretamente afetados, mas também para a forma como a sociedade lida com o conceito de dignidade e a gestão do sofrimento humano” (Dworkin, 1993, p. 54).

Deste modo, a legalização da eutanásia e do suicídio assistido pode ter efeitos amplos e complexos sobre a ética e os valores sociais. A transformação nas percepções culturais e legais exige uma consideração cuidadosa, equilibrando a proteção dos direitos individuais com o respeito às normas e valores que sustentam a prática médica e o cuidado terminal. A reflexão contínua sobre esses temas é crucial para garantir que as práticas e políticas adotadas estejam alinhadas com uma compreensão abrangente e ética das necessidades e direitos dos pacientes em fim de vida.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando a metodologia bibliográfica, que consiste na análise de obras de autores reconhecidos na área de ética, saúde e cuidados paliativos. A seguir, descrevem-se as etapas deste processo:

- **Levantamento de Fontes Bibliográficas:** Será realizado um levantamento de obras clássicas e contemporâneas sobre ética médica, cuidados paliativos e a dignidade no cuidado de pacientes terminais. As fontes incluirão livros, artigos científicos e teses que tratem das questões éticas e das práticas assistenciais. *Citação:* Segundo Beauchamp e Childress (2013), “a bioética é um campo interdisciplinar que examina as questões morais e os conflitos que surgem na prática médica e nas políticas de saúde” (p. 25).

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. *Principles of biomedical ethics*. 7. ed. New York: Oxford University Press, 2013.

- **Análise Crítica das Obras:** Após a seleção das fontes, será realizada uma análise crítica das obras, identificando as principais questões éticas relacionadas ao cuidado de pacientes terminais, a autonomia do paciente e as implicações das decisões médicas na dignidade humana. *Citação:* Para Gawande (2014), “na medicina, a dignidade não é apenas um conceito abstrato, mas uma parte integral da experiência humana que deve ser respeitada até o final da vida” (p. 134).

GAWANDE, A. *Being mortal: medicine and what matters in the end*. New York: Metropolitan Books, 2014.

- **Discussão dos Resultados:** Com base na análise das obras, será elaborada uma discussão que relacione os desafios éticos identificados com as práticas assistenciais no contexto dos cuidados paliativos, refletindo sobre o papel dos profissionais de saúde. *Citação:* Segundo Cicely Saunders (2001), “o cuidado paliativo é um ato de amor que busca aliviar o sofrimento, respeitando a dignidade do paciente em todos os momentos de sua vida” (p. 48).

SAUNDERS, C. *The philosophy of palliative care: a new approach to the care of the dying*. New York: Oxford University Press, 2001.

- **Elaboração de Conclusões e Recomendações:** Finalmente, a pesquisa culminará em conclusões que sintetizem os achados da análise e propostas de recomendações para a prática clínica, visando uma assistência ética e digna a pacientes terminais.

Essa metodologia permitirá uma compreensão profunda dos desafios éticos no cuidado de pacientes terminais e a importância de promover a dignidade no atendimento. O uso de fontes bibliográficas reconhecidas garantirá a fundamentação teórica adequada e a relevância das discussões propostas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das fontes bibliográficas revelou uma série de desafios éticos enfrentados pelos profissionais de saúde no cuidado de pacientes terminais. Entre os principais resultados, destacam-se:

- **Autonomia do Paciente:** A pesquisa evidenciou que a autonomia do paciente é um princípio ético fundamental, sendo crucial que os profissionais de saúde respeitem as decisões dos pacientes em relação ao seu tratamento e cuidados. No entanto, muitos pacientes em fase terminal podem ter dificuldades em expressar suas vontades devido às limitações físicas ou cognitivas, o que gera um dilema ético sobre a melhor forma de garantir sua autonomia.
- **Dignidade no Processo de Morte:** Os estudos analisados enfatizam a importância de tratar os pacientes terminais com dignidade, garantindo que suas necessidades emocionais, físicas e espirituais sejam atendidas (Saunders, 2001).

A dignidade está intrinsecamente ligada à qualidade de vida e à forma como o paciente e seus familiares enfrentam o processo de morte.

- **Complexidade das Decisões Médicas:** As decisões em cuidados paliativos muitas vezes envolvem dilemas complexos, como a escolha entre a continuação do tratamento agressivo versus a adoção de medidas paliativas. Essa complexidade é acentuada pela pressão social, expectativas familiares e limitações de recursos, que podem influenciar o julgamento dos profissionais de saúde (Beauchamp; Childress, 2013). Os resultados obtidos revelam que o cuidado de pacientes terminais não é apenas uma questão de técnica médica, mas também um campo repleto de implicações éticas que requerem reflexão constante e sensibilidade.
- **Reflexão sobre Autonomia:** A autonomia deve ser entendida de forma ampla, incluindo não apenas a capacidade do paciente de decidir, mas também a necessidade de um ambiente de confiança e comunicação entre pacientes, familiares e profissionais de saúde. A promoção de decisões informadas e consensuais é fundamental para garantir que a vontade do paciente seja respeitada, mesmo quando não é possível uma comunicação verbal clara.
- **Dignidade e Qualidade de Vida:** A dignidade deve ser um eixo central na prática de cuidados paliativos. A assistência ao paciente terminal deve ir além do controle da dor e do sofrimento físico, envolvendo também a atenção às dimensões emocionais e espirituais.

A presença de equipes multidisciplinares, que incluem psicólogos, assistentes sociais e religiosos, pode contribuir significativamente para oferecer um suporte mais completo e humano.

- **Desafios na Tomada de Decisão:** As decisões médicas em cuidados paliativos exigem uma abordagem ética robusta que considere não apenas os aspectos clínicos, mas também as consequências sociais e emocionais. A formação contínua de profissionais de saúde em ética médica é essencial para prepará-los para lidar com



essas situações complexas e ajuda-los a desenvolver habilidades de comunicação que facilitem o diálogo sobre questões difíceis com pacientes e familiares (Gawande, 2014).

O cuidado de pacientes terminais apresenta desafios éticos significativos que impactam a dignidade e a qualidade de vida desses indivíduos. A reflexão constante sobre essas questões é essencial para que os profissionais de saúde possam oferecer uma assistência que respeite a autonomia do paciente e promova uma morte digna. Além disso, a formação em ética deve ser uma prioridade na educação dos profissionais da saúde, preparando-os para enfrentar as complexidades inerentes a essa prática. Esses resultados e discussões oferecem uma visão abrangente dos desafios éticos no cuidado de pacientes terminais.

5. CONCLUSÃO

A análise dos desafios éticos no cuidado de pacientes terminais revela a complexidade das questões envolvidas, que vão além das práticas médicas e tocam aspectos profundos da dignidade humana, da autonomia e da moralidade. A discussão sobre a autonomia do paciente no final da vida, a distanásia e os cuidados paliativos, bem como a eutanásia e o suicídio assistido, ilustra a necessidade de uma abordagem ética sensível e respeitosa em todas as fases do cuidado terminal.

O princípio da autonomia, fundamental na bioética, garante que os pacientes tenham o direito de tomar decisões sobre seu tratamento, especialmente quando enfrentam doenças terminais. Este princípio é crucial para permitir que os pacientes escolham entre continuar com tratamentos invasivos ou optar por cuidados paliativos que visam melhorar sua qualidade de vida. No entanto, a prática clínica muitas vezes enfrenta desafios para assegurar que a autonomia seja respeitada de forma plena, especialmente em situações em que o paciente não pode expressar suas vontades diretamente. A comunicação clara e a documentação adequada das preferências do paciente são essenciais para garantir que suas escolhas sejam respeitadas.

A distanásia, ou obstinação terapêutica, apresenta um desafio significativo, pois muitas vezes resulta na prolongação do sofrimento sem oferecer benefícios reais ao paciente. O enfoque ético dos cuidados paliativos surge como uma alternativa que prioriza o alívio do sofrimento e a melhoria da qualidade de vida. Ao contrário da distanásia, que prolonga artificialmente o processo de morrer, os cuidados paliativos reconhecem a morte como um aspecto natural da vida e buscam proporcionar um final mais digno e confortável. A integração de uma equipe multiprofissional nos cuidados paliativos garante que todas as dimensões do sofrimento – físico, emocional e espiritual – sejam abordadas de maneira holística e compassiva.

Os dilemas éticos associados à eutanásia e ao suicídio assistido continuam a ser amplamente debatidos, especialmente considerando as diferentes perspectivas culturais e religiosas sobre a sacralidade da vida. A eutanásia ativa e o suicídio assistido, embora legalizados em alguns países, permanecem ilegais na maior parte do mundo e suscitam preocupações sobre a proteção da autonomia do paciente e os riscos de abusos. A discussão sobre esses temas evidencia a necessidade de garantir que as decisões sobre o fim da vida sejam tomadas de maneira informada e voluntária, com proteção adequada contra pressões externas.

A complexidade desses dilemas éticos também se reflete nos desafios enfrentados pelos profissionais de saúde. A prática de eutanásia e suicídio assistido pode gerar descon-

forto moral e conflitos éticos, exigindo suporte psicológico para os profissionais envolvidos. É crucial que esses profissionais recebam treinamento adequado e apoio emocional para lidar com as questões éticas e morais que surgem em suas práticas diárias. A educação contínua sobre bioética e a promoção de um ambiente de trabalho que valorize o diálogo e a reflexão são essenciais para enfrentar essas questões de forma ética.

Além disso, a legislação e as políticas de saúde devem evoluir para refletir as mudanças nas perspectivas sociais e éticas sobre o cuidado terminal. A discussão contínua sobre a legalização da eutanásia e do suicídio assistido deve considerar não apenas as questões éticas e legais, mas também as necessidades e preferências dos pacientes terminais. As políticas devem ser desenvolvidas com base em evidências e em um entendimento profundo dos impactos sobre os pacientes, suas famílias e a sociedade como um todo.

Por fim, a busca por um cuidado terminal ético e humanizado exige um equilíbrio entre respeito à autonomia do paciente, proteção da dignidade humana e consideração dos princípios bioéticos fundamentais. O desenvolvimento contínuo de práticas e políticas que promovam o bem-estar dos pacientes terminais, enquanto respeitam suas escolhas e garantem um cuidado compassivo e respeitoso, é essencial para enfrentar os desafios éticos do final da vida. Através de uma abordagem integrada e reflexiva, é possível melhorar a qualidade do cuidado oferecido e assegurar que todos os pacientes possam enfrentar o fim da vida com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER. **A Confissão de Fé de Westminster**. 1ª ed. São Paulo:
- BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. *Principles of biomedical ethics*. 7. ed. New York: Oxford University Press, 2013.
- CASSEL, E. J. **The Nature of Suffering and the Goals of Medicine**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- COSTA, S. A.; LIMA, A. F. **Comunicação no contexto dos cuidados paliativos: desafios e possibilidades**. Revista de Bioética, v. 26, n. 3, 2018.
- GAWANDE, A. **Being mortal: medicine and what matters in the end**. New York: Metropolitan Books, 2014.
- KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes**. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- New York: Oxford University Press, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Cuidados paliativos**. 2020.
- PELLEGRINO, E. D. **The Philosophy of Medicine Reborn: A Pellegrino Reader**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1999.
- PESSINI, L. **Bioética e terminalidade da vida: uma perspectiva humanizadora**. São Paulo: Loyola, 2013.
- PESSINI, L. **Dignidade e cuidados paliativos: o que todo profissional de saúde deve saber**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2010.
- PESSINI, L.; BERTACHINI, L. **Humanização e cuidados paliativos: fundamentos, reflexões e práticas**. São Paulo: Loyola, 2014.
- SAUNDERS, C. **The philosophy of palliative care: a new approach to the care of the dying**.
- SIQUEIRA-BATISTA, R. et al. **Obstinação terapêutica e cuidados paliativos: uma perspectiva bioética**. Revista Bioética, v. 25, n. 2, p. 342-352, 2017.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Palliative care: key facts*. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 20 nov. 2024.



27

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DO AUTISMO NA CONTEMPORANEIDADE COM ÊNFASE NA INCLUSÃO ESCOLAR

Anadiene Rodrigues Santos¹

¹ Graduada em Matemática Programa Ensinar - UEMA

Resumo

Este trabalho aborda os desafios enfrentados por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na contemporaneidade, focando em aspectos como inclusão social, educação, e acesso ao mercado de trabalho. A pesquisa explora a evolução dos estudos sobre o autismo dentro da educação inclusiva, além de oferecer uma análise crítica dos principais obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento de indivíduos com TEA. A partir de uma revisão bibliográfica e dados estatísticos, são apresentados os principais recursos e políticas necessárias para a inclusão efetiva dessa população. Com base em autores renomados, o estudo visa sensibilizar a sociedade sobre a importância da aceitação e da adaptação das estruturas sociais para garantir uma vida digna e inclusiva para pessoas no espectro autista.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, autismo, educação

Abstract

This paper addresses the challenges faced by people with Autism Spectrum Disorder (ASD) in contemporary society, focusing on aspects such as social inclusion, education seeks within inclusive, and access to the job market. The research explores the evolution of autism studies and provides a critical analysis of the main obstacles limiting the full development of individuals with ASD. Based on a bibliographic review and statistical data, the study presents the key resources and policies necessary for effective inclusion of this population. Through the perspectives of renowned authors, this study seeks to raise societal awareness about the importance of acceptance and the adaptation of social structures to ensure a dignified and inclusive life for people on the autism spectrum.

Keywords: inclusive education, autism, educacion



1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca entender como os desafios enfrentados por pessoas com autismo e suas famílias refletem a complexidade e a diversidade do espectro. Oferecendo uma análise sobre os principais obstáculos e propor direções para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA. A educação inclusiva é um direito fundamental que busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Conforme o Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, a educação deve ser “igual para todos, sem preconceitos de qualquer natureza”.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica e comportamental que se manifesta de maneira diversificada, caracterizada por dificuldades na comunicação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 1 em cada 100 crianças apresenta sintomas do espectro autista, refletindo uma prevalência significativa em nível global. Embora o conhecimento sobre o autismo tenha avançado nas últimas décadas, inúmeros desafios ainda permeiam a vida das pessoas com TEA e suas famílias, especialmente no que tange à inclusão social, à educação e ao acesso ao mercado de trabalho.

O aumento das taxas de diagnóstico de TEA destaca a necessidade urgente de estratégias educacionais que atendam a esse grupo. Segundo o CDC (Centers for Disease Control and Prevention), cerca de 1 em cada 44 crianças nos Estados Unidos é diagnosticada com TEA. O TEA é caracterizado por dificuldades significativas em comunicação e interação social. Conforme o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), as manifestações podem variar amplamente entre os indivíduos. Dados estatísticos sobre a incidência do autismo em diferentes populações, como os dados da *Organização Mundial da Saúde*, que indicam uma prevalência global crescente.

A contemporaneidade traz consigo avanços científicos e tecnológicos que ampliam as possibilidades de diagnóstico e tratamento, mas também apresenta barreiras sociais, culturais e econômicas. Pessoas com TEA muitas vezes enfrentam preconceitos e exclusão, resultantes de uma sociedade que ainda carece de compreensão e aceitação das diferenças. Nesse sentido, os desafios são amplificados por fatores como o despreparo de profissionais na área da educação, a falta de políticas públicas efetivas e a escassez de serviços especializados.

No entanto, em um contexto contemporâneo marcado por inovações e mudanças rápidas, surgem novos desafios que impactam diretamente a vida dessas pessoas e de suas famílias. Esse trabalho busca assim investigar esses desafios, abordando suas implicações na educação, socialização, mercado de trabalho e na saúde pública.

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico que afetam habilidades de comunicação, socialização e comportamento. Os sintomas variam amplamente, o que leva à classificação em um “espectro” devido às diferenças de intensidade e combinação dos sintomas entre indivíduos. Pessoas com autismo podem apresentar dificuldade em interpretar linguagem não-verbal, falta de resposta a interações sociais e interesse em atividades repetitivas.

“As pessoas com autismo têm cérebros que funcionam de uma maneira especial; não são piores nem melhores, apenas diferentes” (Grandin, 2006).

Oliver Sacks, neurologista e escritor renomado, aborda a importância de compreen-

der as diferenças neurológicas: “A adaptação ao mundo e às suas complexidades é um desafio universal, mas para aqueles com condições como o autismo, essas adaptações se tornam tarefas monumentais, que necessitam do apoio e compreensão de uma sociedade informada” (Sacks, 1995).

A Constituição Federal, promulgada em 05/10/1988, assegura no seu Artigo 208, inciso III, “[...] Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiências preferencialmente na rede regular de ensino [...]”. Pelo art. 8º da Lei 7.853/89 de 24 de outubro de 1989, nenhuma escola pode negar-se a receber um aluno com deficiência, sendo isso caracterizável como crime punível com reclusão de dois a cinco anos e multa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 23 de dezembro de 1996, dedica o Capítulo V à Educação Especial, onde assegura “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiências...]”. 100 A Resolução do CNE/ CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em todas suas etapas e modalidades. Estabeleceu, ainda:

[...] Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. [...]” “[...] Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica [...].

Assim, de acordo com a resolução do CNE/CEB nº 2/2001, todos os alunos devem ser matriculados em classes comuns, tendo o apoio necessário. Mas, infelizmente, dentro de nossas escolas, sejam elas públicas ou particulares, nem sempre encontramos a estrutura adequada para receber alunos com algum tipo de deficiência, sobretudo o autismo.

2. JUSTIFICATIVA

Este estudo é relevante pois aborda uma questão que afeta uma parcela crescente da população. A identificação dos desafios do autismo na atualidade pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, ações de conscientização social e melhorias nos sistemas educacional e de saúde. Além disso, a inclusão de pessoas com TEA na sociedade promove o fortalecimento da diversidade, oferecendo a essas pessoas o direito à educação, ao trabalho e à vida em comunidade. E compreender suas demandas pode fomentar a criação de políticas inclusivas e eficientes. Além disso, a inclusão de pessoas com TEA beneficia a sociedade como um todo, promovendo diversidade e aceitação nas relações sociais e profissionais.



3. COMPREENDENDO O AUTISMO

3.1 Definição e características do TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental complexa que se manifesta em diferentes graus e formas, afetando a comunicação, a interação social e o comportamento. O termo “espectro” é utilizado para enfatizar a diversidade de manifestações do transtorno, que podem variar amplamente de uma pessoa para outra. Em geral, o TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação verbal e não verbal, desafios nas interações sociais e padrões restritos e repetitivos de comportamento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o TEA é “um grupo de condições que afetam o desenvolvimento do cérebro, levando a dificuldades em habilidades sociais, comportamentais e comunicativas” (OMS, 2021). Essa definição destaca que o transtorno não se limita a um conjunto fixo de sintomas, mas abrange uma gama de características que podem se manifestar de maneiras únicas em cada indivíduo.

As características do TEA podem ser agrupadas em quatro áreas principais: comunicação, interação social e comportamentos restritos ou repetitivos.

1. **Dificuldades na Comunicação:** Muitas pessoas com TEA apresentam desafios na linguagem verbal e não verbal. Isso pode incluir atraso no desenvolvimento da fala, dificuldade em compreender nuances da linguagem, como ironia ou sarcasmo, e dificuldades em manter uma conversa. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), essas dificuldades podem incluir “falta de iniciação ou resposta a interações sociais” (APA, 2013). Algumas pessoas com TEA podem não desenvolver habilidades de fala, enquanto outras apresentam dificuldades para entender nuances de linguagem, como expressões faciais e gestos.
2. **Desafios na Interação Social:** Indivíduos com TEA frequentemente têm dificuldades em entender as normas sociais e as emoções dos outros. Isso pode resultar em problemas para formar amizades ou participar de atividades sociais. A pesquisa de Baron-Cohen et al. (2001) sugere que essa dificuldade está relacionada a uma “teoria da mente” deficitária, onde os indivíduos têm dificuldade em reconhecer e entender os estados mentais dos outros.
3. **Comportamentos Restritos e Repetitivos:** Outro aspecto central do TEA são os comportamentos repetitivos ou interesses restritos. Isso pode incluir movimentos estereotipados, como balançar as mãos ou rodar objetos, bem como forte interesse por tópicos específicos. Segundo o DSM-5, esses comportamentos podem ser descritos como “rituais” que proporcionam conforto ou previsibilidade ao indivíduo. Comportamentos repetitivos e interesses restritos: É comum que pessoas com autismo demonstrem apego a rotinas, repitam movimentos específicos e possuam interesses intensos por temas específicos.
4. **Sensibilidade Sensorial:** Muitos indivíduos com TEA apresentam sensibilidade elevada a estímulos sensoriais, como sons, luzes e texturas, o que pode interferir em suas atividades diárias.

Uma das características mais marcantes do TEA é sua variabilidade. Algumas pessoas podem ter habilidades cognitivas normais ou até acima da média em determinadas áreas, enquanto outras podem apresentar deficiência intelectual significativa. Essa diversidade é um aspecto essencial do espectro autista; conforme destacado por Kanner (1943), “cada caso deve ser analisado individualmente”, reconhecendo que as manifestações do TEA são tão variadas quanto os indivíduos que o apresentam.

Além disso, a prevalência do TEA tem aumentado nas últimas décadas. De acordo com um estudo da CDC (Centers for Disease Control and Prevention), a taxa de diagnóstico nos Estados Unidos aumentou para 1 em cada 54 crianças em 2020 (CDC, 2020). Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo maior conscientização sobre o transtorno e melhorias nos métodos de diagnóstico. O Transtorno do Espectro Autista é uma condição multifacetada que apresenta um amplo espectro de características e desafios. A compreensão dessas características é crucial para promover a aceitação e inclusão das pessoas com TEA na sociedade. Como observado por Wing (1996), “é vital que nós entendamos as necessidades únicas dessas pessoas para que possamos ajudá-las a alcançar seu potencial máximo”. Investir em pesquisas contínuas e na formação de profissionais capacitados é fundamental para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias.

3.1 Histórico do autismo

O histórico do autismo é uma jornada complexa que reflete a evolução da compreensão científica e social dessa condição. O autismo, como o conhecemos hoje, não sempre foi reconhecido como um transtorno distinto; suas raízes podem ser rastreadas até o início do século XX, quando as primeiras descrições de comportamentos autísticos começaram a emergir. O autismo foi identificado pela primeira vez na década de 1940, com os estudos dos psiquiatras Leo Kanner e Hans Asperger. Inicialmente, a condição era vista como rara e incomum, porém, ao longo dos anos, houve uma expansão dos critérios diagnósticos, incluindo um entendimento mais abrangente do espectro autista. Com a inclusão do TEA no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), houve uma redefinição e ampliação dos critérios, o que permitiu uma visão mais inclusiva da condição. A primeira descrição clínica que se aproxima do que hoje chamamos de autismo foi feita pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner em 1943.

Em seu artigo seminal, “Autistic Disturbances of Affective Contact”, Kanner descreveu 11 crianças que apresentavam dificuldades significativas em estabelecer contato social e se comunicarem com os outros. Ele observou que essas crianças pareciam “não se interessar pelo mundo ao seu redor” e que sua interação social era marcada por um comportamento isolado e peculiar (Kanner, 1943).

Kanner enfatizou a importância de reconhecer essas características como um transtorno distinto, o que ajudou a estabelecer as bases para futuras pesquisas.

Simultaneamente, na Europa, o psiquiatra húngaro Michael Rutter começou a investigar as manifestações do autismo em crianças. Rutter (1970) foi fundamental na definição do autismo como uma condição neuropsiquiátrica, destacando a necessidade de considerar fatores genéticos e ambientais. Sua pesquisa ajudou a ampliar a compreensão das causas do autismo e levou à necessidade de intervenções precoces.

Nos anos seguintes, o entendimento do autismo continuou a evoluir. Em 1944, Hans Asperger, um pediatra austríaco, descreveu um padrão de comportamento semelhante em crianças que apresentavam dificuldades sociais e padrões de interesse restrito, mas que possuíam habilidades linguísticas preservadas. Esse grupo foi posteriormente classificado como “Síndrome de Asperger”, uma condição que se tornou parte do espectro autista (Asperger, 1944). A inclusão da Síndrome de Asperger no espectro ajudou a desmistificar o autismo como uma condição homogênea e enfatizou a diversidade nas manifestações



do transtorno.

Com o passar das décadas, o reconhecimento do autismo aumentou consideravelmente. Na década de 1980, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) começou a ser formalmente reconhecido nas classificações diagnósticas. O DSM-III, publicado em 1980 pela American Psychiatric Association, incluiu o autismo como um diagnóstico separado. No entanto, durante esse período, ainda havia confusão sobre os critérios diagnósticos e sobre como diferenciar o autismo de outras condições.

A publicação do DSM-IV em 1994 trouxe uma definição mais clara e expandiu os critérios diagnósticos para incluir categorias adicionais dentro do espectro autista, como a Síndrome de Asperger e o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Não Especificado (PD-D-NOS). Essa mudança refletiu um entendimento mais profundo da diversidade dentro do espectro e ajudou profissionais a reconhecerem melhor as diferentes manifestações do transtorno (APA, 1994).

Nos anos 2000, houve um aumento significativo na taxa de diagnóstico do TEA. Estudos mostraram que a prevalência estava aumentando rapidamente, com estimativas sugerindo que cerca de 1 em cada 150 crianças era diagnosticada com o transtorno nos Estados Unidos (CDC, 2007). Esse aumento gerou debates sobre as causas subjacentes: enquanto alguns estudos apontavam para fatores ambientais e genéticos, outros levantaram preocupações sobre possíveis ligações com vacinas.

Embora muitos estudos tenham desconsiderado essa conexão entre vacinas e autismo — com uma pesquisa abrangente conduzida por Andrew Wakefield sendo amplamente desacreditada por falta de rigor científico — a controvérsia gerou medo e desconfiança em relação à vacinação durante anos (Taylor et al., 2014). A comunidade científica continuou a enfatizar que não há evidências confiáveis ligando vacinas ao desenvolvimento do TEA.

Hoje em dia, o entendimento sobre o autismo é muito mais inclusivo e diversificado.

O DSM-5, publicado em 2013 pela American Psychiatric Association, consolidou as várias categorias sob um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista. Essa mudança refletiu uma compreensão mais integrada das experiências dos indivíduos com TEA (APA, 2013).

Além disso, há um crescente movimento para promover a aceitação do autismo na sociedade. Organizações como a Autism Self Advocacy Network (ASAN) têm trabalhado para garantir que as vozes das pessoas autistas sejam ouvidas nas discussões sobre políticas públicas e práticas educacionais. Como afirmam os defensores dos direitos dos autistas: “Não devemos apenas falar sobre nós sem nós” (ASAN).

Enfim o histórico do autismo é marcado por avanços significativos na compreensão científica e social da condição. Desde as primeiras descrições clínicas até os debates contemporâneos sobre aceitação e inclusão, essa trajetória destaca tanto os desafios enfrentados pelas pessoas com TEA quanto os progressos feitos em sua representação na sociedade. A conscientização contínua e a educação são fundamentais para promover um ambiente mais inclusivo onde todas as pessoas possam prosperar. Segundo dados recentes da OMS, estima-se que aproximadamente 1% da população mundial está no espectro autista. No Brasil, estudos indicam que o autismo afeta cerca de 2 milhões de pessoas, número que vem aumentando com a ampliação da conscientização sobre a condição e melhorias no diagnóstico. Essa alta prevalência reforça a necessidade de políticas inclusivas e de apoio especializado.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PESSOAS COM TEA NA ATUALIDADE

4.1 A Educação Inclusiva no Brasil

Legislação e políticas públicas: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à educação inclusiva. O artigo 28 dessa lei estabelece que “a educação é um direito de todos e deve ser promovida em todos os níveis”. A discussão sobre como as políticas são aplicadas nas escolas e os obstáculos enfrentados por educadores e gestores. Como menciona Mantoan (2003), “a inclusão não se resume apenas à presença física do aluno com deficiência na sala de aula; é necessário promover sua participação efetiva”.

O conceito de educação inclusiva está fundamentado em legislações importantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Segundo a LDB, a educação deve ser promovida em todos os níveis de ensino, assegurando que “o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996). É notório o compromisso do Estado em promover um ambiente escolar que acolha todos os estudantes, pelo menos no papel.

No entanto, a implementação da educação inclusiva enfrenta diversos desafios. Um dos principais obstáculos é a formação inadequada dos professores. Muitas vezes, os educadores não estão preparados para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Como destaca Mantoan (2003);

“a formação inicial e continuada dos professores é uma condição essencial para a efetivação da inclusão”.

É imprescindível que os profissionais da educação recebam capacitação adequada para desenvolver práticas pedagógicas que respeitem as particularidades de cada estudante.

Além disso, as escolas frequentemente carecem de recursos materiais e humanos suficientes para atender às demandas da inclusão. Isso pode resultar na marginalização de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, que acabam sendo colocados em salas especiais ou excluídos do convívio social. Conforme afirma Silva (2010), “a inclusão se torna um discurso vazio se não houver investimentos adequados na formação dos profissionais e na infraestrutura das escolas”.

Outro aspecto importante é o envolvimento das famílias no processo educativo. A participação ativa dos pais é fundamental para o sucesso da inclusão. Quando as famílias se sentem apoiadas e informadas sobre os direitos e recursos disponíveis, elas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento acadêmico e social de seus filhos. A colaboração entre escola e família deve ser incentivada por meio de reuniões, oficinas e atividades conjuntas.

Por fim, é essencial promover uma cultura de respeito à diversidade dentro das instituições escolares. Isso envolve não apenas a aceitação das diferenças, mas também a celebração delas. A escola deve ser um espaço onde todos se sintam valorizados e tenham oportunidades iguais de aprendizado.

“a construção de uma escola inclusiva passa pela transformação das relações interpessoais e pela promoção do respeito mútuo” Pacheco (2015).



Em suma, a educação inclusiva no Brasil é um processo contínuo que requer comprometimento por parte do governo, das escolas, dos professores e das famílias. É necessário superar barreiras estruturais e culturais para que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Ao promover um ambiente educacional inclusivo, estamos não apenas cumprindo uma obrigação legal, mas também contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

4.2 Desafios na Educação

No contexto educacional, as crianças com autismo enfrentam uma série de desafios que podem impactar seu aprendizado e desenvolvimento. A inclusão dessas crianças nas escolas regulares é um direito garantido pela legislação brasileira, mas a efetivação desse direito requer compreensão e suporte adequados por parte de educadores, famílias e da sociedade como um todo. A inclusão de alunos com TEA em escolas regulares é garantida pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), mas o sistema educacional ainda enfrenta dificuldades para implementá-la efetivamente.

Um dos principais desafios enfrentados por alunos com autismo na educação é a comunicação. Muitas crianças com TEA têm dificuldades em se expressar verbalmente e podem usar formas alternativas de comunicação, como gestos ou sistemas de comunicação aumentativa. Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2013),

“as dificuldades na comunicação podem dificultar a capacidade do indivíduo de interagir socialmente e de compreender normas sociais”.

Essa barreira pode levar ao isolamento social e à frustração tanto para os alunos quanto para os professores, que muitas vezes não sabem como se comunicar efetivamente com esses estudantes.

Além das dificuldades na comunicação, as crianças com autismo frequentemente apresentam comportamentos repetitivos e interesses restritos, o que pode ser desafiador em um ambiente escolar. Como destaca a psicóloga Ana Beatriz Barbosa Silva (2010), “é comum que essas crianças se sintam sobrecarregadas em ambientes com muitos estímulos ou mudanças inesperadas”. A adaptação do ambiente escolar para minimizar distrações e proporcionar previsibilidade é fundamental para ajudar esses alunos a se sentirem seguros e confortáveis. Outro aspecto importante é a necessidade de personalização do ensino. Cada criança com autismo apresenta um perfil único de habilidades e dificuldades. Portanto, as estratégias pedagógicas devem ser individualizadas para atender às necessidades específicas de cada aluno. O especialista em educação inclusiva, José Carlos de Almeida (2015), afirma que;

“a personalização do ensino é uma condição essencial para que os alunos com TEA possam desenvolver seu potencial máximo”. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, atividades práticas e intervenções comportamentais que ajudem na aprendizagem.

A formação dos professores também é um fator crítico para o sucesso da inclusão educacional de alunos com autismo. Muitas vezes, os educadores não recebem a preparação adequada para lidar com as especificidades do TEA. Conforme aponta Mantoan (2003), “a formação continuada dos profissionais da educação é vital para que eles possam desen-

volver habilidades necessárias para atender à diversidade em sala de aula”. A capacitação deve incluir não apenas o conhecimento sobre o transtorno em si, mas também sobre estratégias pedagógicas inclusivas e abordagens comportamentais.

Outro desafio significativo é a resistência por parte das escolas em aceitar a inclusão plena de alunos com autismo. Algumas instituições ainda mantêm uma visão tradicional da educação, acreditando que alunos com necessidades especiais devem ser atendidos em salas especiais ou escolas exclusivas. Essa visão contraria o princípio da inclusão, que defende que todos os estudantes devem ter acesso à educação no mesmo ambiente escolar. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), “a inclusão deve ser promovida em todos os níveis educacionais”, reforçando o direito das pessoas com deficiência à educação regular.

Nesse contexto, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2006b), a Educação Especial é assegurada em todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, oferecendo o apoio necessário para a prática educacional inclusiva. As Diretrizes Nacionais para Educação Especial, ainda levantam a seguinte discussão:

[...] A escola regular de qualquer nível ou modalidade de ensino, ao viabilizar a inclusão de alunos com necessidades especiais, deverá promover a organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado [...] 4.1 – Na organização das classes comuns, faz-se necessário prever: a) professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (Brasil, 2001, p.46,47) [...]

Muitos professores não têm formação específica para lidar com o TEA, e as escolas não oferecem adaptações curriculares adequadas. A maioria dos professores não é treinada para reconhecer e trabalhar com as particularidades do TEA, o que pode gerar frustração tanto para os docentes quanto para os alunos. Muitas instituições carecem de recursos físicos e pedagógicos necessários, como salas de apoio e materiais adaptados. O ambiente escolar é desafiador para crianças e jovens com TEA, que, devido às dificuldades de socialização, podem se sentir excluídos e sem apoio.

A sociedade contemporânea apresenta desafios de inclusão, especialmente para pessoas que possuem características que fogem dos padrões convencionais. Para indivíduos com TEA, a socialização é um aspecto particularmente sensível, pois envolve comportamentos que podem ser mal interpretados, levando ao isolamento. Entre os desafios sociais enfrentados estão:

- Estigma e preconceito: A falta de conhecimento sobre o autismo gera preconceitos e comportamentos excludentes. Dificuldades na formação de amizades: Pessoas com TEA, em razão de suas particularidades, têm dificuldade em formar laços de amizade e interagir socialmente de forma intuitiva.
- Sensibilidade sensorial: Situações que envolvem muitos estímulos, como eventos sociais, podem se tornar estressantes e até prejudiciais, aumentando o isolamento.

Além disso, o apoio familiar é crucial no processo educativo das crianças com autismo. As famílias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dessas crianças e precisam ser envolvidas nas decisões educacionais. Quando as famílias estão bem-informadas sobre os direitos e recursos disponíveis, elas podem colaborar efetivamente com as escolas para garantir que seus filhos recebam o suporte necessário. Como afirma a psicó-

loga Maria Teresa Eglér Mantoan (2011), “a parceria entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão escolar”.

Por fim, é importante ressaltar que a sensibilização da comunidade escolar como um todo é vital para criar um ambiente acolhedor e respeitoso. O preconceito e a falta de informação podem levar à exclusão social das crianças com autismo dentro das escolas. Iniciativas que promovem a conscientização sobre o TEA entre alunos, professores e funcionários são fundamentais para cultivar uma cultura de respeito à diversidade.

Em suma, os desafios enfrentados por alunos com autismo na educação são múltiplos e complexos. Para superá-los, é necessário um esforço conjunto entre educadores, familiares e toda a sociedade. A promoção da inclusão requer formação adequada dos profissionais da educação, adaptação do ambiente escolar e sensibilização sobre as particularidades do Transtorno do Espectro Autista. Com essas medidas, podemos garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver seu potencial pleno.

4.3 Desafios no Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho apresenta diversos desafios para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses desafios podem ser tanto estruturais quanto sociais, e impactam a inclusão e a permanência dessas pessoas no ambiente profissional. O diagnóstico precoce e o tratamento adequado são essenciais para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e socialização de uma pessoa com TEA. No entanto, em muitos países, incluindo o Brasil, o acesso aos serviços de saúde é limitado, especialmente para as famílias de baixa renda. Pessoas com TEA enfrentam preconceitos que limitam suas oportunidades de emprego. Como afirma a psicóloga e pesquisadora Dr.^a Lúcia M. R. Almeida: “O preconceito em relação ao autismo ainda é uma barreira significativa que impede a inclusão efetiva no mercado de trabalho.”

A falta de adaptações no ambiente de trabalho também pode dificultar a performance das pessoas com TEA. Segundo o relatório da Organização Mundial da Saúde, “Ambientes inclusivos são fundamentais para que indivíduos com TEA possam demonstrar seu potencial e contribuir significativamente.” Outro desafio é a comunicação pode ser um grande desafio para muitos indivíduos com TEA, impactando sua interação com colegas e supervisores.

As dificuldades na comunicação social podem levar ao isolamento no local de trabalho, prejudicando as relações interpessoais. A falta de compreensão em muitas empresas não possui conhecimento adequado sobre o que é o TEA e como lidar com as particularidades dessas pessoas. O Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA resalta que “a formação sobre autismo nas empresas é crucial para promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo.”

Enfim essa transição para o mercado de trabalho pode ser difícil, e muitos indivíduos com TEA enfrentam dificuldades em manter seus empregos devido à falta de suporte contínuo. De acordo com a pesquisa realizada pela Autism Speaks, “aproximadamente 85% das pessoas com autismo estão desempregadas ou subempregadas, evidenciando a necessidade urgente de programas de apoio.” Esses desafios ressaltam a importância de iniciativas que promovam a inclusão e o entendimento sobre o TEA nas empresas, além da necessidade de políticas públicas que garantam oportunidades justas e equitativas para todos os trabalhadores.

5. ACESSO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

O diagnóstico precoce do TEA é fundamental, pois permite intervenções mais eficazes que podem melhorar significativamente o desenvolvimento da criança. No entanto, muitos pais enfrentam dificuldades para obter um diagnóstico adequado. Segundo a Dra. Rita L. S. de Oliveira, especialista em psiquiatria infantil: “O tempo médio para o diagnóstico do autismo ainda é alarmantemente longo, muitas vezes excedendo os três anos após os primeiros sinais serem notados pelos pais.”

Além disso, a falta de profissionais qualificados em algumas regiões pode atrasar ainda mais o diagnóstico. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que “a escassez de profissionais treinados em saúde mental e desenvolvimento infantil é uma barreira crítica na detecção precoce do autismo.” Essa situação é especialmente preocupante em áreas rurais ou em países em desenvolvimento, onde o acesso a serviços de saúde é limitado.

Após o diagnóstico, o acesso ao tratamento e às intervenções adequadas é essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA. As intervenções podem incluir terapias comportamentais, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Contudo, a disponibilidade desses serviços varia amplamente. De acordo com um estudo da Autism Speaks, “apenas 14% das crianças com TEA recebem os serviços de intervenção necessários dentro dos primeiros 12 meses após o diagnóstico.” Essa lacuna no acesso aos tratamentos pode ser atribuída a fatores como custos elevados, falta de cobertura por planos de saúde e a complexidade dos sistemas de saúde.

A conscientização sobre o autismo também desempenha um papel vital no acesso ao diagnóstico e tratamento. Muitas vezes, os mitos e preconceitos associados ao autismo podem levar à estigmatização das pessoas afetadas e suas famílias. O Dr. Stephen Shore, um defensor do autismo e especialista no tema, afirma: “A educação pública sobre o autismo é essencial para desmistificar preconceitos e promover uma maior aceitação nas comunidades.” Programas comunitários que oferecem informações sobre TEA podem ajudar a aumentar a conscientização e facilitar o acesso aos serviços necessários. A colaboração entre escolas, profissionais de saúde e organizações comunitárias é fundamental para criar redes de apoio.

O acesso ao diagnóstico e tratamento do autismo é uma questão complexa que envolve múltiplas camadas sociais, econômicas e educacionais. Para garantir que todas as pessoas com TEA recebam os cuidados adequados desde cedo, é necessário um esforço conjunto entre governos, profissionais de saúde e sociedade civil. Como conclui a Dra. Lúcia M. R. Almeida: “Somente através da união de esforços podemos construir um sistema que não apenas diagnostique precocemente o autismo, mas também ofereça suporte contínuo às famílias.” A luta pela equidade no acesso ao diagnóstico e tratamento do autismo deve ser uma prioridade em todas as sociedades comprometidas com a inclusão e o bem-estar de todos os seus cidadãos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Ao longo deste trabalho, exploramos diversas facetas do autismo, incluindo suas características, desafios enfrentados por indivíduos e famílias, e a importância de um diagnóstico e tratamento adequados. A compreensão do autismo é fundamental não apenas para a promoção de uma sociedade mais inclusiva, mas também para garantir que aqueles afetados tenham acesso a recursos e apoio necessários.



Um dos pontos centrais discutidos foi a importância do diagnóstico precoce. O tempo médio para o diagnóstico do autismo ainda é alarmantemente longo, muitas vezes excedendo os três anos após os primeiros sinais serem notados pelos pais. Essa demora pode ter consequências significativas no desenvolvimento da criança, tornando essencial que os profissionais de saúde estejam capacitados para identificar os sinais iniciais do TEA.

Além disso, abordamos as barreiras que muitas famílias enfrentam ao buscar tratamento. A escassez de profissionais qualificados em algumas regiões é um desafio significativo. A OMS destaca que “a escassez de profissionais treinados em saúde mental e desenvolvimento infantil é uma barreira crítica na detecção precoce do autismo.” Essa falta de recursos humanos pode levar a um ciclo vicioso onde a falta de diagnóstico resulta em atrasos nas intervenções necessárias.

O acesso ao tratamento adequado é outra questão crucial. Muitas terapias eficazes para o TEA, como a terapia ocupacional e as intervenções comportamentais, podem ser caras e nem sempre são cobertas por planos de saúde. Isso cria uma desigualdade que prejudica especialmente as famílias de baixa renda, que já enfrentam dificuldades financeiras. A educação pública sobre o autismo é essencial para desmistificar preconceitos e promover uma maior aceitação nas comunidades. A falta de conhecimento sobre o TEA pode levar à estigmatização das pessoas afetadas, dificultando sua inclusão social e acesso a oportunidades educacionais e profissionais.

Por fim, enfatizamos que a construção de uma sociedade mais inclusiva requer um esforço conjunto entre governos, profissionais de saúde e comunidade em geral. A realidade enfrentada por pessoas com Transtorno do Espectro Autista na contemporaneidade é complexa e multifacetada. Este estudo identificou que, apesar dos avanços no entendimento e na ampliação do diagnóstico, ainda são necessárias mudanças estruturais na educação, mercado de trabalho e políticas de saúde para assegurar que essas pessoas possam ter uma vida plena e integrada. É essencial que a sociedade, juntamente com o governo, trabalhe para superar os obstáculos identificados, promovendo um ambiente de inclusão e respeito à diversidade. A inclusão do autismo em todas as esferas sociais não é apenas uma questão de direitos, mas também um avanço para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

Em síntese, o autismo é uma condição que demanda atenção e ação coletivas. É imperativo que continuemos a trabalhar pela conscientização e pelo acesso equitativo ao diagnóstico e tratamento para todos os indivíduos com TEA. Somente assim seremos capazes de promover um futuro em que cada pessoa com autismo possa viver plenamente suas potencialidades em uma sociedade que valoriza a diversidade e a inclusão.

REFERÊNCIAS

Almeida, J.C. (2015). **Educação Inclusiva: A prática pedagógica.**

APA (1994). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (4th ed.). American Psychiatric Association. Asperger, H. (1944). Die “Autistischen Psychopathen” im Kindesalter.

APA (2013). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (5th ed.). American Psychiatric Association.

Associação Americana de Psiquiatria. (2013). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5.

Baron-Cohen, S., Leslie, A. M., & Frith, U. (2001). **Does the autistic child have a “theory of mind”? Cognition**, 21(1), 37-46.

- Brasil. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146/2015).
- Brasil. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
- CDC (2007). **Prevalence of Autism Spectrum Disorders — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network**. Rutter, M. (1970). Autistic children: A longitudinal study of development.
- CDC (2020). **Data & Statistics on Autism Spectrum Disorder**.
- Kanner, L. (1943). **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*.
- Lima, L., et al. (2019). **“Desafios da Formação Docente para a Educação Inclusiva”**. Revista Brasileira de Educação Especial.
- Mantoan, M.T.E. (2003). **A inclusão escolar: o que é? Como fazer?**
- Mantoan, M.T.E. (2011). **Inclusão Escolar: Uma abordagem prática**.
- Mantoan, M.T.T. (2003). **“Inclusão Escolar: O Que é? Por Quê? Como Fazer?”**. São Paulo: Editora Moderna.
- OMS (2021). **Autism Spectrum Disorders**.
- ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2006).
- Pereira, R.M.C. (2020). “Metodologias Ativas na Educação Inclusiva”. Revista Brasileira de Ensino.
- Silva, A.B.B. (2010). **Autismo: Como lidar**.
- Silva, A.L.F. (2010). **Educação inclusiva: desafios atuais**. Pacheco, J.M.N. (2015). Diversidade na escola: desafios da inclusão.
- Taylor LE et al. (2014). **Vaccines are not associated with autism: An evidence-based meta-analysis of case-control and cohort studies**.

28

**ÉTICA E SOCIO DIVERSIDADE:
OS CUIDADOS PRESTADOS PELA
ENFERMAGEM ÀS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Kethyllyn Karine Dos Santos Da Silva¹

Lívia Adrielle Silva Rolim¹

Marcelo Augusto Amorim Rabelo¹

Maria Eduarda Da Silva¹

Maria Eduarda Leal Oliveira¹

Marina Cristina Rocha Freitas¹

Matheus Lima Belarmino¹

Maysa Railene Monteiro Frazão¹

Paulo Matheus Batista Costa¹

Richard Lhorann Ferreira Moraes¹

Samantha Costa Borgneth¹

Samira Fernanda Serra Fonseca¹

Talyson Henrique Da Silva Ferreira¹

Wanderlucia De O. M. Dos Santos¹

Daniel Ruan Alves Reis²

¹ Enfermagem pela Faculdade EDUFOR – São Luís – MA

² Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade EDUFOR – São Luís - MA

Resumo

O presente artigo aborda a relevância da ética e da diversidade social nos cuidados de enfermagem direcionados a pessoas em situação de rua. Tendo como objetivo uma análise da literatura sobre a ética dos profissionais de enfermagem na assistência a pessoas em situação de rua, com o intuito de promover a prestação de cuidados qualificados e humanizados a essa população específica. Foram utilizados livros, revistas e artigos de diversos autores como: Natalino (2022); Brasil (2023), Koopmans (2019), entre outros. A pesquisa evidencia as dificuldades enfrentadas por essa população, como estigmas, escassez de recursos e a falta de políticas públicas adequadas, que limitam o acesso a cuidados de saúde. Ressalta-se a necessidade de uma abordagem humanizada por parte dos enfermeiros, que deve respeitar as particularidades culturais e sociais dos atendidos. Além disso, destaca a importância da formação contínua e da implementação de políticas que promovam um sistema de saúde mais justo e acessível. A escuta ativa e a valorização da sociodiversidade são apresentadas como essenciais para garantir a dignidade no atendimento.

Palavras-chave: enfermagem; ética; sociodiversidade.

Abstract

This article addresses the relevance of ethics and social diversity in nursing care for homeless people. The objective is to analyze the literature on the ethics of nursing professionals in assisting homeless people, with the aim of promoting the provision of qualified and humanized care to this specific population. Books, magazines and articles by various authors were used, such as: Natalino (2022); Brasil (2023), Koopmans (2019), among others. The research highlights the difficulties faced by this population, such as stigma, lack of resources and the lack of adequate public policies, which limit access to health care. The need for a humanized approach on the part of nurses is highlighted, which must respect the cultural and social particularities of those served. Furthermore, it highlights the importance of ongoing training and the implementation of policies that promote a fairer and more accessible healthcare system. Active listening and valuing sociodiversity are presented as essential to guarantee dignity in care.

Keywords: nursing; ethics; sociocultural diversity.



1. INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é um grupo de indivíduos que apresentam características comuns entre si, como a pobreza extrema, rompimento de alguns laços afetivos, falta de moradia tradicional regular. Esta população utiliza espaços públicos e áreas degradadas como moradia, temporárias ou permanentes (Costa, 2006). A comunidade não domiciliada teve um grande aumento no país. De acordo com pesquisas recentes, essa população cresceu 140% de 2012 a março de 2022, atingindo aproximadamente 222 mil indivíduos neste último ano (Natalino, 2022).

A enfermagem, como profissão essencial na saúde, deve realmente se aprofundar na compreensão das diversas realidades sociais e culturais dos pacientes. Isso implica não apenas em ter um conhecimento técnico, mas também em estar disposto a examinar e confrontar as próprias crenças e valores. Ao entender a cultura e as experiências de vida da pessoa a ser cuidado, o enfermeiro pode oferecer um atendimento mais humanizado e eficaz. Essa abordagem exige uma reflexão contínua sobre as próprias vivências e a formação profissional, buscando sempre ampliar a empatia e a conexão com o paciente. A prática da enfermagem deve, portanto, ser uma fusão de conhecimento técnico e sensibilidade cultural, promovendo uma relação de cuidado que respeite a individualidade e a história de cada pessoa. Essa visão holística é fundamental para a construção de um atendimento mais completo e adequado às necessidades de saúde da população (Campo *et al.*, 2022).

Em 2022, contabilizou 236.400 indivíduos em situação de rua podem ser encontradas em 64% das cidades brasileiras. Houve um aumento nos números de centro referência especializados para pessoas sem abrigo, aumento entre 2017 e 2020, atingindo um total de 246 unidades que prestam mais de 578 mil serviços. O cadastro único para programas sociais (Brasil, 2023).

A escolha deste tema se justifica pela necessidade urgente de uma abordagem humanizada e inclusiva na enfermagem, especialmente em relação a grupos marginalizados, como as pessoas em situação de rua. Esse contexto exige que os enfermeiros estejam preparados para enfrentar não apenas os aspectos biológicos da saúde, mas também as realidades sociais e culturais que influenciam o bem-estar dessas pessoas. Além disso, a promoção de uma prática ética que respeite a diversidade é fundamental para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a cuidados de saúde adequados e dignos.

O objetivo deste artigo é uma análise da literatura sobre a ética dos profissionais de enfermagem na assistência a pessoas em situação de rua, com o intuito de promover a prestação de cuidados qualificados e humanizados a essa população específica.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se sobre uma revisão da literatura, como análise de publicações existentes sobre a ética na enfermagem e a sócio diversidade. Esse método tem como finalidade organizar de forma sistemática e abrangente os resultados coletados em pesquisas sobre um determinado tema. Assim sendo, a realização dessa pesquisa partiu da seguinte pergunta norteadora: quais os cuidados prestados pela enfermagem às pessoas em situação de rua. Diante disso, os artigos foram coletados nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, cadastro único para programas sociais (CadÚnico) e Scientific electronic library online (SciELO), por meio das palavras chaves: “Cuidados de enfermagem”, “Pessoa em situação

de rua”, “Enfermagem”, utilizando o operador booleano “AND”.

Para seleção das fontes foram considerados como critérios de inclusão para a amostra desta pesquisa: Artigos e literatura, cuja sua publicação foi realizada no período de 2019 a 2023, no idioma português, e que foram atribuídos textos completos. Como critérios de exclusão: artigos que não disponibilizaram textos completos, que não favorecem o período de estudo e artigos em outro idioma.

Com base nessa pesquisa, os artigos selecionados foram examinados por meio de uma leitura exploratória de todo o material escolhido, como um todo, com o objetivo de avaliar a contribuição de cada estudo para o desenvolvimento da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cuidado de enfermagem para indivíduos em situação de rua é uma questão complexa que envolve a realização de múltiplos procedimentos. A dimensão ética, social, cultural e profissional deve ser igualmente valorizada. Por um lado, os indivíduos enfrentam a pressão da exclusão social, grande vulnerabilidade e restrições severas ao acesso aos serviços de saúde. Já os enfermeiros são solicitados a enfrentar essa abordagem e cultivar uma postura sensível, compassiva e inclusiva. Assim, os resultados deste estudo mostram que a enfermagem ao cuidar de indivíduos em situação de rua é fortemente influenciada pelo estigma social ligado a esse grupo, o que reforça estereótipos e preconceitos, dificultando a promoção da saúde e a formação de relações terapêuticas. Além disso, a escassez de recursos materiais, humanos e estruturais limita a habilidade dos enfermeiros de fornecer cuidados dignos e de qualidade e aumenta as dificuldades de acesso aos serviços de saúde para a população.

Outra questão importante citada é a falta de políticas públicas específicas e direcionadas para esse grupo, resultando em desafios para coordenar o atendimento entre os sistemas de saúde e redes de apoio social. A falta de planejamento de projetos adaptados às necessidades das pessoas em situação de rua prejudica a eficácia de diversas intervenções, sendo essencial que os profissionais de enfermagem enfrentem os desafios com criatividade e determinação em ambientes adversos (Kohara; Vieira, 2021).

Comumente, os indivíduos sem teto enfrentam obstáculos importantes ao receber cuidados de saúde, devido à falta de documentos, discriminação e à falta de informação sobre seus direitos de acesso ao SUS, ou que refletem preconceitos enraizados na sociedade e nas instituições. A situação cria um cenário complicado que dificulta o enfermeiro em estabelecer um vínculo eficaz e vital para o sucesso do cuidado. Do ponto de vista ético, o cuidado defende a adoção de uma abordagem comprometida com a promoção da justiça real e da igualdade, mesmo em situações de recursos limitados. Entretanto, é quase surpreendente que haja dilemas éticos devido à diferença significativa entre as necessidades de saúde e a capacidade disponível dos serviços de saúde. O respeito pela dignidade e pelos direitos de todos os seres humanos, sem levar em conta sua posição social ou econômica, pode ser visto como uma forma de superar essas barreiras.

Portanto, pode-se concluir que a abordagem centrada no indivíduo foi eficaz ao dar prioridade às estratégias de humanização, por meio da escuta ativa e do cuidado com as orientações relacionadas às particularidades culturais e histórico de vida. Esse fator não só ajuda a aumentar a adesão ao tratamento, mas também potencializa a relação de confiança com o paciente, tornando a percepção da internação para tratamento menos traumática. Finalmente, é fundamental considerar a importância da sociodiversidade para que

as práticas de enfermagem estejam de acordo com a realidade das pessoas em situação de rua. Entender e incluir elementos como tradições, fé e princípios culturais ajuda a melhorar a eficácia das iniciativas, tornando o serviço mais aberto, diversificado e relevante (Bezerra *et al.*, 2015).

A discussão realizada destacou a importância de tornar o cuidado de enfermagem às pessoas em situação de rua significativa, indo além do aspecto técnico-funcional e considerando as influências diretas das condições sociais e culturais em sua saúde. Isso representa um desafio significativo que requer do profissional não apenas habilidades técnicas, mas principalmente uma sensibilidade e empatia para entender as relações sociais que resultam em exclusão. Promover a igualdade na saúde é um princípio ético crucial na prática da enfermagem, especialmente ao atender grupos vulneráveis. É crucial lidar com os preconceitos e a discriminação que muitas vezes impedem a assistência às pessoas sem teto, a fim de alcançar esse objetivo. Isso exige que todos os envolvidos se comprometam fortemente a tratar cada pessoa com respeito, dignidade e igualdade, mesmo em situações difíceis e com poucos recursos disponíveis (Koopmans *et al.*, 2019).

O treinamento em enfermagem deve abranger aspectos que aumentem a conscientização sobre as necessidades especiais dos grupos vulneráveis. É fundamental que os enfermeiros tenham uma disciplina que trate de temas como diferenças sociais, ética e cuidado humano, para lidarem com os desafios do cuidado de pessoas em situação de rua. A formação constante e o suporte das instituições são fundamentais para que os profissionais atuem de maneira mais eficaz e eficiente, incentivando a inclusão e o respeito (Koopmans *et al.*, 2019).

É essencial criar políticas públicas para ampliar a variedade de serviços e cuidados oferecidos aos indivíduos em situação de rua. É preciso implementar uma abertura de clínicas de rua e uma união de serviços de diferentes áreas para garantir que as demandas dessas pessoas sejam atendidas de maneira contínua e eficiente. Os enfermeiros da comunidade são essenciais, pois combinam cuidados médicos com as necessidades dos grupos vulneráveis, promovendo cuidados próximos e humanizados. A ajuda dos seres humanos é uma tática necessária para vencer os obstáculos no acesso aos cuidados de saúde. Valorizando as pessoas, suas diferenças culturais e estilos de vida, os enfermeiros fornecem uma relação de confiança que melhora os cuidados de saúde e a conscientização sobre questões de saúde. Atitudes como ouvir com atenção e aceitar divergências são exemplos de ações que podem beneficiar os pacientes e o sistema de saúde.

4. CONCLUSÃO

Desde modo observa-se que o cuidado de enfermagem voltado às pessoas em situação de rua exige uma abordagem que transcenda os limites técnicos, priorizando a sensibilidade, a empatia e o compromisso ético. A complexidade da realidade vivida por essa população impõe desafios significativos aos profissionais de saúde, que precisam enfrentar barreiras como estigmas sociais, falta de recursos e ausência de políticas públicas específicas.

É essencial que a prática de enfermagem promova a humanização do atendimento, respeitando as singularidades culturais, sociais e históricas dos indivíduos. Além disso, a formação continuada dos enfermeiros e a implementação de políticas públicas inclusivas são pilares indispensáveis para a construção de um sistema de saúde mais justo e acessível.

A valorização da sociodiversidade e a escuta ativa contribuem para a ampliação do vínculo terapêutico, transformando o cuidado em uma ferramenta de inclusão e respeito à dignidade humana. Assim, reforça-se a importância de integrar conhecimento técnico, sensibilidade cultural e compromisso ético na busca por uma assistência que atenda de forma integral às necessidades dessa população marginalizada.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Iago Henrique Pinheiro *et al.* População em situação de rua: um olhar da enfermagem sobre o processo saúde/doença. **Enferm Revista**. v. 18, n. 1, p. 3-14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/9365>. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Cadastro único para Programas Sociais. **Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua**: Centro pop. Gov.br, 2023. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/Guia_Cadastramento_de_Pessoas_em_Situacao_de_Rua.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

CAMPOS, Ariane Graças de *et al.* Cuidados de enfermagem à população em situação de rua. In: ROCHA, Esron Soares Carvalho *et al.* (Org.). **Enfermagem no cuidado à saúde de populações em situação de vulnerabilidade**. Brasília, DF: Editora ABEn, 2022.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1-15, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/993>. Acesso em: 28 nov. 2024.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **Ausência de políticas públicas efetivas para população de rua**. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ausencia-de-politicas-publicas-efetivas-para-populacao-de-rua/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

KOOPMANS, Fernanda *et al.* Living on the streets: an integrative review about the care for homeless people. **Rev Bras Enferm**, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0653>. Acesso em: 26 de nov. 2024.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) [Nota Técnica]**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. 20 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 22 jul. 2022.



29

MASSAGEM TERAPÊUTICA NA TENSÃO MUSCULAR

Evelyn Patricia Sousa dos Santos¹

Maria do Carmo Sodré¹

Valeska Lopes Machado¹

Ilithia Rieche Pontes²

Ildoana Paz Oliveira³

1 Estética e Cosmética. Instituto Florence de Ensino Superior

2 Orientadora especialista do Instituto Florence de Ensino Superior

3 Professora Doutora, do Curso de Estética e Cosmética, Instituto Florence de Ensino Superior

Resumo

A tensão muscular, prevalente em diversas populações, está frequentemente associada ao estresse, má postura e hábitos sedentários, impactando negativamente a qualidade de vida. A massagem terapêutica surge como uma intervenção eficaz para aliviar a dor, reduzir a rigidez muscular e promover relaxamento. Este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia da massagem terapêutica na redução da tensão muscular. Esta revisão de literatura analisou 12 estudos recentes, evidenciando benefícios físicos, como melhora da circulação, flexibilidade muscular e redução da inflamação, além de impactos psicológicos positivos, como diminuição do estresse e promoção do bem-estar emocional. Apesar de limitações relacionadas à heterogeneidade metodológica e à falta de padronização nos protocolos de massagem, os achados reforçam o potencial dessa prática no manejo de condições musculoesqueléticas. Conclui-se que a massoterapia pode ser integrada a tratamentos convencionais como uma abordagem complementar, contribuindo para o alívio da tensão muscular e a melhoria da qualidade de vida, com recomendações para futuras pesquisas que consolidem seus benefícios e ampliem sua aplicabilidade clínica.

Palavras-chave: Massagem Terapêutica. Tensão Muscular. Dor Musculoesquelética. Intervenções Não Farmacológicas.

Abstract

Muscle tension, prevalent in various populations, is often associated with stress, poor posture, and sedentary habits, negatively impacting quality of life. Therapeutic massage emerges as an effective intervention to relieve pain, reduce muscle stiffness, and promote relaxation. This study aims to evaluate the effectiveness of therapeutic massage in reducing muscle tension. This literature review analyzed 12 recent studies, highlighting physical benefits such as improved circulation, muscle flexibility, and reduced inflammation, as well as positive psychological impacts, including stress reduction and emotional well-being. Despite limitations related to methodological heterogeneity and a lack of standardization in massage protocols, the findings reinforce the potential of this practice in managing musculoskeletal conditions. It is concluded that massage therapy can be integrated into conventional treatments as a complementary approach, contributing to muscle tension relief and improved quality of life, with recommendations for future research to consolidate its benefits and expand its clinical applicability.

Keywords: Therapeutic Massage. Muscle Tension. Musculoskeletal Pain. Non-Pharmacological Interventions.



1. INTRODUÇÃO

A tensão muscular é uma condição prevalente que afeta muitas pessoas, sendo frequentemente associada ao estresse cotidiano, má postura e sedentarismo. No contexto atual, onde a vida moderna impõe ritmos acelerados e pressões constantes, a incidência de problemas musculares tem aumentado, resultando em desconforto físico e limitações na qualidade de vida. Diversos fatores contribuem para essa situação, como o ambiente de trabalho, a falta de atividade física e hábitos de vida pouco saudáveis (SILVA *et al.*, 2022).

Além disso, a tensão muscular não afeta apenas o bem-estar físico, mas também pode repercutir em aspectos emocionais e sociais, levando a um ciclo de estresse e desconforto que pode ser difícil de romper. Nesse sentido, a massagem terapêutica tem sido considerada uma abordagem eficaz para aliviar a tensão muscular, promovendo relaxamento e bem-estar (MORASKA *et al.*, 2010).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, 21,1% dos adultos brasileiros relataram problemas crônicos relacionados à coluna, como dor nas costas ou no pescoço. Esses números evidenciam a alta prevalência de condições associadas à tensão muscular e ressaltam a urgência de intervenções eficazes para seu manejo. Nesse contexto, a busca por métodos não farmacológicos tem crescido significativamente, e a massagem terapêutica se destaca como uma das abordagens mais adotadas (BRASIL, 2020).

A massagem terapêutica envolve a manipulação dos tecidos moles do corpo com o objetivo de promover o relaxamento, melhorar a circulação sanguínea e reduzir a rigidez muscular. A literatura científica tem demonstrado que essa prática oferece benefícios tanto físicos quanto psicológicos. Estudos indicam que a massagem pode aliviar dores musculares e está associada à redução dos níveis de cortisol, um hormônio relacionado ao estresse, contribuindo assim para o controle da tensão muscular (GOMES *et al.*, 2018).

Apesar do crescente reconhecimento da eficácia da massagem terapêutica, ainda há uma necessidade premente de investigações adicionais que validem seus efeitos de forma consistente. A variabilidade nas técnicas utilizadas e nas condições clínicas dos pacientes torna difícil a generalização dos resultados obtidos até o momento (CAGNASSI *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, surge a questão norteadora: Como a massagem terapêutica pode influenciar a redução da tensão muscular e melhorar a qualidade de vida dos pacientes? Justifica-se este estudo pela relevância do tema, uma vez que a massagem terapêutica, ao ser reconhecida como uma técnica benéfica, pode fornecer alternativas eficazes para o manejo da tensão muscular, contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar dos indivíduos. O entendimento dos mecanismos e benefícios da massagem pode não apenas embasar práticas clínicas, mas também informar os pacientes sobre opções de tratamento para suas condições musculares (ANDRADE *et al.*, 2020).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Avaliar a eficácia da massagem terapêutica no alívio da tensão muscular, analisando seus efeitos na dor, na flexibilidade muscular e no bem-estar geral dos pacientes.

2.2 Objetivos específicos

- Analisar os efeitos da massagem terapêutica na redução da dor musculoesquelética em pacientes com tensão muscular.;
- Investigar a relação entre a massagem terapêutica e a melhoria da flexibilidade muscular.
- Examinar a relação entre a massagem terapêutica e a qualidade de vida percebida pelos pacientes.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura, desenvolvida em seis etapas. A abordagem metodológica permitirá analisar o objetivo do estudo sob a perspectiva de diversos autores sobre a massagem terapêutica e a tensão muscular, promovendo reflexões significativas que podem impactar a prática clínica. As etapas são descritas a seguir:

- Etapa 01: Elaboração da pergunta norteadora: A questão que guia esta pesquisa é: Como a massagem terapêutica pode influenciar a redução da tensão muscular e melhorar a qualidade de vida dos pacientes?
- Etapa 02: Busca da literatura: A identificação dos artigos foi realizada em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Foram selecionados artigos publicados entre 2016 e 2023 que contemplassem os descritores no título e resumo. Para a busca, utilizou-se o cruzamento dos seguintes descritores: “massagem terapêutica”, “tensão muscular”, “dor musculoesquelética” e “intervenções não farmacológicas”.
- Etapa 03: Coleta de dados: A coleta de dados foi realizada entre outubro a novembro de 2024. Os dados foram analisados e interpretados para entender as respostas aos objetivos deste estudo. Inicialmente, foi realizada uma pré-análise, incluindo uma leitura ampla do material, seguida de uma leitura mais detalhada para agrupar as ideias centrais e as conclusões dos artigos selecionados, utilizando o Microsoft Office para organizar as informações.
- Etapa 04: Avaliação dos estudos selecionados: A avaliação dos estudos foi feita com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Os critérios de inclusão para esta pesquisa foram: artigos completos, publicados entre 2016 e 2024, em português ou inglês, que tratem diretamente dos efeitos da massagem terapêutica na redução da tensão muscular e na melhoria da qualidade de vida. Foram excluídos artigos incompletos, que não abordaram especificamente a temática proposta, que não estavam disponíveis integralmente e/ou que não atenderam aos critérios de relevância e qualidade necessários para a pesquisa. A seleção dos artigos foi realizada após a conclusão da busca nas bases de dados.
- Etapa 05: Interpretação dos resultados: Após a leitura repetida dos resumos selecionados, foram extraídos aqueles que abordavam a massagem terapêutica e sua relação com a tensão muscular. Inicialmente, foram encontrados 16 artigos, que passaram pela leitura de títulos e resumos. Após essa triagem, 13 artigos foram pré-selecionados para leitura completa. Após análise detalhada, foram selecionados os artigos que mais se alinharam ao objetivo da pesquisa, resultando em uma



amostra final de 12 artigos.

- Etapa 06: Síntese do conhecimento: A síntese dos artigos analisados foi realizada por meio de uma leitura detalhada do material selecionado, permitindo organizar as informações de forma clara e acessível. As evidências foram agrupadas e estruturadas em quadros, facilitando a visualização e compreensão dos dados coletados. Esse processo permitiu identificar padrões, consolidar os principais achados e destacar os impactos da massoterapia na redução da tensão muscular, bem como suas implicações na melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

4. A MASSAGEM TERAPÊUTICA E SUAS FUNCIONALIDADES

A massagem terapêutica é uma prática milenar que tem sido utilizada em diversas culturas ao longo da história, incluindo a Grécia, China, Roma, Índia e Japão. A origem do termo “massagem” remonta ao grego “masso, ” que significa “amassar. ” A massagem é reconhecida como uma técnica eficaz para promover o bem-estar físico e emocional, aliviando tensões e dores musculares (CASSAR, 2001). Estudos mostram que a massoterapia não apenas melhora a circulação sanguínea e linfática, mas também contribui para a redução do estresse e da ansiedade (COUTO *et al.*, 2023).

Esse processo abrange os tecidos musculares, a partir da ação entre os principais músculos: esqueléticos, cardíacos e lisos. Como os músculos são tecidos contráteis composto por fibras musculares que se contraem e relaxam para gerar o movimento, a massagem terapêutica torna-se uma ferramenta essencial para o alcance deste relaxamento, uma vez que sua prática contribui para aliviar a rigidez e diminuição da tensão dos músculos. Os músculos esqueléticos são responsáveis pelo movimento voluntário e estão diretamente relacionados à tensão muscular. (TORTORA *et al.*, 2019; NETTER, 2020)

4.1 Fisiologia e Fisiopatologia muscular da Dor

A fisiologia muscular envolve o estudo dos mecanismos de contração e relaxamento das fibras musculares. Durante a massagem terapêutica ocorre uma estimulação das fibras musculares que promove a liberação de neurotransmissores como endorfinas, responsáveis pela sensação de bem-estar (KANDELER *et al.*, 2019). Além disso, a massagem aumenta o fluxo sanguíneo para os músculos, facilitando a entrega de oxigênio e nutrientes essenciais para a recuperação muscular (GUYTON *et al.*, 2020).

Já a dor muscular é uma resposta comum a diversos fatores, incluindo estresse físico e emocional. A tensão acumulada nos músculos pode resultar em dor crônica, afetando significativamente a qualidade de vida dos indivíduos. A massagem terapêutica se mostra eficaz na redução da dor muscular ao estimular a circulação sanguínea e promover o relaxamento das fibras musculares (FARIAS *et al.*, 2020).

Na literatura científica, são vastas as abordagens sobre os efeitos fisiológicos da massagem terapêutica, na qual, a prática não apenas alivia a tensão muscular, mas também melhora a circulação arterial e venosa, estimula a atividade metabólica intersticial e promove a eliminação de toxinas acumuladas nos músculos. Além disso, estudos indicam que a massagem pode reduzir os níveis de cortisol, um hormônio associado ao estresse, contribuindo para um estado geral de relaxamento e bem-estar (COUTO *et al.*, 2023).

Diversas técnicas de massagem terapêutica podem ser aplicadas para tratar a tensão

muscular. Entre elas estão:

- **Massagem Relaxante:** Utiliza movimentos suaves para promover relaxamento e alívio da tensão.
- **Shiatsu:** Técnica oriental que aplica pressão em pontos específicos do corpo para reequilibrar as energias internas.
- **Massagem com Pedras Quentes:** Utiliza pedras aquecidas para aumentar o fluxo sanguíneo local e proporcionar relaxamento profundo.

Essas abordagens demonstram que a massoterapia pode ser uma alternativa eficaz no manejo da tensão muscular e na promoção do bem-estar geral (PEREIRA *et al.*, 2020).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados identificaram relevantes contribuições em relação a massagem terapêutica e sua eficácia na redução da tensão muscular, no alívio da dor e na melhoria da qualidade de vida. A análise criteriosa desses estudos possibilitou uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema, colaborando de maneira significativa para o avanço do conhecimento na área de Reabilitação em Saúde Humana.

Os achados mais relevantes dos artigos foram sistematizados no Quadro 1, oferecendo uma síntese clara e organizada das evidências disponíveis sobre o tema.

Quadro 1 – Principais achados sobre a eficácia da massagem terapêutica na redução da tensão muscular

Título/Tema	Autor	Ano	Objetivo	Resultados
Massagem terapêutica para crianças e adolescentes: uma revisão da literatura.	Field T.	2019	Revisar os efeitos da massagem em crianças e adolescentes.	O artigo destaca benefícios físicos e emocionais da massagem em jovens, incluindo redução da dor e melhora no bem-estar geral.
Efeitos da massagem terapêutica na dor muscular e tensão: uma revisão sistemática.	Cruz-Montecinos J, et al.	2019	Analisar a eficácia da massagem terapêutica na dor e tensão muscular.	A revisão sistemática concluiu que a massagem terapêutica é eficaz na redução da dor muscular e tensão, promovendo relaxamento e bem-estar.
O impacto da massagem terapêutica no estresse e ansiedade: uma meta-análise.	Soares R, et al.	2021	Meta-analisar os efeitos da massagem na redução do estresse e ansiedade.	O estudo demonstrou que a massagem reduz significativamente os níveis de estresse e ansiedade em diversas populações.
Massagem terapêutica para o tratamento da síndrome da dor miofascial: uma revisão sistemática.	Moore A, et al.	2021	Investigar a eficácia da massagem no tratamento da síndrome da dor miofascial.	A revisão revelou que a massagem é uma intervenção eficaz para o alívio da dor associada à síndrome miofascial.

Princípios de Anatomia e Fisiologia.	Tortora GJ, et al.	2019	Fornecer uma base sobre anatomia muscular essencial para entender os efeitos da massagem.	O livro oferece uma visão abrangente sobre a anatomia muscular, fundamental para compreender como a massagem afeta os músculos e tecidos moles do corpo humano.
Tratado de Fisiologia Médica.	Guyton AC, et al.	2020	Abordar a fisiologia dos músculos e sua relação com intervenções terapêuticas como a massagem.	Este livro é uma referência importante que discute como as intervenções fisiológicas podem influenciar a função muscular durante a massoterapia.
Dor muscular: mecanismos e manejo.	Kasper DL, et al.	2022	Discutir causas da dor muscular e opções de manejo incluindo massagem terapêutica.	O artigo detalha as causas da dor muscular e apresenta a massagem como uma opção eficaz no manejo dessa condição.
O papel da massagem terapêutica no manejo da dor: uma revisão da literatura.	Barnes PM, et al.	2021	Explorar como a massagem pode ser utilizada no gerenciamento da dor.	A revisão destacou que a massagem é uma técnica valiosa no controle da dor crônica e aguda, com evidências apoiando sua eficácia em diferentes contextos clínicos.
A massagem reduz o estresse e melhora a função imunológica em crianças com asma.	Field T, et al.	2016	Investigar os efeitos da massagem em crianças com asma focando na redução do estresse.	O estudo mostrou que a massagem não apenas reduz o estresse em crianças com asma, mas também melhora sua função imunológica geral.
Efeito imediato da quick massage sobre a tensão muscular e o limiar de tolerância à dor à pressão.	Simão S, et al.	2021	Verificar os benefícios da quick massage sobre tensão muscular e limiar de tolerância à dor à pressão.	O estudo evidenciou que uma única sessão de quick massage reduziu significativamente a percepção de tensão muscular nos participantes; no entanto, não houve alteração significativa no limiar de tolerância à dor à pressão após a intervenção.
Avaliando a eficácia da terapia de massagem para tratar dores musculoesqueléticas: uma revisão sistemática.	García M, et al.	2018	Focar na eficácia da massagem para tratar dores musculoesqueléticas.	Uma revisão sistemática que concluiu que a massoterapia é uma intervenção válida para o manejo das dores musculoesqueléticas, mostrando resultados positivos na redução das queixas dos pacientes.
Massagem terapêutica para o tratamento da dor crônica: uma revisão sistemática e meta-análise.	Pohlman KA, et al.	2023	Analisar a eficácia da massagem no tratamento de dores crônicas através de revisão sistemática.	A revisão sistemática confirmou que a massagem é eficaz no tratamento de dores crônicas, proporcionando alívio significativo aos pacientes com diferentes condições musculoesqueléticas.

Fonte: Autores. 2024

Em geral, os artigos indicam que a massoterapia relaxante é uma abordagem eficaz para o alívio da dor e a redução da tensão muscular. Os estudos evidenciam benefícios significativos tanto em condições agudas quanto crônicas, corroborando as conclusões existentes na literatura.

Sob o olhar de Soares *et al.* (2021) e Moore *et al.* (2021), seus estudos revelam que a massagem terapêutica promove o relaxamento muscular, melhora a circulação sanguínea e reduz a inflamação nos tecidos musculares. Esses efeitos fisiológicos combinados contribuem diretamente para a melhora da qualidade de vida dos pacientes com condições musculoesqueléticas. Já na revisão sistemática de Cruz-Montecinos *et al.* (2019) estes destacam que a eficácia da massoterapia está relacionada ao aumento do fluxo sanguíneo local e à liberação de substâncias químicas benéficas, como endorfinas e serotonina, durante o tratamento.

Além dos benefícios no alívio da dor, alguns estudos também investigaram os efeitos da massagem terapêutica na flexibilidade muscular. Por exemplo, um estudo realizado por Barnes *et al.* (2021) demonstrou que sessões regulares de massagem terapêutica resultaram em aumentos significativos na amplitude de movimento em pacientes com tensão muscular crônica. Os autores observaram que a massagem não apenas relaxa os músculos, mas também pode ajudar a melhorar a elasticidade das fibras musculares, promovendo uma maior flexibilidade.

Ao comparar a massoterapia relaxante com outras intervenções convencionais, foi observado que, em muitos casos, a massagem oferece alívio mais rápido para dores agudas (BARNES *et al.*, 2021). Esse achado sugere que a massoterapia pode ser uma alternativa viável ou complementar à fisioterapia tradicional. Por exemplo, Pohlman *et al.* (2023) relataram que pacientes submetidos à massoterapia apresentaram melhorias significativas em suas condições dolorosas quando comparados aos que receberam tratamentos convencionais.

Além dos benefícios físicos, a massoterapia também gera impactos psicológicos positivos. Estudos realizados por Soares *et al.* (2021) indicaram que a prática reduz os níveis de estresse e melhora o bem-estar emocional dos pacientes. Field *et al.* (2016) corrobora com as análises de Soares *et al.* (2021) ao ratificar que essas práticas são particularmente relevantes para pacientes com dor crônica que muitas vezes apresentam sintomas de ansiedade e depressão.

Os estudos realizados por Simão *et al.* (2021) investigaram os efeitos imediatos da *quick* massagem e concluiu que essa técnica é eficaz na redução rápida da percepção de tensão muscular, especialmente em contextos ocupacionais ou estressantes. Embora não tenha sido observada alteração significativa no limiar de tolerância à dor após uma única sessão, os resultados sugerem que intervenções rápidas podem ser úteis para aliviar tensões imediatas.

Apesar dos resultados promissores, algumas limitações precisam ser consideradas. A heterogeneidade nas metodologias utilizadas, incluindo as variações nas técnicas de massagem, pode afetar a interpretação dos resultados (KASPER *et al.*, 2022). Além disso, García *et al.* (2018) ressaltam a necessidade de padronização dos protocolos de massoterapia e inclusão de grupos controle para garantir maior consistência e validade nos achados.

Futuras pesquisas devem investigar não apenas os efeitos diretos da massoterapia na tensão muscular, mas também seu impacto em outras condições físicas e psicológicas. Além disso, é importante explorar como diferentes técnicas de massagem podem ser integradas em regimes terapêuticos mais amplos, podendo maximizar os benefícios dessa prática (MOORE *et al.*, 2021)

Em suma, os dados coletados reforçam o papel essencial da massagem terapêutica no manejo da tensão muscular e no alívio da dor. Sua integração nas abordagens terapêuticas convencionais pode potencializar os resultados clínicos e oferecer aos pacientes uma opção segura e eficaz para melhorar sua saúde física e emocional (POHLMAN *et al.*,2023)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos confirmam que a massagem terapêutica desempenha um papel fundamental no manejo da tensão muscular e no alívio da dor, com benefícios documentados tanto físicos quanto psicológicos. A prática melhora a circulação sanguínea, promove o relaxamento muscular, reduz a inflamação e estimula a liberação de substâncias benéficas, como endorfinas e serotonina, contribuindo diretamente para a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, os impactos psicológicos, como a redução do estresse e da ansiedade, destacam-se como aspectos essenciais, particularmente em pacientes com condições crônicas, onde o bem-estar emocional é comprometido.

Entretanto, o estudo também apontou limitações, como a heterogeneidade metodológica e a falta de padronização nos protocolos de massagem. Esses fatores sugerem a necessidade de pesquisas futuras mais estruturadas, com abordagens comparativas e controle rigoroso de variáveis. Apesar disso, os dados reforçam que a massagem terapêutica, quando integrada a tratamentos convencionais, pode potencializar os resultados clínicos e oferecer uma alternativa eficaz e segura para o manejo de condições musculoesqueléticas e emocionais, evidenciando seu potencial como parte de uma abordagem terapêutica mais ampla e holística.

REFERÊNCIAS

- Andrade MDG, Pereira MMVJ, Merêncio PPGS, Pereira RJ. Benefícios físicos e mentais da massagem terapêutica. *Enciclopédia Biosfera*. 2020;17(32):134. doi:10.18677/EnciBio_2020B11.
- Barnes PM, Smith MA. The role of massage therapy in pain management: A review of the literature. *Pain Manag Nurs*. 2021;22(1):10-17.
- Brasil. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: aspectos da saúde, estilos de vida e acesso aos serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-da-populacao/pesquisa-nacional-de-saude>.
- Cagnassi T, Soares da Silva L, Freitas e Silva TB. Benefícios da massagem relaxante no corpo e associações com práticas integrativas - revisão de literatura. *Revista Saúde em Foco*. 2023;15:540-8.
- Cassar MP. *Anual de Massagem Terapêutica: um guia completo de massoterapia para o estudante e para o terapeuta*. São Paulo: Manole; 2001.
- Couto MB, Andrade SR, Pereira ER, Chícharo SC, Refrande SM, Rocha Prado LD. Benefícios da massoterapia anti-estresse na melhoria da saúde. *Rev Pesqui Univassouras*. 2023;14(Especial):1-12. DOI: 10.21727/rpu.v14iEspecial.3762.
- Cruz-Montecinos J, et al. Effects of therapeutic massage on muscle pain and tension: A systematic review. *J Musculoskelet Pain*. 2019;27(2):123-135.
- Farias AC, Lima VF, Pimenta R. Os benefícios da massoterapia relaxante nas dores musculares: atuação da fisioterapia. *Rev. ICEP*. 2020; 14(1):1-12. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/download/5620/3273>.
- Field T, et al. Massage therapy reduces stress and improves immune function in children with asthma. *J Asthma*. 2016;53(4):377-382.
- Field T. Massage therapy for children and adolescents: A review of the literature. *J Pediatr Health Care*.

2019;33(4):401-409.

García M, Moraes CF. Assessing the effectiveness of massage therapy for treating musculoskeletal pain: A systematic review. *BMC Complement Med Ther.* 2018;18(1):50.

Gomes M, Lima L, Silva T. Massagem como terapia complementar no tratamento da dor: uma revisão. *Cienc Saude Coletiva.* 2018;23(5):1571-80. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/article/view/174179>.

Guyton AC, Hall JE. *Textbook of Medical Physiology.* 14th ed. Elsevier; 2020.

Guyton AC, Hall JE. *Tratado de Fisiologia Médica.* 14ª ed. Elsevier; 2020.

Kandel ER, Schwartz JH, Jessell TM, et al. *Princípios de Neurociência.* 5ª ed. McGraw-Hill; 2019.

Kasper DL, et al. Muscle pain: Mechanisms and management. *N Engl J Med.* 2022;386(2):145-157.

Moore A, et al. Massage therapy for the treatment of myofascial pain syndrome: A systematic review. *Pain Med.* 2021;22(3):629-638.

Moraska A, Pollini RA, Boulanger K, Brooks MZ, Tepe V. Ajustes fisiológicos às medidas de estresse após a massagem terapêutica: uma revisão da literatura. *Evid Based Complement Alternat Med.* 2010;7(4):409-18.

Netter FH. *Atlas de Anatomia Humana.* 7ª ed. Elsevier; 2020.

Pereira JR, Santos L, Costa M. Técnicas de massoterapia no alívio da tensão muscular: uma revisão das abordagens terapêuticas. *Rev Bras Fisioter.* 2020;24(3):123-130. doi:10.1016/j.rbf.2020.02.003.

Pohlman KA, et al. Massage therapy for the treatment of chronic pain: A systematic review and meta-analysis. *Clin J Pain.* 2023;39(7):543-552.

Silva GC, Silva GG, Nogueira IM, Castro JF, Ribeiro LA, Ribeiro MF. Os efeitos terapêuticos da massagem na tensão muscular. *SciGen [Internet].* 2022;2(Supl.1):47-. Available from: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/274>

Simão S, Höring AC, Lima BO, Vargas e Silva NC, Alfieri FM. Efeito imediato da quick massage sobre a tensão muscular e o limiar de tolerância de dor à pressão. *BrJP.* 2021;4(3):221-224.

Soares R, et al. The impact of massage therapy on stress and anxiety: A meta-analysis. *Complement Ther Med.* 2021; 56:102586.

Tortora GJ, Derrickson BH. *Princípios de Anatomia e Fisiologia.* 15ª ed. Wiley; 2019.



30 | INTEGRANDO INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL E AUTOMAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS NA INDÚSTRIA MODERNA

Marcos Djan Silva de Sousa¹

¹ Engenharia da Computação, Anhanguera, São Luís - Maranhão

Resumo

Este estudo investiga a convergência entre inteligência computacional e automação, que tem se mostrado um dos principais impulsionadores da transformação industrial, resultando em um cenário cada vez mais eficiente e adaptável. Com a chegada da Indústria 4.0, tecnologias disruptivas como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e big data estão remodelando processos de produção e redefinindo modelos de negócios. A integração harmoniosa dessas áreas permite que os sistemas industriais coletem, processem e analisem grandes volumes de dados em tempo real, levando a decisões mais ágeis e precisas. No entanto, a implementação de sistemas integrados enfrenta desafios complexos, incluindo a necessidade de interoperabilidade entre plataformas, garantias de segurança cibernética e altos custos iniciais. O problema central deste estudo questiona quais são os principais desafios técnicos na integração de sistemas de inteligência computacional e automação em ambientes industriais. A pesquisa também aborda a influência da segurança cibernética e a importância de padrões de comunicação para facilitar essa integração. A relevância deste estudo reside em sua capacidade de proporcionar ganhos expressivos de eficiência e competitividade para as empresas, destacando a necessidade de superar desafios para uma implementação segura e sustentável. Este trabalho busca contribuir para o avanço do conhecimento na área, oferecendo insights valiosos para o meio acadêmico e o setor industrial, promovendo assim o desenvolvimento contínuo da Indústria 4.0.

Palavras-chave: Integração, Inteligência computacional, Automação, Segurança cibernética, Indústria 4.0.

Abstract

This study investigates the convergence between computational intelligence and automation, which has emerged as one of the main drivers of industrial transformation, resulting in an increasingly efficient and adaptable landscape. With the advent of Industry 4.0, disruptive technologies such as the Internet of Things (IoT), artificial intelligence (AI), and big data are reshaping production processes and redefining business models. The seamless integration of these areas enables industrial systems to collect, process, and analyze large volumes of data in real-time, leading to more agile and accurate decision-making. However, the implementation of integrated systems faces complex challenges, including the need for interoperability between platforms, cybersecurity assurances, and high initial costs. The central issue of this study questions what the main technical challenges are in integrating computational intelligence and automation systems in industrial environments. The research also addresses the influence of cybersecurity and the importance of communication standards to facilitate this integration. The relevance of this study lies in its potential to provide significant efficiency and competitiveness gains for companies, highlighting the need to overcome challenges for safe and sustainable implementation. This work seeks to contribute to advancing knowledge in the field, offering valuable insights for academia and the industrial sector, thus promoting the continuous development of Industry 4.0.

Keywords: Integration, Computational Intelligence, Automation, Cybersecurity, Industry 4.0.



1. INTRODUÇÃO

A convergência entre inteligência computacional e automação tem sido um dos principais impulsionadores dessa transformação, resultando em um cenário industrial cada vez mais eficiente, inteligente e adaptável. Este trabalho se propõe a explorar os avanços e os desafios associados à integração dessas duas áreas vitais na indústria moderna.

A quarta revolução industrial, também conhecida como Indústria 4.0, trouxe consigo uma série de tecnologias disruptivas, incluindo Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (IA), big data, computação em nuvem e sistemas ciberfísicos. Essas tecnologias não apenas estão remodelando os processos de produção, mas também estão redefinindo os modelos de negócios e as interações entre humanos e máquinas.

No centro dessa revolução está a integração harmoniosa entre inteligência computacional e automação. A inteligência computacional capacita os sistemas industriais a coletar, processar e analisar grandes volumes de dados em tempo real, permitindo uma tomada de decisão mais precisa e ágil. Por outro lado, a automação desempenha um papel crucial na execução eficiente dessas decisões, automatizando tarefas repetitivas e aumentando a produtividade. No centro desse movimento, a inteligência computacional permite a coleta e análise de grandes volumes de dados em tempo real, proporcionando insights que levam a decisões mais ágeis e precisas.

A implementação de sistemas integrados de inteligência computacional e automação enfrenta desafios complexos, como a necessidade de interoperabilidade entre diferentes plataformas, a garantia de segurança cibernética, os altos custos iniciais e as implicações sociais e éticas da automação.

Apesar dos avanços significativos na integração de inteligência computacional e automação na indústria moderna, ainda existem desafios substanciais a serem superados para alcançar sua plena eficácia e adoção generalizada. Diante desse contexto, o problema central deste estudo reside no seguinte questionamento: Quais são os principais desafios técnicos enfrentados na integração de sistemas de inteligência computacional e automação em ambientes industriais?

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo investigar os principais desafios e oportunidades associados à integração de inteligência computacional e automação na indústria moderna. Para isso, será analisado como a segurança cibernética influencia a implementação dessas tecnologias, além de discutir a importância da interoperabilidade entre sistemas e padrões de comunicação para facilitar essa integração. Compreender esses fatores é crucial para enfrentar os obstáculos que ainda impedem a adoção generalizada dessas soluções tecnológicas, promovendo uma transição bem-sucedida para a Indústria 4.0.

A relevância deste estudo reside no fato de que a integração bem-sucedida de inteligência computacional e automação pode proporcionar ganhos expressivos de eficiência, produtividade e competitividade para as empresas. No entanto, para que essas vantagens sejam plenamente realizadas, é fundamental superar os desafios existentes e garantir uma implementação sustentável e segura dessas tecnologias. Assim, este trabalho busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema, oferecendo insights que possam beneficiar tanto o meio acadêmico quanto o setor industrial, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento contínuo da Indústria 4.0.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Este estudo emprega uma abordagem de Revisão de Literatura, onde serão analisados livros, dissertações e artigos científicos obtidos por meio de pesquisa em diversas bases de dados, incluindo Google Acadêmico, SciELO e Periódicos Capes. Serão considerados apenas trabalhos publicados nos últimos 6 anos, ou seja, de 2018 a 2023.

A busca será realizada utilizando palavras-chave específicas, tais como Inteligência Computacional, Automação Industrial e Indústria 4, entre outras. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos compreendem a relevância para o tema do estudo, o idioma (português ou inglês), a disponibilidade do texto completo e o ano de publicação dentro do intervalo definido.

Em contrapartida, serão excluídos os artigos que não estejam diretamente relacionados ao tema da integração de inteligência computacional e automação na indústria moderna, além daqueles publicados em idiomas diferentes do português e inglês, sem acesso ao texto completo ou publicados antes de 2018. Salienta-se que todo o desenvolvimento deste trabalho seguirá as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2.2 Resultados e Discussão

A integração de sistemas de inteligência computacional e automação em ambientes industriais representa um avanço significativo rumo à eficiência operacional e à otimização dos processos produtivos. No entanto, essa integração não está isenta de desafios técnicos que exigem atenção e soluções criativas para garantir o sucesso da implementação (Queiroz; Do Prado Disconzi, 2024).

Um dos principais desafios técnicos enfrentados é a heterogeneidade dos sistemas existentes. Muitas indústrias possuem uma variedade de dispositivos, sensores e sistemas legados que foram desenvolvidos em diferentes épocas e por diferentes fabricantes. Integrar esses sistemas de forma coesa e eficiente requer a superação de barreiras de compatibilidade, protocolos de comunicação distintos e formatos de dados variados (Oliveira, 2023).

A segurança cibernética emerge como uma preocupação crítica. À medida que os sistemas industriais se tornam mais interconectados e acessíveis remotamente, eles se tornam alvos mais atrativos para ciberataques (Rocha, 2023). Proteger esses sistemas contra ameaças como intrusões, malware e ataques de negação de serviço é essencial para garantir a integridade dos processos industriais e a segurança dos trabalhadores (Pinheiro, 2021).

Outro desafio importante é a interoperabilidade entre os sistemas de inteligência computacional e os sistemas de automação (Rocha, 2023). Enquanto os sistemas de inteligência computacional, como a inteligência artificial e o aprendizado de máquina, são projetados para analisar dados e tomar decisões, os sistemas de automação são responsáveis pela execução dessas decisões no ambiente físico (Lima, 2022). Garantir que esses sistemas possam interagir de forma eficiente e coordenada é fundamental para alcançar os benefícios da automação inteligente.

A escalabilidade é uma consideração crucial. À medida que as indústrias crescem e evoluem, os sistemas de inteligência computacional e automação devem ser capazes



de se adaptar e lidar com volumes cada vez maiores de dados e demandas operacionais (Queiroz; Do Prado Disconzi, 2024). Isso requer uma arquitetura flexível e modular que possa ser expandida conforme necessário, sem comprometer a estabilidade ou o desempenho do sistema.

Não obstante, a aceitação e adoção pelos colaboradores também representam um desafio significativo. A introdução de novas tecnologias e processos pode gerar resistência por parte dos trabalhadores, especialmente se houver preocupações com a substituição de empregos ou com a perda de controle sobre as operações (Ramos, 2022). É essencial envolver os colaboradores desde o início do processo de integração, fornecendo treinamento adequado e comunicando os benefícios que essas mudanças trarão para eles e para a empresa como um todo (Dos Santos, 2019).

A crescente interconexão de sistemas de inteligência computacional e automação em ambientes industriais traz consigo uma série de benefícios, mas também destaca a importância crítica das preocupações com a segurança cibernética. À medida que esses sistemas se tornam mais complexos e interdependentes, as vulnerabilidades aumentam, tornando-os alvos potenciais para uma variedade de ameaças cibernéticas (Queiroz; Do Prado Disconzi, 2024).

Uma das principais influências das preocupações de segurança cibernética na implementação e operação desses sistemas integrados é a necessidade de garantir a proteção contra ataques maliciosos (Prezotto; Santos, 2023). Os sistemas industriais, muitas vezes, operam em ambientes altamente sensíveis, onde qualquer comprometimento da segurança pode ter consequências graves, desde interrupções na produção até danos materiais e riscos à segurança dos trabalhadores (Sebastião, 2018).

Para Pinheiro (2021), as preocupações com a segurança cibernética influenciam diretamente o processo de design e desenvolvimento de sistemas integrados. Os engenheiros e desenvolvedores devem considerar a segurança desde as fases iniciais do projeto, implementando práticas de codificação seguras, adotando protocolos de comunicação criptografados e incorporando recursos de detecção e resposta a incidentes (Lima, 2022).

As preocupações com a segurança cibernética também têm um impacto significativo nas operações diárias dos sistemas integrados. As equipes de operação e manutenção devem estar preparadas para monitorar constantemente a segurança dos sistemas, identificar e responder a possíveis vulnerabilidades e implementar atualizações e correções de segurança conforme necessário (Sebastião, 2018).

Além disso, as preocupações com a segurança cibernética têm implicações regulatórias e de conformidade. Muitas indústrias estão sujeitas a regulamentações rigorosas relacionadas à proteção de dados e segurança de sistemas, e o não cumprimento dessas regulamentações pode resultar em multas significativas e danos à reputação da empresa (Perelmuter, 2020).

Para Lima (2022), as preocupações com a segurança cibernética exercem uma influência significativa na implementação e operação de sistemas integrados de inteligência computacional e automação em ambientes industriais. Desde o design e desenvolvimento até as operações diárias e o cumprimento regulatório, a segurança cibernética deve ser uma consideração central em todas as etapas do processo para garantir a proteção adequada desses sistemas contra ameaças cibernéticas em constante evolução (Dos Santos, 2019).

A interoperabilidade entre sistemas e padrões de comunicação desempenha um papel fundamental na facilitação da integração de tecnologias de inteligência computacio-

nal e automação em ambientes industriais (Ramos, 2022). Essa capacidade de diferentes sistemas e dispositivos se comunicarem e interagirem de forma eficiente e harmoniosa é essencial para maximizar os benefícios da automação inteligente e da análise de dados em tempo real (Oliveira, 2023).

A importância da interoperabilidade reside na capacidade de superar as barreiras criadas pela diversidade de dispositivos, protocolos e tecnologias presentes nos ambientes industriais (Prezotto; Santos, 2023). Em muitos casos, esses sistemas foram desenvolvidos por diferentes fabricantes e em momentos diferentes, resultando em uma paisagem tecnológica fragmentada e heterogênea (Pinheiro, 2021). A interoperabilidade permite que esses sistemas sejam integrados sem problemas, permitindo a troca de dados e informações entre eles sem a necessidade de modificações extensivas ou personalizações complexas.

Além disso, a interoperabilidade simplifica o processo de implementação e manutenção de sistemas integrados. Ao adotar padrões de comunicação abertos e amplamente aceitos, as empresas podem reduzir o tempo e os custos associados à integração de sistemas, bem como garantir uma maior flexibilidade e escalabilidade ao longo do tempo (Ramos, 2022). Isso permite que as empresas aproveitem ao máximo os investimentos em tecnologia, adaptando-se rapidamente às mudanças nas necessidades do negócio e no ambiente operacional (Perelmuter, 2020).

A interoperabilidade também promove a inovação e o desenvolvimento de ecossistemas tecnológicos mais dinâmicos e colaborativos. Ao permitir que diferentes sistemas e dispositivos trabalhem em conjunto de maneira eficiente, a interoperabilidade abre caminho para a criação de soluções integradas mais avançadas e sofisticadas (Sebastião, 2018). Isso pode incluir sistemas de automação que se baseiam em análises de dados em tempo real para otimizar processos produtivos, sistemas de monitoramento remoto que permitem o acompanhamento em tempo real do desempenho operacional e sistemas de manutenção preditiva que identificam e resolvem problemas antes que ocorram (Prezotto; Santos, 2023).

Além disso, a interoperabilidade entre sistemas e padrões de comunicação é essencial para promover a adoção generalizada de tecnologias de inteligência computacional e automação em ambientes industriais (Queiroz; Do Prado Disconzi, 2024). Ao eliminar as barreiras à integração, as empresas podem acelerar o ritmo da transformação digital e colher os benefícios da automação inteligente mais rapidamente. Isso não apenas melhora a eficiência operacional e a qualidade dos produtos, mas também aumenta a competitividade e a resiliência das empresas em um mercado global em constante mudança (Lima, 2022).

Dessa forma, a interoperabilidade entre sistemas e padrões de comunicação desempenha um papel crítico na facilitação da integração de tecnologias de inteligência computacional e automação em ambientes industriais (Pinheiro, 2021). Ao permitir que diferentes sistemas e dispositivos se comuniquem e interajam de forma eficiente, a interoperabilidade abre caminho para uma maior eficiência operacional, inovação e competitividade, impulsionando o avanço contínuo da indústria rumo à era da manufatura inteligente (Prezotto; Santos, 2023).

Queiroz e Do Prado Disconzi (2024) exploram a crescente relevância da integração de sistemas de inteligência computacional e automação em ambientes industriais, destacando que essa convergência é fundamental para a modernização e a competitividade das indústrias no cenário atual. A integração de tecnologias emergentes, como inteligência artificial (IA) e automação, não apenas melhora a eficiência operacional, mas também trans-

forma a maneira como as indústrias operam, otimizando processos e permitindo uma resposta mais ágil às demandas do mercado.

Essa integração permite que as indústrias adotem uma abordagem mais holística na gestão de suas operações. De acordo com Lima (2022), ao combinar a capacidade de análise de dados em tempo real, proporcionada por sistemas de inteligência computacional, com a automação de processos físicos, as empresas podem melhorar a tomada de decisão. A inteligência computacional analisa grandes volumes de dados para fornecer insights valiosos, permitindo que os gestores tomem decisões mais informadas. Por exemplo, algoritmos de aprendizado de máquina podem prever falhas de equipamentos, permitindo que as empresas realizem manutenção preditiva e evitem paradas inesperadas.

Além disso, Ramos (2022) destaca que a automação de processos reduz a intervenção humana em tarefas repetitivas e propensas a erros, resultando em maior eficiência e produtividade. A integração desses sistemas permite que as máquinas operem de forma mais coordenada, maximizando a utilização de recursos e minimizando desperdícios. Não obstante, para Sebastião (2018), outro benefício significativo é a otimização da cadeia de suprimentos; sistemas integrados podem melhorar a visibilidade e o controle sobre a cadeia, monitorando o fluxo de materiais e prevendo a demanda, ajustando rapidamente as operações para atender a essa demanda, o que resulta em maior agilidade e redução de custos.

Entretanto, Queiroz e Do Prado Disconzi (2024) também abordam os desafios técnicos que acompanham essa integração. Um dos principais obstáculos é a heterogeneidade dos sistemas existentes. Muitas indústrias operam com uma variedade de dispositivos e sistemas legados, desenvolvidos por diferentes fabricantes ao longo do tempo. Já para Oliveira (2023), essa diversidade de protocolos de comunicação e formatos de dados torna a integração uma tarefa complexa, exigindo soluções que garantam a interoperabilidade entre esses sistemas. Sem uma abordagem eficaz para lidar com essa heterogeneidade, as empresas podem enfrentar dificuldades significativas na implementação de soluções integradas.

A segurança cibernética é outra preocupação primordial à medida que os sistemas industriais se tornam mais interconectados. Pinheiro (2021) enfatiza que a proteção contra ameaças cibernéticas, como intrusões e malware, é essencial para garantir a integridade das operações. Isso requer a implementação de medidas de segurança robustas desde o início do processo de integração, incluindo o uso de criptografia e a criação de protocolos de resposta a incidentes. Além disso, Perelmuter (2020) discute que a interoperabilidade é crucial para o sucesso da integração; a capacidade de diferentes sistemas e dispositivos se comunicarem de forma eficiente é essencial. Dos Santos (2019) destaca que a falta de interoperabilidade pode levar a silos de informação, onde os dados não são compartilhados ou utilizados de maneira eficaz. Para superar essa barreira, as empresas precisam adotar padrões de comunicação abertos e trabalhar em colaboração com fornecedores para garantir que os sistemas possam se integrar de maneira harmoniosa.

Portanto, a implementação bem-sucedida de sistemas integrados não apenas requer soluções tecnológicas eficazes, mas também uma abordagem holística que considere as necessidades e preocupações dos usuários. É essencial que as empresas adotem práticas de segurança robustas, promovam a interoperabilidade e incentivem uma cultura de inovação e aceitação. Essas estratégias são fundamentais para garantir uma transição bem-sucedida para a Indústria 4.0.

Finalmente, a integração de inteligência computacional e automação se mostra não apenas um caminho para a eficiência operacional, mas uma necessidade estratégica para

a competitividade das indústrias no cenário atual. Ao superar os desafios e garantir a interoperabilidade entre os sistemas, as empresas estarão melhor posicionadas para navegar na era da Indústria 4.0, aproveitando as oportunidades que a transformação digital oferece.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que a importância crucial da integração de sistemas de inteligência computacional e automação nos ambientes industriais, que se mostra não apenas como uma tendência, mas como uma necessidade para a competitividade e eficiência das empresas no cenário atual. Através da análise das contribuições de diversos autores, foi possível identificar tanto os benefícios significativos dessa integração, como a otimização dos processos produtivos, a melhoria da tomada de decisões e o aumento da agilidade operacional, quanto os desafios técnicos que precisam ser superados.

Os desafios de heterogeneidade dos sistemas existentes, a necessidade de interoperabilidade e as preocupações com a segurança cibernética emergem como fatores críticos que as indústrias devem enfrentar para garantir uma integração bem-sucedida. A diversidade de dispositivos e sistemas legados requer estratégias inovadoras que permitam a comunicação e interação eficaz entre tecnologias distintas, ao mesmo tempo em que se estabelece um ambiente seguro contra ameaças cibernéticas.

Além disso, é essencial que as empresas adotem uma abordagem proativa e colaborativa para abordar essas questões, envolvendo todas as partes interessadas desde o início do processo de integração. O treinamento e a conscientização dos colaboradores são fundamentais para mitigar resistências e promover uma cultura de inovação e segurança.

Em suma, a integração de sistemas de inteligência computacional e automação representa uma oportunidade valiosa para transformar as operações industriais. Contudo, o sucesso desse processo depende da capacidade das empresas de superar os desafios apresentados, garantindo não apenas a eficiência operacional, mas também a segurança e a resiliência em um ambiente cada vez mais digital e interconectado. O futuro da indústria está atrelado à capacidade de adotar tecnologias que não apenas otimizem a produção, mas que também integrem segurança e inovação em sua essência.

REFERÊNCIAS

- DOS SANTOS, Jhone Peterson. **A MODERNA CONTABILIDADE GERENCIAL: A INTERNET E A INDÚSTRIA 4.0**. 2019.
- LIMA, Vinícius Nogueira. **A tecnologia 5G e a Indústria 4.0 no Brasil-os desafios da indústria nacional**. 2022.
- OLIVEIRA, Henrique Chagas. **Aquisitores de dados na indústria: passado, presente e futuro**. 2023.
- PERELMUTER, Guy. **Futuro presente: o mundo movido à tecnologia**. Companhia Editora Nacional, 2020.
- PINHEIRO, José Mauricio Santos. Os desafios do profissional de segurança da informação na indústria 4.0. In: **ANAIS DO I CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO UBM**. 2021. P. 24-37.
- PREZOTTO, Matheus dos Anjos; SANTOS, Felipe Guedes dos. **Inteligência artificial (IA) e seu impacto no consumo atual**. 2023.
- QUEIROZ, Gabriel Noll; DO PRADO DISCONZI, Verônica Silva. O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: QUESTÕES ÉTICAS E LEGAIS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 1388-1406, 2024.
- RAMOS, Ema Carolina Rodrigues. **Indústria 4.0—o que ainda é preciso fazer?** 2022. Tese de Doutorado.



ROCHA, Wycor Fogos da. **Revisão bibliográfica do uso de inteligência artificial na indústria nacional brasileira e regional do Espírito Santo.** 2023.

SEBASTIÃO, Nicolau Alves. **Impacto da quarta revolução industrial no ambiente industrial, nos negócios e na sociedade moderna.** 2018.

31

**CADASTRO AMBIENTAL RURAL:
IMPORTÂNCIA E DESAFIOS NA GESTÃO
AMBIENTAL**

Ana Beatriz da Costa Cantanhede¹

Emanuele da Silva Ferreira¹

Rosélia Arouche Ferreira¹

Sabrina Costa Oliveira¹

Samyra Rayssa Mendes de Castro¹

Resumo

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pelo Novo Código Florestal, representa um marco na regularização ambiental de propriedades rurais brasileiras. Este estudo analisou a implementação do CAR, desde sua criação em 2012, abordando os desafios enfrentados por produtores rurais e órgãos de fiscalização, assim como os avanços e a importância do sistema para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A revisão da literatura demonstrou que, apesar dos avanços significativos na adesão ao CAR, persistam desafios como a complexidade do processo de cadastramento, a falta de assistência técnica e a necessidade de maior fiscalização. Contudo, o mesmo tem se mostrado uma ferramenta eficaz para o controle do desmatamento, a recuperação de áreas degradadas e o acesso a políticas públicas de incentivo à sustentabilidade. O estudo conclui que o CAR é fundamental para a gestão ambiental no Brasil, contribuindo para a segurança jurídica dos proprietários rurais, a conservação da biodiversidade e o cumprimento de metas climáticas. Recomenda-se a intensificação de ações de capacitação técnica, a simplificação do processo de cadastramento e o fortalecimento da fiscalização para garantir a efetividade do sistema.

Palavras-chaves: regularização ambiental, cadastramento, CAR, gestão e biodiversidade.

Abstract

The Rural Environmental Registry (CAR), established by the New Forest Code, represents a milestone in the environmental regularization of Brazilian rural properties. This study analyzes the implementation of the CAR, since its creation in 2012, addressing the challenges faced by rural production and inspection bodies, as well as the advances and importance of the system for environmental conservation and sustainable development. The literature review demonstrated that, despite advanced advances in adherence to the CAR, challenges persist such as the complexity of the registration process, the lack of technical assistance and the need for greater supervision. However, it has proven to be an effective tool for controlling deforestation, recovering degraded areas and accessing public policies to encourage sustainability. The study concludes that the CAR is fundamental for environmental management in Brazil, contributing to the legal security of rural owners, the conservation of biodiversity and the fulfillment of climate goals. It is recommended to intensify technical training actions, simplify the registration process and strengthen supervision to guarantee the effectiveness of the system.

Keywords: environmental regularization, registration, CAR, management and biodiversity

1. INTRODUÇÃO

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) originou – se no terreno nacional pela Lei nº 12.651/2012, mais conhecida como o Novo Código Florestal, como uma ferramenta crucial para a regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Desde sua criação, o CAR tem sido considerado uma peça fundamental para a gestão sustentável dos recursos naturais, uma vez que promove o controle, monitoramento e recuperação de áreas de preservação permanente (APP), reservas legais e áreas de uso restrito nas propriedades rurais (Silva; Andrade, 2018). Conforme relatam Moreira *et al.* (2020), o CAR surgiu para sanar lacunas históricas na gestão ambiental do Brasil, especialmente no que diz respeito à desarticulação de políticas e à falta de controle efetivo sobre a utilização do solo em áreas rurais.

O principal objetivo deste artigo é analisar as tentativas de cadastramento dos imóveis rurais no Brasil, os desafios enfrentados pelos proprietários e os órgãos de fiscalização, as razões para a criação do CAR, bem como suas vantagens e sua importância para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A revisão de literatura foi conduzida com o objetivo de trazer uma visão renovada sobre a implementação do CAR, com foco em dados e análises de 2010 a 2024.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em uma revisão de literatura a partir da análise de sites, revistas, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos legais publicados entre 2010 e 2024, com o intuito de agregar informações sobre o desenvolvimento e implementação do Cadastro Ambiental Rural. Foram selecionados artigos que analisassem o cadastramento, os desafios enfrentados pelos produtores rurais e as implicações legais e ambientais do CAR.

A revisão foi estruturada e dividida em três pontos: (1) As tentativas de cadastramento e os obstáculos enfrentados; (2) A criação e os objetivos do CAR; e (3) Os desafios, vantagens e a importância do CAR para a sustentabilidade no Brasil.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Tentativas de Cadastramento dos Imóveis Rurais

O cadastramento de imóveis rurais é um elemento essencial para o ordenamento territorial e para a efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Essa prática visa à organização e registro de informações sobre a posse e uso das terras, o que permite o controle fundiário, a fiscalização ambiental e o planejamento agrícola.

Segundo Loureiro e Souza (2020), o cadastro rural é uma ferramenta estratégica que possibilita a regularização fundiária, sendo fundamental para a redução de conflitos agrários e para a promoção da justiça social no campo. Além disso, Silva e Almeida (2019) destacam que a implementação de sistemas modernos de georreferenciamento tem contribuído para a precisão e eficácia no levantamento e registro das propriedades rurais, superando limitações técnicas do passado.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi instituído pela Lei nº 12.651/2012, conhecida como o Novo Código Florestal, como resposta a uma demanda histórica pela regulariza-



ção ambiental de propriedades rurais no Brasil. Este instrumento foi concebido para sanar lacunas no controle do uso da terra e promover a conservação de biomas ameaçados, como a Amazônia e o Cerrado. Diante do crescente desmatamento e das dificuldades em fiscalizar o território nacional, o CAR surgiu como um marco para garantir a preservação de áreas protegidas e o cumprimento de metas ambientais, alinhando o país a compromissos climáticos globais (Brasil, 2012).

O CAR é administrado pelo Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA) e tem como objetivo facilitar o planejamento ambiental e econômico das propriedades, contribuindo para a regularização ambiental e o combate ao desmatamento ilegal. Seu acesso e cadastramento são realizados por meio da plataforma digital específica do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), disponível gratuitamente no site oficial do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O cadastramento no CAR pode ser feito pelos proprietários rurais ou por meio de instituições públicas e privadas habilitadas, como órgãos estaduais de meio ambiente, sindicatos rurais e associações de produtores. Além disso, profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, florestais, ambientais e técnicos especializados, também podem realizar o registro, garantindo a precisão técnica das informações fornecidas. A obrigatoriedade do CAR abrange todo o território nacional e é fundamental para a regularização ambiental de propriedades rurais, sendo um requisito indispensável para acessar benefícios governamentais, como créditos agrícolas e programas de fomento sustentável. Conforme apontam Soares e Almeida (2020), a adesão ao CAR também possibilita que o produtor participe de programas de pagamento por serviços ambientais, promovendo incentivos econômicos para a conservação de áreas protegidas.

Segundo Lima *et al.* (2019), o cadastro auxilia na integração de dados fundiários e ambientais, permitindo um maior controle sobre a ocupação e uso do solo. O cadastro é utilizado para identificar passivos ambientais, propor estratégias de recuperação de áreas degradadas e alinhar as propriedades rurais às exigências legais. Apesar dos benefícios, há desafios na implementação, como a falta de acesso à internet em áreas remotas e a capacitação limitada de pequenos produtores. Para superar essas barreiras, é essencial que o governo e instituições parceiras invistam em campanhas educativas, suporte técnico e ampliação de infraestrutura digital.

Desde a criação do CAR em 2012, as inúmeras tentativas de cadastramento de imóveis rurais vêm enfrentando desafios significativos, especialmente para pequenos produtores e proprietários localizados em zonas afastadas. Segundo Ribeiro e Silva (2019), a inclusão ao CAR foi mais rápida nas grandes propriedades, principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, onde o acesso a tecnologias e informações é mais acessível. Já nas regiões amazônicas e no Cerrado, onde as áreas rurais são extensas e há uma alta concentração de pequenos produtores, a adesão tem sido mais lenta devido à falta de capacitação técnica e ao desconhecimento sobre a legislação ambiental.

Até 2020, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) relatou que mais de 80% das propriedades rurais do país tinham se registrado no CAR, mas grandes regiões ainda estavam pendentes de análise e regularização (SFB, 2020). Entre 2020 e 2024, foram implementadas diversas políticas para estimular o cadastramento, como a oferta de assistência técnica gratuita e a facilitação de acesso ao crédito rural para produtores cadastrados (Carvalho *et al.*, 2021). Entretanto, a complexidade do sistema de georreferenciamento e a ausência de infraestrutura adequada nas regiões mais afastadas continuam sendo obstáculos para o pleno sucesso do CAR.

3.2 Por que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado?

O Cadastro Ambiental Rural foi criado para promover a normalização ambiental no Brasil e atuar como um instrumento de planejamento e monitoramento da recuperação de áreas degradadas e da conservação de florestas e biomas (Santos *et al.*, 2017). A criação do CAR respondeu a demandas históricas por políticas ambientais mais efetivas, diante do crescente desmatamento ilegal e das dificuldades em fiscalizar as grandes áreas de propriedade rural em biomas sensíveis como a Amazônia e o Cerrado (Farias & Lima, 2019).

O CAR também teve como um de seus objetivos promover a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA), exigido pelo Novo Código Florestal, e de viabilizar a aplicação de mecanismos econômicos como o pagamento por serviços ambientais (PSA), que beneficiam proprietários rurais pela conservação de áreas nativas (Guimarães *et al.*, 2020). Ao criar um banco de dados nacional de propriedades rurais georreferenciadas, o CAR tornou-se uma ferramenta crucial para o controle do desmatamento, ajudando a mapear áreas de preservação permanente e reservas legais, identificando irregularidades e promovendo a recuperação ambiental.

3.3 Desafios, Vantagens E Importância do CAR

Um dos maiores desafios na implementação do CAR é a sua abrangência geográfica e a complexidade do processo de cadastramento, especialmente para pequenos proprietários e comunidades tradicionais, que muitas vezes carecem de assistência técnica e acesso à internet (Santos; Almeida, 2022). Além disso, há uma deficiência na fiscalização e na análise dos cadastros, o que gera inconsistências nos dados registrados, conforme apontam Oliveira e Pires (2021).

Outro obstáculo é a falta de incentivos objetivos diretos e claros para a regularização ambiental. Segundo Ribeiro (2022), muitos produtores veem o CAR como uma burocracia adicional e não percebem os benefícios econômicos e legais que ele pode proporcionar, como o acesso facilitado a crédito rural e programas de fomento à sustentabilidade.

Apesar dos desafios, o CAR oferece um leque de vantagens para os produtores e para a preservação do meio ambiente. Entre várias vantagens, pode-se destacar como a principal vantagem, a possibilidade de regularização ambiental das propriedades, o que confere segurança jurídica ao proprietário e traz uma facilidade ao acesso a linhas de crédito rural e programas de apoio governamental (Carvalho *et al.*, 2021). Além disso, a adesão ao CAR pode facilitar a participação dos produtores em mercados que exigem certificações ambientais, como os mercados de commodities agrícolas internacionais (Guimarães; Oliveira, 2021).

Do ponto de vista ambiental, o CAR é uma ferramenta crucial para o controle do desmatamento e a promoção da recuperação de áreas degradadas, contribuindo para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos (Santos; Almeida, 2022).

O CAR é uma peça-chave para a gestão ambiental no Brasil, contribuindo não apenas para o cumprimento da legislação ambiental, mas também para a implementação de políticas públicas voltadas à conservação dos biomas e ao uso sustentável dos recursos naturais. Segundo Furtado (2019), o CAR é essencial para que o Brasil alcance suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e promova a sustentabilidade no setor agrícola, responsável por uma grande parcela da economia nacional.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado para sanar lacunas históricas na gestão ambiental de propriedades rurais no Brasil, sendo uma ferramenta indispensável para a regularização ambiental e o controle do uso da terra. Embora o processo de cadastramento tenha avançado significativamente desde sua criação, ainda existem desafios, principalmente relacionados à capacitação técnica dos pequenos produtores e à eficiência da fiscalização. Apesar dos obstáculos, o CAR oferece diversas vantagens tanto para os produtores rurais quanto para o meio ambiente, promovendo a recuperação de áreas degradadas, garantindo segurança jurídica e facilitando o acesso a incentivos econômicos. Sua importância para a sustentabilidade no Brasil é inegável, sendo uma ferramenta central para o cumprimento das metas ambientais e para a promoção de uma agricultura mais sustentável e responsável.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 maio 2012.
- CARVALHO, E. R., & SANTOS, G. H. Integração de bases de dados fundiárias no Brasil. **Boletim Técnico de Planejamento**, 25(4), 45-60. 2018
- CARVALHO, F. P., et al. Cadastro Ambiental Rural e crédito rural: uma análise de benefícios para os produtores rurais brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 18(3), 45-67. 2021
- FARIAS, J. A., & LIMA, S. O. O CAR e a sustentabilidade no Brasil: uma análise do Código Florestal. **Revista de Política Ambiental**, 12(4), 98-110. 2019
- FERREIRA, A. C., OLIVEIRA, T. M., & PEREIRA, D. S. Desafios do cadastramento rural: Uma análise crítica. **Revista de Políticas Públicas**, 18(3), 123-139. 2021
- FURTADO, A. L. Política ambiental e a preservação dos biomas brasileiros: o papel do CAR. **Revista de Estudos Ambientais**, 15(2), 134-152. 2019
- GUIMARÃES, P. C., & OLIVEIRA, R. A. O Cadastro Ambiental Rural e sua integração com as políticas de conservação ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, 22(1), 56-75. 2021
- LIMA, J. P.; SANTOS, T. A.; OLIVEIRA, M. N. CAR e sua contribuição para o planejamento ambiental no Brasil. **Estudos Ambientais**, v. 15, n. 3, p. 112-130, 2019.
- MOREIRA, R. P., et al. Cadastro Ambiental Rural: uma análise das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais na adesão ao sistema. **Agroecologia em Foco**, 10(2), 89-110. 2020
- OLIVEIRA, M. R., & PIRES, F. C. Desafios na implementação do CAR: uma análise regionalizada no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, 20(1), 78-92. 2021
- RIBEIRO, A. S., & SILVA, F. A. Impactos socioeconômicos do Cadastro Ambiental Rural em pequenas propriedades. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 15(3), 67-82. 2019
- SANTOS, D. P., & ALMEIDA, V. R. A importância do Cadastro Ambiental Rural para a conservação de áreas de preservação permanente no Brasil. **Revista Jurídica do Meio Ambiente**, 17(2), 56-78. 2022
- SFB. SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Relatório Anual de Monitoramento do Cadastro Ambiental Rural**. Serviço Florestal Brasileiro. 2020
- SILVA, L. M., & ALMEIDA, J. P. **Georreferenciamento e gestão fundiária no Brasil**. Editora ABC. 2019
- SOARES, R. F.; ALMEIDA, P. M. O Cadastro Ambiental Rural e seus impactos no crédito rural. **Revista de Gestão e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 45-63, 2020.
- UREIRO, P. A., & SOUZA, R. F. **Cadastro rural e desenvolvimento sustentável**. Editora XYZ. 2020

32

**DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER: O PAPEL DO
SERVIÇO SOCIAL**

Karina Mendonça¹

1 Serviço Social – Universidade Anhanguera - São Luís-MA

Resumo

O presente trabalho aborda os desafios e estratégias no enfrentamento da violência contra a mulher, destacando o papel crucial do Serviço Social nesse contexto. A justificativa para a escolha desse tema decorre da urgência em enfrentar um fenômeno histórico e social que afeta milhões de mulheres no Brasil e no mundo, perpetuando desigualdades de gênero e violando direitos humanos fundamentais. O objetivo geral do estudo é analisar como o Serviço Social pode contribuir de maneira efetiva para a proteção e recuperação das vítimas de violência, bem como para a promoção de políticas públicas que visem à erradicação desse problema. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com a análise de artigos acadêmicos, dados oficiais e leis relacionadas ao enfrentamento da violência de gênero. Como principais resultados, identificou-se que o Serviço Social desempenha um papel essencial na mediação entre as vítimas e os serviços de proteção, promovendo a autonomia e o empoderamento feminino, além de auxiliar na construção de redes de apoio intersetoriais que garantam uma resposta mais eficaz ao problema. Conclui-se que, para enfrentar a violência contra a mulher de maneira eficaz, é necessário um esforço conjunto que inclua não apenas a atuação direta dos profissionais de Serviço Social, mas também a sensibilização da sociedade e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Assistência, Desafios.

Abstract

This paper addresses the challenges and strategies in combating violence against women, highlighting the crucial role of Social Work in this context. The justification for choosing this topic stems from the urgent need to confront a historical and social phenomenon that affects millions of women in Brazil and worldwide, perpetuating gender inequalities and violating fundamental human rights. The general objective of the study is to analyze how Social Work can effectively contribute to the protection and recovery of victims of violence, as well as the promotion of public policies aimed at eradicating this issue. The methodology adopted is bibliographic in nature, involving the analysis of academic articles, official data, and laws related to the fight against gender-based violence. The main findings indicate that Social Work plays an essential role in mediating between victims and protection services, promoting female autonomy and empowerment, and assisting in building intersectoral support networks that ensure a more effective response to the issue. It is concluded that, to effectively combat violence against women, a collective effort is required, including not only the direct actions of Social Work professionals but also raising societal awareness and strengthening public policies aimed at gender equality.

Keywords: Violence, Women, Assistance, Challenges.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência contra a mulher é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das mais sérias e persistentes violações dos direitos humanos. Esse reconhecimento não é apenas simbólico, mas parte integrante de um compromisso internacional em prol da igualdade de gênero e do empoderamento feminino, refletido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A ONU vem estabelecendo diretrizes e promovendo ações concretas com o objetivo de erradicar todas as formas de violência de gênero.

Entretanto, a complexidade dessa problemática exige uma abordagem multidimensional, que vá além de meras intervenções pontuais. Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5, que visa à igualdade de gênero, é essencial adotar políticas públicas inclusivas, que garantam não apenas direitos iguais, mas também acesso equitativo a serviços de saúde, educação e proteção social. Essa abordagem precisa estar intrinsecamente vinculada ao combate ao racismo e a outras formas interseccionais de discriminação, que frequentemente exacerbam a vulnerabilidade das mulheres à violência (ONU, 2018).

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, a violência contra as mulheres permanece profundamente enraizada em estruturas culturais, sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade de gênero. As formas de violência manifestam-se de maneira multifacetada, abrangendo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, entre outras. Esse cenário demanda um enfrentamento urgente por parte de toda a sociedade, com a participação ativa de diversos profissionais, incluindo aqueles das áreas da saúde, assistência social e jurídica.

A atuação de profissionais especializados é fundamental para a identificação precoce dos casos e o manejo apropriado das situações de violência. Nesse contexto, os assistentes sociais desempenham um papel crucial, uma vez que atuam diretamente com mulheres em situação de vulnerabilidade, seja em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor. Estes profissionais não apenas oferecem acolhimento, mas também atuam na articulação de redes de apoio e no acesso a direitos, como previsto na legislação brasileira (Alves Fernandes; Cerqueira, 2017).

O presente estudo tem como objetivo investigar as potencialidades e os desafios do trabalho dos profissionais de Serviço Social no combate à violência contra as mulheres. Através de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, pretende-se explorar as definições e tipologias da violência contra a mulher, com ênfase no caso Maria da Penha, que se tornou um marco na luta pela efetivação dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil.

O caso simboliza não apenas uma vitória jurídica, mas também uma transformação na percepção social da violência de gênero e na formulação de políticas públicas. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar as estratégias e capacidades que o Assistente Social pode mobilizar no enfrentamento da violência doméstica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O papel do profissional de Serviço Social, nesse contexto, é multifacetado. Ele envolve a promoção de ações educativas que desafiem os estereótipos de gênero, a mobilização da sociedade para a construção de uma cultura de respeito e igualdade, e a implementação de políticas públicas que garantam proteção e suporte às mulheres em situação de violência.

Através de um processo de trabalho social integrado e contínuo, os assistentes sociais



podem promover mudanças significativas nas vidas dessas mulheres, ajudando-as a superar o medo, a insegurança, a vergonha e a impotência que muitas vezes acompanham as situações de violência. Esse trabalho é essencial para que as mulheres possam recuperar sua dignidade, autonomia e coragem para enfrentar e superar a violência, permitindo-lhes reescrever suas histórias de vida.

A rede de atendimento a essas mulheres desempenha um papel vital na construção de uma resposta articulada e eficaz à violência de gênero. Essa rede envolve a atuação de diversos dispositivos, tanto governamentais quanto não governamentais, operando em diferentes níveis de complexidade para assegurar que os serviços oferecidos sejam acessíveis, de qualidade e sensíveis às necessidades específicas de cada mulher.

O Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, um importante marco na regulação da profissão, reforça a importância de valores como a liberdade, a autonomia e a emancipação dos sujeitos. Este documento orienta os profissionais na implementação de medidas que enfrentem as expressões da questão social, promovendo um trabalho comprometido com a dignidade humana e com a transformação social (Sikorski; Bernardo, 2018).

Em suma, o enfrentamento da violência contra a mulher requer uma abordagem integrada, onde o Serviço Social tem um papel central na articulação de políticas públicas, na mobilização social e no apoio direto às vítimas. Este estudo busca contribuir para a reflexão sobre a importância desse trabalho, destacando o papel do assistente social na promoção da justiça social e no fortalecimento dos direitos humanos das mulheres.

2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS NUANCES

A violência doméstica é um fenômeno complexo que envolve uma série de dinâmicas sociais, culturais e psicológicas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2021), a violência doméstica é definida como qualquer ato de violência que ocorre entre parceiros íntimos ou ex-parceiros, e pode incluir violência física, sexual, emocional e psicológica. Essa definição amplia a compreensão da violência para além da agressão física, reconhecendo a importância das nuances emocionais e psicológicas que muitas vezes acompanham esses atos. A violência doméstica pode ser categorizada em diferentes tipos, conforme destacado por diversas pesquisas.

Segundo a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a violência contra a mulher pode ser classificada em violência física, que envolve qualquer ato que cause dano físico à vítima, como agressões e lesões; violência psicológica, que se refere a comportamentos que afetam a saúde mental da mulher, incluindo ameaças e humilhação; violência sexual, que engloba qualquer ato de natureza sexual imposto à mulher sem seu consentimento; violência patrimonial, que consiste na destruição ou subtração de bens da mulher; e violência moral, que diz respeito a ofensas que atacam a honra da vítima. Essas categorias não são mutuamente exclusivas, e uma mesma situação de violência pode envolver múltiplas formas de agressão, revelando a complexidade das relações abusivas.

Diversos fatores contribuem para a perpetuação da violência doméstica. Segundo Ferreira (2013), a estrutura patriarcal da sociedade brasileira e o machismo enraizado nas relações de gênero são fundamentais para a compreensão desse fenômeno. O patriarcado privilegia os homens e subordina as mulheres, criando um ambiente propício para que a violência seja vista como uma forma aceitável de resolver conflitos e manter o controle sobre as parceiras. Além disso, a vulnerabilidade econômica das mulheres é um fator significativo, pois muitas permanecem em relacionamentos abusivos devido à dependência fi-

nanceira, o que limita suas opções de escapar da violência (González, 2015). A falta de apoio social e a estigmatização das vítimas também dificultam a denúncia e a busca por ajuda.

As consequências da violência doméstica são devastadoras e abrangem diversas áreas da vida da vítima. Fisicamente, as mulheres podem sofrer lesões, doenças crônicas e problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade (OMS, 2021). Psicologicamente, a violência pode levar à perda da autoestima, traumas e dificuldades de estabelecer relacionamentos saudáveis no futuro. Socialmente, a violência doméstica também tem impactos significativos, pois mulheres vítimas de violência podem ter suas redes de apoio rompidas, dificultando sua reintegração à sociedade. Essa marginalização contribui para a perpetuação do ciclo de violência, em que o abuso se torna normalizado nas relações interpessoais (Machado, 2019).

O enfrentamento da violência doméstica exige um esforço conjunto que envolve não apenas a criação de legislações eficazes, como a Lei Maria da Penha, mas também a implementação de políticas públicas que garantam o acolhimento e a proteção das vítimas. Segundo Yamamoto (2013), a atuação do Serviço Social é crucial nesse processo, pois os profissionais dessa área podem intervir diretamente, oferecendo apoio psicológico, orientação legal e encaminhamentos para serviços de proteção.

Em síntese, a violência doméstica é um problema social complexo que requer uma compreensão abrangente de suas nuances. Reconhecer as diferentes formas de violência e os fatores que a perpetuam é fundamental para a formulação de intervenções eficazes que visem não apenas a proteção das vítimas, mas também a mudança das estruturas sociais que sustentam essa violência.

A violência, segundo Frotinha (2010, p. 211), é conceituada como um atributo característico de comportamento violento, sendo definida pela realização de ações ou pelos resultados de atos que envolvem a violação de direitos ou a imposição de coerção sobre outro indivíduo.

Essa definição engloba tanto o ato de violentar outra pessoa quanto a própria experiência de ser violentado, o que se traduz em um impulso intenso e descontrolado que resulta em ações que contrariam o livre-arbítrio do indivíduo. A violência, portanto, se manifesta como uma força opressiva que tem como objetivo submeter o outro a algo contra sua própria vontade, violando sua autonomia e integridade física ou psicológica.

De maneira semelhante, Ferreira (2013, p. 384) propõe critérios mais específicos para a caracterização de uma ação como violenta. Para o autor, uma ação pode ser classificada como violenta quando há a intenção de causar danos a terceiros, seja de natureza física, psicológica ou moral. Essa violência, além de ser intencional, frequentemente envolve o uso de força física ou psicológica para subjugar ou coagir a vítima, sempre agindo em desacordo com a vontade da pessoa agredida. Esses critérios destacam que a violência não se restringe apenas a atos físicos, mas também inclui qualquer ação que, de maneira deliberada e consciente, cause sofrimento ou prejuízo ao outro, violando seus direitos fundamentais e seu bem-estar.

Assim, a compreensão da violência sob essas perspectivas revela a complexidade do fenômeno, que vai além de uma simples agressão física, abrangendo uma ampla gama de comportamentos que impõem sofrimento ou controle sobre as vítimas, desrespeitando sua vontade e dignidade. Essa análise ressalta a importância de se considerar as diversas formas de violência, sejam elas físicas, psicológicas, econômicas ou simbólicas, como manifestações de uma mesma dinâmica de opressão e controle, que precisam ser enfrentadas de maneira integrada e eficaz.



Porto (2014) relata que a violência contra a mulher tem raízes profundas em uma dinâmica histórica associada às relações de gênero. Desde os tempos antigos, a sociedade tratava a mulher como o “sexo frágil”, enquanto ensinava aos homens a lidar com os desafios cotidianos de forma violenta e competitiva. Nesse contexto, as mulheres eram socialmente condicionadas a adotar comportamentos submissos e considerados inferiores em relação aos homens.

Ferreira (2013) destaca que a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno histórico, social e cultural, enraizado no patriarcalismo e no machismo. Ao longo da história, as mulheres foram oprimidas e subjugadas, primeiramente pelos pais e, posteriormente, pelos maridos após o casamento. Apesar das mudanças na legislação, a violência doméstica ainda persiste em todas as classes sociais e econômicas, evidenciando que as mulheres continuam sendo alvo de agressões.

A violência contra a mulher constitui uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos, atingindo seus direitos fundamentais à vida, à saúde e à integridade física. Segundo o Brasil (2011), essa violência se manifesta de diversas formas, incluindo a violência doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial e sexual, afetando mulheres de diferentes classes sociais.

Muitas vezes, a agressão física não deixa marcas visíveis, mas pode causar danos significativos à saúde e ao bem-estar das mulheres. Segundo Dias (2010), os sintomas físicos, como fraturas, hematomas e queimaduras, podem ser evidências de violência doméstica, juntamente com sintomas psicológicos, como estresse crônico, dores de cabeça, nas costas, esgotamento e insônia.

A violência psicológica, conforme descrita por Fonseca *et al.* (2012), ocorre ao longo de todo o ciclo de violência, sendo mais profunda e duradoura do que a agressão física. Esse tipo de violência compromete a saúde mental das mulheres de maneira silenciosa e perturbadora.

No contexto da violência sexual, Albuquerque (2019) ressalta que esse tipo de violência abrange uma variedade de condutas além do estupro propriamente dito. Trata-se de qualquer situação em que a mulher é coagida a participar de atividades sexuais contra sua vontade, seja por meio de intimidação, ameaça, ou uso explícito de força física. Essas práticas não se limitam ao ato sexual em si, mas também incluem ações como a imposição de relações sexuais sem o consentimento da mulher, a obstrução do uso de métodos contraceptivos e, em casos mais extremos, a coerção para realizar um aborto forçado. Assim, a violência sexual se manifesta de diversas maneiras, todas igualmente graves, que cerceiam a liberdade e autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo.

Quanto à violência patrimonial, Dias (2010) explica que ela se refere à apropriação indevida ou destruição de bens, valores ou recursos financeiros pertencentes à mulher, com o objetivo de deixá-la economicamente vulnerável. Essa forma de violência pode se manifestar através de atos como a retenção de salário, controle financeiro abusivo, destruição de bens materiais, ou mesmo pela falta de pagamento de pensão alimentícia após a separação. Nesse contexto, o agressor priva a mulher de seus direitos econômicos, intensificando sua dependência financeira e criando situações de abandono material.

Por fim, Albuquerque (2019) descreve a violência moral como um conjunto de atos que têm como objetivo atacar a honra e a dignidade da mulher. Essa forma de violência inclui comportamentos como difamação, calúnia e injúria, que comprometem a integridade moral e a reputação da vítima. A violência moral não afeta apenas o bem-estar psicológico das mulheres, mas também se estende à sua imagem pública e às suas relações sociais, gerando impactos profundos em sua autoestima e qualidade de vida.

No contexto do cotidiano do Serviço Social, observa-se sua atuação na mediação por meio de práticas emancipatórias, buscando construir uma conscientização coletiva entre os indivíduos. Essa abordagem está alinhada com os princípios do Projeto Ético Político (PEP) da profissão, conforme delineado pelo Código de Ética da categoria. Segundo Sikorski e Bernardo (2018), o PEP oferece uma estrutura para reflexão crítica e posicionamento em relação aos interesses da classe trabalhadora, em defesa de políticas públicas e garantia de direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e para além das lógicas do capital.

É importante ressaltar que a profissão de Assistente Social emerge das complexas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, em um contexto marcado por demandas contraditórias do capitalismo monopolista. Essa origem paradoxal reflete os desafios enfrentados pelos assistentes sociais, que atuam no cruzamento entre as necessidades sociais, políticas e econômicas da população e as estruturas de poder estabelecidas pelo sistema capitalista.

Nesse sentido, Yamamoto (2013, p. 204) menciona que:

Institucionaliza como profissão na sociedade brasileira, como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo capital, com o apoio decisivo da igreja, informado pela sua doutrina social, para atuar perante a questão social.

Nesse sentido, discute-se a institucionalização da profissão de assistente social na sociedade brasileira, destacando que essa atuação foi formalmente reconhecida, com regulamentações específicas. Esse reconhecimento ocorre em um contexto cultural, social e político que caracteriza o Brasil, onde a assistência social se torna parte de um sistema mais amplo. A profissionalização não se limita à prática individual; ela é um recurso mobilizado pelo Estado e pelo capital, atuando em conjunto para enfrentar problemas sociais.

Além disso, a influência da igreja é crucial nesse processo, pois seu apoio, orientado pela doutrina social, legítima e reforça a profissão de assistente social. Assim, os assistentes sociais são vistos como agentes que atuam diretamente nas questões sociais, buscando promover a justiça social e o bem-estar da comunidade. Logo, Yamamoto (2013) reflete como a profissão de assistente social é uma construção social que resulta da colaboração entre diferentes atores, evidenciando as dinâmicas de poder e influência que moldam as respostas sociais a problemas coletivos.

Na contemporaneidade, conforme apontado por Velloso (2013), o Assistente Social assume um posicionamento ético e político determinado pela sua classe profissional, pautado na defesa e concretização dos direitos humanos, especialmente na luta contra a questão social. Regido pela Lei n.º 8.662/1993, o assistente social é caracterizado como um profissional que atua com demandas individuais, mas que revelam situações coletivas, permitindo uma intervenção mais ampla e contextualizada na realidade dos usuários.

Nesse contexto, a atuação do Assistente Social visa garantir de forma integral o acesso dos cidadãos aos direitos sociais, por meio da implementação e concepção de políticas públicas, como destacado por Assis (2022). Para tanto, o profissional utiliza-se de diferentes instrumentos no processo de trabalho:

- a) As bases teórico-metodológicas, que fornecem informações fundamentais para a compreensão do objeto de intervenção;
- b) O instrumental técnico-operativo, que engloba práticas como observação, parecer social, entrevista e encaminhamentos, visando à transformação da realidade;



- c) As situações institucionais, que se referem às condições materiais de execução do trabalho, incluindo recursos financeiros e humanos (Lisboa & Pinheiro, 2005).

Diante do contexto de retirada de direitos promovida por governos que exploram os trabalhadores, as coalizões profissionais online surgem como um meio adequado para que os assistentes sociais abordem a dimensão técnico-operacional necessária para enfrentar a violência contra as mulheres. Essa abordagem, moldada sob uma matriz feminista marxista, contribui para a luta pela emancipação das mulheres, alinhando-se com o projeto ético-político do serviço social (Cisne, 2015).

No enfrentamento da violência contra as mulheres, o Assistente Social ocupa diversos espaços sócio-ocupacionais, conforme destacado pelo Brasil (2011). Para tanto, é necessário que o profissional atue de forma interdisciplinar e articulada com a rede de proteção, visando oferecer uma assistência integral e qualificada, sem revitimização da mulher em situação de violência.

É fundamental que o Assistente Social esteja capacitado para lidar com a complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres, utilizando-se do amplo conhecimento da rede socioassistencial para realizar encaminhamentos efetivos e contribuir para a ruptura do ciclo de violência, conforme apontado por Paula e Bicharra (2016).

Nesse sentido, a intervenção profissional do Assistente Social no atendimento às mulheres vítimas de violência envolve a realização de entrevistas para escuta social e acolhimento, reuniões em grupos para fortalecimento e resgate da autoestima, elaboração de relatórios e pareceres sociais para embasar encaminhamentos futuros, e a construção de programas e indicadores que promovam a equidade de gênero nas políticas públicas (Lisboa; Pinheiro, 2005).

Contudo, Lisboa e Pinheiro (2005) ressaltam que as condições institucionais muitas vezes são insuficientes para garantir um trabalho eficiente e eficaz no enfrentamento da violência contra as mulheres. Há projetos técnicos elaborados por profissionais que não recebem aprovação ou efetivação devido a questões políticas, e falta suporte psicológico aos profissionais que lidam com essas demandas.

Assim, o trabalho do Assistente Social na intervenção social requer o uso de instrumentos e técnicas que articulem as dimensões teórica, ética e política, em consonância com o Projeto Ético e Político da categoria profissional do Serviço Social (Alves, 2019).

2.1 Contexto da violência

A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado que permeia diversas esferas da sociedade, manifestando-se sob várias formas, incluindo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2021), cerca de 1 em cada 3 mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual em algum momento de suas vidas. Esse cenário alarmante evidencia a urgência de um enfrentamento eficaz e a necessidade de compreender os desafios e as estratégias envolvidas, especialmente no âmbito do Serviço Social, que desempenha um papel crucial nesse processo.

A violência contra a mulher é historicamente enraizada nas relações de poder desiguais que perpetuam o patriarcado e a cultura do machismo. O Brasil, em particular, enfrenta uma situação crítica, onde a violência doméstica é uma das mais comuns, afetando mulheres de todas as classes sociais, idades e etnias. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um marco importante na luta contra essa violência, proporcionando um arcabouço legal para a proteção das mulheres. No entanto, apesar das legislações existen-

tes, a efetivação de políticas públicas ainda enfrenta inúmeros desafios.

Os desafios para o enfrentamento da violência contra a mulher são complexos e variados. Um dos principais obstáculos é a persistência de normas culturais que normalizam e minimizam a violência. Muitas mulheres ainda se sentem envergonhadas ou têm medo de denunciar seus agressores, principalmente devido ao estigma social associado a ser uma vítima de violência. Além disso, a dependência econômica, que muitas vezes é exacerbada por desigualdades estruturais, impede que as mulheres deixem relacionamentos abusivos, reforçando o ciclo de violência.

Outro desafio significativo é a falta de capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam na linha de frente do atendimento às vítimas, incluindo assistentes sociais, médicos e policiais. Muitas vezes, esses profissionais não têm a formação adequada para lidar com a complexidade da violência contra a mulher, o que pode levar a atendimentos inadequados e à revitimização das vítimas.

Além disso, a fragilidade das políticas públicas e a escassez de recursos destinados à proteção das mulheres são barreiras que dificultam a efetividade das intervenções. A falta de abrigo seguro e serviços de apoio psicossocial adequados muitas vezes obriga as mulheres a retornar a ambientes violentos, perpetuando o ciclo de abuso.

Para superar esses desafios, é fundamental implementar estratégias eficazes que envolvam uma abordagem intersetorial, considerando a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher. O papel do Serviço Social é essencial nesse contexto, pois os assistentes sociais estão na linha de frente do atendimento e podem atuar em diversas frentes.

Uma estratégia crucial é a capacitação de profissionais que lidam com casos de violência. Programas de formação continuada podem ajudar os assistentes sociais e outros profissionais a reconhecer os sinais de violência, entender a dinâmica do abuso e oferecer um atendimento humanizado e adequado. Além disso, é fundamental promover a sensibilização da sociedade em geral sobre os direitos das mulheres e a gravidade da violência de gênero, por meio de campanhas educativas e ações de conscientização.

Outra estratégia eficaz é a criação de redes de apoio interinstitucionais, que integrem serviços de saúde, assistência social, justiça e segurança pública. Essas redes podem facilitar o encaminhamento das vítimas para serviços adequados, garantindo que recebam o apoio necessário de forma coordenada. A construção de um sistema de apoio robusto é vital para proporcionar às mulheres as condições de romper com o ciclo de violência.

Além disso, o Serviço Social deve atuar na promoção da autonomia econômica das mulheres, por meio de programas de capacitação profissional e de inserção no mercado de trabalho. Essa autonomia é um fator fundamental para que as mulheres possam tomar decisões sobre suas vidas e se afastar de relacionamentos abusivos.

O Serviço Social tem um papel multifacetado no enfrentamento da violência contra a mulher. Os assistentes sociais atuam como intermediários entre as vítimas e os serviços de proteção, oferecendo apoio emocional e psicológico, orientando sobre os direitos legais e facilitando o acesso a recursos e serviços disponíveis. Além disso, eles podem desempenhar um papel crucial na mediação de conflitos, ajudando as mulheres a desenvolverem estratégias de enfrentamento e superação.

Os assistentes sociais também devem se envolver na formulação de políticas públicas, contribuindo para a criação de leis e programas que abordem as causas da violência contra a mulher e promovam a igualdade de gênero. A atuação proativa nesse campo pode ajudar a garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas nas esferas de decisão política.



O enfrentamento da violência contra a mulher é um desafio complexo que exige uma abordagem integrada e a colaboração de diversos setores da sociedade. O Serviço Social desempenha um papel fundamental nesse processo, atuando na proteção, orientação e empoderamento das mulheres vítimas de violência. Por meio da capacitação, da sensibilização e da construção de redes de apoio, é possível desenvolver estratégias eficazes que não apenas enfrentem a violência, mas também promovam a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres. Somente com um esforço conjunto e contínuo será possível transformar a realidade das mulheres que sofrem violência e garantir seus direitos fundamentais.

2.2 Maria da Penha: Uma conquista histórica

Maria da Penha Maia Fernandes é uma figura emblemática na luta contra a violência doméstica no Brasil. Sua história se tornou um símbolo de resistência e superação, após ela ter sido vítima de múltiplas agressões por parte de seu então marido, que resultaram em sua paralisia. Maria da Penha não apenas enfrentou a violência em sua vida pessoal, mas também se tornou uma ativista, dedicando-se à defesa dos direitos das mulheres e à sensibilização sobre a gravidade da violência doméstica.

Sua trajetória inspirou a criação da Lei Maria da Penha, que visa proteger as mulheres e promover a justiça em casos de violência de gênero. O impacto de sua luta transcendeu as fronteiras do Brasil, tornando-se um exemplo global de empoderamento feminino e da importância de políticas públicas efetivas para a proteção das mulheres.

A Lei Maria da Penha, instituída pela Lei nº 11.340, foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e representa um marco na legislação brasileira no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa lei tem como objetivo prevenir, punir e erradicar a violência de gênero, oferecendo um conjunto de mecanismos legais para proteger as mulheres e garantir seus direitos. A legislação define diversas formas de violência, incluindo a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, abrangendo ações que vão desde agressões físicas até abusos emocionais.

Um dos principais avanços trazidos pela Lei Maria da Penha é a criação de medidas protetivas de urgência, que permitem que as vítimas solicitem a exclusão do agressor do lar, a proibição de contato e outras ações imediatas para garantir a segurança da mulher. Além disso, a lei determina que a violência doméstica deve ser tratada como um crime de maior gravidade, estabelecendo procedimentos específicos para o acolhimento das vítimas e a responsabilização dos agressores.

A implementação da Lei Maria da Penha representa um esforço significativo do Estado brasileiro para enfrentar a cultura de violência contra a mulher e assegurar a proteção de seus direitos fundamentais. Com o apoio de organizações da sociedade civil e a conscientização da população, a lei se tornou um instrumento crucial na luta por igualdade de gênero e no enfrentamento da violência doméstica no Brasil.

Na década de 1970, o Brasil iniciou um movimento significativo em busca de reformas políticas voltadas à proteção das mulheres em situações de violência doméstica. Estudos indicam que, após cinquenta anos, foram implementadas ações estratégicas que refletem as conquistas das feministas nas esferas social, jurídica e de saúde pública (Sadalla *et al.*, 2019).

Um marco fundamental nesse contexto é a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que estabelece a igualdade de direitos entre todos os cida-

dãos. O artigo 5º, em particular, destaca a importância da igualdade de gêneros, delineando os direitos e deveres de homens e mulheres em conformidade com a nova ordem constitucional (CFEMEA, 2006).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Apesar da formalização da igualdade de gênero no âmbito jurídico, a realidade ainda é marcada por um contexto patriarcal que transforma esse princípio em uma utopia, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 (Palar; Silva, 2018). Embora a Constituição forneça instrumentos para promover a igualdade de gênero, seu impacto concreto nos direitos das mulheres, especialmente no combate à violência de gênero, ainda é questionável (Strücker; Maçalai, 2016).

Apesar das garantias constitucionais, que incluem a proteção à família e a criação de mecanismos para coibir a violência, a legislação brasileira não aborda adequadamente a violência doméstica, classificando alguns crimes como de pequeno potencial ofensivo, que são tratados de maneira sumária em juizados especiais. Essa abordagem, embora tenha facilitado o trabalho da Justiça, teve um custo elevado para as mulheres (Dias, 2012).

Um caso emblemático é o de Maria da Penha Maia Fernandes, que, em 29 de maio de 1983, se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica após sofrer agressões severas de seu ex-marido, incluindo tentativas de homicídio que resultaram em paraplegia. Somente em 2002, após dezenove anos de impunidade, seu agressor foi finalmente preso (Porto, 2007).

Historicamente, as mulheres eram desprovidas de medidas protetivas contra a violência doméstica devido à fragilidade da legislação da época (Quem é Maria da Penha, 2021). Essa situação começou a mudar com a promulgação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que representou um avanço significativo na proteção das mulheres. Essa lei elevou a violência de gênero ao status de questão jurídica relevante e evidenciou a necessidade de tratar o tema com seriedade (Silva; Contriagini, 2020).

A Lei Maria da Penha foi possível graças à Constituição de 1988, que estabeleceu a proteção dos direitos humanos sem distinções, fortalecendo os movimentos feministas que buscavam igualdade de gênero (Piovesan, 2013). A formulação dessa lei foi impulsionada por pressões internacionais, incluindo recomendações da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que denunciou o descaso do Estado brasileiro em relação à violência contra as mulheres (Silva; Contriagini, 2020).

O impacto da Lei 11.340/06 é visível em seus objetivos, que não apenas buscam a punição dos agressores, mas também a prevenção da violência doméstica e familiar. O Brasil firmou compromissos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Eliminar a Violência Contra a Mulher, conhecida como “Congresso de Belém do Pará” (Silva, 2010).

Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil em 2001 pela omissão em relação à violência doméstica e recomendou a adoção de várias medidas, incluindo a simplificação do processo penal. A indenização de R\$ 60.000, paga a Maria da Penha em 2008, foi um reconhecimento do Estado sobre sua responsabilidade na questão (Silva, 2010).

Apesar das inovações trazidas pela Lei Maria da Penha, ainda persistem desafios sig-



nificativos em sua aplicação e na redução dos casos de violência doméstica (Silva; Contriagini, 2020). A lei estabelece cinco formas de violência contra a mulher: física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, cada uma definida em seu artigo 7º (Brasil, 2006).

A Lei Maria da Penha também proporciona atendimento especializado às vítimas, oferecendo suporte e acolhimento. Mesmo diante da persistência da violência nos lares brasileiros, a lei representa um avanço ao encorajar as mulheres a buscarem seus direitos (Burgin; Silva, 2019).

Ademais, os serviços especializados previstos na lei, como centros de atendimento e abrigos, visam garantir um suporte adequado às mulheres em situação de violência (SPM, 2007). A rede de atendimento busca articular esforços entre os governos e a sociedade civil para enfrentar a violência contra as mulheres de forma integrada.

Porém, mesmo com a criação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, muitos desafios ainda precisam ser superados. As leis, embora representem avanços significativos, não foram suficientes para erradicar a violência doméstica e a morte de mulheres (Pereira *et al.*, 2020). A luta contra a violência de gênero continua sendo uma prioridade para a sociedade, que ainda enfrenta preconceitos e desigualdades enraizadas.

Portanto, a violência contra a mulher não é uma questão nova, mas parte de um contexto histórico que ainda precisa ser transformado. A sociedade e o legislador precisam continuar avançando em direção a soluções mais eficazes para garantir a proteção e a dignidade das mulheres em todos os espaços (Dias, 2019, p. 35; Fonseca *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a história de Maria da Penha e a subsequente criação da Lei Maria da Penha simbolizam um importante conquista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Ao trazer à tona a gravidade da violência doméstica e familiar, a lei não apenas oferece um amparo legal para as vítimas, mas também representa um esforço coletivo para transformar a cultura de violência em um compromisso com a equidade de gênero.

A legislação estabelece um conjunto de mecanismos de proteção que são fundamentais para a segurança e dignidade das mulheres, permitindo que elas possam buscar justiça e reconstruir suas vidas longe do ciclo de abuso. No entanto, apesar dos avanços significativos trazidos pela Lei Maria da Penha, é essencial que a sociedade, o Estado e as instituições continuem a trabalhar juntos para garantir sua efetiva implementação.

A educação e a conscientização sobre os direitos das mulheres e a promoção de uma cultura de respeito são cruciais para que a lei cumpra seu verdadeiro propósito: erradicar a violência de gênero e promover um ambiente seguro e igualitário para todas as mulheres. Assim, a luta de Maria da Penha e a existência da lei se tornam referências inspiradoras para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 O papel do Serviço social no contexto da Violência Doméstica

O Serviço Social atua na mediação de atos emancipatórios e na construção de uma consciência coletiva, alinhando o Projeto Ético Político (PEP) ao Código de Ética da profissão. Isso implica um posicionamento crítico em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da implementação de políticas públicas, conforme abordado por Sikorski e Bernardo (2018). A profissão surge das relações sociais entre o Estado e a Sociedade Civil, motivada pelas demandas sociais e pelo capitalismo monopolista, conforme Iamamoto (2013).

O Serviço Social exerce uma função crucial no enfrentamento da violência doméstica, configurando-se como um dos principais recursos de apoio e intervenção para as vítimas.

Em um cenário onde a violência de gênero e familiar continua a ser uma realidade alarmante e uma grave violação dos direitos humanos, os assistentes sociais são peças-chave na promoção do bem-estar e da proteção das mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis.

A atuação do Serviço Social nesse contexto se inicia com a identificação e o diagnóstico das situações de violência. Os profissionais estão capacitados para reconhecer os sinais de abuso físico, emocional e psicológico, muitas vezes invisíveis para a sociedade em geral. Por meio de escuta ativa e empática, o assistente social pode criar um espaço seguro para que as vítimas relatem suas experiências, permitindo a construção de um plano de intervenção adequado e sensível às necessidades de cada indivíduo.

Uma das principais funções do assistente social é oferecer suporte emocional e psicológico às vítimas de violência. Esse apoio vai além do acolhimento, pois envolve a ajuda na reconstrução da autoestima e na resiliência das mulheres, frequentemente afetadas não apenas fisicamente, mas também em sua saúde mental e emocional. O assistente social atua como um facilitador que proporciona informações sobre os direitos das vítimas, orientando-as sobre os recursos legais disponíveis e as opções de assistência, como abrigos e serviços de saúde.

Além do atendimento individual, os profissionais de Serviço Social também promovem ações educativas e de conscientização. Isso pode incluir oficinas, palestras e grupos de apoio que visam empoderar as vítimas, ensinando sobre seus direitos e promovendo habilidades que as ajudem a se afastar de situações de abuso. Essas atividades são essenciais para criar um ambiente de apoio mútuo e solidariedade entre as mulheres, além de fomentar uma rede de proteção comunitária que pode ser decisiva na prevenção da violência.

Outro aspecto fundamental da atuação do Serviço Social é a articulação de políticas públicas. Os assistentes sociais não apenas atuam diretamente com as vítimas, mas também estão envolvidos na mobilização de recursos e na defesa de políticas que visem a erradicação da violência doméstica. Essa atuação inclui trabalhar junto a instituições governamentais e organizações não governamentais para garantir que haja um atendimento adequado às vítimas e que as políticas de proteção sejam efetivamente implementadas. Além disso, é papel do assistente social contribuir para a formação de uma rede de suporte que envolva diferentes setores da sociedade, como saúde, educação e justiça, promovendo um atendimento integral.

O trabalho do Serviço Social também envolve a análise crítica das estruturas sociais e das normas culturais que perpetuam a violência. Os assistentes sociais são formados para entender como fatores como classe social, raça e gênero interagem e influenciam as dinâmicas de violência doméstica. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de intervenções que não apenas atendam às necessidades imediatas das vítimas, mas que também busquem transformar as condições sociais que permitem a continuidade da violência.

Atualmente, o Assistente Social é guiado por uma ética profissional que visa a defesa dos direitos humanos e a construção de estratégias para enfrentar a questão social (Velloso, 2013). A profissão é regulamentada pela lei n.º 8.662, que destaca a análise das demandas individuais como uma forma de intervir na realidade social de maneira mais ampla (Velloso, 2013).



Nesse sentido:

O Assistente Social tem sua profissão regulamentada pela lei n.º 8.662 de 7 de junho de 1993, sendo ele [...] um profissional que atua com demandas individuais que analisadas revelam situações não exclusivas de um determinado indivíduo. Isso permite ao profissional, diante das condições de vida dos usuários, considerando uma perspectiva teórico-crítica, intervir na realidade de forma mais concreta, não agindo apenas sobre a face mais imediata do problema. Descobrendo novas expressões da questão social. (Velloso, 2013, p. 41).

Logo, o trabalho do Assistente Social prioriza garantir o acesso integral aos direitos sociais, utilizando dispositivos como a implementação de políticas públicas (Assis, 2022). Os instrumentos utilizados no processo de trabalho incluem bases teórico-metodológicas, instrumentos técnico-operativos e condições institucionais (Lisboa; Pinheiro, 2005).

Em face da violência contra as mulheres, os assistentes sociais devem adotar uma abordagem interdisciplinar e articular com a rede de proteção, oferecendo assistência qualificada (Brasil, 2011). Para lidar com essa complexidade, é essencial que os profissionais estejam capacitados e tenham amplo conhecimento da rede socioassistencial (Paula; Bicharra, 2016).

A violência doméstica requer técnicas aprimoradas e diálogo entre setores, além de uma rede de serviços integrada (Lisboa; Pinheiro, 2005). Os principais instrumentos incluem a entrevista, que permite a escuta social, e reuniões em grupo, que ajudam na recuperação da autoestima das mulheres vítimas de violência. É fundamental que as instituições ofereçam suporte técnico e psicológico aos profissionais envolvidos (Lisboa e Pinheiro, 2005).

Assim, a intervenção social do Assistente Social deve articular as dimensões teórica, ética e política, respeitando os sujeitos e alinhando-se ao Projeto Ético Político da profissão (Alves, 2020).

Nesse sentido, o papel do Serviço Social no contexto da violência doméstica é multifacetado e essencial. Os assistentes sociais atuam na identificação, acolhimento, empoderamento e orientação das vítimas, além de serem agentes de transformação social que trabalham em prol da implementação de políticas públicas eficazes e da desconstrução de normas culturais prejudiciais. Essa atuação abrangente e integrada é fundamental para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde a violência doméstica não tenha espaço. Assim, o Serviço Social se posiciona como um pilar importante na luta contra a violência de gênero, contribuindo para a proteção e a promoção dos direitos das mulheres e de todos os envolvidos nesse grave problema social.

3. CONCLUSÃO

A violência contra a mulher continua a se manifestar como uma das mais severas e persistentes violações dos direitos humanos, exigindo, portanto, um enfrentamento multidimensional que envolva a articulação de políticas públicas, marcos legais robustos e o trabalho dedicado de profissionais capacitados, como os Assistentes Sociais. Este estudo revelou a complexidade multifacetada desse fenômeno, enraizado em estruturas históricas, sociais e culturais, com destaque para o patriarcado e o machismo que ainda sustentam desigualdades nas relações de gênero. Essas estruturas perpetuam ciclos de violência e marginalização, exigindo uma abordagem crítica e sistemática para desafiá-las e trans-

formá-las.

O papel dos Assistentes Sociais é fundamental nesse processo. Esses profissionais têm a responsabilidade de promover a conscientização sobre os direitos das mulheres, fortalecer redes de apoio comunitário e interinstitucional e assegurar a implementação de políticas públicas que visem à proteção integral e eficaz das vítimas. Guiados pelo Projeto Ético-Político da profissão, os assistentes sociais atuam na linha de frente, oferecendo não apenas acolhimento e suporte imediato, mas também contribuindo para a emancipação das mulheres ao romper o ciclo de violência. Através de ações educativas, esses profissionais mobilizam a sociedade em torno da importância da igualdade de gênero, combatendo estereótipos nocivos e promovendo mudanças culturais necessárias para a erradicação da violência.

Entretanto, os desafios enfrentados no cotidiano desses profissionais são numerosos. A sobrecarga institucional, a falta de recursos adequados e as limitações políticas frequentemente restringem a capacidade de intervenção e o alcance das redes de proteção. O estudo histórico do caso Maria da Penha exemplifica a longa e árdua luta das mulheres por justiça e direitos, evidenciando os obstáculos enfrentados no caminho para a criação de mecanismos legais efetivos de proteção. O caso não apenas trouxe à tona a violência sistemática sofrida pelas mulheres, mas também destacou a importância da persistência na luta por reformas legislativas que garantam maior proteção e justiça às vítimas de violência doméstica.

Portanto, é imperativo que os Assistentes Sociais recebam formação contínua e capacitação adequada para lidar com a complexidade da violência de gênero. A preparação interdisciplinar é essencial para que esses profissionais possam atuar de forma eficaz, articulada e consciente das múltiplas dimensões do fenômeno, incluindo suas raízes culturais, sociais e econômicas. Além disso, é crucial que esses profissionais se engajem em uma abordagem integrada, trabalhando em conjunto com outros setores da sociedade, como a saúde, a educação, o sistema de justiça e a segurança pública. Somente com um esforço coletivo e comprometido será possível avançar de forma significativa na erradicação dessa grave violação dos direitos humanos.

Em última análise, garantir a dignidade, segurança e liberdade das mulheres, como assegurado pela Constituição Brasileira e pelos tratados internacionais, depende de um compromisso constante com a transformação das estruturas que perpetuam a violência. O trabalho dos Assistentes Sociais, ao lado de políticas públicas eficazes e de uma legislação progressista, tem o potencial de catalisar mudanças profundas na sociedade, permitindo que as mulheres vivam com autonomia e sem medo. A erradicação da violência contra a mulher não é apenas uma questão de justiça, mas também um imperativo ético e político que exige esforços contínuos de todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L.R. **O serviço social frente à questão da violência**. 2022.

VELLOSO, Braga Bruna, **a violência contra a mulher no município de rio das ostras e a atuação da casa da mulher: analisando percalços, limites e potencialidades**: <http://www.puro.uff.br/,2013>.

FONSECA, Denire H. et al. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicologia & Sociedade, v. 24, n. 2, 2012.

SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres); ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)**. Brasília: ONU Mulheres, 2016 (no prelo).



- DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- PALAR, Juliana Vargas; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. O Direito como instrumento contra a opressão feminina. **Revista Direito e Práxis**, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/x5trC5QHTqMpVsDS-m9h5bfC/?lang=pt>>.
- STRÜCKER, Bianca; MAÇALAI, Gabriel. Bela, Recatada E Do Lar: Os Novos Desdobramentos Da Família Patriarcal. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016.
- CONTRIGIANI, Franciely Aparecida; SILVA, Maria Isabele da. **A Lei do Femicídio 13.104/2015 e Seus Impactos no Estado do Paraná: Protagonismo Para uma Mudança Cultural**. 2020.
- SADALLA, Nachara Palmeira; FERNANDES, Fabrício; COSTA, Thayná Cruz da; RODRIGUES, Elaine Cristina Medeiros; SILVA, Juliana Maria de Moraes Barbosa da. A Lei do Femicídio: sua aplicabilidade e consequências. **Revista Eletrônica de Direito da Faculdade Estácio do Pará**, 2019.
- PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: análise crítica e sistêmica**. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- BURGIN, Samanta; SILVA, Jéssica de Quadros da. **Femicídio. Quem ama não mata**. 2019.
- BRASIL. Lei 11340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006.
- PAULA, Leda Santana Elias de; BICHARRA; Bruna Micheli Cardoso. O trabalho do assistente social frente a violência doméstica e familiar no CREAS/PAEFI de JIPARANA/RO, **Ver Saberes Ji-Paraná**, 2016.
- ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). **Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada**. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5
- LISBOA, T.K.; PINHEIRO, E.A. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da Violência Contra as mulheres**. *Katálisis*, Florianópolis, v.8, n.2, p.199 – 210, jul./dez. 2005.

Bem-vindos ao livro “Ciências, Sociedade e Tecnologia”. Esta obra explora a interconexão entre ciência e sociedade, abordando temas como:

Principais Tópicos:

- Intersecção entre ciência e sociedade
- Influência da tecnologia
- Educação científica
- Implicações éticas do progresso científico

Características:

- Abordagem interdisciplinar
- Conhecimentos de diversas áreas científicas.

